



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**SER MULHER, MÃE, ESTUDANTE E BENEFICIÁRIA DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS SOBRE A PERMANÊNCIA DAS
ESTUDANTES MÃES NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

CAMILA RAFAELLE SANTIAGO PEREIRA

BRASÍLIA
2024



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**SER MULHER, MÃE, ESTUDANTE E BENEFICIÁRIA DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS SOBRE A PERMANÊNCIA DAS
ESTUDANTES MÃES NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Camila Rafaelle Santiago Pereira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília, na linha de Pesquisa História Cultural, Memória e Identidades, como parte dos requisitos necessários à obtenção de título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Eloísa Pereira Barroso

BRASÍLIA
2024

Camila Rafaelle Santiago Pereira

**SER MULHER, MÃE, ESTUDANTE E BENEFICIÁRIA DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS SOBRE A PERMANÊNCIA DAS
ESTUDANTES MÃES NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Brasília, 29 de julho de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª Eloísa Pereira Barroso (Orientadora)
Universidade de Brasília

Prof^ª. Dr^ª Lívia Morais Garcia Lima
Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Fabiano Coelho
Universidade Federal da Grande Dourados

RESUMO

Nas pesquisas sobre os aspectos que impactam na permanência dos estudantes no ensino superior, a responsabilidade com filhos é problematizada como um dos fatores que contribuem para a conclusão tardia do curso ou para a evasão da universidade. Esta pesquisa, embasada por perspectivas teórico-metodológicas da História Oral, tem por objetivo identificar os significados de ser mulher, mãe e universitária, bem como os discursos que estão presentes nas narrativas e os sentidos atribuídos às experiências vividas pelas estudantes no processo de formação superior. Foram realizadas entrevistas com estudantes-mães da Universidade de Brasília, sendo quatro beneficiárias do Programa Auxílio Creche (PACreche) e duas beneficiárias do Auxílio Creche Temporário (T-CRECHE). As narrativas conduzem aos discursos e às práticas que marcam as experiências dessas mulheres na trajetória no ensino superior com relação à gravidez, maternidade e função de cuidado, bem como as estratégias que são adotadas por elas e que possibilitam a conciliação da maternidade com o processo de formação. A partir dos dados coletados, apresento o perfil socioeconômico, as principais formas de utilização desse auxílio e dados referentes ao rendimento acadêmico. Os resultados desta pesquisa indicam que a função de cuidado repete os padrões sexistas verificados ao longo da história, pois as narrativas são permeadas por uma clara demarcação de gênero e as mulheres ainda são as principais responsáveis pela guarda e criação da criança. Ainda que a maternidade seja a experiência em comum, a depender dos contextos e dos sujeitos são produzidos sentidos diferentes. Assim, por meio da história oral, buscou-se compreender qual o significado da maternidade na vida das narradoras universitárias.

Palavras-chave: História Oral. Maternidade. Ensino Superior. Permanência.

ABSTRACT

In research on the aspects that impact students retention in higher education, responsibility for children is problematized as one of the factors that contribute to late completion of the course or to dropping out of university. This research, based on theoretical and methodological perspectives of Oral History, aims to identify the meanings of being a female, mother and university student, as well as the discourses that are present in the narratives and the meanings attributed to the experiences lived by them in the process of higher education. Interviews were conducted with student mothers from the University of Brasília, four of whom were beneficiaries of the Childcare Assistance Program (PACreche) and two of whom were beneficiaries of the Temporary Childcare Assistance Program (T-CRECHE). The narratives lead us to the discourses and practices that mark the experiences of these women in their higher education trajectory in relation to pregnancy, motherhood and caregiving, as well as the strategies they adopt and that enable the reconciliation of motherhood with the education process. Based on the data collected, I present the socioeconomic profile, the main forms of use of this assistance and data regarding academic performance. The results of this research indicate that the care function repeats the sexist patterns observed throughout history, given the clear gender demarcation that permeates the narratives, since women are still the main ones responsible for the care and upbringing of the child. Although motherhood is the common experience of these women, different meanings are produced depending on the contexts and the subjects. Thus, through oral history, we sought to understand the meaning of motherhood in the lives of the university narrators.

Keywords: Oral History. Motherhood. Higher Education. Permanence.

LISTA DE SIGLAS

Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Cepi - Centro de Ensino da Primeira Infância
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CMUnB - Coletivo de Mães da Universidade de Brasília
DACES - Diretoria de Acessibilidade
DASU - Diretoria de Atenção à Saúde Universitária
DDS - Diretoria de Desenvolvimento Social
DEAC - Diretoria de Esportes e Atividades Comunitárias
DRU - Diretoria do Restaurante Universitário
FORPROEX - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras
FUP – Faculdade de Planaltina
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IRA - Índice de Rendimento Acadêmico
LBA – Legião Brasileira de Assistência
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização Nacional das Nações Unidas
PACreche – Programa Auxílio Creche
PBES - Programa de Benefício Educacional-Social
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
Reuni - Reestruturação e expansão das Universidades Federais (Reuni)
SDH – Secretaria de Direitos Humanos
SEEDF - Secretaria de Educação do Distrito Federal
SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SiSU - Sistema de Seleção Unificada
T-CRECHE - Auxílio Creche Temporário
TGM - Trancamento Geral de Matrícula
TGMJ - Trancamento Geral de Matrícula Justificado
UnB – Universidade de Brasília

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Implementação da área de atuação "creche" nas universidades federais da região centro-oeste

Tabela 2 - Curso das beneficiárias do PACreche

Tabela 3 – Grupo familiar das beneficiárias do PACreche

Tabela 4 - Principal natureza da fonte de renda das beneficiárias do PACreche

Tabela 5 - Recebimento de pensão alimentícia

Tabela 6 - Evolução do número de matrículas na educação infantil total e na rede pública vinculada à Secretaria de Educação do Distrito Federal

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| Introdução..... | 9 |
| Capítulo 1- Imaginário social, representações de gênero e as práticas de cuidado..... | 16 |
| 1.1. Institucionalização da creche no Brasil: reflexões historiográficas..... | 16 |
| 1.2. Parentalidade, função de cuidado e função econômica: mãe cuidadora e pai provedor?..... | 28 |
| 1.3. A família como locus de proteção e a violência sexual intrafamiliar..... | 38 |
| Capítulo 2 - Representações sobre a maternidade e práticas de cuidado..... | 45 |
| 2.1. Experiência e memória: transgeracionalidade e papéis de parentesco..... | 45 |
| 2.2. “Eu só preciso abortar essa criança”: a elaboração social da maternidade..... | 55 |
| 2.3. Gravidez na adolescência e a relativização dos discursos de naturalização da maternidade..... | 62 |
| Capítulo 3 - Maternidade e ensino superior: o papel da universidade e as estratégias de permanência adotadas pelas estudantes-mães da Universidade de Brasília..... | 72 |
| 3.1. Democratização do ensino superior: acesso, permanência e diplomação..... | 73 |
| 3.2. Dados acadêmicos das participantes do Programa Auxílio Creche..... | 78 |
| 3.3. Perfil socioeconômico das participantes do Programa Auxílio Creche e as formas de utilização do recurso..... | 85 |
| 3.4. Educação infantil no Distrito Federal: critérios de seleção e a experiência de uma estudante com o Cartão Creche..... | 89 |
| 3.5. Programa Auxílio Creche e outras práticas institucionais de apoio às estudantes com filhos..... | 93 |
| Considerações finais..... | 102 |
| Referências Bibliográficas. | 107 |
| Apêndice A - Entrevista transcrita da estudante Andrea..... | 114 |
| Apêndice B - Entrevista transcrita da estudante Bárbara..... | 131 |
| Apêndice C - Entrevista transcrita da estudante Carla..... | 142 |
| Apêndice D - Entrevista transcrita da estudante Edineide..... | 157 |
| Apêndice E - Entrevista transcrita da estudante Marcela..... | 163 |
| Apêndice F - Entrevista transcrita da estudante Thaís..... | 178 |

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho sobre as estudantes-mães da Universidade de Brasília e sobre os significados que elas atribuem aos papéis sociais que assumem enquanto mulheres, mães e universitárias. Na elaboração desta dissertação, algumas questões me acompanharam durante todo o percurso e foram importantes para a compreensão dos sentidos que estão presentes nas narrativas: Como os discursos e as práticas marcam as experiências das estudantes com relação à função de cuidado? De que maneira as relações patriarcais de gênero se fazem presentes na vida dessas mulheres? Quais as estratégias que são adotadas por elas e que possibilitam a conciliação da maternidade com o processo de formação?

Para tentar responder essas questões, apresento análises que não são só minhas, pois nesse encontro dialógico as reflexões já se iniciam com as estudantes mães, as quais traduzem em palavras os significados de suas experiências (Portelli, 1996).

O interesse por essa temática surge da minha experiência enquanto mãe e assistente social, pois trabalho no setor responsável pela execução dos Programas Auxílio Creche (PACreche)¹ e Auxílio Creche Temporário (T-CRECHE)² da Universidade de Brasília. A maternidade, que para mim teve início em 2015, foi um acontecimento que gerou muitas inquietações e a sensação de “apagamento” de quem eu era, pois era como se para ser mãe eu tivesse que deixar de ser a mulher que eu sempre fui. Além de não me enxergar nos discursos de priorização da função de cuidado em detrimento de outras aspirações, havia uma dificuldade em estruturar e acionar a minha rede de apoio. É a partir disso que se inicia o meu interesse pelo tema, por acreditar que a maternidade é uma parte de quem eu sou, mas que para me sentir inteira era preciso ter tempo para mim e para outras atividades que me realizam, sem culpa. Com relação à Universidade de Brasília, me inquietava tanto a ausência de dados institucionais sobre as estudantes-mães como os dados específicos da assistência estudantil, que mostraram que o Índice de Rendimento Acadêmico das estudantes contempladas com o PACreche era inferior aos estudantes dos demais programas.

¹ Este programa foi instituído em 2017 e é voltado para estudantes de graduação, com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio e que tem filhos de até cinco anos. É mantido com recursos financeiros do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e consiste no pagamento de um auxílio mensal no valor de R\$ 485,00.

² Este programa foi instituído em 2022 e é voltado para estudantes de graduação, com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio e que tem filhos de até cinco anos. É mantido com emendas parlamentares e consiste no pagamento de uma parcela única, referente a cinco auxílios no valor de R\$ 485,00. Portanto, diferente do PACreche, não tem caráter continuado.

A democratização do ensino superior foi acompanhada por discussões sobre a implementação de ações institucionais voltadas para a permanência e diplomação dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica³, de modo a reduzir os índices de retenção e evasão nas Instituições Federais de Ensino Superior. Nesse sentido, instituiu-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010⁴, que tem como público-alvo estudantes de graduação com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio. Além disso, o PNAES também determina as áreas de atuação: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidade e superdotação.

Com relação à creche, cabe destacar as constatações da pesquisa realizada, em 2018, pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): 11,4% dos discentes de graduação tem filhos; 85,3% coabitam com a criança; estudantes do sexo feminino contam com menos apoio dos familiares para cuidarem dos seus filhos do que seus pares do sexo masculino. Com relação à constituição de uma rede de apoio para fins de conciliação entre a maternidade ou a paternidade com os estudos, essa pesquisa demonstrou que 65,5% dependem de familiares, 11,3% arcam com instituição de ensino privada, 10,9% são atendidos por instituição educacional pública e 5,2% contam com creches ou outros arranjos de apoio na própria universidade.

Os dados alertam sobre a não implementação de ações de apoio à parentalidade por parte das universidades. Assim, apresento um levantamento de dados sobre a implementação desse eixo pelas IFES do Centro-Oeste. Com relação à Universidade de Brasília, apresento uma análise mais aprofundada, tanto a partir de dados quantitativos como das narrativas, que contextualizam os significados de ser mulher, mãe, beneficiária do programa e universitária. Refletiu-se sobre questões como gravidez, maternidade, dificuldades e barreiras com as quais se deparam, bem como as estratégias que se utilizam para permanecerem estudando. Para

³ O conceito de vulnerabilidade está articulado à necessidade de apreensão da pobreza numa perspectiva que reconheça esse fenômeno como multideterminado. Portanto, a pobreza não deve ser apreendida de forma individualizada, pois está relacionada a processos sociais que produzem fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão social, econômica e cultural de uma parcela da população. No âmbito das políticas públicas é a partir da década de 1970 que esse conceito é difundido, possibilitando a identificação de outros elementos que, para além da renda, devem ser considerados (Tomaz, 2023). Com relação ao PNAES, o decreto estabelece que estudantes oriundos da rede pública e com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio devem ser priorizados. Além do que está estabelecido, prevê que as Instituições Federais de Ensino Superior devem fixar outros requisitos.

⁴ Esta pesquisa foi realizada à luz do decreto porque a Lei nº 14.914, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil, foi aprovada em 03/07/2024, quando a escrita dos capítulos desta dissertação já havia sido concluída.

isso, me utilizei do referencial teórico que é produzido sobre o tema pela história, psicologia, sociologia e psicanálise. Categorias como experiência, representação, imaginário social, memória e parentalidade são importantes na compreensão dos sentidos presentes nos discursos das mulheres protagonistas desta pesquisa.

Os dados quantitativos abarcam todas as estudantes que estavam ativas no PACreche no segundo semestre de 2023 e foram extraídos do relatório institucional da Diretoria de Desenvolvimento Social, setor responsável pela implementação e monitoramento do programa. As entrevistas foram realizadas com seis estudantes que possuem avaliação socioeconômica⁵ no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e que são participantes ou do Programa Auxílio Creche (PACreche) ou do Auxílio Creche Temporário (T-CRECHE).

Neste trabalho, a história oral adquire centralidade e está presente em todos os capítulos. De acordo com Meihy (2010), ela é dividida em quatro grandes gêneros: história oral temática, história oral de vida, tradição oral e história oral testemunhal. Nesta pesquisa, faço uso da história oral temática, com foco nos temas maternidade e ensino superior. O autor sinaliza que, em busca de alguma objetividade, nesse gênero é muito comum a utilização de um roteiro de perguntas, que foi estruturado da seguinte forma: [1] Me conta um pouco sobre você e sua família: seus pais são de Brasília ou de outra cidade? [2] Qual a escolaridade dos seus pais e com o que trabalham? [3] Você sempre morou na mesma cidade? [4] Quem te criou (pais, mãe, pai, avós, irmãos...)? [5] Você estudou em escolas públicas ou particulares? [6] O que te fez escolher o curso que você faz na UnB? [7] Como foi a descoberta da gestação? [8] Sua filha nasceu antes ou depois da sua entrada na UnB? [9] Com quem você mora? Como é a sua configuração familiar? [10] Qual a sua rede de apoio? [11] Como você projetava que seria a maternidade e como ela é de fato? Há diferenças? Quais? [12] Tentou matricular seu filho/a na rede pública? [13] Já levou seu filho/a para a sala de aula? [14] Já usufruiu dos exercícios domiciliares? [15] De que estratégias você se utiliza para conseguir conciliar a UnB com a maternidade e os afazeres domésticos? [16] Os cuidados são compartilhados com o pai ou outra pessoa? [17] Como você se sente nesse espaço acadêmico com relação aos professores, alunos, outros servidores e espaço físico? [18] Como o

⁵ Com a finalidade de mediar o acesso aos Programas de Assistência Estudantil da UnB, financiados com recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a avaliação socioeconômica é realizada por assistentes sociais que analisam a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, conforme metodologia prevista em instrumental próprio. O PNAES estabelece como corte de renda um salário mínimo e meio *per capita*, mas outros marcadores são considerados na análise, como raça, identidade de gênero, situação de moradia, cronicidades e agravos em saúde, deficiência, entre outros.

Programa Auxílio Creche te ajuda? Como ele é utilizado? [19] Pensando nas mães, o que a UnB poderia fazer de diferente?

As entrevistas foram realizadas no espaço da Universidade de Brasília, sendo cinco no *campus* Darcy Ribeiro e uma no Campi de Planaltina, com a estudante Edineide. A primeira entrevista foi realizada com a Carla antes da qualificação e, somente após as considerações da banca e o processo de transcrição, as questões 1 a 4 foram acrescentadas ao roteiro. Portanto, das seis colaboradoras, uma não respondeu essa questão. Essa alteração se deu porque, quando formulei as perguntas do roteiro de entrevista pela primeira vez, pensei que meu ponto de partida deveria ser a descoberta da gravidez. Após a primeira entrevista, o fato da mãe da estudante trabalhar fora trouxeram algumas questões: como era a configuração familiar da estudante na infância? Na ausência da mãe, quem se responsabilizava por ela? Seria a maternidade a primeira experiência de cuidado da estudante ou ela já havia sido responsabilizada pelo cuidado de outra pessoa como, por exemplo, o irmão?

Ao todo, entrei em contato com 15 estudantes, tanto por e-mail como por WhatsApp, mas só obtive retornos pelo aplicativo de mensagens. Como em junho/2023 o PACreche contemplava 56 estudantes em coabitação com a criança, sendo 51 mulheres, havia a previsão de cinco entrevistas com estudantes beneficiárias desse programa. Após a qualificação, optou-se por entrevistar 04 estudantes do PACreche e 2 estudantes que não são beneficiadas com esse programa mas que, em algum momento, já receberam o T-CRECHE. Apresento, a seguir, uma apresentação das entrevistadas:

Carla, mulher parda, nascida em 07/12/2001. Tem uma filha, nascida em 18/02/2020. Em 2020 seu grupo familiar era composto pelo pai, a mãe e o irmão, mas em 2021 se reaproximou do pai da sua filha e, na data de realização da entrevista, residia com ele e com a criança. Egressa de escola pública, ingressou na UnB no 1º semestre de 2020, cursa pedagogia (noturno) e é beneficiária do PACreche. A entrevista foi realizada em 12/09/2023, com duração de 1 hora e 6 minutos.

Edineide, mulher preta, quilombola da Comunidade Kalunga Vão de Almas, nascida em 24/09/1993. Teve duas gestações. Na primeira, não sabia que tinha insuficiência istmocervical no colo do útero e, no sexto mês de gestação, o bebê faleceu. Na segunda teve o devido acompanhamento e repouso e sua filha nasceu em 12/10/2019. Em 2019 residia com o pai da criança, mas na data de realização da entrevista seu grupo familiar era composto por ela e pela

filha. Egressa de escola pública, ingressou na UnB no 2º semestre de 2018, cursa educação do campo – linguagens, artes e literatura (regime de alternância) e é beneficiária do PACreche. A entrevista foi realizada em 14/11/2023, com duração de 24 minutos.

Thaís, mulher preta, nascida em 10/06/2001. Tem um filho, nascido em 08/10/2020. Em 2020 seu grupo familiar era composto pelo pai, a mãe e a irmã, mas na data de realização da entrevista os pais haviam se separado e o genitor não morava mais na mesma residência. Egressa de escola pública, ingressou na UnB no 2º semestre de 2019, cursa museologia (diurno) e é beneficiária do PACreche. A entrevista foi realizada em 21/11/2023, com duração de 30 minutos.

Andrea, mulher parda, nascida em 21/01/2001. Tem uma filha, nascida em 19/02/2020. Em 2020 residia com a mãe e três irmãos, mas na data de realização da entrevista estava residindo com a filha. Egressa de escola pública, ingressou na UnB no 1º semestre de 2019, cursa economia (diurno) e é beneficiária do PACreche. A entrevista foi realizada em 04/12/2023, com duração de 1 hora e 22 minutos.

Bárbara, mulher preta, nascida em 31/01/1999. Tem um filho, nascido em 06/02/2020. Quando engravidou não residia mais com a mãe e os irmãos, mas sozinha. Na data de realização da entrevista, morava com o filho em um imóvel cedido pela avó paterna, já falecida. Egressa de escola pública, ingressou na UnB no 1º semestre de 2016, cursa psicologia (diurno) e já foi beneficiária do T-CRECHE. A entrevista foi realizada em 04/12/2023, com duração de 43 minutos.

Marcela, mulher preta, nascida em 09/09/1998. Tem um filho, nascido em 08/09/2018. Em 2018 residia com o companheiro e a sogra, mas na data de realização da entrevista estava residindo com o filho, a mãe, a irmã e a tia. Egressa de escola pública, ingressou na UnB no 2º semestre de 2018, cursa filosofia (diurno) e já foi beneficiária do T-CRECHE. A entrevista foi realizada em 05/12/2023, com duração de 1 hora e 10 minutos.

Cumprindo com as normas do Comitê de Ética da Universidade de Brasília a respeito da divulgação dos nomes reais de participantes de pesquisas com seres humanos, utilizei pseudônimos para designá-las. Os nomes designados às estudantes correspondem às

pesquisadoras que estão no meu referencial teórico ou que me inspiraram na escrita desta dissertação.

Apesar das entrevistas terem sido realizadas com mulheres que se autodeclararam pretas ou pardas, cabe destacar que as narrativas não me deram subsídios suficientes para o aprofundamento da discussão sobre o exercício da maternidade e a permanência na universidade sob o recorte racial, embora tenha a compreensão que este fator produz impactos nas experiências vividas por estas mulheres.

De acordo com Portelli (2016), as experiências carregam história, identidade e transmitem significados que vão além da intenção do entrevistado. Assim, a análise do discurso coaduna com o objetivo dessa pesquisa porque nos auxilia na identificação dos sentidos que são depositados nas palavras, possibilitando a compreensão de como a ideia de maternidade é formulada, como circula e como se constitui, pois se o sentido da linguagem se inscreve na história, a prática simbólica alcança as práticas sociais (Hall, 2016).

O primeiro capítulo contempla aspectos historiográficos sobre a trajetória da institucionalização da creche no Brasil e os discursos e práticas que possibilitaram, às mulheres, o acesso a espaços públicos e, às crianças, o acesso à educação e ações de cuidado fora do âmbito privado. Demonstro que, apesar dos avanços, a insuficiência de vagas ainda é um obstáculo à inserção das mulheres que são mães nos espaços públicos. Todavia, observa-se que o mesmo não ocorre com os homens porque, diante do imaginário social, o papel que eles devem desempenhar é o de provedor. Assim, me propus a refletir sobre essas questões a partir das memórias das estudantes com relação às funções desempenhadas por seus pais e suas mães. Por fim, a partir da narrativa de uma estudante sobre si e sobre outras pessoas que foram vítimas da violência sexual intrafamiliar, problematiza-se a instituição do espaço privado e da família como sendo o *locus* de proteção e educação da criança.

No segundo capítulo apresento os discursos sobre a maternidade, abordando a criação do mito do amor materno e como isso produz representações sobre a mulher. A partir das narrativas, o discurso da naturalização da maternidade é problematizada de duas formas: pela relativização desse discurso quando a gravidez ocorre na adolescência; pelo aborto como uma prática contrária ao discurso do amor materno. Os aspectos relacionados à transgeracionalidade também são abordados, pois são importantes na constituição das identidades. Com relação à permanência na universidade, apresento como a conciliação entre estudo, cuidado, trabalho doméstico e trabalho remunerado pode atuar como um complicador para a conclusão do curso.

No terceiro capítulo apresento dados sobre o rendimento acadêmico e o perfil socioeconômico das estudantes que são beneficiárias do Programa Auxílio Creche. Como as pesquisas apontam que a responsabilidade com filhos é um dos fatores que geram evasão e retenção, apresento como as estudantes conciliam a maternidade com o ensino superior e como a função de cuidado impacta na trajetória acadêmica. A partir dos dados quantitativos e das narrativas, outras questões são problematizadas, como a presença ou não de uma rede de apoio, a legislação que trata dos estudos domiciliares e o usufruto desse direito por parte das estudantes, a regulamentação do PACreche, as formas de utilização desse auxílio, dentre outros. A partir disso e do material produzido pelo projeto *Parent in Science*, apresento as ações de apoio à parentalidade que poderiam ser implementadas pela Universidade de Brasília.

Por fim, a proposta é contribuir com o debate sobre a creche como uma das áreas de atuação do Programa Nacional de Assistência Estudantil e, de forma mais ampla, sobre o papel da universidade no desenvolvimento de ações de apoio à parentalidade.

CAPÍTULO 1

IMAGINÁRIO SOCIAL, REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E AS PRÁTICAS DE CUIDADO

O imaginário social é permeado por representações e símbolos que interferem nas mentalidades e práticas sociais. Sob a ótica do sexo biológico, a associação de determinadas habilidades a homens e mulheres moldam o exercício do poder político e as práticas coletivas, a exemplo da institucionalização da creche no Brasil.

A creche já esteve associada à política de trabalho, assistência social e, mais recentemente, à política de educação. Nesse processo, foi preciso questionar os discursos de naturalização das atribuições masculinas e femininas e a divisão sexual do trabalho, reiterando que os papéis de gênero são construídos socialmente e que, portanto, são passíveis de mudança.

Para que as mulheres pudessem se inserir e permanecer no mercado de trabalho, foi pautada a necessidade de implementação de uma política de educação infantil que não estivesse vinculada ao trabalho formal, mas ao direito da criança. Nessa trajetória, é notório o protagonismo dos movimentos feministas e de mulheres, seja na organização de mobilizações ou no desenvolvimento de pesquisas e publicações, promovendo mudanças nas representações sociais sobre os papéis de gênero e sobre a infância.

As narrativas se contrapõem ao imaginário social da família nuclear, do cuidado centrado apenas na mãe, do pai provedor, da mãe que não trabalha fora e da família como locus de proteção, abordando também a violência sexual. Assim, o trabalho com a história oral desempenha um papel importante, demonstrando que as narrativas se inserem num discurso histórico mais amplo sobre as relações patriarcais de gênero. As memórias das estudantes sobre os papéis desempenhados por suas mães e seus pais nos tiram do imaginário social e nos fazem enxergar as experiências que produzem cultura, que questionam representações que foram forjadas a partir dos discursos de naturalização das atribuições masculinas e femininas.

1.1. Institucionalização da creche no Brasil: reflexões historiográficas

No final do século XIX e início do século XX as mulheres começaram a pautar suas necessidades no espaço público, inicialmente por meio do movimento sufragista e, posteriormente, nos espaços sindicais e fabris. Enquanto as primeiras manifestações reivindicavam o direito ao voto, as demais passaram a problematizar a desigual divisão sexual

do trabalho dentro e fora de casa, a desigualdade jurídica entre homens e mulheres, as longas jornadas de trabalho, os baixos salários, o direito à licença maternidade e a necessidade de regulamentação dos ofícios exercidos por mulheres, majoritárias em alguns setores da economia, como no serviço doméstico, na indústria de vestuário e no magistério (Marques, 2016; Teles, 2015).

Os anos Vargas vincularam o pertencimento à esfera pública à condição de ser trabalhador e, naquele período, a cidadania se efetivava pelo trabalho com carteira assinada, condição esta que não alcançava boa parte das mulheres. No censo de 1940, realizado ainda no governo de Getúlio Vargas, elas representavam 17,5% dos empregados na indústria de transformação e 85,23% no serviço doméstico. Portanto, homens e mulheres estavam “em polos extremos do reconhecimento legal, de salários e de proteção previdenciária” (Marques, 2016, p. 670).

De acordo com Teresa Cristina Novaes Marques (2016), o reconhecimento dos homens estava vinculado à realização de atividades que demonstrassem que eram economicamente ativos, isto é, trabalhadores e militarmente recrutáveis. Para as mulheres, o demarcador era outro: a maternidade. Diante disso, o que se observa historicamente é que o debate em torno da regulamentação das relações de trabalho e do reconhecimento político de homens e mulheres também é marcado por diferenças de gênero.

Com relação às ações de proteção à maternidade, no artigo *O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche*, Fúlvia Rosemberg (1984) aponta que as primeiras creches empresariais foram criadas pelos industriais paulistas na década de 1920 e que serviram como ponto de partida para a regulamentação da creche na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943. Para a elaboração da CLT, os formuladores tomaram como referência os trabalhadores que exerciam algum ofício e eram sindicalizados, todavia, a cada dez apenas uma era mulher. Naquele período, embora muitas mulheres trabalhassem e prestassem serviços, poucas exerciam ofícios e eram sindicalizadas. Com relação ao significado do termo ofício, Marques (2016) pontua que ele

[...] surge nos debates parlamentares e nos pronunciamentos de juristas como equivalente à atividade profissional que requer conhecimento específico para ser realizada, treinamento, e por tudo isso constitui uma identidade profissional. Já a palavra serviço vem associada à atividade cuja realização não exige mister e, por consequência, não goza de prestígio social (Marques, 2016, p. 671).

Os discursos sobre as capacidades e os papéis sociais masculinos e femininos garantiram aos homens os ofícios, os trabalhos formais, os espaços de poder e as melhores

remunerações. Às mulheres, a inserção no mercado de trabalho se dava, majoritariamente, em áreas de baixo prestígio social e trabalhos informais. Ainda que o patriarcado e o racismo sejam anteriores ao capitalismo, a submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não devem ser vistas de forma isolada, desconsiderando esse sistema de produção, pois é com o capitalismo e o advento das indústrias no final do século XIX e início do século XX que se torna clara a divisão da sociedade em classes e a separação entre a esfera pública e privada (Saffioti, 1976).

Para a autora, além da dominação-exploração das classes subalternas pelas classes dominantes, o capitalismo se apropria de mais dois sistemas estruturadores das relações sociais: “o patriarcado, que legitima a assimetria das relações de gênero, a subordinação da mulher ao homem; e o racismo, que permite ao branco determinar o lugar do negro na estrutura social” (Saffioti, 1989, p. 16). Quando a autora afirma que o patriarcado é um sistema de dominação-exploração, faz uma diferenciação: a dominação é modelada pela ideologia machista, situada essencialmente nos campos político e ideológico; a exploração é econômica, seja trabalhando em casa ou fora dela (Saffioti, 1987). Portanto, a associação da exploração de classe à exploração de gênero cria um novo cenário de exploração da mulher, tanto no âmbito privado como no público (Saffioti, 1976). A título de ilustração, a autora apresenta um exemplo dessa simbiose, mais especificamente entre o patriarcado e o capitalismo, com o intuito de nos ajudar a compreender este tipo de sociedade e as contradições que estão presentes nessa fusão:

O capitalista persegue o princípio da maximização do lucro. Já que a mulher sujeita-se a precárias condições de trabalho, a salários baixos e à situação de trabalhadora clandestina, sem carteira de trabalho assinada, constitui-se na força de trabalho ideal para que o empresário maximize seus lucros. Todavia, este mesmo patriarcado que inferioriza socialmente a mulher, apresenta menor tolerância em relação ao desemprego masculino que ao desemprego feminino. Desta sorte, ainda que a introdução de *robots* na produção de bens e serviços venha a reduzir drasticamente o número de trabalhadores, jamais, enquanto perdurar a mencionada simbiose, as mulheres atingirão o pleno emprego às expensas do emprego de todos os homens (Saffioti, 1989, p. 16).

Portanto, a sociedade de classes impõe barreiras à integração social das mulheres porque, além de determinada pela configuração histórico-social capitalista, é acompanhada pelo mito da supremacia masculina e subvalorização das capacidades femininas, pela marginalização das mulheres nas funções produtivas e centralização nas funções não produtivas, a exemplo dos serviços domésticos remunerados.

Com relação às poucas mulheres em funções produtivas e que trabalhavam com carteira de trabalho assinada, estava previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943⁶ a normatização de questões relacionadas à jornada de trabalho, salário e proteção à maternidade. Sobre esse último ponto, está previsto nos artigos 389, 392, 396 e 400 que a mulher seria afastada por seis semanas, tanto antes do parto como após o nascimento da criança. Após esse período de afastamento e na ausência de creches para os filhos das trabalhadoras, os estabelecimentos com pelo menos trinta mulheres deveriam ter um local apropriado para a guarda dos filhos e amamentação até os seis meses de idade, sendo que esse prazo poderia ser dilatado a critério do empregador. Nesse espaço deveria ter, no mínimo, um berçário, uma sala de amamentação, uma cozinha e um banheiro.

No artigo *Creches e berçários em empresas privadas paulistas*, as autoras apresentam que na década de 1980, em todo o Estado de São Paulo, haviam 60 mil empresas e que apenas 38 mantinham creches/berçários nos locais de trabalho. Dessas, 34 eram de uso exclusivo das mães e apenas 4 estediam esse benefício aos pais. Com relação ao local, por causa do barulho e da poluição, a maior parte das empresas optou por construir esses espaços junto aos escritórios, alugando uma casa em local próximo ou, em sua grande maioria, junto ao ambulatório médico, onde a maior parte das atendentes eram auxiliares de enfermagem que, além de outras funções na empresa, também trabalhavam como berçaristas. Com relação ao período de utilização da creche, havia pressão por parte das trabalhadoras para dilatação do período, "mesmo sabendo que as crianças seriam prejudicadas no atendimento por falta de espaço físico, visto ser o local lotado por berços" (Teles; Medrado; Gragnani, 1986, p. 44).

A exclusividade das creches como um espaço a ser utilizado apenas pelas trabalhadoras está inscrita na lógica do sexo biológico, sugerindo que há um conjunto de atividades que só podem ser realizadas pela mulher. A CLT, ao prever que o número de berços deveria ser calculado a partir do número de mulheres entre 16 e 40 anos, o faz considerando que as crianças são de responsabilidade das mães. Ainda que a amamentação seja a única atividade que o pai não realiza por não produzir leite, não seria um impeditivo já que, entre as trabalhadoras, haviam mães que amamentavam seus filhos com fórmulas e outras que tinham suas crianças amamentadas por outras trabalhadoras. Esse espaço, além de prover a guarda e amamentação das crianças, contribuía com a socialização entre as mães, o estabelecimento de uma rede de apoio e a permanência dessas mulheres no trabalho formal.

⁶ Fonte:

https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/85692/1943_08_09_doeub1_00184_pag_11937a11984_pb.pdf?sequence=2

Na época, funcionários e representantes das empresas avaliaram que a instalação dessas creches reduziram as faltas, a rotatividade da mão-de-obra feminina e as demissões, seja por iniciativa das empresas, seja a pedido da trabalhadora. Todavia, essa não era a experiência de boa parte das mulheres já que, das poucas que estavam empregadas em trabalhos formais, um número ainda menor usufruía do serviço de creche. As pesquisas realizadas na época demonstraram que, 40 anos após a CLT, menos de 1% das empresas paulistas haviam implementado esses espaços. Via de regra quem cuidava das crianças para que as mulheres pudessem trabalhar eram outras mulheres (Rosemberg, 1984). Portanto, ainda que a CLT tenha previsto a implementação das creches, o que em 1943 parecia uma possibilidade, tornou-se uma excepcionalidade.

Ainda que esse normativo tenha avançado em algumas questões, convém ponderar que ele é influenciado pelo imaginário social acerca das mulheres e da sua função social. De acordo com Backzo (1985), o imaginário é permeado por representações e símbolos que interferem nas práticas coletivas e exercem funções múltiplas e complexas nas relações sociais e no exercício do poder político. Portanto, como as instituições estão inseridas neste universo simbólico, os imaginários e práticas sociais desempenham um papel importante nas mentalidades e práticas coletivas.

Para exemplificar, destaco que, com exceção de algumas ocupações, o trabalho noturno era vedado às mulheres; os serviços considerados perigosos e insalubres eram proibidos, a exemplo das minerações, pedreiras e obras; em caso de ameaça aos vínculos familiares, havia a possibilidade do marido pleitear a rescisão do contrato de trabalho da esposa. Percebe-se que em cada formação social essas representações de gênero se constituem e são veiculadas por instituições, a exemplo do Estado, das igrejas e das instituições de ensino, com grande capacidade de intervenção nos processos de interiorização de valores e modulação de comportamentos. Como aponta Backzo (1985), o imaginário social é um dispositivo de controle da vida coletiva, do exercício da autoridade e do poder. Neste caso, o que a CLT reitera é que a função de cuidado cabe à mulher; que alguns trabalhos são apenas masculinos; que a mulher é propriedade do marido; que a família se sobrepõe ao trabalho feminino remunerado. Percebe-se, portanto, que o simbólico, juntamente com outros dispositivos, ao mesmo tempo que limitam a entrada e permanência das mulheres nos espaços públicos, preservam discursos e privilégios.

Se em um primeiro momento a creche foi incorporada à política de trabalho, no período da ditadura militar as creches foram inscritas na política de assistência social sob a responsabilidade da Legião Brasileira de Assistência (LBA) através do Projeto Casulo

(Marcondes; Cruz, 2016). Apesar da mudança, há uma semelhança que impacta principalmente nas camadas mais populares, pois "a fragmentação, sobreposição e baixa priorização foram a tônica, o que resultou em uma rede de atendimento precária, em que a possibilidade de pagamento de serviços particulares era a alternativa para a garantia de acesso" (Luz; Campos *apud* Marcondes; Cruz, 2016, p. 179-180). Portanto, a creche não era implementada nem pelas empresas nem pelo Estado, omissa tanto por não oferecer o serviço como por não fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista e o serviço que deveria ser prestado pelas instituições de assistência. Rosenberg (1984) afirma que, até 1975, além da CLT não ser respeitada pelo empresariado paulista era pouco conhecida entre as trabalhadoras e não era pauta de reivindicação sindical.

Em suma, depreende-se que o direito à creche vinculava-se tanto ao trabalho formal como às mulheres, pois os homens, que eram maioria, não foram considerados como possíveis cuidadores e demandantes desse tipo de serviço, tipificado na CLT como uma ação de proteção à maternidade e não à infância; a creche não tinha uma conotação educacional, prevendo apenas um espaço para que a mãe pudesse "guardar" a criança durante o trabalho; diante da não implementação do que estava previsto na CLT, a possibilidade dessas mulheres se manterem nas empresas ficava comprometida; a ausência de uma política pública educacional voltada para a primeira infância e que abrangesse os primeiros seis anos da criança, impactou no ingresso e permanência de mulheres tanto no trabalho informal como formal.

Com relação ao trabalho formal, a primeira inclusão de cláusulas relativas à creche em acordos sindicais se deu apenas em 1983. Para Andrade

O argumento de que a mulher, por sua suposta fragilidade, vulnerabilidade e docilidade, deveria ser preservada dos perigos e degradações promovidos pela indústria moderna e, assim, confinada à esfera do lar, teve grande aceitação nos meios operários, justamente por atender à inquietação desperta pela competição feminina, ocultada sob a aparência de um discurso paternalista. Deste modo, a persistente diferenciação de tratamento em relação às mulheres ganhou expressão nos programas dos partidos socialdemocratas, que ora ignoravam a questão da emancipação feminina, ora incorporavam-na apenas superficial e formalmente (Andrade, 2018, p. 120-121).

Com relação aos organismos partidários e sindicais, Andrade (2018) aponta que, num contexto de mecanização, avanço do capitalismo e substituição da mão de obra masculina pela feminina e infantil, a defesa da esfera privada como sendo o lugar natural das mulheres era parte do discurso anticapitalista, pois a inserção da mulher no mercado de trabalho

acarretaria o rebaixamento geral dos salários e a dissolução da família diante da perda da autoridade masculina sobre o trabalho e a vida dos seus dependentes.

Com relação ao rebaixamento geral dos salários, Saffioti (1976) se contrapõe a tal posicionamento ao afirmar que, naquele período, a incorporação da mão de obra feminina nas indústrias visava o rebaixamento dos custos de produção e se dava de forma descontinuada e estratégica. Cabe pontuar que, à medida que uma melhor compreensão sobre o funcionamento do sistema capitalista foi se estruturando, os discursos dos organismos partidários e sindicais foram reformulados. Além disso, conforme pontua Soares (1994), houve também o protagonismo das mulheres no diálogo com os sindicatos e partidos, percebidos como espaços de militância feminista. Essas mulheres “debateram com as esquerdas e forças políticas progressistas alguns pontos da teoria e da prática do fazer político, apontando para a não hierarquização das lutas e a sexualização das práticas nos espaços públicos” (Soares, 1994, p. 14).

Os movimentos feministas e de mulheres⁷ foram centrais para a politização de demandas que até então eram tratadas como sendo de cunho individual. Se os interesses são articuladores de sentidos e de discursos, a luta desses movimentos reiteram que "o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas" (Orlandi, 2000, p. 42). Assim, reelabora-se um universo simbólico de representações que, a partir de uma formação discursiva, havia produzido uma concepção da mulher como submissa e, jamais, como protagonista. Ao problematizarem a polarização entre público e privado, produção e reprodução, natureza e cultura, produziram representações outras sobre homens e mulheres, de modo a ressignificar comportamentos e discursos. Diferente do esperado, essas mulheres tinham aspirações, rebeldia, inconformismo, insubordinação e indignação. Estavam cientes de que a exclusão das mulheres dos espaços públicos, do conhecimento e dos espaços de poder é um fenômeno histórico e, como tal, é passível de mudanças.

Nesse sentido, a desnaturalização da maternidade e do cuidado com inerente e destino de todas as mulheres foi pautado na década de 1970. Sob a ótica das feministas vinculadas ao movimento socialista, o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças impediam a inserção da mulher em atividades políticas e laborativas, condicionando-as ao espaço privado. Portanto, pautar a socialização do cuidado por meio de creches era relevante por vários

⁷ Para Teles (1999, p. 128), “o movimento autônomo de mulheres significa uma organização temporária ou permanente para discutir e decidir sobre manifestações e outras atividades em defesa das mulheres”. A autora diferencia o movimento autônomo de mulheres do movimento feminista e sinaliza que, apesar das diferenças nos discursos e nas formas de manifestação, em alguns momentos a convivência política foi possível.

motivos: possibilitar a inserção da mulher no mercado de trabalho, preservar as crianças da negligência e dos maus-tratos, reduzir os índices de criminalidade, suprir as carências com relação a saúde, alimentação e sociabilidade, propiciar o desenvolvimento integral da criança (Andrade, 2018).

A politização dessa discussão promoveu um deslocamento da concepção do cuidado como uma função a ser realizada pela mulher no âmbito privado. Além disso, ao cobrar do Estado o desenvolvimento de ações voltadas à infância, outras representações nas identidades das mulheres-mães foram produzidas. Como pontua Teles

As feministas, ao desnaturalizarem o destino das mulheres à maternidade obrigatória, denunciaram a discriminação histórica e propuseram políticas que enfrentassem a divisão sexual do trabalho e a ideologia do amor materno. A maternidade é uma função social, interessa a toda sociedade que deve estar preparada política e afetivamente para receber, cuidar, educar e socializar as crianças pequenas. A creche não é um problema individual, é uma questão social (Teles, 2015, p. 25).

Foi nesse contexto, de reivindicações diante da omissão do Estado, que a necessidade da creche foi politizada, gerando debates entre o poder público e a sociedade em geral. Maria Amélia de Almeida Teles (2015) pontua que nesse debate haviam percepções distintas sobre essa reivindicação:

- A creche era vista como uma política de países socialistas e, como tal, era uma discussão que não cabia no nosso país;
- A creche deveria se configurar como um ato de caridade, voltada apenas para as mães pobres;
- A creche deveria adquirir *status* de política pública e ser institucionalizada na perspectiva do direito da criança.

É importante sinalizar que o entendimento sobre o que deveria ser ofertado para as crianças foi sendo construído coletivamente ao longo da história e que os discursos foram mudando (Silva, 2015; Teles, 2015). Para Teles (2015), o desconhecimento do que poderia ser uma creche e do seu significado histórico era geral, mas foi no decorrer dos debates que ocorreram após as reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres que esse entendimento foi sendo construído coletivamente, percebendo a creche como um espaço de educação, socialização e cuidado. Inicialmente a creche foi reivindicada sem uma reflexão maior sobre o seu significado, mas "no decorrer da luta o próprio feminismo descobriu que a creche é um direito da criança pequena à educação, o que não era assim entendido no início

da construção da bandeira. Foi uma construção coletiva na qual as mulheres passam a inventar uma creche ideal" (Teles, 2015, p. 28).

Macedo (2015) também faz referência a essas mudanças, pois, como se observa na historiografia, se num primeiro momento justificava-se a creche a partir da necessidade da mulher ter com quem deixar os filhos por causa do trabalho, agregou-se ao discurso a importância do direito à educação fora do espaço privado. Para Macedo (2015), foi a partir de 1980, período da "transição democrática", que a argumentação a favor do direito da criança começou a ser mais enfatizada. Em outro momento, e com as creches em funcionamento, percebeu-se a necessidade de discutir o projeto político pedagógico das creches, contemplando as formas de organização e administração desses espaços. É diante dessa trajetória histórica que a autora pontua que, assim como o gênero, o conceito de infância é uma categoria social construída historicamente.

O percurso reivindicatório da luta por creches foi sendo trilhado juntamente com outros acontecimentos no tempo e no espaço, que fortaleceram os movimentos feministas e de mulheres: o Ano Internacional da Mulher (1975) e a Década da Mulher (1975-1985), ambos instituídos pela Organização Nacional das Nações Unidas (ONU); a criação de jornais alternativos e o apoio da imprensa feminista paulista entre 1975 e 1980, a exemplo do Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio; realização do I Congresso da Mulher Paulista e criação oficial do Movimento de Luta por Creches em 1979; a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres ainda no período ditatorial; o retorno de mulheres exiladas que, durante o exílio, haviam tido contato com literatura e grupos feministas; a intersecção do movimento feminista com a produção acadêmica sobre gênero e a pequena infância e a organização de mulheres nas comunidades periféricas (Fachinni, 2018; Macedo, 2015; Teles, 2015).

Historicamente, o que se observa são práticas interessadas em vigiar, subalternizar e normatizar os corpos e comportamentos das mulheres, fabricando mecanismos de regulamentação e controle. Todavia, essa trajetória de luta e resistência desconstrói o mito da inferioridade cognitiva da mulher e da inabilidade para a política. Como pontua Teles (1999), as mulheres dos movimentos feministas atuaram em grupos de estudos, organizaram mobilizações, editaram jornais, cadernos e revistas, estruturaram serviços de atendimento nas áreas da saúde, social e jurídica, estimularam os estudos sobre a mulher e as relações de gênero no meio acadêmico e assessoraram mulheres sindicalizadas e das periferias.

Ao politizar situações vistas até então como individuais e não coletivas, os movimentos feministas e de mulheres assumiram um lugar de protagonismo, deixando de serem vistas como simples "vítimas das relações sociais reproduzidas pela sociedade moderna" (Andrade,

2018, p. 123). Teles (1999) aponta para a importância da periferia que, na década de 1970 diante do alto custo de vida, sobrevivia com baixos salários, ausência de escolas e desnutrição infantil. Para a autora, a creche também ganhou visibilidade porque essa pauta conseguiu, mesmo com as diversas correntes político-ideológicas, unificar o movimento feminista.

A creche logo ganhou destaque, pois tanto as militantes feministas como as mulheres operárias da periferia precisam de um espaço/equipamento para cuidarem de seus filhos enquanto trabalham. A creche conseguiu unificar o próprio movimento feminista em suas diversas correntes político-ideológicas. E assim levou o feminismo para o campo popular. Talvez tenha sido um dos momentos em que as feministas saíram dos lugares centrais para a periferia. Com o trabalho popular junto às mulheres, o feminismo adquiriu certa legitimidade e reconhecimento (Teles, 2015, p. 27).

O que se observa é que na década de 1970, a partir das reivindicações dos movimentos sociais, o movimento por creches começa a se fortalecer em algumas regiões do Brasil. Com isso, há tanto uma expansão do número de creches como um movimento pela revisão do seu significado. Estudos históricos apontavam que, diferente da escola, que apresentava uma evolução constante pelo menos em dados quantitativos, a história da creche naquele período se dava por ciclos sucessivos de expansão e retraimento porque não era percebida como uma instituição de educação destinada a todas as crianças, mas como um equipamento em substituição às mães que trabalhavam fora, que é o que a autora chama de socialização da criança pela maternagem⁸ compulsória. Portanto, por estar vinculada a esse entendimento de instituição provisória, de emergência ou de substituição e restrita a uma parcela da população, deveria responder a uma necessidade circunstancial (Rosemberg, 1984).

Antes da Constituinte, estudos das áreas de pedagogia, sociologia, antropologia e psicologia já indicavam que as crianças eram responsabilidade da sociedade e que o serviço de creche não deveria ser disponibilizado apenas às mães que trabalhavam fora, mas a todas as famílias (Macedo, 2015). Em 1981 a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) se organizou em grupos de trabalho para discussão dessa pauta, também em “defesa do direito de todas as crianças à educação pública e não apenas para as crianças consideradas carentes, rompendo com modelos assistencialistas e de educação compensatória” (Macedo, 2015, p. 88).

⁸ Há diferenças entre a maternidade e a maternagem. A maternidade se relaciona à função biológica, à capacidade das mulheres de gerar uma criança. Por maternagem compreende-se as ações voltadas para o cuidado de uma criança, a promoção da sua educação, socialização e o atendimento de suas necessidades. Portanto, a maternagem não é biológica, não decorre do fato de ser mãe. É uma capacidade aprendida e que pode ser exercida por homens e mulheres, sejam eles os pais biológicos ou não (Badinter, 1985).

É a partir do processo de redemocratização que há uma abertura de espaços de interlocução entre o movimento social e o Estado, a exemplo dos Conselhos dos Direitos das Mulheres, criados a partir de 1983 (Fachinni, 2018). Conforme pontua Macedo (2015), o debate sobre os direitos das mulheres e das crianças

[...] repercutiu no Conselho Estadual da Condição Feminina e no Conselho Nacional de Mulheres, que se destacaram na luta pelo direito das crianças à educação infantil, apresentando proposta para o texto constitucional que apontava como dever do Estado o oferecimento de vagas em creches para crianças de 0 a 6 anos e 11 meses e como opção das famílias a matrícula de seus filhos/as (Macedo, 2015, p. 89).

A partir da Constituição Federal de 1988, os debates sobre a educação infantil se intensificaram e direcionaram o direito à creche e educação infantil a todas as crianças, não mais sob a ótica de guarda e substituição da família, mas do direito da criança ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, tornou obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 06 anos de idade. Em 2013, a Lei nº 12.796 alterou a idade para 04 anos e estabeleceu que as redes municipais e estaduais de ensino teriam até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. Dessa forma, a educação infantil passou a abarcar a creche e pré-escola e está definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Buscando a incorporação do direito à creche à política de educação, para além da Constituição Federal houve a incorporação desse direito em outros marcos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), os Planos Nacionais da Educação (2001 e 2014) e a Emenda Constitucional – EC 53/2006, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb (Marcondes; Cruz, 2016). Ainda que a incorporação do direito à creche à política de educação tenha mais de trinta anos, a oferta desse serviço ainda é deficitário, pois o Plano Nacional de Educação de 2001 a 2011 tinha como meta atender pelo menos 50% da demanda, todavia, como essa meta não foi

alcançada, foi mantida no plano de 2014 a 2024, prevendo a execução de programas, ações e projetos com o intuito de ampliar e manter a rede de Educação Infantil (Teles, 2018).

A não implementação do que está previsto nos normativos, a oferta abaixo da demanda e a falta de investimento para aumentar o número de vagas e melhorar a qualidade do serviço demonstram que o sistema educacional está tensionado pela lógica capitalista. Ainda que as políticas sociais representem uma conquista, a desigualdade é intrínseca a esse sistema, é produto de suas contradições e, portanto, não há o intuito de eliminá-la. Nesse sentido, as políticas sociais percorrem os “caminhos da privatização para os que podem pagar, da focalização/seletividade, das políticas pobres para os pobres e da descentralização, vista como desconcentração e desresponsabilização do Estado, apesar das inovações de 1988” (Behring; Boschetti, 2011, p. 184).

Não desconsidero que a trajetória das políticas sociais está conectada ao capitalismo, à política econômica, ao ajuste fiscal e a outros determinantes. Todavia, o foco da minha análise neste tópico se concentrou sob o ponto de vista dos discursos, das representações e do imaginário social, entendendo que para o exercício do poder político “o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico” (Backzo, 1985, p. 297). Portanto, a moralização da pobreza e os discursos que colocam o homem como provedor da família e a mulher como aquela que tem como desejo e destino a maternidade, interferem na formulação das políticas públicas. É por este motivo que, em contraposição à interferência dessas representações, os movimentos feministas e de mulheres buscaram criar novas representações de gênero.

É certo que a condição da mulher não foi radicalmente transformada com a institucionalização da creche no Brasil, mas houveram ganhos. Nesse processo, cientes da existência de uma opressão de gênero, as mulheres foram protagonistas, politizaram várias questões e disputaram por novas representações e práticas discursivas. Nessa trajetória, desenvolveram ações e pesquisas sobre a infância e contribuíram com a estruturação de um serviço de educação que possibilitou o compartilhamento da responsabilidade pelo cuidado e desenvolvimento das crianças com o Estado. Essa conquista contribuiu também para que o trabalho, para além do doméstico, se tornasse possível para algumas mulheres. Aqui, não me posiciono favorável à defesa da creche como uma etapa obrigatória, mas como uma política pública que atenda a todos que dela necessitarem, possibilitando à mulher que só se mantenha exclusivamente nessa função se for uma escolha.

1.2. Parentalidade, função de cuidado e função econômica: mãe cuidadora e pai provedor?

Ainda que o Estado tenha apresentado respostas às reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, há questões que ainda se mantêm muito presentes na sociedade: a oferta insuficiente de vagas em creches públicas e pré-escola, tanto em período parcial quanto integral; a função de cuidado centralizada nas mulheres. Essas duas questões se relacionam com o “maternalismo”, termo que nomeia o discurso de naturalização do cuidado enquanto atribuição das mulheres (Iaconelli, 2022). O discurso maternalista desconsidera que os papéis de gênero são socialmente construídos e reitera que o ambiente doméstico e o cuidado são atribuições femininas. No cotidiano, o que se percebe é que a divisão desigual de tarefas entre homens e mulheres e a insuficiência de ações estatais voltadas para a infância impactam no ingresso e na permanência das mulheres nos espaços públicos.

Com relação à educação e, especificamente ao ensino superior, a pesquisa de Morosini (2012) identificou as principais causas que interferem na permanência dos estudantes e que geram a inconclusão do curso de graduação (evasão) ou a conclusão tardia (retenção):

- a) os aspectos financeiros relacionados à vida pessoal ou familiar do estudante;
- b) os aspectos relacionados à escolha do curso, expectativas progressas ao ingresso, nível de satisfação com o curso e com a universidade;
- c) os aspectos interpessoais – dificuldades de relacionamento com colegas e docentes;
- d) os aspectos relacionados com o desempenho nas disciplinas e tarefas acadêmicas – índices de aprovação, reprovação e repetência;
- e) os aspectos sociais, como o baixo prestígio social do curso, da profissão e da universidade elegida;
- f) a incompatibilidade entre os horários de estudos com as demais atividades, como, por exemplo, o trabalho;
- g) **os aspectos familiares como, por exemplo, responsabilidades com filhos e dependentes e apoio familiar quanto aos estudos**, etc;
- h) o baixo nível de motivação e compromisso com o curso (Morosini et al., 2012, p.8, grifo nosso).

Em 2018 foi realizada a V pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que demonstrou que 11,4% dos discentes de graduação tem filhos e que 85,3% coabitam com a criança. Com relação à Universidade de Brasília, não consta nos anuários estatísticos da instituição informações relacionadas a estudantes com filhos. Nesse sentido, a história oral se constitui enquanto metodologia de pesquisa com o intuito de construir uma narrativa acerca das experiências das mães no ensino superior e de dar visibilidade a um tema pouco visitado pela historiografia: educação, maternidade e os papéis de gênero.

Atrelada às narrativas, minhas reflexões também se fazem a partir da leitura de autoras da psicanálise que discutem o tema. Nesse processo, percebi que a história oral guarda

semelhanças com aquela área de conhecimento, que dá importância ao dissonante e ao que as ciências tentam ignorar; que no campo do humano, reconhece que a pretensão de um saber totalizante conduziria à surdez do que é singular de cada um (Iaconelli, 2022). Nesse sentido, essa pesquisa rompe com enfoques cujo sujeito universal ainda seja o masculino e se insere no campo da história das mulheres e das relações de gênero, considerando a história do tempo presente como campo de estudo e a história oral como metodologia de pesquisa. Nesse campo, conforme afirma Chartier

o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico historiador e aqueles que fazem a história (Chartier, 1993, p.8).

No Brasil, o interesse pela história recente passou a ser mais expressivo no campo historiográfico à medida que as instituições democráticas foram se consolidando, pois o direito de se expressar é condição para a existência da história oral (Meihy, 2010). Dessa forma, é a partir de 1980 que são criados, em universidades e outras instituições, programas de pesquisas voltados para a preservação da memória, contemplando temáticas e grupos que foram historicamente silenciados, seja por questões políticas, raciais, de classe ou gênero (Rovai, 2013). Assim como Chartier, Meihy (2010) reconhece a importância da pesquisa sobre o nosso tempo vivencial, com e no tempo presente porque, ao inverter a concepção de História como algo que se iniciava no tempo distante e que tinha um período limite de análise, dispensa-se o pressuposto da neutralidade e do distanciamento, respondendo questões do nosso tempo. Nesse sentido, afirma que a história oral tem um comprometimento com a transformação e que, para isso, “deve se endereçar sempre à história pública, gerar índices de valorização da experiência coletiva e, para isto, precisamos do argumento da entrevista e que ele tenha dimensão social”.

A dimensão social desta pesquisa está na centralidade da função de cuidado na mulher e na insuficiência de políticas estatais para a infância, que interferem na inserção e permanência dessas mulheres em espaços públicos, a exemplo do mercado de trabalho, educação, política, ensino, ciência e cultura. Com relação ao mercado de trabalho, Marques (2016) afirma que a integração da mulher ao mercado de trabalho se deu de forma lenta e parcial porque não foi acompanhada por ações estatais voltadas para a maternidade e para os cuidados com as crianças, pois

[...] a oferta de serviço de educação pré-escolar, necessária para as crianças com mais de seis meses, [era] tratada como um gesto benemérito do empregador, a ser premiado e reconhecido pela autoridade pública. Não consistia em uma obrigação. Aliás, tampouco se atribuiu ao Estado a obrigação de prover escolas integrais para crianças em idade pré-escolar, em âmbito nacional (Marques, 2016, p. 680).

Uma vez que a oferta de serviço de educação pré-escolar era ínfima, o que a literatura aponta é que na ausência das mães o cuidado das crianças era realizado por formas improvisadas de assistência, pelas filhas mais velhas e vizinhas (Marques, 2016).

Nesta pesquisa as narrativas contemplam tanto os espaços ocupados pelas estudantes como por suas mães, sendo que, no caso das estudantes, a função de cuidado se soma ao ensino superior. No caso das suas mães, ao trabalho remunerado. Ainda que Marques (2016) esteja se referido a um período anterior, em que as estudantes não eram nascidas, é interessante perceber a interação entre esse passado próximo e o presente, pois algumas dessas filhas mais velhas são hoje as universitárias que colaboram com esta pesquisa e que eram responsabilizadas pelos cuidados dos irmãos mais novos ou de outras crianças da família. Outras, se recordam das vizinhas, das avós, das irmãs ou de estarem sozinhas.

Vindo de família de interior, que tem muito filho, eu já criei vários primos (Marcela, informação verbal: 2023).

A minha mãe comprou uma casa lá no Recanto das Emas, aí ela ficava lá comigo. Era uma invasão e aí tinha gente pra ajudar, olhar enquanto ela ia trabalhar. Eu tenho umas lembranças também de quando eu ficava sozinha em casa e aí um vizinho ia lá dar uma olhada (Bárbara, informação verbal: 2023).

Às vezes um vizinho que olhava a gente... minha vizinha. Aí depois a escola, aí depois passou mais responsabilidade para a minha irmã mais velha. É triste isso, mas... aí depois a gente já estava um pouquinho mais velho e a gente ficava só depois da escola (Tháís, informação verbal: 2023).

Teve uma [sobrinha] que foi criada com a minha mãe até os 10 anos. Aí às vezes eu falo pra ela: me ajuda a cuidar da minha filha. Porque eu praticamente ajudei a cuidar dela até os 10 anos, né? Eu, como era pequena, eu sempre tinha minhas obrigações com ela (Edineide, informação verbal: 2023).

Tinha a irmã Maria [uma vizinha]. Eu lembro que a única coisa que ela fazia era só ligar pra minha mãe se alguma coisa acontecesse, mas o resto era eu. Eu levava meus irmãos pra creche e pra escola. Chegava da escola, eu ia buscar e ia pra casa com os três. Era mais ou menos isso. Aí tinha que buscar o pão e leite na sexta porque senão cortava se faltasse. Então, todo dia eu buscava. Era isso a minha vida. Então, eu não tive uma pessoa, exatamente, pra me ensinar ou corrigir ou algo do tipo. Minha mãe tentava, sabe? Ela tentava (Andrea, informação verbal: 2023).

Ainda que a supervisão de crianças por adultos seja o esperado, a responsabilização de crianças pelo cuidado de outras crianças ou delas mesmas se configura como uma estratégia de sobrevivência quando as mães trabalham fora. Aqui, o que se percebe é que o cuidado não está centralizado na mãe, mas em mulheres, sejam elas vizinhas, irmãs ou outros familiares. No âmbito privado a função do cuidado tem uma clara demarcação de gênero que, com relação às mulheres, se sobrepõe ao trabalho produtivo. Nesse sentido, uma vez que o homem é tido como provedor, a dinâmica familiar tem pouca interferência na sua trajetória profissional porque o cuidado é tido como secundário. Com relação às mulheres, essa trajetória é permeada pelas necessidades familiares e, principalmente, pelo cuidado infantil. Portanto, a inserção e permanência no mercado de trabalho tem uma particularidade em comparação com os homens: requer uma organização prévia da dinâmica familiar, que se dá principalmente por meio do repasse das funções que lhes “cabem” enquanto mulheres a outras mulheres, sejam elas adultas ou não.

As transformações no mundo do trabalho, sobretudo a partir do final do século XX, apontam para a crescente inserção das mulheres no trabalho remunerado, ainda que com as piores remunerações e em ocupações de menor prestígio: serviços gerais, merendeira, faxineira e vendedora são algumas das ocupações exercidas pelas mães das estudantes. Historicamente, observa-se uma divisão sexual do trabalho, que é acompanhada por representações acerca do que é ser homem e mulher, baseada na "concepção de que a diferença biológica dos sexos masculino e feminino representaria também uma diferença de qualidades, habilidades e características que homens e mulheres carregariam naturalmente em seus corpos" (Daniel, 2011, p. 324).

Essas representações não são estáticas. Elas são mutáveis, regulam condutas, guardam relação com o contexto social em que são produzidas e são reiteradas pelos discursos. Para Stuart Hall, o discurso "define e produz os objetos do nosso conhecimento, governa a forma com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como ideias são postas em prática e usadas para regular a conduta dos outros" (Hall, 2016, p. 80). Como pontua Foucault (1996), o discurso é um sistema de representação, uma teoria de análise da linguagem, de interpretação da sua relação com o contexto social e que, como tal, produz sentido pela linguagem e influencia o que fazemos. Dessa forma, as identidades se constituem a partir das representações e os discursos sobre feminino e masculino, mulher e homem, pai e mãe são produtos desse sistema de representação, que por meio da linguagem alcançam as práticas sociais.

O imaginário social não é neutro e não está apenas no plano simbólico, pois a partir da articulação de estratégias de poder e dominação, as representações ganham contornos materiais, produzem uma ordem e designam lugares e, ao mesmo tempo, delimitam possibilidades e ocultam realidades. De acordo com Backzo (1985, p. 309), os imaginários sociais elaborados e consolidados por uma coletividade “designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento” designadamente através da instalação de modelos formadores [...]”. Considerando a temática do cuidado e das relações de gênero, esta pesquisa evidencia que esses modelos podem ser exemplificados pelas figuras do “homem provedor”, da “esposa exemplar” e da “boa mãe”.

Os pais de Marcela nunca moraram juntos e tanto o pai como a mãe residiam com suas genitoras. Após o nascimento de Marcela, enquanto a mãe, a avó materna e a avó paterna se fizeram presente, o pai se fez ausente.

Eu fui criada por minha mãe e por minhas avós, assim como a maioria das pessoas que nascem [...] As minhas avós me criaram, tanto a materna quanto a paterna, mas o meu pai não. Ele sempre foi aquela pessoa que achou que o dinheiro, que ele pagava 150 reais de pensão pra minha mãe, era muita coisa e que ele podia me pegar um final de semana... eu lembro do meu pai falar que ia me pegar e eu fiquei pronta esperando o dia inteiro e meu pai não apareceu. Então assim... ele estava ali, eu conhecia meu pai, porque muita gente nem tem isso, né? Mas ele era ausente (Marcela, informação verbal: 2023).

A mãe de Bárbara é natural do Maranhão e veio para Brasília quando tinha 16 anos para trabalhar. Morava com uma tia, mas quando engravidou foi expulsa de casa e passou a morar na casa da avó paterna de Bárbara. Apesar dos seus pais nunca terem morado juntos, relata que o pai sempre foi presente, que pagava pensão e que a pegava aos finais de semana.

Minha mãe sempre trabalhou muito e ela me criou. Meu pai também sempre foi muito presente. Ele sempre me pegava final de semana, sempre pagou pensão direitinho. Ele foi um bom pai (Bárbara, informação verbal: 2023).

Em outro momento, perguntei: quem te criou foi sua mãe e seu pai? A estudante me respondeu que sim, mas no processo de transcrição percebi que posso ter induzido a resposta pela forma como formulei a pergunta, pois na narrativa há outros dois momentos em que Bárbara afirma que foi criada pela mãe.

Como a minha mãe sempre me criou sozinha, teve uma época que ela me mandou para o Maranhão também [...]. Então eu morei ... acho que foi dois ou três anos com a minha avó materna lá no Maranhão (Bárbara, informação verbal: 2023).

A gente mudou pra Santa Maria e naquela época a Santa Maria tava começando ainda. Então, ela tinha medo de me deixar lá sozinha, né? Então ela optou por me mandar pra minha avó enquanto ela arrumava as coisas e tal (Bárbara, informação verbal: 2023).

"Criar" vai além do contato aos finais de semana e pagamento de pensão. Tem a ver com ser a pessoa que se disponibiliza pelo cuidado e que, para isso, despende seu tempo e sua energia física e emocional frequentemente. Quando a localização do domicílio trouxe insegurança, quem supriu essa lacuna foi a avó. No caso de Andrea, o cuidado dos irmãos foi delegada à estudante para que a mãe pudesse trabalhar, pois era a principal provedora.

O meu pai era servente de pedreiro, só que ele nunca exerceu de verdade a função, ele sempre foi muito mesmo cachaceiro... alcoólatra mesmo. Ele fazia um serviço, mas nunca ficava por causa da bebida. Teve muito disso (Andrea, informação verbal: 2023).

Assim, a minha mãe vivia trabalhando porque ela tinha que sustentar a casa. [...] Ela também não teve apoio do meu pai. Meu pai não estava nem aí para nós. Esse era o fato (Andrea, informação verbal: 2023).

O que se observa é que os discursos perpetuam imaginários e reafirmam lugares sociais, pois essa função de cuidado recai sobre as mães, avós, outras mulheres ou meninas como uma obrigação, enquanto que para os homens é uma escolha. Portanto, há duas perspectivas no imaginário social que se destacam com relação à mulher e a maternidade: a dedicação exclusiva; a conciliação dessa função com as demais, desde que não se ausente da função de cuidado. Validar esse imaginário seria desconsiderar a multiplicidade das experiências, estabelecer um padrão de condutas e não reconhecer a experiências singulares dos indivíduos, vividas ao longo da vida por uma população que é heterogênea e não padronizável (Barroso, 2021). Portanto, a maternidade não está contida em nenhuma totalidade, pois para além do "padrão" há outros significados construídos socialmente e outras formas de cuidado. As narrativas nos permitem o acesso a um discurso múltiplo, explicitando que a parentalidade é exercida principalmente por mulheres, mas nem sempre pelas mães; quase sempre pelas mães, mas nunca ou eventualmente pelos pais.

A significação da parentalidade não é neutra, foi conceituada pela primeira vez em 1959 por Therese Benedek e ressignificada por outros estudiosos da área. Nesta pesquisa me utilizo da definição de parentalidade que é proposta pelas psicanalistas Daniela Teperman, Thais Garrafa e Vera Iaconelli. Conforme as autoras, a parentalidade "abrange a produção de discursos e as condições oferecidas pela geração anterior para que uma nova geração se constitua subjetivamente em uma determinada época. Isso implica considerar os sujeitos que

se incumbem dessa tarefa no plano singular e o campo social que os enlaça" (Taperman; Garrafa; Iaconelli, 2022, p.7). Assim, a parentalidade é um conceito que abarca as atividades parentais que são necessárias para o desenvolvimento da criança. Essas atividades não estão dadas, são produto das relações patriarcais de gênero, da cultura e dos imaginários sociais, que atribuem a homens e mulheres as tarefas que lhes “cabem”.

Com relação aos homens, as memórias das estudantes contemplam o funcionamento parental e os papéis que são ou não desempenhados por seus pais: mora na mesma casa que os filhos e é o provedor; mora na mesma casa, não é provedor e não é referência na criação dos filhos; reside em outro local e a participação na vida dos filhos, tanto em termos financeiros como de presença, são eventuais ou inexistentes. Observa-se, então, que a família não se configura, necessariamente, como pai, mãe e filhos residindo num mesmo domicílio e que o homem nem sempre é o único ou principal provedor. Ainda que ele seja colocado nesse lugar, as narrativas apresentam uma realidade que é ocultada pelo imaginário social: além do cuidado, as mulheres também desempenham esse papel e, para isso, contam principalmente com o apoio de outras mulheres.

Com relação aos lugares designados às mulheres, tanto as narrativas como os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2019, demonstram que ainda permanecemos como as principais responsáveis pelo cuidado, parentalidade e afazeres domésticos⁹. Segundo a pesquisa, as mulheres inseridas no mercado de trabalho dedicam em média 8,1 horas semanais a mais do que os homens na mesma condição; quando desempregadas, as mulheres dedicam em média 24 horas semanais e os homens 12,1 horas. Por fim, a pesquisa também revelou que a realização de afazeres domésticos pelos homens só se equipara à das mulheres quando ele vive sozinho, pois em coabitação as relações de gênero se mostram determinantes e as mulheres dedicam mais tempo a essas atividades. Ainda que homens e mulheres exerçam um trabalho remunerado, a responsabilidade pela casa e pelos filhos, tradicionalmente, é uma tarefa imputada às mulheres.

Todavia, quando não desempenha essa função, a sociedade permite que a mulher da camada mais pobre delegue a alguém o cuidado, desde que sua ausência seja justificada pela necessidade de sustento da família. Diferente do que acontece com as classes dominantes, é esta necessidade que legitima a ausência da mulher pobre na função de cuidado (Saffioti,

⁹ Considera-se como afazeres domésticos na pesquisa: preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louças; cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos; limpar ou arrumar domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim; cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.); fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio; cuidar dos animais domésticos; e outras tarefas domésticas.

1989). Acrescento que, ainda que legitimada, ao mesmo tempo que o trabalho se configura como uma condição para a sobrevivência, a ausência no domicílio também pode gerar o sentimento de culpa ou a responsabilização das mães que não se fizeram presentes por aquilo que os filhos não deveriam fazer ou se tornar.

Com relação às classes dominantes, o que a autora coloca é que essas mulheres podem delegar algumas funções, mas nesse caso o trabalho não é o principal legitimador, mas a classe. Ainda assim, esta mulher não está isenta de orientar seus filhos e aquelas que desempenham as funções para as quais são contratadas. Portanto, apesar da classe, a responsabilidade pelo trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, seja na execução ou na atribuição a outra pessoa, é da mulher. Portanto, “por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres” (Saffioti, 1987, p. 9).

Independente das particularidades de cada um, pretende-se imputar a homens e mulheres determinadas funções e valores. Com relação ao homem, Saffioti (1987) aponta que ainda que o desemprego e os baixos salários sejam uma realidade, a representação deste como único ou principal provedor das necessidades materiais da família também o coloca numa posição difícil, onde não lhe é permitido fracassar. Além disso, associado ao êxito econômico há outros valores, como força, razão, agressividade e coragem. Nesse sentido, a luta das mulheres também diz respeito aos homens, pois o processo de construção social da inferioridade feminina só se faz em conjunto com a construção social da superioridade masculina, como opostos. Como pontua Saffioti, “Mulher frágil é a contraparte de macho forte. Mulher emotiva é a outra metade de macho racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do homem superior” (Saffioti, 1987, p. 29). Essa construção é exitosa e é acompanhada da criação de estereótipos, que reduzem os traços de personalidade ao sexo, reprimem os desejos daqueles que querem caminhar em outra direção e modela homens e mulheres para relações desiguais, de dominador e dominada.

Saffioti (1989) também chama atenção para quando as relações de dominação são disfarçadas de “ajuda”. Nesse sentido, já que o ambiente doméstico é tido como feminino, quando o homem desempenha alguma função de cuidado com a casa ou com os filhos, o significado que essa ação adquire é de ajuda e não de obrigação. Com relação ao trabalho remunerado da mulher, este é legitimado ou quando ela é a principal mantenedora ou quando há a necessidade de complementação da renda familiar. Todavia, nesse segundo caso, o trabalho remunerado feminino é interpretado como ajuda porque, atrelado ao discurso de que o sustento da família deve ser uma atribuição masculina, normalmente a mulher recebe menos

que o companheiro. Portanto, quando a partilha da vida doméstica, das atividades voltadas para o sustento da família e do lazer não ocorrem, a dominação dos homens sobre as mulheres é disfarçada de “ajuda”.

Quando Thaís foi entrevistada, informou que seus pais haviam se separado e que morava com a mãe e uma de suas irmãs, mas que durante a sua infância e adolescência, quando o pai residia no mesmo domicílio, a referência de cuidado não era ele, pois sua principal função era o trabalho remunerado.

Quem que te criou?

Minha mãe. [...]

E o seu pai?

Trabalho.

E a sua mãe quando delegava, quando compartilhava esse cuidado, era porque ela precisava trabalhar?

Exatamente (Thaís, informação verbal: 2023).

Na rotina familiar, os filhos representam uma parte importante das tarefas que são desempenhadas diariamente. Além da alimentação, vestuário e higiene, o cuidado também inclui dar atenção, conversar, acompanhar o desenvolvimento escolar, dentre outros. É importante ponderar que nem todas as tarefas serão realizadas pela mesma pessoa, pois algumas serão delegadas a outras mulheres e outras não serão nem delegadas e nem realizadas. Nesse sentido, o que cabe reiterar é que, ainda que o pai e a mãe trabalhem fora e residam num mesmo domicílio, a divisão sexual do trabalho persiste.

Andrea traz outros elementos em sua narrativa: a mãe era a principal mantenedora; a contribuição financeira do pai não era frequente; como a mãe trabalhava fora, foi responsabilizada pelo cuidado dos irmãos e da casa por ser mulher.

Sabe aquela criança que não pôde jogar bola por muito tempo na rua, nem soltar pipa porque eu era mulher? Eu amava soltar pipa! Sexta a tarde, ela [a mãe] chegava mais cedo [do trabalho]. Eu tinha uns 8 mesmo, uns 8, 7 anos... aí toda sexta a tarde, geralmente eu já tinha lavado as roupas, batido as roupas, já estava tudo certinho, aí a gente ficava na porta, assim, no portão, que naquele tempo a nossa casa era bem simples mesmo... E ela ficava vendo a gente jogar bola. Como eu tinha 3 irmãos, dava pra jogar bola, e ela ficava vendo e eu lembro que eu ficava muito feliz dela estar ali (Andrea, informação verbal: 2023).

As narrativas dão visibilidade a outras dinâmicas familiares, pois as memórias apresentadas sobre as vivências das estudantes junto aos familiares mostram que a figura masculina nem sempre cumpre a função de provedor e que a mãe nem sempre exerce todas as funções de cuidado. O que se observa é que a maior parte das mulheres desempenham um papel econômico nas famílias; que os homens, casados ou separados, que exercem um

trabalho remunerado nem sempre contribuem financeiramente; que a saída da mãe para o mercado de trabalho é motivo determinante para que os filhos assumam algumas funções relacionadas à casa ou irmãos; que o cuidado é atribuído às mulheres, sejam elas adultas ou não.

De acordo com Rovai (2013), o trabalho com a história oral tem um papel social porque publiciza experiências que são parte de um passado e presente coletivos, à procura de significados sobre um passado que não se findou porque permanece em aberto, pois algumas verdades históricas que triunfaram não são as únicas possíveis. Assim, a memória pode colaborar porque nos joga para fora do imaginário social e para dentro da vida, das experiências que questionam representações e produzem cultura. O que nos chega por meio das fontes orais e da memória são as subjetividades dessa experiência no lugar de filhas e a capacidade das estudantes de refletirem sobre suas histórias. Através dos fatos, elas recordam, interpretam, narram e contemplam uma análise da subjetividade, “trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade [...]” (Portelli, p. 2, 1996).

Nas narrativas em que as mães são lembradas, os discursos são fundamentais para a construção da história das mulheres no contexto do cuidado. Elas não falam sozinhas, mas articulam memória e experiência, de forma que a figura das narradoras dão sentido histórico às vivências experimentadas ao longo de suas trajetórias, até se tornarem mães. Portanto, as falas mobilizam uma historiografia e noções de história que se vinculam a um determinado campo de estudos, das relações de gênero. Assim, as narrativas das estudantes, por meio da história oral, se insere inevitavelmente no discurso histórico mais amplo, pois configura um campo de dados e debates que circunda o tema desta pesquisa.

Tomando essa noção de ampliação do discurso historiográfico, nesta pesquisa podemos afirmar que as narrativas das estudantes ressignificam suas histórias e a história de outras mulheres, pois se inserem no campo das disputas de memória para a instituição de outros imaginários na constituição dos lugares a serem ocupados pela mulher nas estruturas sociais. Portanto, pensar as relações de gênero, a partir das narrativas dos sujeitos históricos, é também lembrar, avaliar, analisar os discursos que instituem e demarcam representações cristalizadas. Assim, trazer para o debate público o tema que por ora esta pesquisa se debruça é demarcar posições, ao mesmo tempo que reinscreve no tempo as narrativas que contam e apresentam as experiências vividas, sentidas pelas nossas narradoras.

1.3. A família como locus de proteção e a violência sexual intrafamiliar

Nesta pesquisa, me propus a escutar e a registrar as memórias. Por meio das narrativas orais busquei compreender os significados que são atribuídos, no presente, às experiências vividas. Nesse processo, percebi que a linguagem é incapaz de abarcar uma experiência por completo e que as lágrimas, a dor e os silêncios precisam ser respeitados. Antes de iniciar a gravação das entrevistas, informei às estudantes que isso seria feito e perguntei se elas estavam de acordo. Somente após o consentimento, iniciei a gravação. Diferente das outras entrevistadas, Andrea já chegou verbalizando várias questões sobre a sua experiência com a maternidade. Somente depois de alguns minutos, fiz uma rápida interrupção e perguntei se eu poderia gravar e ela concordou. Depois de aproximadamente 15 minutos de gravação, comecei a conduzir a entrevista a partir do roteiro, contemplando questões que ainda não haviam sido abordadas pela estudante.

Na sala onde estávamos havia uma janela, para onde Andrea olhava nos primeiros minutos do nosso diálogo. Nossos olhares só começaram a se encontrar depois de um tempo e de algumas lágrimas, que vieram quando se referiu ao pai pela primeira vez:

*Eu tinha um pai alcoólatra, tenho um pai, na verdade, alcoólatra. Eu tô falando até demais... se quiser me interromper.
 Não, você pode continuar. Eu tô só confirmando se tá gravando...
 Sim... eu tenho um pai alcoólatra, né? Infelizmente. Foi muito difícil a convivência com ele porque ele roubava as coisas de casa pra vender, ele batia na minha mãe. Eu acho que eu não vou falar muito dessa parte [começa a lacrimejar].
 Tá. Você pode ficar a vontade. Você quer um... [ofereço um lenço]
 Eu aceito, aceito. Eu ia recusar, mas eu aceito (Andrea, informação verbal: 2023).*

Ponto que, como coloca Meihy (2008) no artigo *Palavras aos jovens oralistas: entrevistas em história oral*, sou uma jovem oralista, pois a prática da história oral teve início em 2022 com o ingresso no mestrado. Ficou claro que, nesse processo de criação de fontes, a condução de uma entrevista requer sensibilidade para não ser invasiva. Como pontua Rovai,

Essa linguagem em códigos não tão claros pode indicar os limites da abordagem do entrevistador, o momento de parar, de não insistir em uma desnecessária continuação de perguntas. É preciso ser sensível para saber que chegou a hora de deixar de interferir no território profundo da memória traumatizada (Rovai, 2013, p. 140-141).

Em alguns momentos, seja durante a entrevista, o processo de transcrição ou a análise das narrativas, pensei que poderia ter feito outras perguntas para entender melhor o que havia

sido colocado. Todavia, compreendi que nem sempre a continuidade se sobrepõe à pausa, pois também é preciso respeitar o silêncio, o olhar que desvia e as lágrimas. Com relação a mim, a entrevistadora, também foi preciso respeitar minhas limitações, pois em alguns momentos as emoções também poderiam vir à tona e uma reação imprópria poderia prejudicar o andamento da entrevista.

Depois de uns 40 minutos de diálogo, Andrea já estava se sentindo mais à vontade e optou por expor mais uma questão sobre a sua relação com o pai:

Então, meu pai, ele... Ele me abusou sexualmente. Eu não ia falar, mas é importante, eu acho, deixar isso claro. Hoje em dia eu acho que não dói mais, eu acho que essa parte realmente foi curada, mas como eu tenho uma filha, ele nunca vai chegar perto (Andrea, informação verbal: 2023).

Rosa (2022) aponta que, historicamente, a família se instituiu como sendo o lócus de proteção e educação da criança, com a função de mediar a relação entre esse sujeito e a realidade. Além disso, há também uma representação ideal de família, que se faz presente no imaginário social e que deve ser composta por pai, mãe e filhos, todos residentes num mesmo domicílio. Ainda que naquele período a família de Andrea se “encaixasse” nesse padrão, Rosa (2022, p. 23) aponta que o status que a família adquire se sobrepõe à realidade e “obscurece a presença da cena social na base da cena familiar”. Aqui, o que se observa é que os conflitos, as relações de poder e a violência no âmbito doméstico estão presentes e que, no caso dessa estudante, a violência intrafamiliar é a justificativa para que, apesar da pressão exercida por alguns familiares, ela tenha tomado a decisão de não ter contato com o pai:

Hoje em dia as pessoas falam. Eu fui uma pessoa muito julgada também por isso, mas são coisas, são atitudes que eu mesma tomei. Ah, mas é seu pai. Tô nem aí... (Andrea, informação verbal: 2023).

De acordo com Lavoratti e Pavowski Silvestre (2013), a família não é uma instituição estática, pois a depender da época e da sociedade em que está inserida se institui sob a interferência de aspectos culturais e sociais e produz diferentes modelos. O que se tem, a partir do século XIX, é uma família organizada com base no modelo patriarcal, “no qual as mulheres, os filhos e os escravos eram considerados propriedade do chefe de família, devendo a este obediência” (Lavoratti; Pavowski Silvestre, 2013, p. 647). Para as autoras, ainda que algumas alterações tenham ocorrido, ainda há vestígios: ainda que boa parte das famílias não tenham essa organização, a família nuclear (pai, mãe e filhos residindo num mesmo domicílio) é tida como modelo; no imaginário social há a representação de uma família sem conflitos, sem violências e que, portanto, se constitui como o locus privilegiado de proteção e

respeito; há divisões de papéis entre os membros desde a infância, onde as mulheres devem obediência aos homens e as crianças devem obediência aos adultos, situação esta também relatada pela estudante:

[Na infância] eu era obrigada a engolir calada, eu era obrigada a só fazer, eu não tinha que demonstrar nada, só fazer as coisas, sabe? Fui eu que criei meu irmãos, sabe? (Andrea, informação verbal: 2023).

Para Lavoratti e Pavowski Silvestre (2013), as atribuições sociais de homens e mulheres na sociedade, a conceituação de família e os papéis sociais de seus membros são primordiais para a compreensão das relações patriarcais de gênero e de como isso interfere na ocorrência da violência intrafamiliar. A experiência da estudante chama atenção para as desigualdades de poder relacionadas ao gênero e à idade, para a representação equivocada de um modelo de família em que o cuidado estaria centralizado apenas na mãe e para o silenciamento das crianças em prol da obediência e manutenção da autoridade do adulto. Se a violência é uma das formas de exercer o poder e o controle de uma categoria sobre a outra, a compreensão das relações patriarcais de gênero ajudam a entender a conexão entre a violência de gênero e a violência contra crianças e adolescentes, pois as desigualdades entre homens e mulheres também incidem sobre seus filhos (Lavoratti; Pavowski Silvestre, 2013).

Se em outro momento a narrativa dessa estudante apontou para a violência patrimonial¹⁰ e física sofrida pela mãe, o que está sendo colocado aqui é a violência sexual contra crianças e adolescentes, que tem como principal agressor o pai, seguido do padrasto, parentes próximos e, por último, desconhecidos. De acordo com Spaziani (2020, p. 265), “a violência sexual contra crianças pode ser compreendida como toda situação na qual a vítima é coagida a participar de uma prática sexual, com contato físico ou não, sendo tratada como objeto sexual a fim de atender aos desejos do/a agressor/a”. A violência com contato físico compreende carícias, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal. A violência sem contato físico compreende assédio, verbalização de conteúdos obscenos, exibicionismo, voyeurismo e exposição à pornografia. Esse tipo de violência tem como uma de suas características o ambiente privado e familiar, onde a relação desigual de poder e a proximidade com o agressor podem contribuir para o silenciamento e a sua recorrência.

Naquele contexto, onde a violência sexual era protagonizada pelo pai, Andrea relatou

¹⁰ Na lei n. 11.340/2006 a violência patrimonial é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

que, quando ainda havia esperança de uma vida melhor, a religião foi o seu principal mecanismo de superação e enfrentamento. Todavia, como as orações não amenizaram a dor, a estudante se afastou da religião:

Eu orava pelas pessoas e Deus respondia, mas quando era eu, tipo, pelo meu pai, não acontecia. E eu ficava assim: como assim, Deus? E aí eu desisti e só continuei com as poucas forças que me restaram. Aí com 17 anos, tudo aconteceu... Eu me afastei [da igreja] e era uma coisa que eu amava fazer. [...] Aí depois disso eu fui para Santa Maria e minha tia, de novo, me salvou. Eu falo que ela me salvou de algo que eu achei que era o meu fim. Eu ia morrer. Eu sinto que eu ia morrer com tudo que estava acontecendo, que era coisa mais pesada. Depois disso, eu fui para Santa Maria lembrando de tudo aquilo, angustiada, depressiva. Tudo que você imaginar de sentimento eu sentia e minha situação estava deplorável, só que eu fui indo (Andrea, informação verbal: 2023).

Nessa narrativa, a tia aparece como a pessoa que incorpora a função de cuidado e que acolhe a estudante diante do sentimento de que iria morrer e da necessidade de apoio emocional. O cuidado pode integrar o cotidiano das pessoas de forma mais ou menos intensa, a depender de quem precisa, do que precisa e de quem cuida. É um trabalho que despende tempo e energia de quem o faz e que sempre vai existir, mas o que esta pesquisa evidencia são os significados atribuídos à essa função, a forma como se organiza na sociedade e como se presentifica no cotidiano de homens e mulheres. Por envolver uma relação interpessoal, na maior parte das vezes é realizado por pessoas da família e, mais especificamente por mulheres, reiterando que há uma clara divisão sexual do trabalho. Na família, ocupamos vários lugares e podemos ser mães, filhas, esposas, tias e netas. Independente do lugar, é devido a aspectos culturais que o cuidado de pessoas fragilizadas ou que necessitam de proteção é uma tarefa frequentemente atribuída às mulheres.

Em outro momento, Andrea relata a situação de fragilidade que a levou a se reaproximar da religião e a procurar ajuda psicológica:

Aí eu engravidei, continuei minha vida normalmente, ignorando tudo que estava acontecendo dentro de mim. Quando foi no puerpério eu não aguentei. Só foi um gatilho e eu quis me matar. Só que eu tive uma experiência, não sei se a senhora acredita, mas eu vou contar porque foi o que aconteceu comigo. No dia eu tava com um bisturi, eu ia me matar, eu ia cortar meus pulsos. Minha filha tava do lado e naquele momento eu não liguei. Realmente eu não liguei pra ela, eu tava só cansada e eu só queria sumir. E eu senti... Eu não sei te explicar, mas eu senti mesmo como se fosse o Espírito Santo chorando. E quando eu senti que ele tava chorando, eu me arrependi. Aí eu disse: ai, Deus, me perdoa... eu não aguento... me afastei tanto de ti e estou voltando de novo. E foi quando eu busquei ajuda psicológica. Foi aí, nesse ponto, quando eu vi que realmente se eu não procurasse eu ia me matar uma hora (Andrea, informação verbal: 2023).

Na sociedade, a religião compõe um “sistema cultural simbólico”, onde as “as teias de significados podem não só deslocar as ações humanas pela esperança de salvação, mas também propiciar no mundo o desenvolvimento de imponderáveis valores para (sobre) viver” (Lemos; Nieves, 2021, p. 225). O que a narrativa da estudante apresenta é que, nesse contexto de violência e de dor, a religiosidade e a terapia exerceram um papel importante na continuação de sua existência, ressignificando parte das experiências vividas, mas que não poderão ser apagadas das memórias ou esquecidas.

Saffioti (1989) aponta que, para o senso comum, o pouco contato com essa temática ou com a concretude dos fatos induz a uma visão do agressor como um monstro, um doente e do fato como algo inusitado e esporádico. Todavia, esse fenômeno tem suas raízes numa ordem social injusta, permeada pelo poder, que é representado pela imagem do homem, branco e rico. Além disso, diante do caráter adultocêntrico da sociedade brasileira, caberia também agregar a essa representação do poder o qualificativo de adulto para representar a hierarquia estabelecida entre o adulto e a criança. Aqui, cabe um adendo: a hierarquia não se confunde com a contradição presente no patriarcado-racismo-capitalismo, pois enquanto os interesses das classes subalternas, das mulheres e dos negros são opostos ao das classes dominantes, dos homens e dos brancos, “o poder do adulto destina-se a socializar a criança, a transformá-la em um adulto à sua imagem e semelhança. Trata-se do fenômeno da repetição, responsável pela transmissão dos padrões de conduta dos adultos às novas gerações” (Saffioti, 1989, p. 17).

Portanto, nesta hierarquia, quem está na base da pirâmide é a menina, negra e pobre. No topo, está o homem, branco, rico e adulto, que pode desfrutar do que a autora denomina de macropoder. Como a violência contra crianças e adolescentes não depende do exercício do macropoder, mas do exercício da autoridade do adulto sobre a criança, são os micropoderes, as pequenas parcelas de poder desse agressor, que constituem esse fenômeno. Como pontua Saffioti (1989, p. 19), “consciente do seu diminuto poder, de seu não-poder, trata de ampliá-lo ou criá-lo na relação interpessoal que estabelece, efêmera ou duradouramente, com outra pessoa.”

Em outro momento, a narrativa da estudante também aponta que, na sua família, essa violência não foi experienciada apenas por ela, mas também por uma tia. Relata também que o pai da sua filha, a irmã e a mãe dele também foram violentados sexualmente:

O meu vô, que não é meu vô, mas que eu considero vô porque criou meu pai, ele estuprou essa minha tia.

A avó da minha filha... parte de pai, né? O pai dela, que ela considera pai, mas é padrasto, estuprou ela.

O pai dele pegou ele pra criar só pra poder se vingar da mãe, pra poder distanciar o filho da mãe, sabe? Acabou que quem criou foi a mãe dele, a mãe do pai dele, a avó, né? Ai a avó tinha um lugarzinho de costura e tinha um homem que todo dia abusava dele.

[...] o pai dele, junto com outras pessoas, já havia ensinado ele a assaltar. Era criança... cinco, seis anos. Levava ele para essas coisas, o incentivava a ter uma vida sexual [...], [o pai] fazia sexo com a mulher que ele tava na frente dele.

A gente não quer que meu pai se aproxime e nem o pai dele, porque o pai dele tentou estuprar a própria filha. A mesma coisa do meu pai. A única diferença é que é pais diferentes, mas é a mesma coisa, a mesma situação (Andrea, informação verbal: 2023).

Se a violência remete às relações desiguais de poder, opto por não nomear a violência contra crianças e adolescentes como pedofilia, pois esse é um termo utilizado pela psiquiatria e que compreende parte desses comportamentos sob o ponto de vista da patologia, buscando traços individuais do agressor (Spaziani, 2020). Não desconsidero a existência dessa condição, mas patologizar todo e qualquer tipo de violência sexual contra crianças e adolescentes é desconsiderar que, na maior parte das vezes, esse comportamento sofre interferências de aspectos sociais e culturais que produzem essa violência, demonstrando que há uma relação entre a construção social de gênero e a violência sexual. Como pontua Spaziani (2020, p. 280),

Essa violência é produzida por discursos e práticas que autorizam e promovem relações assimétricas entre adultos e crianças, bem como entre homens e mulheres, não podendo ser analisada de modo individual, apenas como uma preferência ou fantasia sexual com crianças, na medida em que essa violência remete às relações desiguais de poder.

Se as representações e discursos atribuem significados sobre o que é ser homem e ser mulher, constroem a partir disso os padrões de masculinidade e feminilidade que serão valorizados socialmente. Como a maior parte da violência intrafamiliar é cometida por homens, há aspectos da construção social das masculinidades que produzem e reforçam o estereótipo do homem sexualmente agressivo, incapaz de controlar seus impulsos sexuais e protagonista da violência (Spaziani, 2020). Portanto, atribuir o comportamento agressivo e a falta de controle desses impulsos como instintivo e não como produto da forma como os homens são socializados pode gerar uma certa tolerância a comportamentos violentos.

A história oral tem contribuído para os estudos de gênero à medida que, a partir das narrativas, busca-se compreender elementos estruturantes das relações sociais, valorizando as experiências vividas, sem invisibilizar o que foge à regra (Evangelista, 2014). Um dos diferenciais da história oral é a criação de fontes inexistentes e a análise da temática a partir deste corpus exclusivo, que é produzido no tempo presente sobre problemáticas da contemporaneidade em um processo dialógico entre entrevistado e entrevistador, sendo que “a cada elaboração discursiva sobre si, o narrador recupera lembranças e constrói em trabalho de memória reflexões sobre sua própria experiência” (Evangelista, 2014, p. 33). Ao invés de uma hipótese previamente estabelecida, são as experiências, traduzidas em narrativas, que me apresentam as temáticas a serem trabalhadas nesta pesquisa, a exemplo da violência sexual contra crianças e adolescentes. Como aponta Meihy, “para a história oral, as hipóteses derivam das entrevistas e se constituem primeiro em discursos que se articulam em si. Apenas depois de ordenadas é que as entrevistas de história oral podem ou devem ser cruzadas em análises com outros documentos” (Meihy, 2008, p. 144).

Nesse sentido, a análise das narrativas se fez considerando o gênero enquanto categoria analítica, buscando compreender o que Scott nomeia de construções culturais, ou seja, “a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres” (Scott, 1995, p. 75). Portanto, as análises sobre as relações sociais entre os sexos podem considerar o sexo biológico, desde que a ênfase esteja no caráter social que os distingue, pois os papéis sociais assumidos por homens e mulheres não são ditames biológicos, mas convenções sociais.

CAPÍTULO 2

REPRESENTAÇÕES SOBRE A MATERNIDADE E PRÁTICAS DE CUIDADO

A apreensão da realidade também pode se dar a partir das experiências coletivas, pois são carregadas de sentido histórico. Assim, entre permanências e transformações, as narrativas nos conduzem às experiências das estudantes com a maternidade e as práticas de cuidado.

Ainda que a maternidade seja o que elas possuem em comum, não há uma única forma de matinar. Portanto, as experiências durante o período gestacional e após o nascimento da criança são diversas. Por meio da história oral, as narrativas problematizam a idealização da maternidade, o discurso do amor materno como inato a todas as mulheres e a criminalização do aborto, uma prática que desvia do discurso normativo de naturalização da maternidade.

Percebe-se que, no caso das adolescentes, o discurso de naturalização é relativizado. Historicamente, a adolescência já foi percebida como uma fase propícia para o casamento e a prole, mas na atualidade é compreendida como uma fase transitória de preparação para a vida adulta, e não para o exercício da parentalidade.

Como um dos atributos da vida adulta é o trabalho, observa-se que nas classes médias e altas há o alongamento da adolescência por meio dos estudos, entendido como um diferencial que pode proporcionar melhores condições de disputa no mercado de trabalho. Quanto às estudantes desta pesquisa, percebe-se que ao mesmo tempo que a maternidade antecipa a entrada na vida adulta, é a democratização do ensino superior que propicia o alongamento da adolescência por meio dos estudos. Com relação às bolsas acadêmicas, estágios remunerados e programas de assistência estudantil, contribuem para a permanência na universidade e para o cumprimento, ainda que parcial, de um dos atributos da vida adulta: ser financeiramente independente.

2.1. Experiência e memória: transgeracionalidade e papéis de parentesco

As narrativas evidenciam que as representações sobre a maternidade variam, assim como as experiências desse matinar. Deste modo, o interessante da entrevista é a diferença e o que aprendemos quando falamos com alguém que apresenta outras vivências e pontos de vista, ainda que dentro de um tema que pensamos conhecer. Como afirma Portelli

É a diferença que faz com que a entrevista seja interessante, porque aprendemos algo se falamos com alguém diferente, alguém distinto de nós; mas essa diferença é também diferença de poder social e de poder cultural. Na situação de entrevista, a desigualdade é o argumento implícito, não dito, que se coloca subterraneamente, e que é o tema fundamental do diálogo: duas pessoas que vivem em uma desigualdade de poder, de classe, de gênero, de educação, de gerações se falam na intenção de se falarem como se fossem iguais, sabendo que não o são. Assim, a entrevista é um experimento de igualdade, é um momento utópico [...] e também um momento crítico, porque se reconhece a injustiça social que tratamos de iluminar, de criticar e de destruir. Logo, não há técnicas de entrevista, mas éticas na entrevista: respeito, paciência, flexibilidade, paixão autêntica de conhecer os outros e de estar com eles em uma história compartilhada [...] (Portelli, 2010, p. 5).

Se a ética é o desafio para o entrevistador, para o narrador o desafio está na compreensão da sua própria história e na interpretação da sua experiência. Sai das entrevistas diferente do que entrei, com menos certezas, novas questões, outros pontos de vista e grata por essas mulheres terem compartilhado comigo suas memórias. Adianto que nesta pesquisa não há uma separação entre quem narra e quem analisa, pois a análise já se inicia com as narradoras quando, a partir dos fatos selecionados pela memória, nos apresentam sua leitura de mundo e os significados das suas experiências (Portelli, 1996). Portanto, as análises não são só minhas, pois nesse encontro dialógico as estudantes também traduzem em palavras os significados atribuídos às suas experiências (Portelli, 2010).

Pollak (1992) afirma que a interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido é permanente e que há elementos constitutivos da memória: pessoas e personagens, ainda que em outro espaço-tempo; lugares e acontecimentos vividos pessoalmente ou por grupos à qual a pessoa sinta pertencer. O que recolhi para esta pesquisa foram memórias individuais, mas este fenômeno também é construído coletivamente, é mutável e se constitui a partir de um quadro de referências, com “processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias” (Pollak, 1989, p. 4).

Por ser um fenômeno que se constitui coletivamente, a família aparece como a primeira e principal agência socializadora e de introdução de um indivíduo na sociedade. Depois desse primeiro momento e a partir de outros agentes e contextos, o indivíduo já socializado se insere em outros espaços, interioriza outros significados e constrói sua subjetividade a partir disso. Assim, considerando que os significados interiorizados pelo indivíduo durante a socialização primária podem se alterar, o indivíduo torna-se o que é a partir de um processo dialético “entre a identificação pelos outros e a auto-identificação,

entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada” (Berger; Luckmann apud Martins, 2015, p. 305).

Como a família é a primeira experiência relacional e de convivência em grupo do sujeito, é importante olhar para as referências que a estudante teve tanto de figura materna como paterna porque há comportamentos que são influenciados pelo meio e que interferem na constituição da subjetividade. Partindo do entendimento de que as identidades estão em permanente construção e que “cada indivíduo é a reapropriação singular do universo social e histórico que o rodeia”, por meio da história oral podemos identificar as transformações vivenciadas e as permanências (Barroso, 2021, p. 25).

No relato de Edineide, mulher quilombola da Comunidade Kalunga Vão de Almas, ela apresenta que, ainda que tenha cuidado de outras crianças da família, a responsabilidade dela enquanto mãe é maior porque tem o dever de repassar os valores da comunidade para a sua filha:

Na verdade demanda mais porque, por exemplo, quando você vai cuidar de uma criança de um parente, uma irmã, você não deposita aquele... você tem que saber educar... mas você deixa mais aquela parte da educação pra os pais, né? E quando é nossa, a gente busca querer deixar mais certinho na questão da educação. Como a gente é lá da comunidade, tem muita questão de respeitar os mais velhos, aí tem a... sempre bença, chamar de senhor, tio, então a gente pega mais com isso. E quando é de outras pessoas mesmo, a gente vai deixando para os pais, né? Fazer a partezinha deles (Edineide, informação verbal: 2023).

Como o sujeito só existe em meios relacionais e se constitui a partir de seus antepassados, da família, o relato da estudante aponta para a relação entre identidade materna quilombola e transgeracionalidade, fenômeno de transmissão de cultura que se constitui na família e que se dá por meio daquilo que é transmitido para os filhos. Como parte das identidades do sujeito está relacionada à estrutura familiar e à transgeracionalidade, as noções apreendidas na família e a percepção sobre suas mães e seus pais no desempenho das funções familiares definem, em parte, as possibilidades e os limites de suas trajetórias, bem como dos seus papéis sociais. Assim, as vivências, tanto junto à família como em outros contextos educativos, influenciam os comportamentos dos sujeitos (Falcke & Wagner apud Botton *et al*, 2015).

Marquei de me encontrar com Edineide na Universidade de Brasília, no *campi* localizado em Planaltina. Antes da entrevista, ela me mandou mensagem perguntando se eu poderia encaminhar o roteiro de perguntas para que ela tivesse tempo de pensar nas respostas, pois acreditava que não saberia responder tudo. Informei que seria sobre a sua experiência

enquanto mãe e que não havia certo ou errado, que ela poderia ficar tranquila.

A entrevista aconteceu e uma das coisas que ela me relatou foi que sua filha sempre ficava com ela no alojamento da faculdade¹¹. Alguns minutos após o término do nosso encontro, ela me mandou uma mensagem dizendo que é só “depois que passa a entrevista que surgem as ideias”. O que ela me disse foi que nem sempre a filha está com ela, pois quando as disciplinas são ministradas em poucos dias, ela fica no quilombo.

A estudante apresenta uma organização familiar extensa, não nuclear e que é composta pela mãe, irmãs, primas e sobrinhas. Com relação ao pai da criança, relatou que “até que ele é presente”, que “sempre me ajuda no que ele puder, o que ele puder dar e se eu pedir ele ajuda”, mas que com relação ao cuidado “a responsabilidade mais é minha mesmo”. Num primeiro momento, pensei em fazer essa análise considerando Badinter, Saffioti e outras autoras que discutem gênero considerando a divisão sexual do trabalho. Todavia, nesses estudos, o que está na base é uma família nuclear, centrada na mulher, no marido e nos filhos e que evidencia a divisão sexual do trabalho, onde o homem é representado como provedor e a mulher como cuidadora da casa e daqueles que nela habitam.

Ainda que as famílias das demais estudantes não sigam, em sua maioria, o formato pai, mãe e filhos numa mesma residência, o imaginário social se forma a partir dessa configuração. As autoras feministas utilizadas até aqui foram importantes para a análise desse contexto e realidade, em que as distinções de gênero e relação de dominação são fundantes. No caso de Edineide, a referência não é a mesma, o que justificaria a dificuldade que tive inicialmente em transpor alguns conceitos para a análise de realidades africanas, como é o caso dos quilombos.

De acordo com Stuart Hall, a representação

Trata-se do processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem (amplamente definida como qualquer sistema que emprega signos, qualquer sistema significante) para produzir sentido. Desde já, essa definição carrega a importante premissa de que coisas - objetos, pessoas, eventos, no mundo - não possuem, neles mesmos, nenhum sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós - na sociedade, dentro das culturas humanas - que fazemos as coisas terem sentido, que lhes damos significado. Sentidos,

¹¹ O alojamento Dom Tomás Balduino foi inaugurado em 2014 e recebe prioritariamente os estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo durante as etapas presenciais do curso. Os quartos são coletivos e dispõem de infra estrutura básica para a permanência temporária dos estudantes. Assim, não se configura como moradia estudantil porque a utilização do espaço só é permitida durante o período de aulas presenciais na UnB.

consequentemente, sempre mudarão, de uma cultura ou período ao outro. Não há garantia alguma de que cada objeto em uma cultura terá sentido equivalente em outra, precisamente porque culturas diferem, às vezes radicalmente, umas das outras em seus códigos - a forma com que elas retalham, classificam e atribuem sentido ao mundo. Então, uma ideia importante sobre representação é a aceitação de um grau de relativismo cultural entre uma e outra cultura, certa falta de equivalência e a necessidade de tradução quando nos movemos de um universo mental ou conceitual de uma cultura para outra (Hall, 2016, p. 108).

Como as representações são permeadas pelo relativismo cultural, optei por uma perspectiva racializada a partir de Oyèrónké Oyěwùmí. No artigo *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*, a autora problematiza que a era moderna tem como marcas o desenvolvimento do capitalismo e o estabelecimento em todo o mundo de uma hegemonia cultural euro-americana. Assim, o eurocentrismo tem como um dos seus efeitos a racialização da escrita da história, que é influenciada por esse viés de interpretação do comportamento humano, das sociedades e culturas.

A partir da pesquisa sobre a sociedade Iorubá do sudoeste da Nigéria, Oyèrónké Oyěwùmí (2004) apresenta um outro tipo de organização familiar, diferente da lógica ocidental, onde os papéis de parentesco não são diferenciados pelo gênero porque o princípio organizador da família é a antiguidade. Quanto à maternidade, ela é definida como uma relação com a descendência e a linhagem é baseada na consaguinidade. Assim, ela se difere da família nuclear porque não tem uma base conjugal.

No relato da Edineide o que chama atenção é o que a diferencia das demais: na função de cuidado, a centralidade está nos laços de parentesco. Dessa forma, relata que não se sente mal em pedir ajuda para os familiares; que assim como cuidou das sobrinhas, elas devem ajudá-la a cuidar da sua filha; que deixar a criança com pessoas da família é bem tranquilo e que os parentes se ajudam. Inclusive, no dia da entrevista, sua filha estava com as sobrinhas e a irmã da estudante, que aguardavam a conclusão da entrevista para que pudessem almoçar juntas no Restaurante Universitário.

A análise da sua narrativa me exigiu um outro tipo de leitura, de compreensão de um modo de matinar que se dá a partir dos laços de parentesco e do compartilhamento do cuidado com outros familiares, sem que isso ganhe o significado de “menos mãe” ou de culpa por se ausentar. Pelo contrário, ela relata que assim como ajudou a criar algumas crianças da família, seus parentes também devem ajudá-la.

Com relação às outras estudantes, ao rememorarem as figuras maternas, paternas e a si mesmas no papel de mães, apresentam elementos que se relacionam à uma outra forma de organização familiar, onde a distinção de gênero é fundante. Quando elas narram, entrelaçam experiência e memória, conferem sentido às suas trajetórias e demonstram que, nas suas vivências, a cultura promove a função de normatização dos corpos e de atribuição de papéis sociais a partir do sexo biológico, mas que em comparação aos seus pais não há apenas permanências, mas transformações também.

O pai de Marcela foi ausente, mas ela relata que conseguiu estabelecer uma relação diferente com o pai do seu filho e que, apesar de não residirem mais na mesma casa, não exigiu pagamento de pensão porque ele e a avó paterna são presentes e dividem com ela o cuidado e os custos:

Eu realmente não tenho pensão porque eu sei que ele dá um duro para trabalhar, sustentar o filho dele, assim como eu e a minha família também. Então a gente conseguiu e aí é uma coisa muito boa, chegar num termo muito bom em relação à criação do nosso filho (Marcela, informação verbal: 2023).

O processo de constituição da identidade materna e paterna se dá sob a influência de fatores culturais que são transmitidos transgeracionalmente e que ocorrem sem a percepção do sujeito. Todavia, ainda que alguns pais e mães tenham a tendência de repetir o que lhes foi ensinado, outros não repetirão os padrões educativos recebidos na família de origem (Falcke & Wagner apud Botton *et al*, 2015). Assim, por mais que culturalmente o significado da paternidade ainda esteja mais relacionado à figura do pai provedor, a estudante aponta para um pai que assume também a função de cuidado, um elemento que indica uma mudança no processo de constituição da paternidade.

A experiência de Thaís é distinta da relatada por Marcela e mostra que, ainda que as expectativas sejam outras, ocorrerão também repetições de vivências experimentadas na família de origem. O pai de Thaís não exercia funções de cuidado, mas o pai do filho dela exerce. Todavia, ela relatou que esperava uma participação maior da parte dele.

De acordo com Vendramini (2004), a reflexão sobre práticas sociais pode se dar por meio da experiência, um eixo de análise que reconhece que há sentido histórico nas experiências coletivas de homens e mulheres, possibilitando a apreensão da realidade a partir dela mesma. Considerando as narrativas, acredito que parte das representações que são estabelecidas sobre a maternidade são ressignificadas com a experiência, pois esse é um

processo que se constitui no fazer-se. Como a maternidade é experienciada, sentida e percebida de forma diferente pelas mulheres, as respostas a esse acontecimento são diversas.

Nesta pesquisa, a experiência é uma categoria indispensável porque, quando as estudantes transitam do papel de filhas para o de mães, o olhar para si e para outras mulheres-mães e homens-pais se ressignifica, apresentando uma narrativa que se constitui a partir da sua própria experiência. Para Thompson (1981, p. 15), a experiência é uma categoria que possui imperfeições, mas que apesar disso “é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”.

Com relação às respostas, Thompson afirma que elas não se dão apenas no âmbito da racionalidade e do pensamento, mas também dos sentimentos e de como lidamos com eles

na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (Thompson, 1981, p. 189).

A atribuição de significados às experiências se dá a partir do pensamento, sentimento e cultura, mas por ser engendrada no processo histórico não se dá livremente. Entendo que Thompson (1981) não está afirmando que a experiência é desprovida de agência e racionalidade, mas que ela se insere num terreno de contradições entre os valores e as necessidades materiais, sendo que a evidência da racionalidade na experiência está nas escolhas entre os valores. Portanto, a experiência humana deve ser considerada porque, ainda que a imposição de uma ideologia seja sempre tentada, é a partir da consciência e da cultura que homens e mulheres “tratam” suas experiências e respondem às situações de maneiras diversas.

Se a experiência se dá a partir de aspectos culturais e de transgeracionalidade, ela também se modifica historicamente, “exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados” (Thompson, 1981, p. 16). Ainda que as relações de classe e gênero sejam estruturais e gerem efeitos sobre a vida das mulheres, é a partir das narrativas que identificamos, nesta pesquisa, como elas experienciam a maternidade e reagem à esse acontecimento.

Thaís reside com o filho, a mãe e a irmã, mas relata que sua irmã estuda na UnB e não consegue ajudá-la, que a mãe cumpre principalmente a função de mantenedora e que não a ajuda na rotina com o neto porque durante o dia ela busca “trabalho, fazer faxina, essas coisas. E [a noite] ela tem o curso técnico dela, que ela está estudando”. Assim, o apoio vem principalmente do pai e da avó paterna:

A creche fecha às cinco e meia. Ai cinco e meia eu já tenho que estar lá pra buscar ele ou então eu ligo pra a avó paterna dele, ai ela pode me dar essa ajuda também de ir buscar ele, por conta que ela chega um pouco mais cedo do trabalho.

E o pai da criança?

Ah, está desempregado.

Ele ajuda nos cuidados?

Cuidados, sim. Às vezes também quando ele está mais em casa, não está saindo para procurar trabalho, ai ele também que se responsabiliza por buscar. Tipo, toda quarta-feira eu tenho aula aqui até dez e meia. Ai é por conta dele as quarta-feira. Quarta e sexta. Mas a criança mora com você?

Comigo.

E seu filho tem algum dia certo com o pai?

Quarta e sexta.

Ai ele dorme lá?

Tem que dormir porque é impossível passar pra buscar (Thaís, informação verbal: 2023).

O que a narrativa da estudante mostra é que a participação não ocorre de forma espontânea, mas a partir da necessidade da estudante e sob o gerenciamento dela. Além da centralidade do cuidado na mulher, essa narrativa também chama atenção para o fato de que, ainda que o homem não esteja empregado, não assume o cuidado porque precisa estar disponível para assumir o trabalho remunerado, que é o que o legitima enquanto homem.

Esses elementos reportam à perspectiva desenvolvida por Scott (1995) sobre homens e mulheres que criam um imaginário social e padrões que naturalizam as formas de ser, onde o destino daquela pessoa deve corresponder ao sexo biológico. Assim, como afirma Scott (1995), as dicotomias de gênero provocam as relações de dominação e desigualdade, o que explicaria a manutenção do cuidado como função feminina e a produtiva como masculina, ainda que este homem esteja desempregado. Isso se dá porque se a função de cuidado estiver sob a responsabilidade dele, terá que abrir mão de algumas oportunidades ou exercer a função de gerenciamento desse cuidado para, só a partir disso, exercer o que o legitima: a função produtiva.

Carla relatou que o pai da criança só se fez presente depois do primeiro ano da sua filha, quando se reaproximaram e passaram a morar juntos. Depois da pandemia, a estudante relata que não conseguiu dar atenção para a filha porque precisou destinar boa parte do seu

tempo para os estudos e para o trabalho. Como seu companheiro está finalizando o ensino médio, não tem aula todos os dias da semana e ainda não possui um trabalho fixo, é quem fica a maior parte do tempo com a criança:

O pai da minha filha não era nada apegado a ela porque ele não a via. Ela via o pai como uma pessoa qualquer, não dava a mínima atenção pra ele, ele era uma pessoa qualquer e ele se sentia muito culpado com isso. Porque? Porque ele via que ele não fez o papel de pai e por isso ela não gostava dele. Ela realmente não gostava dele porque ela não via ele como um pai, ela via ele como uma pessoa qualquer e depois que a gente começou a morar junto, ela ainda ficava com aquilo, de não ter aquele chamego com ele. E aí eu tinha que ir para a faculdade e aí ele tinha que ficar com ela de noite porque assim que a gente ficou junto, geralmente minhas aulas eram só no período noturno. Eu ainda não tinha auxílio creche, não tinha nada para me auxiliar a pagar a creche. Então assim... era muito difícil. Então eu pegava a aula de noite e aí ele ficava com ela à noite. Então, eu acho que ele ficando com ela à noite, ele começou a criar mais vínculo. E eu não tinha contato com ela porque eu saía muito cedo e voltava muito tarde. E era raramente. Era tipo assim... às vezes de tarde eu tinha contato com ela, mas não era o contato do dia todo. E às vezes ele conseguia ter o contato com ela o dia todo. E aí ela começou a criar um afeto. É tanto que hoje ela é mais apegada ao pai do que a mim. E eu me culpo muito por isso, porque eu não tenho tempo, não consigo realmente dar atenção (Carla, informação verbal: 2023).

O relato da estudante vai ao encontro da perspectiva defendida nesta pesquisa, de que o cuidado é uma habilidade que pode ser adquirida e desenvolvida por qualquer pessoa porque a relação de parentesco não está dada, ela é construída na prática cotidiana. Assim, o homem também pode exercer essa função, pois a parentalidade deve ser pensada como uma construção social e não sob o ponto de vista do determinismo biológico, da naturalização de processos socioculturais que nos fazem acreditar que a atribuição do espaço doméstico só cabe à mulher porque decorre de sua capacidade de conceber e dar a luz (Saffioti, 1987).

Quando a estudante fala da culpa, penso que este sentimento está relacionado ao imaginário social que, ao se constituir a partir da negação da elaboração social de alguns fenômenos, gera práticas sociais que mantêm as mulheres vinculadas a determinados papéis. De acordo com Badinter (1985), enquanto que no século XVIII acentuou-se o discurso sobre a responsabilidade maternal, no século XX, essa nova visão foi reforçada pela psicanálise e ressignificada: de responsabilidade materna para culpa materna.

Essa profunda mudança de mentalidade teve dois tipos de conseqüências. Permitiu a muitas mulheres viver sua maternidade com alegria e orgulho, e encontrar a realização numa atividade doravante prestigiada e considerada útil por todos. Não só a mulher tinha uma função determinada, mas cada uma parecia insubstituível. Sob esse aspecto, a dignificação da maternidade permitiu às mulheres exteriorizar um aspecto essencial de sua personalidade, e a obter com isso, por acréscimo, uma consideração que suas mães jamais

havam desfrutado. Por outro lado, os discursos tão peremptórios e autoritários pronunciados sobre a condição materna criaram em outras mulheres uma espécie de mal-estar inconsciente. A pressão ideológica foi tal que elas se sentiram obrigadas a ser mães sem desejá-lo realmente. Assim, viveram sua maternidade sob o signo da culpa e da frustração. Talvez tenham feito o máximo esforço para imitar a boa mãe, mas, não encontrando nisso a própria satisfação, estragaram sua vida e a de seus filhos (Badinter, 1985, p. 182).

Enquanto a realização pessoal do homem não está atrelada ao outro, mas a ele mesmo e a suas ambições, a mulher não é feita para si mesma, mas para o outro, que deve ser priorizado em detrimento dos seus desejos. Portanto, com relação à maternidade, o filho deveria adquirir centralidade na vida dessa mulher e essa experiência não poderia ter a presença de sentimentos negativos ou ambivalentes. Não questiono o desejo da estudante em ter mais tempo para cuidar da filha, mas o fato de aprendermos desde crianças quais são os papéis sociais relacionados ao nosso sexo biológico, aqueles que são valorizados socialmente e que devemos priorizar.

Nesse sentido, é preciso pensar sobre a interferência do imaginário social da “boa mãe” na redução das mulheres ao cuidado ou na sobreposição dessa função às demais. Caso contrário, haverá sempre um desequilíbrio, uma priorização do cuidado que nem sempre se dá pelo desejo, mas pelo medo de ser estigmatizada, pela ausência de rede de apoio, pela ausência do pai da criança, pela culpa materna e pela naturalização de algo que, na verdade, não é da “natureza feminina”, mas resultado de processos socioculturais.

Bárbara relata que conta diariamente com o apoio da mãe e que seu filho não tem muito contato com o pai, que “ainda está vendo o negócio de guarda para legalizar visitas, essas coisas [...]”. Considerando as seis estudantes que foram entrevistadas, observa-se que, quando comparada a elas, a dedicação dos pais com relação aos filhos é normalmente inferior. Com relação às avós, se constituem como rede de apoio para a maior parte das estudantes.

A maneira como as estudantes se recordam delas mesmas durante a infância e a adolescência na condição de filhas, implica em interpretações sobre o passado a partir do presente e da sua condição de mães. Assim, a memória não é um espelho de fatos, é um ato de recordação, é uma relação entre passado e presente que muda no curso do tempo (Portelli, 2010). Percebo que ao se tornarem mães, há expectativas por parte das estudantes com relação às suas mães, irmãs, ao pai da criança e outros familiares. Com relação ao avô, me parece que a expectativa não é a mesma, reflexo da ausência ou da pequena participação dele no cuidado da estudante quando criança e, portanto, não referenciado. Isso revela uma conduta coletiva a partir de uma forma de compreender o mundo, mas não deve ser interpretado como algo dado,

mas como aquilo que permanece apesar das mudanças nas famílias (Rovai, 2013). A ausência dos avôs reforça os modelos estereotipados no que se refere aos papéis parentais. Quando pais, foram ausentes na função de cuidado e se mantêm assim, o que demonstra que o modo como uma geração significa a parentalidade interfere no modo como reproduzirão e exercerão essa função quando transitarem do papel de pai para o de avô. Se quando os homens assumem a função de cuidado fogem à regra do que é aprovado socialmente, este é um exemplo prático dos estereótipos que são criados a partir da concepção da dicotomia de gênero.

É a naturalização desse discurso, que está presente nos diferentes contextos em que circulamos desde o nascimento, que faz com que a negação e a esquiva a estereótipos seja difícil, pois “os estereótipos são enunciados, previamente, pela cultura e não são facilmente desfeitos nas vivências humanas” (Botton *et al*, 2015, p. 46). Quando o mundo se dicotomiza em azul ou rosa, público ou privado, dominação ou submissão, nos ensinam os significados do que é ser homem e mulher e as características que devemos assumir para sermos legitimados de acordo com nosso sexo biológico (Scott, 1995). Assim, ainda que a reorganização dos papéis sociais e as novas configurações familiares ocorram, os estereótipos de gênero ainda estão presentes, pois a família não é algo dado, é produto de formas de organização e está diretamente ligada a processos históricos, sociais e culturais localizados no tempo e no espaço.

2.2. “Eu só preciso abortar essa criança”: a elaboração social da maternidade

No livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, a historiadora francesa Elisabeth Badinter afirma que durante dois séculos o comportamento das mães variou entre indiferença e rejeição. Essa afirmação se dá a partir do estudo realizado pela autora sobre os discursos e práticas da sociedade francesa, a exemplo da entrega dos filhos às amas-de-leite, o retorno dessa criança para a família biológica anos depois, o encaminhamento dos filhos à internatos e conventos para instrução e educação, dentre outras práticas.

Com relação às amas-de-leite, nos séculos XVII e XVIII, predominavam nas classes burguesas e aristocráticas da França duas justificativas principais para a contratação desse serviço ao invés do aleitamento materno: fisicamente seria ruim para a mãe, pois o leite era precioso e necessário à sua própria conservação; por apresentar uma sensibilidade nervosa aflorada, o choro da criança a sensibilizaria ainda mais. Existiam, ainda, outros argumentos: se a beleza era o bem essencial da mulher, amamentar interferiria na estética do seu corpo; já que mostrar o peito era considerado um ato despudorado, essa mãe precisaria se ausentar por

um longo período da sua vida social e do marido para alimentar a criança com privacidade; delegar à ama-de-leite a amamentação conferia *status* social. Além disso, a vida sexual do casal também era afetada, pois naquela época a medicina se posicionava contrária à relação sexual durante a gestação e o período de amamentação por acreditar que o espermatozóide azedaria o leite. Portanto, os homens também se queixavam dessa função uma vez que o aleitamento materno restringia seu prazer e sexualidade (Badinter, 1985).

Essas práticas demonstram que as crianças não ocupavam na sociedade o mesmo lugar que ocupam hoje e que o exercício da maternidade pela mãe biológica ainda não era valorizada. De acordo com Badinter (1985), a imagem e o papel da mãe começam a ser ressignificados após 1760, quando começa a haver uma mudança nas mentalidades. As pesquisas demográficas, que surgiram em meados do século XVII, também foram importantes para alertar o Estado sobre a alta taxa de mortalidade infantil. Com isso, alinhado ao discurso capitalista, no final do século XVIII a criança adquire valor mercantil e passa a ser vista como uma força de produção em potencial que promoverá a riqueza econômica.

De acordo com Foucault (1988), a regulação da taxa de natalidade e a redução da taxa de mortalidade infantil não dependia apenas dos casamentos, mas também da maneira como nos utilizamos da sexualidade. Portanto, como o sexo está no cerne da questão populacional e demográfica, essa temática se tornou objeto de disputa pública a partir do século XVIII porque está diretamente relacionada à legitimidade ou não dos filhos, práticas contraceptivas, taxa de natalidade, dentre outros. Nessa disputa, a reorientação e modificação do desejo se deu por meio de uma explosão discursiva em torno do sexo:

Passa-se das lamentações rituais sobre a libertinagem estéril dos ricos, dos celibatários e dos libertinos, para um discurso onde a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionais da época mercantilista, às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico (Foucault, 1988, p. 29).

Procurou-se, então, fazer do desejo um discurso, buscando formas de torná-lo moralmente aceitável e tecnicamente útil, com maior controle, novas regras de decência, maior discricção e ampliação do domínio do que pode ser dito para que se tenha maior controle sobre as práticas. Nesse sentido, não houve uma proibição direta do sexo, mas ele passou a ser tratado de forma política, racional e administrado por meio de discursos (Foucault, 1988).

É neste cenário demográfico e de disputa pública com relação à sexualidade que a família nuclear burguesa se constitui nos séculos XVIII e XIX como o espaço privilegiado de produção de uma prole saudável e sob os cuidados da mãe, que além de valorizada no desempenho desse papel também ganha o poder de governabilidade do espaço doméstico e torna-se um dos pilares desse projeto político. Portanto, a intervenção e o controle recaiu sobre a sexualidade e a mulher porque “seria pela regulação da produção individual e coletiva que a produção de um corpo social saudável e disciplinado estaria garantida” (Nunes, 2010). Com isso, a maternidade adquire centralidade.

Na prática, os comportamentos demoraram um pouco para se alterar, mas os discursos econômicos, médicos, filosóficos e religiosos contribuíram para a ressignificação do papel da mãe na sociedade, exaltando o amor materno como instintivo e espontâneo, construindo no imaginário social que a maternidade era o destino de todas as mulheres e que, portanto, ela deveria ser a responsável pela amamentação e cuidado dos filhos (Badinter, 1985).

Esse discurso não alcançava todas as mulheres, pois as das camadas mais pobres tinham a necessidade de trabalhar para obter renda. No caso das camponesas, era comum que entregassem os filhos para uma ama-de-leite para trabalharem na lavoura ou para serem as amas de crianças da cidade. De acordo com Badinter (1985), é somente no século XX, quando a esterilização torna o uso da mamadeira mais seguro, que isso começa a mudar. Assim, o discurso da dedicação das mães às crianças, do cuidado com a higiene e do aleitamento materno para garantia da sobrevivência, tem um claro recorte de classe e de gênero.

A mudança de mentalidades se fez por meio de discursos que naturalizaram aspectos que, na verdade, são construídos socialmente. A capacidade de gerar uma vida foi ressignificada para além do biológico, atribuindo também à essa capacidade a predisposição para o cuidado, a afetividade e o amor materno incondicional. Todavia, esses discursos de exaltação e naturalização do papel da mulher como mãe lhe impõe uma maternidade compulsória, limita a função social feminina à maternidade, isenta ou reduz a participação do homem na criação dos filhos e constrói, no imaginário social, a percepção de que essa experiência é a única capaz de proporcionar à mulher felicidade e realização plena e que o amor é imediato e incondicional. Portanto, não há a representação de uma mãe com desejos e realizações outras e, muito menos, com sentimentos negativos ou ambivalentes.

Como os papéis de gênero são uma construção histórica, as narrativas orais podem permitir ao pesquisador a compreensão de como se dão as construções subjetivas dos sujeitos para além do discurso normativo (Scott, 1995). A fonte oral, por ser uma narração do presente sobre o passado, possibilita o acesso à subjetividade dos entrevistados, pois o ato de ouvi-los

faz com que o historiador ou a historiadora possa acessar as estratégias usadas por elas nas suas práticas sociais, de modo a ressignificar culturas e contextos (Portelli, 1996).

Como afirma Pollak (1989), a memória está em disputa. Portanto, nesta pesquisa, a história oral contribui com a subversão do silenciamento das memórias subterrâneas, de parte de uma cultura que, por fugir de um “padrão”, é oprimida porque se opõem às interpretações do passado que se quer salvaguardar, à memória “oficial”. Nesse sentido, as narrativas das estudantes problematizam a experiência idealizada da maternidade e desviam do discurso normativo, pois não é a capacidade de gerar uma vida que transforma uma mulher em mãe e desejante daquela criança desde a gestação.

Carla engravidou quando estava cursando o terceiro ano do ensino médio. Havia terminado um relacionamento e, buscando superar o término, foi conhecer outras pessoas. Nesse processo, se relacionou uma única vez com quem viria a ser o pai de sua filha e engravidou. Ela tinha 17 anos e ele tinha 16.

A descoberta da minha gestação foi um período muito difícil pra mim porque eu tava no meu terceiro ano de ensino médio quando descobri minha gravidez. [...] Eu fui me envolver com outras pessoas pra tentar esquecer uma pessoa do meu passado e foi nessa que eu engravidei. Eu engravidei na primeira vez que eu o vi. Hoje ele é meu marido, mas ele era um menino, ele tinha 16 anos e eu tinha 17 anos na época. E aí foi uma coisa muito conturbada, porque eu sempre fui uma menina muito centrada. Meus pais não me viam como uma pessoa de sair, de beber, de... eles achavam que eu era virgem. E aí foi muito difícil pra mim e no momento eu não aceitei. Foi o primeiro teste de gravidez que eu fiz e já deu positivo assim, de cara, na minha primeira relação com uma pessoa que eu nem conhecia. E assim, realmente foi muito difícil, eu passei por situações... tanto é que quem contou pra minha mãe não fui eu, foi a psicóloga por que eu tentei suicídio (Carla, informação verbal: 2023).

A estudante apresenta que, naquele momento, a gravidez foi motivo de preocupação porque ela era jovem e não foi proveniente de um relacionamento estável. Além disso, a gestação desconstruía a visão que os pais tinham dela, de uma adolescente “centrada” e que não se relacionava sexualmente. A sexualidade é uma construção social, estruturada por um sistema de significados que é dado pela cultura e determinado por vários aspectos, a exemplo das relações patriarcais de gênero e que também se expressam na vivência da sexualidade.

Enquanto para os homens o sexo tem relação com instinto, desejo e consolidação de sua masculinidade, a virgindade é um discurso destinado às mulheres e reflexo dessa cultura patriarcal, que associa a sexualidade feminina à procriação e impõe às mulheres o

recato em relação a outras motivações para o sexo. Nesse sentido, o relato de Carla não é um caso isolado, pois o distanciamento da família em relação à vida sexual dos filhos é uma prática, principalmente se forem mulheres (Bretas et al, 2011). A ausência desse diálogo na família e de ações educativas na escola contribuem com as práticas de sexo inseguro, mas no caso de uma gravidez a punição e o estigma recai sobre a mulher porque, historicamente, isenta-se o homem pelo seu ato sexual, demarcando mais uma vez que a sexualidade não é feminina e que o cuidado não é masculino.

No caso de Carla, a gravidez na adolescência foi acompanhada de implicações físicas e emocionais, tanto pela tentativa de suicídio como pelo receio da reação dos pais e da interrupção de outros projetos de vida, a exemplo dos estudos e ingresso no ensino superior:

E aí eu ficava com aquilo na minha cabeça... logo agora... eu não estudava com frequência pro PAS, pro ENEM, não estudava com frequência. Mas assim, logo na época que eu engravidei eu fazia uns cursinhos que eles ofertavam na rede pública. Eu sempre estudei na rede pública e aí todos os sábados existia um programa chamado Emancipa. E aí eu ia pra esses cursinhos, só que eu fui dois, três sábados e aí logo eu descobri minha gravidez. Então foi a tona pra mim. [...]E aí eu conversei com a psicóloga [do hospital onde eu estava internada] e aí falei que eu tinha engravidado, mas que eu não queria ter essa criança porque eu achava que minha vida ia acabar [...] E aí foi muito difícil... é tanto que ela falou: olha, você não precisa pensar dessa forma porque todas as pessoas acham que precisam se formar no ensino médio, entrar na faculdade, casar, ter filhos e a vida não é assim. Não é porque você engravidou que você não vai fazer uma faculdade. Não é porque você engravidou que você não vai ter um futuro. Então você não precisa pensar dessa forma. Ela me deu um norte muito grande [...] (Carla, informação verbal: 2023).

A reação dos pais da estudante foi diferente do que ela havia imaginado. Ela acredita que a tentativa de suicídio e a fragilidade em que se encontrava moldaram, em parte, a reação deles. Ainda que a gravidez na adolescência tenha representado mudanças na vida dela e da família, o acolhimento dos pais e da profissional de psicologia a auxiliaram na atribuição de outros significados à gravidez. De acordo com Barus-Michel (2005), é da incapacidade de compreensão e apropriação dos elementos de uma experiência que o sofrimento nasce. Ele é fruto de uma desestruturação simbólica e imaginária e gera uma incapacidade de dar sentido à experiência. Dessa forma, é assimilável a uma perda de significado, a uma dificuldade de encontrar respostas e sentido e implica em desordem e angústia, podendo fazer com que a pessoa prefira a morte. No sofrimento, o outro pode recolocar sentido, seja por fornecê-lo ou por apresentar elementos que possibilitem uma reelaboração por parte daquele que sofre.

No caso de Carla, a tentativa de suicídio tem relação com o sofrimento e com a impossibilidade de realização de um aborto, uma prática que, apesar de criminalizada no Brasil, foi cogitada tanto por ela como pela Marcela:

Eu pesquisava a todo momento “aborto”, “Cytotec”... porque a gente quando tá num momento fragilizado, a gente procura todos os recursos que tem. E aí eu fazia várias pesquisas na internet sobre onde comprar, sobre onde encontrar, só que eu não encontrava nada. E aí não tinha pessoas que também poderiam me proporcionar um remédio, nada. E aí eu falei: eu só preciso abortar essa criança ou eu preciso morrer porque eu não vou ter mais vida (Carla, informação verbal: 2023).

Eu acho que, como toda mulher, a gente pensa num aborto, a gente tenta fazer isso porque... hoje eu não consigo sentir cheiro de canela, porque eu tomei muito chá de canela com cachaça para tentar tirar a criança. Eu só pensava nisso no início da gestação, bem no início. E aí eu vi que eu não ia conseguir. [...] aí eu comecei a ter um sangramento e eu falei: olha, vamos no hospital porque pode ser que tenha dado certo e a gente não vai precisar gastar dinheiro com remédio, porque é uma coisa muito cara e a gente não tinha dinheiro. E aí a gente foi no hospital e eu fiz o ultrassom, foi a primeira ultrassom. E tava só o coraçãozinho... tu tu tu tu tu tu tu... super bem, como se nada tivesse acontecido (Marcela, informação verbal: 2023).

Sem condições de financiar o aborto numa clínica particular com a devida observância de redução de danos durante a realização do procedimento, as estudantes buscaram outros meios. Ainda que a cobertura das medidas anticoncepcionais tenha se ampliado e que, em decorrência disso, o número de abortos provocados tenha reduzido, a gravidez indesejada ainda é experienciada por algumas mulheres. Parte delas darão continuidade à gestação, aceitando, ou não, essa condição, mas outras buscarão formas de exercer sua escolha reprodutiva e o aborto é uma dessas formas.

Nesta pesquisa, as narrativas reiteram que há outros significados para a experiência da maternidade, apresentam práticas culturais que divergem do imaginário social e problematizam a proibição do aborto que, apesar de criminalizado, não deixa de ser praticado. Historicamente, percebe-se que os significados atribuídos à maternidade possuem especificidades que variam no tempo e no espaço e que, a partir dos discursos, geram práticas representacionais. O discurso se dá por meio da linguagem, mas vai além do significado que é atribuído a algo porque se relaciona com o poder, regula condutas e define como certos temas serão abordados e representados. De acordo com Hall (2016)

Discursos são maneiras de se referir a um determinado tópico da prática ou sobre ele construir conhecimento: um conjunto (ou *constituição*) de ideias, imagens e práticas que suscitam variedades no falar, formas de conhecimento e condutas relacionadas a um tema particular, atividade social ou lugar institucional na sociedade. Essas *formações discursivas*, como são assim conhecidas, definem o que é ou não adequado em nosso enunciado

sobre um determinado tema ou área de atividade social, bem como em nossas práticas associadas a tal área ou tema. As formações discursivas definem ainda que tipo de conhecimento é considerado útil, relevante e “verdadeiro” em seu contexto; definem que gênero de indivíduos ou sujeitos personificam essas características (Hall, 2016, p. 26).

De acordo com o autor, os discursos produzem representações e as representações produzem efeitos e consequências. Nesse sentido, a naturalização da maternidade e o discurso do amor materno, que no imaginário social é um sentimento inato a todas as mulheres-mães, tem como efeito a constituição da maternidade como uma experiência desejada, feliz, sem espaço para sentimentos negativos ou ambivalentes, capaz de realizar plenamente uma mulher. Como uma de suas consequências, está a criminalização do aborto e a estigmatização das mulheres que tem a intenção de fazê-lo.

Como os sentidos regulam as práticas e condutas, os interessados em administrá-las procuram estruturar e formalizar os sentidos, produzindo cultura e compartilhando significados (Hall, 2016). Historicamente, são os princípios religiosos, éticos, morais e legais que colocam o feto como protagonista e a gestante como alguém que deve se sujeitar aos discursos que buscam normatizar e controlar seu corpo e suas práticas. Além disso, a criminalização dessa prática gera a responsabilização de mulheres por crianças que elas não desejam e pode ser interpretada como um ato punitivo àquelas que se relacionam sexualmente por prazer e sem intenção reprodutiva.

De acordo com Scavone (2008) e Zanello (2016), o aborto é provido de um significado simbólico porque questiona a maternidade, uma marca relevante da identidade feminina. Saffioti (1987) problematiza essa questão quando afirma que nascemos machos ou fêmeas, mas que é por meio da socialização que nos tornamos homens e mulheres. Portanto, é por meio da elaboração social de fenômenos naturais que a identidade de homens e mulheres é socialmente construída, bem como as posições e funções que poderão ser ocupadas por eles. De acordo com a autora

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem (Saffioti, 1987, p. 8).

Ao mesmo tempo que Carla reconhece que a maternidade não deve ser pensada sob o ponto de vista do determinismo biológico, na sua narrativa associa ser mãe a um sentimento positivo e ao desejo de cuidar:

[...] não sei se você já ouviu aquele ditado: tem gente que nasceu pra ser mãe, mas tem gente que não nasceu pra ser mãe. E assim, eu vejo muitas pessoas também que realmente não nasceram pra ser mãe. Eu conheço pessoas que estão aqui dentro dessa universidade, que são mães, mas que não estão nem aí para os seus filhos. Querem saber de ficar o tempo inteiro no CA e o seu filho pouco importa, tem a avó pra cuidar. E eu fico: Será que é mãe mesmo? Porque eu creio que você sabe o sentimento de mãe (Carla, informação verbal: 2023).

Isso demonstra o quanto a maternidade é uma questão identitária para as mulheres porque, diferente de um homem que abandona seus filhos e que não é existencialmente definido por este ato, a mulher que aborta ou que escolhe se ausentar da função de cuidado estará sujeita a um severo julgamento moral e social. Se uma mãe dedicada está dentro do “esperado”, um pai dedicado será reconhecido e admirado por ir além do que dita o imaginário social, pois identitariamente o homens são demandados “pelo dispositivo da eficácia, baseado na virilidade sexual e laborativa” (Zanello, 2016, p. 114).

Para Scavone (2001), o rompimento com o determinismo biológico desconstrói a equação mulher = mãe, ressignifica a maternidade e leva à separação da sexualidade com a reprodução. Entretanto, ser mãe ainda é “um elemento muito forte da cultura e identidade feminina pela sua ligação com o corpo e com a natureza” (p. 56). Ainda que o condicionamento biológico a papéis sociais seja arbitrário, numa perspectiva sociocultural a maternidade é uma das funções que demarca o lugar da mulher na sociedade (Rameiro, 2014). Sendo assim, a prática do aborto, a intenção de fazê-lo ou uma mãe que escolhe se ausentar da função de cuidado significa a negação desse lugar que lhe foi atribuído por discursos que, a partir do biológico, buscam naturalizar algo que é resultado da história, de práticas culturais.

2.3. Gravidez na adolescência e a relativização dos discursos de naturalização da maternidade

O imaginário social sobre a maternidade varia historicamente e, em muitas culturas, produz discursos sobre o perfil ideal da mulher-mãe e o momento da vida em que essa experiência torna-se apropriada, inclusive algo reforçado nas falas de nossas narradoras. Na contemporaneidade, a maternidade é frequentemente associada ao casamento ou a relacionamentos estáveis e heterossexuais; espera-se que haja uma estabilidade financeira familiar; com relação à idade, uma mulher muito jovem não possuiria nem condições financeiras nem maturidade para exercer essa função de cuidado; todavia, se essa mulher se dedicar à carreira profissional e engravidar numa idade mais avançada, poderá ser

questionada com relação à sua aptidão física para lidar com as demandas da maternidade. Articulada às expectativas com relação aos pais da criança, a idade da mãe e as condições emocionais e financeiras, está a representação da mulher que deseja essa criança, que a tem na fase adulta e em condições planejadas. Todavia, as experiências nem sempre se alinham ao imaginário social.

A primeira gestação das estudantes foi um acontecimento inesperado, não planejado e não precedido do casamento. Nesta pesquisa, as colaboradoras apresentam configurações familiares diversas: Marcela residia com o companheiro e a sogra e Edineide residia com o companheiro, mas um tempo depois do nascimento dos filhos passaram a morar em locais distintos do pai da criança; Andrea residia com a mãe e os irmãos, mas após o nascimento da sua filha buscou um outro local para morar apenas com ela; Bárbara já morava sozinha, mas com a descoberta da gravidez se mudou para uma casa maior, cedida pela avó paterna; Carla residia com os pais e, depois que sua filha fez um ano de idade, se reaproximou do pai da criança e eles passaram a morar juntos; Thais reside com a mãe, a irmã e o filho no mesmo domicílio desde a descoberta da gravidez.

As narrativas evidenciam também que, mesmo não desejando um filho naquele momento, a aceitação ocorreu de forma processual, negando o imaginário constituído do desejo inato à todas as mulheres de serem mães, vejamos:

Aí a gente foi fazer o teste e deu positivo. O primeiro momento foi um impacto. Fiquei... meu Deus, e agora? Ai eu tava com o pai do meu filho e a gente foi conversar e a gente contou pros nossos pais. E assim, fomos tentar aceitar, né? Foi o começo da aceitação (Thais, informação verbal: 2023).

Nossa, foi um caos. [...] Eu já tinha saído da casa da minha mãe, né? Só que eu não tava, tipo, pronta pra isso. Então foi um baque muito pesado. E quando eu descobri já tava meio tarde também. Eu descobri que eu tava grávida com 16 semanas. Deu pra ver até o sexo. Então ele já tava bem grande. Então, pra mim, eu falei: meu Deus, como assim? [...] Foi bem difícil porque eu não tinha condição... eu lembrei que onde eu morava era um lugar que era de dois cômodos. Então era cozinha, quarto e um banheiro, só. Então era um lugar bem insalubre pra se ter uma criança. Foi um caos (Bárbara, informação verbal: 2023).

Então... minha gestação foi um pouquinho complicada. Eu tive a primeira gestação que eu não sabia. Foi assim... descobri de repente e aí eu tive a gestação com seis meses e... é difícil um pouco falar. Eu estava no sexto mês da gestação, aí eu perdi porque eu não sabia que eu tinha a insuficiência istmocervical no colo do útero, né? E assim... a gente tem que passar por uma cirurgia. Quando eu perdi, eu já estava no curso, já estava perto pra entrar no curso. Aí eu perdi essa criança e depois dessa primeira

eu falava sempre assim: eu não quero engravidar agora, eu quero estudar... Mas depois que eu tive esse primeiro, que eu passei aquele momento de mãe e tal, aí quando eu perdi eu já tive aquela vontade de engravidar de novo. Eu já queria já (Edineide, informação verbal: 2023).

Num primeiro momento eu fiquei em choque, eu fiquei desesperada. E eu fiquei meu Deus, meu Deus, meu Deus, meu Deus, meu Deus, meu Deus... muito, muito mesmo. E depois eu só aceitei e falei assim: ah! É isso. Eu sempre quis ser mãe nova mesmo, mas não tão nova. Sabe, eu sempre quis.

Você conseguiu contar pra sua mãe no início?

Não. Quando eu fui contar já estava com quase sete meses porque minha barriga não cresceu... minha barriga foi crescer com oito meses. Tipo... eu contei e aí cresceu... foi tipo isso. E eu lembro que minha mãe suspeitava porque eu tinha enjoo. Ela só suspeitava, mas ela queria que eu mesma falasse... foi isso. Eu tive vergonha também, mas eu ficava assim: ah! Vão falar tanta coisa, mas depois eu ignoro, sabe? Eu tive essa fase de vergonha também, mas depois eu ignorei (Andrea, informação verbal: 2023).

Simbolicamente, o crescimento da barriga de Andrea visibiliza e enuncia o corpo da adolescente gestante como um problema social, mostrando que a maternidade como algo natural pode ser relativizada. Penso que termos como “impacto”, “caos”, “em choque”, “desesperada” e “vergonha” demonstram que a depender de quem engravida, em que idade e em que condições, o significado da gestação não é o mesmo, pois o discurso da naturalização não se aplica para as adolescentes, por exemplo. Para esse grupo, o discurso da maternidade enquanto um projeto racional se sobrepõe e está presente nas falas das estudantes quando sinalizam alguns fatores que deveriam ser priorizados antes da gestação, como estudos, mercado de trabalho e meios para proporcionar uma boa condição de vida para a criança.

No Brasil, a gravidez até os 20 anos incompletos é problematizada como “gravidez na adolescência” desde 1970, momento em que se observou o aumento da proporção de partos entre adolescentes em comparação com o total de partos, tendência que foi mantida nas duas décadas seguintes. Para esse grupo, há uma relativização da maternidade como natural, pois nesse caso a gestação é ressignificada, percebida como precoce e indesejada, como resultado de uma sexualidade juvenil excessiva que precisa ser disciplinada. Nesse sentido, a disputa pública pelo domínio da sexualidade se dá por meio desse projeto de racionalização da maternidade, onde a gravidez na adolescência seria, então, o contrapoder, a resistência à esse projeto de gestão da produção do corpo social (Nunes, 2013).

Nunes (2010) afirma que jovens de camadas mais pobres não consideram a gravidez como um problema, como algo que prejudicaria outros projetos de vida porque as oportunidades educacionais e profissionais são pouco atraentes. Diante disso, a maternidade

seria esse lugar do reconhecimento, da satisfação pessoal e da valorização desse papel social tanto por elas como por seus pares. A partir da análise das narrativas, tendo a discordar da generalização de tal afirmação, principalmente quando aplicada à mulheres universitárias.

[...] não consigo dar uma atenção muito grande pra minha filha e isso me pesa muito, só que eu tô fazendo isso pra poder colher isso no futuro. Então se eu tô passando por tudo isso agora, eu sei que um dia eu vou ser recompensada (Carla, informação verbal: 2023).

[...] hoje eu sou professora, meu sonho sempre foi fazer isso (Marcela, informação verbal: 2023).

[...] eu sei que é sonhar alto demais, mas eu sempre fui de sonhar alto demais. Eu quero conhecer outros países... não só conhecer pra curtir, mas eu quero estudar lá, eu quero aprender mais de economia lá, eu tenho essa sede muito grande de não ficar só aqui, sabe? [...] Eu quero mais, só que eu sei que é difícil porque eu tenho que pensar em tudo sobre a minha filha, eu tenho muita coisa pra fazer, muita coisa pra pensar (Andrea, informação verbal: 2023).

Penso que a maternidade pode ser esse lugar de reconhecimento e satisfação pessoal, mas as narrativas atribuem e compartilham outros significados da experiência de ser mulher, jovem, universitária e mãe, onde a maternidade é parte de sua identidade, mas não é capaz de defini-la por inteiro. O sentido dessa experiência não é encontrado, ele é produzido a partir das representações, do que observamos na nossa família e em outras relações, das histórias ouvidas e narradas, das nossas vivências, das imagens que criamos e das emoções associadas a essas experiências. Se representar é dar sentido, atribuir valores e significado, é também uma prática cultural que reflete a perspectiva dos grupos que as produzem (Hall, 2016). Nesse sentido, as estudantes percebem que o ensino superior pode contribuir com a ampliação de suas possibilidades com relação ao mercado de trabalho e melhoria da renda familiar. Portanto, ousam sonhar uma vida considerando a maternidade, mas para além dela e do espaço privado.

As representações são influenciadas por interesses sociais, econômicos e políticos, não são estáticas e, diante da diversidade de significados para temas variados, refletem os conflitos e tensões presentes na sociedade. Para Hall (2016), o sentido é o que demarca as semelhanças e as diferenças entre os grupos, pois

é o que nos permite cultivar a noção de nossa própria identidade, de quem somos e a quem “pertencemos” –e, assim, ele se relaciona a questões sobre como a cultura é usada para restringir ou manter a identidade dentro do grupo e sobre a diferença entre grupos. O sentido é constantemente

elaborado e compartilhado em cada interação social da qual fazemos parte (Hall, 2016, p. 21-22).

A gravidez na adolescência é significada a partir dos sentidos atribuídos à infância, adolescência e família, como resultado de transformações econômicas e políticas na passagem do feudalismo para o capitalismo. De acordo com Ariès (1981), a depender das relações demográficas, privilegiava-se um período da vida humana. Assim, nos séculos XVII, XIX e XX, ocuparam lugar de destaque a juventude militar, a infância e a adolescência, respectivamente. Portanto, é no século XX que os estudos começam a distinguir a infância da vida adulta, elaborando a adolescência como o período de transição entre aquelas fases da vida.

As concepções sobre sexualidade, maternidade e adolescência não são estáticas. Assim, a gravidez na adolescência é significada de formas diferentes, ora como desejável ora como um problema social e de saúde pública a depender do contexto social, cultural, político e econômico de sua elaboração (Silva, Lopes, 2022). Além disso, Barus-Michel (2005) também pontua que, se analisada sob o recorte de gênero, há diferenças:

As meninas, gozando em geral de estatuto inferior, são frequentemente consideradas do ponto de vista de sua fisiologia, de sua capacidade reprodutiva. A puberdade, marcada pelas primeiras regras, termina a infância. Sem adolescência verdadeira, tornam-se aptas para o casamento, muitas vezes prometidas que foram antes mesmo da puberdade, e passam da autoridade de seus pais e irmãos para aquela do marido (Barus-Michel, 2005).

O sentido atribuído à gravidez na adolescência e dentro de um projeto matrimonial já foi relacionado à status social, amadurecimento e responsabilidade. Todavia, sob a ótica da concepção moderna¹², a gravidez foi ressignificada e percebida como problemática diante da imaturidade do adolescente e da possibilidade de desvio das expectativas sociais, a exemplo da evasão escolar e das dificuldades para ingresso no mercado de trabalho (Silva; Lopes, 2022).

Percebemos, então, que a cultura se constitui a partir de práticas e condutas que permeiam a sociedade e que são significadas por meio da linguagem (sons, palavras, gestos, expressões, roupas). Nesse sentido, a cultura é de domínio simbólico e se diferencia, por meio

¹² Como as representações não são desprovidas de relativismo cultural (Hall, 2016), essa afirmação se dá a partir dos valores da sociedade não-indígena, pois no contexto dos povos indígenas tanto a gravidez como a adolescência não possuem sentido equivalente à que foi apresentada.

da linguagem, daquilo que é biologicamente direcionado. Portanto, é por meio da cultura e da prática significativa que a elaboração e circulação de significados ocorrem, concedendo sentido às coisas pela forma como as representamos, a exemplo das “palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos” (Hall, 2016, p. 21). As representações sociais desempenham um papel crucial na compreensão desse fenômeno, pois ajudam a decifrar os comportamentos simbólicos e a realidade social, levando em conta suas variações em diferentes contextos e marcadores como classe, gênero, raça e idade na atribuição de significados.

Quando os filhos das estudantes nasceram, duas tinham 18 anos, duas tinham 19 anos, uma tinha 20 anos e a outra 26 anos. Ainda que a maior parte das estudantes estivessem na faixa etária entre 18 e 20 anos, optei por analisar as narrativas também a partir de uma bibliografia que tivesse como foco de análise a gravidez na adolescência. Embora a idade seja um indicador útil, principalmente quando associado à formulação de políticas públicas e ao estabelecimento de parâmetros para o delineamento do público-alvo, há outras marcas da adolescência que a sociedade destaca para significá-la e que justificam a pertinência da escolha por uma bibliografia com esse recorte.

De acordo com Barus-Michel (2005), na cultura ocidental contemporânea, o adolescente é uma invenção recente, pois o século XX é conhecido como o século da adolescência, onde passamos de uma época sem adolescência para uma época onde essa fase passa a ser desejada, onde se quer chegar nela e permanecer por um bom tempo. A interpretação sobre essa fase de desenvolvimento corresponde às representações que uma sociedade elabora e, o que se espera dos adolescentes, é que na fase adulta sejam capazes de autonomia e participação na vida social em termos de produção e reprodução. Portanto, a adolescência é uma fase transitória e preparatória para a vida adulta, em que devemos dar conta de atender nossas necessidades com independência e autonomia, assumindo outras funções no âmbito cívico, profissional e familiar. Assim, a responsabilidade por si e pelos demais é atributo e critério de maturidade na vida adulta.

De acordo com Ozella (2002, p. 22)

A adolescência refere-se a esse período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista, gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade do preparo técnico e da necessidade de justificar o distanciamento do trabalho de um determinado

grupo social. Essas questões sociais e históricas vão constituindo uma fase de afastamento do trabalho e de preparo para a vida adulta.

Esse discurso se constitui sob um claro recorte de classe e raça, pois é principalmente nas camadas médias e altas que se observa a extensão do tempo de preparo para a vida adulta. Como o trabalho é um dos atributos dessa fase, o alongamento da adolescência também se dá pelos estudos, pois uma maior qualificação proporcionaria melhores condições de disputa no mercado de trabalho (Nunes, 2013). Portanto, para além do recorte de idade, a definição da adolescência se dá a partir de realidades sociais e da constituição de significados.

No Brasil, o pagamento de pensão alimentícia para maiores de idade é um exemplo prático de extensão do tempo de preparo para a vida adulta. De acordo com Pádua (2023), a lei prevê que, ao completar 18 anos, a pessoa tem condições plenas de prover seu próprio sustento. Dessa forma, quando os filhos possuem meios próprios para subsistência, esse auxílio pode ser finalizado. Cabe destacar que essa regra não é absoluta porque tanto a doutrina como a jurisprudência entendem que a capacidade de se manter não tem relação direta com a idade. Assim, essa obrigação pode se manter até os 24 anos ou até a conclusão do ensino superior.

Pádua (2023) aponta que essa idade foi estabelecida em analogia à Lei do Imposto de Renda, que determina que o contribuinte deve declarar os dependentes até tal idade. Contudo, ainda que a idade de 24 anos seja adotada pela jurisprudência, a lei não fixa uma idade limite e a pensão pode ultrapassar esse tempo, perdurando enquanto houver a necessidade do filho e a possibilidade econômica do credor, que normalmente é o pai. Considerando Barus-Michel, Ozella, Nunes e Pádua, é possível afirmar que diante de um mercado de trabalho mais competitivo e exigente, a extensão da adolescência se dá tanto pelo prolongamento da obrigação alimentar como pela continuidade dos estudos após a conclusão do ensino médio.

Na condição de estudantes de baixa renda e provenientes de escolas públicas, é a possibilidade de ingresso numa universidade gratuita que faz com que muitos jovens projetem a continuidade dos estudos de forma desarticulada à obrigatoriedade do trabalho remunerado para o pagamento de mensalidades em instituições privadas. Todavia, como a gestação antecipa a entrada na fase adulta, uma fase onde se espera que sejamos responsáveis por nós mesmos e financeiramente independentes, identifica-se que a renda proveniente de estágio, iniciação científica, projeto de extensão, residência ou de programas de assistência estudantil são almejadas porque significam independência financeira com relação aos pais, ainda que parcialmente.

[Quando deixo minha filha na casa da avó] sempre levo lanchinho [...] Eu sinto mal de chegar e só deixar lá... porque a avó é cuidar. Porque é nossa responsabilidade de mãe cuidar. Aí sempre tem uma gratificaçõzinha que a gente dá. Não é que eu paguei fulano para ficar com minha filha, mas é para a gente também ajudar porque a gente vê que precisa (Edineide, informação verbal: 2023).

[O auxílio socioeconômico] entra no início do mês. Então geralmente eu faço uma compra no mercado, compro umas frutas, levo um pacote de arroz pra minha mãe e sempre tento ajudar, mas às vezes realmente não tem como eu ajudar tanto, né? (Bárbara, informação verbal: 2023).

E assim, é tão constrangedor a gente ter que pedir para os nossos pais uma coisa que, assim... é nosso filho e a gente que tem que custear. Por que eu tenho que pedir? É tanto que meu pai me ajudava até um tempo atrás, porque eu mesma falei: pai, não preciso mais de ajuda, porque agora eu comecei a receber o auxílio da UnB, então não preciso mais que o senhor me ajude (Carla, informação verbal: 2023).

Hoje eu tenho uma renda maior porque eu recebo socioeconômico e PIBEX, né? [...] Então hoje tem mais um pouquinho, mil e pouquinho que eu recebo e aí eu coloco em casa (Marcela, informação verbal: 2023).

Porque lá em casa eu não pago conta, fica pra minha mãe. O que eu faço é ajudar, às vezes, ali com a internet, mas energia e água... Mercado também é ela. Aí, é mais isso mesmo. O meu [auxílio socioeconômico e auxílio creche] é mais pra gastar com o meu filho (Tháís, informação verbal: 2023).

De acordo com Vargas e Paula (2013), a possibilidade ou não da continuidade dos estudos também tem a ver com a relação que o estudante estabelece com o trabalho, pois ao mesmo tempo que a inserção no mercado de trabalho pode dificultar a escolarização e prolongar o tempo até a obtenção da diplomação, em alguns casos a ausência dele pode impedir a escolarização. Assim, essa incompatibilidade entre estudo e trabalho está presente nas narrativas, evidenciando a importância das ações de assistência estudantil, de bolsas acadêmicas e estágios remunerados para a permanência (Vargas; Paula, 2013).

Eu posso agora deixar de estudar e trabalhar numa loja e ficar para sempre presa nisso. E para mim é foda porque eu sempre tive esse exemplo dentro de casa. E não é porque a minha mãe e minha avó não quiseram estudar, é porque elas não puderam estudar. Era elas estudarem e a gente ficar com fome. Tanto que eu e minha prima fomos as primeiras a entrarem na universidade da nossa família. E isso foram coisas que me fizeram muito querer ser professora e ter a minha profissão. Então, não ver uma possibilidade de realizar um sonho que eu sempre tive desde criança foi um dos meus maiores medos quando eu estava grávida (Marcela, informação verbal: 2023).

Eu sou muito grata. A UnB me ajuda muito com esses auxílios. Eu acho que se não tivesse eu já tinha desistido e ido trabalhar de telemarketing (Bárbara, informação verbal: 2023).

Falar sobre a relação entre estudo e trabalho não é desconsiderar a interferência de outros elementos na permanência, a exemplo da falta de afinidade com o curso, dificuldades com a metodologia de ensino de alguns professores, questões relativas à trajetória na educação básica, dentre outras tantas complexidades que envolvem o processo ensino-aprendizagem. Todavia, com relação às estudantes-mães, é preciso considerar que o trabalho doméstico e de cuidado já fazem parte da rotina e absorvem boa parte do tempo e energia. Assim, a conciliação entre estudo, cuidado, trabalho doméstico e trabalho remunerado pode atuar como mais um complicador para a permanência e conclusão do curso.

Isso se dá porque, ainda que o estudo seja percebido como uma das poucas possibilidades de mobilidade social, pode se tornar menos importante frente à necessidade de sobrevivência, situação que coloca o trabalho como central. Neste cenário, a estudante precisaria escolher entre o trabalho ou o estudo, dedicando a um deles a maior parte do seu tempo uma vez que a conciliação entre eles não se dá de forma harmônica, mas pelo que é preciso priorizar naquele momento. Conciliar o estudo a uma forma de sobrevivência aumenta as chances de uma trajetória acadêmica com retenção ou evasão¹³ (Vargas; Paula, 2013).

Ainda que as estudantes desta pesquisa não façam parte das classes média e alta, a continuidade dos estudos se torna uma possibilidade diante da ampliação das vagas em universidades públicas, da implementação da política de cotas e de ações visando a permanência, a exemplo da assistência estudantil. Além disso, há o incentivo e apoio da família:

Meus irmãos, minha tia, todos já tinham participado [do LEdoC], né? E aí a gente sempre ouvia falar muito do curso, que era bom. Aí quando ia terminando [o ensino médio], a gente já pensava em fazer a prova do vestibular pra gente passar também e ingressar. Eu tenho dois irmãos já formados e eu e minhas duas irmãs também estamos aqui (Edineide, informação verbal: 2023).

[Quando eu engravidei, pensei que poderia] deixar de estudar, trabalhar numa loja e ficar para sempre presa nisso, mas para mim é foda porque eu sempre tive esse exemplo dentro de casa. E não é porque a minha mãe e

¹³ O documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação. De acordo com o MEC, a evasão é a situação em que o estudante abandona o curso, seja por não renovar a matrícula ou por formalizar o desligamento. A retenção é a situação em que, após o tempo previsto de conclusão do curso, o estudante permanece ativo na instituição.

minha avó não quiseram estudar, é porque elas não puderam estudar. Era elas estudarem e a gente ficar com fome. Tanto que eu e minha prima fomos as primeiras a entrarem na universidade da nossa família (Marcela, informação verbal: 2023).

Quando eu descobri que existia alguma faculdade que eu podia entrar sem precisar pagar... nossa! Eu falei assim: ai Deus, chegou a minha hora, chegou a minha vez. Então o meu ensino médio e fundamental foi todo estudando para o PAS, sabe?

Ela [a mãe] foi a pessoa que pagou o PAS pra mim. Ela e minha tia, que é a irmã dela, me ajudaram muito, sabe? Apoiaram meus sonhos (Andrea, informação verbal: 2023).

As subjetividades das narradoras e o ato individual das palavras ajudam a delinear uma subjetividade mais ampla, revelando possibilidades que por vezes não estão expressas (Portelli, 1996). Ainda que as estudantes não tenham evadido, a evasão ou a retenção ainda se apresentam como possibilidades para elas e várias outras estudantes. Na trajetória acadêmica, que tem como exigência a conciliação entre o ensino superior e a função de cuidado, pode haver um aumento do número de trancamentos, do tempo que ela levará para a conclusão do curso, bem como dificuldades para participar de algumas atividades ou de se manter no curso noturno, por exemplo.

CAPÍTULO 3

MATERNIDADE E ENSINO SUPERIOR: O PAPEL DA UNIVERSIDADE E AS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA ADOTADAS PELAS ESTUDANTES-MÃES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A democratização da educação não deve se dar apenas pela expansão do número de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior. Ela deve ser compreendida dentro de um ciclo, que apesar de ter início com o ingresso do estudante, só se conclui com a diplomação.

O que os estudos mostram é que a retenção e a evasão estão presentes nas instituições e que são fenômenos multideterminados. Nesta pesquisa, meu foco está nos aspectos familiares e, mais especificamente, nas estudantes que possuem filhos, coabitam com a criança e são contempladas com o Programa Auxílio Creche da Universidade de Brasília. Esse auxílio é financiado com recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), uma ação estatal que tem como objetivo a permanência e diplomação de estudantes com renda de até um salário mínimo e meio per capita.

Neste capítulo, a partir de dados quantitativos das beneficiárias do Programa Auxílio Creche, apresento o perfil socioeconômico, contemplando identidade de gênero, raça/cor, renda *per capita* familiar, número de filhos, curso, configuração familiar, natureza da fonte de renda e rede de apoio. Aborda-se também o número de estudantes com filhos matriculados em escolas públicas, as principais formas de utilização do auxílio e como a área de atuação creche, que está prevista no PNAES, é implementada pelas outras IFES da região centro-oeste.

Os dados são analisados de forma integrada à história oral, uma prática de apreensão das narrativas que possibilita a apreensão de análises considerando "aspectos não revelados, subjetivos, alternativos aos documentos escritos" (Meihy; Holanda, 2020, p.24). Como afirma Matos e Senna (2011, p. 101)

A fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui. Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só através dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época.

A partir das narrativas e do material produzido pelo projeto *Parent in Science*, apresento aspectos que podem interferir na trajetória acadêmica das estudantes, bem como

ações que podem ser implementadas pela UnB de modo a contribuir com a permanência e diplomação das estudantes, sejam elas da assistência estudantil ou não.

3.1. Democratização do ensino superior: acesso, permanência e diplomação

No Brasil, o processo de expansão e democratização do ensino superior público se deu por meio da implementação de programas e ações que contribuíram para o acesso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Com isso, houve também uma reconfiguração do perfil dos discentes dos cursos de graduação das IFES, que passou a se constituir majoritariamente como feminino, preto, pardo, proveniente de escola pública e economicamente vulnerável.

Neste processo, é notório o impacto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e da Lei de Cotas. De acordo com Santos *et al* (2017, p. 28)

O Reuni impacta na democratização do acesso pela expansão de vagas nas universidades públicas federais, movimento iniciado no governo Lula e que teve continuidade no governo Dilma. O SiSU democratiza e flexibiliza as formas de acesso, rompendo com mecanismos tradicionais de concorrência e acesso ao utilizar a avaliação do ensino médio (ENEM) como mecanismo de concorrência às vagas. E a Lei de Cotas Sociais impacta tanto pela democratização quanto pela inclusão. De todo modo, apesar desses principais mecanismos tornarem as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) mais inclusivas, não oferecem garantia de permanência.

A expansão e democratização do ensino superior público também foi acompanhada por discussões relacionadas à permanência, pois uma parcela dos ingressantes ou não concluem o curso ou alcançam a diplomação tardiamente. De acordo com Paula (2017), o aumento do número de vagas e de ingressantes não é proporcional à taxa de diplomação. Assim, o projeto de democratização do ensino superior não se esgota com a expansão do acesso. Na verdade, ele se inicia com a ampliação das vagas e com o ingresso de estudantes socialmente marginalizados, mas só se conclui com a diplomação. Portanto, se o acesso ao ensino superior não for acompanhado por políticas de permanência visando a diplomação, o discurso da inclusão pode ser resignificado em exclusão no decorrer da trajetória acadêmica do estudante. Perceba que, se a exclusão se dava antes do ingresso na universidade, ela passou a se fazer presente no interior do sistema de ensino (Zago; Paixão; Pereira, 2016).

É nessa linha que Castelo Branco, Nakamura e Jezine (2017) discutem a democratização do ensino superior e consideram que o tripé acesso, permanência e conclusão são indissociáveis. Assim, se o aumento na taxa de ingresso de estudantes em situação de

vulnerabilidade é uma realidade indiscutível e amparada em estatísticas educacionais, é necessário aprofundar a discussão sobre a permanência. Nesta pesquisa, partirei do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como objetivo a permanência e diplomação dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, situação esta que reduz as possibilidades de acesso ou permanência no ensino superior.

O PNAES tem como público-alvo estudantes da educação superior pública federal com renda de até um salário mínimo e meio *per capita* e é regido pelo Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. A responsabilidade pela definição de critérios e metodologia de seleção de alunos é da instituição federal de ensino superior, mas as áreas de atuação são estabelecidas pelo decreto: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidade e superdotação.

Na Universidade de Brasília (UnB), cabe ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) o desenvolvimento de ações de assistência estudantil. O DAC desenvolve suas ações por meio das seguintes diretorias: Diretoria de Acessibilidade (DACES), Diretoria de Esportes e Atividades Comunitárias (DEAC), Diretoria do Restaurante Universitário (DRU), Diretoria de Atenção à Saúde Universitária (DASU) e Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS). Em conformidade com as áreas especificadas no decreto, os programas regulares da DDS se dividem em ações voltadas para moradia estudantil, alimentação, transporte, inclusão digital, apoio pedagógico e creche.

Nesta pesquisa, meu interesse está voltado para a creche. A partir do que já foi desenvolvido no capítulo 1, relembro algumas características que estão presentes na literatura sobre o tema para, só depois, prosseguir com a análise sobre a implementação dessa área de atuação pelas IFES e, mais especificamente, pela Universidade de Brasília. Em um primeiro momento, a creche não foi marcada por uma evolução em termos quantitativos, mas por ciclos sucessivos de expansão e retraimento; no início do século XX, era percebida como um equipamento em substituição às mães que trabalhavam fora; respondia à uma necessidade circunstancial e, por isso, era restrita a uma parcela da população; o serviço ofertado tinha um caráter assistencialista ao invés de educacional (Rosemberg, 1981). Com relação à legislação, em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 06 (seis) anos de idade. Em 2013, a Lei nº 12.796 altera a idade para 04 (quatro) anos de idade.

Enquanto a educação básica é ofertada de forma obrigatória, gratuita e universal para crianças a partir de 4 anos de idade, a creche tem como público-alvo crianças de até 3 anos e,

até o momento, não possui caráter de obrigatoriedade. Assim, o PNAES prevê assistência aos estudantes que possuem filhos numa idade em que o Estado ainda não é obrigado a prover o atendimento. Apesar da creche ser uma das áreas de atuação desse programa, Dias (2021) aponta que das 69 universidades públicas federais registradas no portal do MEC no ano de 2020, 47 ofertavam auxílio-creche. Com relação às creches universitárias e oferta de vagas aos filhos de estudantes, 11 delas apresentavam essa informação no site institucional.

Com relação à oferta de serviços de assistência às crianças nas universidades, Marilena Dandolini Raupp (2004) afirma que desde 1970 essa questão é pautada, mas naquela época o público-alvo eram as trabalhadoras e não as estudantes. A inserção de creches nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) surgiu enquanto direito das servidoras e servidores públicos federais e esteve relacionada à luta mais ampla por creches públicas no Brasil. Raupp (2004) pontua que as reivindicações por creches se intensificaram naquela década e foram lideradas pelas mulheres trabalhadoras, empregadas em empresas públicas ou privadas, e pelos sindicatos. Foi naquele contexto, de reivindicações e existência de dispositivos legais, que as universidades começaram a pautar o direito de assistência à criança na faixa etária de 0 a 6 anos.

Ainda percebida como um direito da mulher e do trabalhador, a primeira creche universitária federal foi criada em 1972 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além dessa, outras cinco unidades localizadas em regiões de maior atuação dos movimentos populares foram construídas. Entre as décadas de 1970 e 1990, 19 IFES instalaram uma ou mais Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil, totalizando 26, mas ainda assim não houve o atendimento integral da demanda. Essa ampliação foi influenciada pelas pesquisas no campo da educação infantil, pelas negociações trabalhistas, pela Constituição Federal de 1988 e pelo Decreto n 93.408, de 10 de outubro de 1986, que normatizou a instituição de creches e demais serviços de assistência pré-escolar para os filhos de servidores da administração federal direta e indireta e de fundações (Raupp, 2004).

Como a Constituição Federal direcionou o direito à educação a todas as crianças, sejam elas filhas de trabalhadores ou não, os debates sobre o papel das creches universitárias federais se intensificaram. Na contramão da expansão das unidades de educação infantil nesses órgãos federais, em 1993 o Decreto n° 977 instituiu o auxílio pré-escolar, pago a servidores com filhos na faixa etária de 0 a 6 anos, estabeleceu a manutenção das unidades existentes e proibiu a criação de novas unidades (Raupp, 2004).

Esse conjunto de fatos relacionados às creches nas universidades impulsionou 19 delas (83%) à revisão de suas funções, direcionando suas ações para além do cuidado e educação

das crianças. Dessa forma, passaram a explorar outras possibilidades, como campo de estágio, campo de pesquisa e de observação para múltiplas áreas. Para Raupp (2004), apesar de se assemelharem às ações da educação infantil pública em relação ao ensino, ampliar essa prática foi necessária como forma de consolidar a identidade universitária nesses espaços, agregando ensino, pesquisa e extensão.

A configuração exposta revela que a constituição das unidades de educação infantil nas universidades federais, de alguma forma, acompanha a trajetória histórica da educação infantil no Brasil no que se refere aos objetivos iniciais, cumprindo a função de atendimento às crianças pequenas enquanto suas mães trabalhavam e estudavam. Evoluiu, gradativamente, no decorrer dos anos, para a incorporação de novas funções, caracterizadas como campo de estágio, de pesquisa e de observação. No entanto, essas funções necessitam de ampliação para a prática da pesquisa e da extensão, condição imprescindível para a consolidação da identidade universitária dessas unidades (Raupp, 2004, p. 209-210).

Com relação à Universidade de Brasília, o Centro de Ensino da Primeira Infância (Cepi) e o Centro Multidisciplinar de Pesquisa em Primeira Infância estão em construção. O Cepi é uma creche pública que atenderá todo o Distrito Federal. Nas reportagens¹⁴ disponíveis no site institucional da UnB, consta que está sendo avaliada a possibilidade de reservar uma quantidade de vagas para as trabalhadoras e estudantes da universidade. De acordo com a publicação, a creche terá capacidade para atender 94 crianças em período integral ou 188 divididas em dois turnos, matutino e vespertino. Apesar de, nos anos de 2023 e 2024, ter solicitado acesso ao convênio estabelecido entre a UnB e a secretaria de educação, não tive acesso ao documento porque o processo ainda estava em tramitação. Apesar disso, avalio que provavelmente este espaço se constituirá na lógica das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil, com o desenvolvimento de práticas de pesquisa, extensão e estágio.

Com relação às IFES do Centro-Oeste foi possível identificar, através dos editais dos programas de assistência estudantil de cada universidade, que parte das iniciativas voltadas para estudantes com filhos ocorrem como um desdobramento do PNAES e que está presente em 6 das 8 universidades federais da região, conforme tabela a seguir:

¹⁴ Fonte: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/5442-unb-assina-contratos-para-construcoes-de-creche-e-centro-de-pesquisa-em-primeira-infancia>; <https://noticias.unb.br/76-institucional/5701-reitora-e-secretaria-de-educacao-do-df-conversam-sobre-a-creche-na-unb>>. Acesso em 15/06/2023.

Tabela 1 – Implementação da área de atuação "creche" nas universidades federais da região centro-oeste

| Universidade | Nome do programa | Valor do auxílio | Faixa etária da criança |
|--------------|---------------------------|---|--------------------------|
| UFGD | Auxílio Educação Infantil | R\$ 300,00 | De 0 a 5 anos e 11 meses |
| UFG | Bolsa canguru | 1 filho/a: R\$ 300,00 2 filhos/as: R\$ 400,00 3 ou mais: R\$ 500,00 | Inferior a 5 anos |
| UFCat | Bolsa creche | R\$ 250,00 | Até 3 anos |
| UFR | Auxílio Creche | R\$580,00 | Até 6 anos incompletos |
| UFMS | Auxílio-Creche | R\$ 200,00 | Inferior a 6 anos |
| UNB | Auxílio-Creche | R\$ 485,00 | De 0 a 5 anos |
| UFJ | Não possui | | |
| UFMT | Não possui | | |

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Das universidades que dispõem de auxílio financeiro para estudantes com filhos, observa-se que a concessão tem como principal finalidade o custeio do serviço de creche ou atividade equivalente, com exceção da UFG. Esta universidade, diferente das demais, nomeia o programa como "bolsa canguru" ao invés de fazer referência a "creche" ou "educação infantil", não condicionando o pagamento do auxílio à contratação de serviços educacionais ou de cuidador.

Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a creche é destinada a crianças de até 3 anos. O que as informações da tabela 1 demonstram é que, apesar da maior parte dos auxílios concedidos pelas universidades serem nomeados como "creche", abarcam crianças em idade superior. Apesar de algumas diferenças entre as universidades, o que há em comum é o pré-requisito da coabitação com a criança ou a guarda, demonstrando que o cuidado, e não apenas o fato de ter tido um filho, é reconhecido como uma função que impacta na permanência no ensino superior, principalmente das mulheres.

A partir das informações contidas no relatório institucional sobre os aspectos acadêmicos e socioeconômicos dos estudantes vinculados ao PACreche da Diretoria de Desenvolvimento Social¹⁵, serão apresentados alguns dados relacionados ao perfil acadêmico e socioeconômico das estudantes vinculadas ao programa. Com relação ao recorte temporal, os dados consideram as estudantes que estavam ativas no programa no semestre 2023.2, totalizando 62 estudantes, sendo que 44 se autodeclararam pretas e pardas, 8 indígenas e 10

¹⁵ Fonte: <https://dds.dac.unb.br/relatorios>

brancas. Desse total, há 54 mulheres cisgêneros, 7 homens cisgêneros e 1 estudante que respondeu que não se adequa às opções do formulário e, por isso, respondeu “outra”.

3.2. Dados acadêmicos das participantes do Programa Auxílio Creche

As mulheres não são maioria apenas no Programa Auxílio Creche, mas no ensino superior. De acordo com Colling (2010), a gênese do sistema educacional brasileiro teve como uma de suas características a desigualdade de gênero e, nas discussões que antecederam o ingresso das mulheres no ensino superior, haviam posicionamentos distintos: se por um lado a educação igual entre os sexos era defendido como um fator emancipador das mulheres, por outro lado acreditava-se que haveria a destruição da feminilidade e o desvio a mulher das suas funções: o cuidado do lar e a maternidade.

Além do Brasil ter sido um dos últimos países da América Latina a criar instituições de ensino superior, o ingresso das mulheres se deu tardiamente, pois só foi permitido a partir de 1879. De acordo com Coelho e Vasconcelos (2009), é apenas com a vinda da família real para o Brasil que algumas medidas voltadas para o desenvolvimento da Colônia foram tomadas, a exemplo da criação da Faculdade de Medicina da Bahia em 1808. Portanto, sete décadas separam a criação da primeira faculdade e a permissão para o ingresso das mulheres no ensino superior.

Apesar disso, as pesquisas¹⁶ demonstram que na atualidade as mulheres são maioria tanto no ensino médio como no ensino superior. De acordo com Beltrão e Alves (2009) o hiato de gênero, que diz respeito às desigualdades de acesso à educação entre os sexos, foi superado e os dados dos censos demográficos do IBGE sugerem como marco a década de 1980.

[...] é importante destacar que somente em 1961, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB –, foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares. Portanto, foi a partir dos anos 1960 que as mulheres brasileiras tiveram maiores chances de ingressar na universidade, e foi nos anos 1970 que começou a reversão do hiato de gênero no ensino superior (Beltrão; Alves, 2009, p. 130).

Cabe destacar que, apesar das mulheres serem maioria na graduação, ainda há carreiras e cursos que são encarados como femininos ou masculinos, havendo a predominância das mulheres em alguns cursos de licenciatura ou em cursos que requerem o

¹⁶ Fonte: Notas Estatísticas do Censo da Educação Superior 2021: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em 04/06/2023.

cuidado do outro (Colling, 2010). Com relação às estudantes do PACreche, a tabela a seguir apresenta o curso e o quantitativo:

Tabela 2 - Curso das beneficiárias do PACreche

| Curso | Quantidade | % |
|--|-------------------|---------------|
| Educação do Campo - linguagens, artes e literatura | 12 | 19,35 |
| Educação do Campo - ciências da natureza | 4 | 6,45 |
| História | 4 | 6,45 |
| Língua de Sinais Brasileira | 4 | 6,45 |
| Pedagogia | 4 | 6,45 |
| Educação Física | 3 | 4,84 |
| Serviço Social | 3 | 4,84 |
| Administração | 2 | 3,23 |
| Ciências Biológicas | 2 | 3,23 |
| Ciências Contábeis | 2 | 3,23 |
| Ciências Econômicas | 2 | 3,23 |
| Educação do Campo - matemática | 2 | 3,23 |
| Gestão do Agronegócio | 2 | 3,23 |
| Medicina Veterinária | 2 | 3,23 |
| Arquivologia | 1 | 1,61 |
| Biblioteconomia | 1 | 1,61 |
| Ciências Sociais | 1 | 1,61 |
| Farmácia | 1 | 1,61 |
| Fisioterapia | 1 | 1,61 |
| Geografia | 1 | 1,61 |
| Geologia | 1 | 1,61 |
| Letras - Língua espanhola | 1 | 1,61 |
| Letras - Língua portuguesa e respectiva literatura | 1 | 1,61 |
| Línguas Estrangeiras Aplicadas | 1 | 1,61 |
| Museologia | 1 | 1,61 |
| Psicologia | 1 | 1,61 |
| Saúde Coletiva | 1 | 1,61 |
| Teoria, Crítica e História da Arte | 1 | 1,61 |
| Total | 62 | 100,00 |

Fonte: Aspectos acadêmicos e socioeconômicos dos estudantes vinculados ao Programa Auxílio Creche da Diretoria de Desenvolvimento Social, 2024.

Conforme os dados apresentados, quase um terço das estudantes (32,26%) são da Faculdade de Planaltina (FUP) e estão representadas nesta tabela pelos cursos de educação do campo - linguagens, artes e literatura; educação do campo - ciências da natureza; educação do campo - matemática e gestão do agronegócio. Nesta tabela constam os dados de homens e

mulheres, mas ao cruzar essas informações com os dados contidos no anexo do relatório identifica-se que, das 54 mulheres, 36 estão matriculadas em cursos de licenciatura.

A Universidade de Brasília oferece 24 cursos com habilitações para a licenciatura¹⁷: Artes Cênicas, Artes Visuais, Música, Ciências Biológicas, Ciências Naturais, Computação, Sociologia, Educação do Campo, Educação Física, Matemática, Filosofia, Física, História, Geografia, Pedagogia, Psicologia, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Língua Francesa, Língua Japonesa, Língua Portuguesa, Língua Portuguesa como Segunda Língua, Língua de Sinais Brasileira/Português como Segunda Língua e Química.

Os dados do Censo da Educação Superior mostram que, em 2021, 72,5% dos discentes dos cursos de licenciatura eram mulheres. Os dados do Anuário Estatístico da Universidade de Brasília (UnB) mostram que, em 2021, as mulheres representavam 50,76% dos estudantes de graduação, sendo majoritárias em cursos ofertados pela faculdade de saúde (71,6%), faculdade de educação (84,9%) e instituto de letras (69,4%). Com relação aos cursos ofertados pelo instituto de exatas, instituto de física e faculdade de tecnologia, observa-se que as mulheres são minoritárias, representando 19,6%, 24,18% e 28,8%.

Ocupar espaços públicos, a exemplo das universidades, é importante para o desenvolvimento de potencialidades e novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Contudo, ainda que os dados do anuário ou do PACreche sejam uma pequena amostra diante do número de cursos e alunos da Universidade de Brasília, eles reiteram que a construção identitária ainda é um marco definidor na escolha do curso. De acordo com Saffioti (1987), é a naturalização desses processos que legitimam os discursos de superioridade dos homens e inferioridade das mulheres, discursos esses providos de elaboração social e ideológica e desprovidos de fundamentação científica. Para a autora,

Na tentativa de inculcar nos seres humanos a ideologia da “inferioridade” feminina, recorre-se, frequentemente, ao argumento de que as mulheres são menos inteligentes que os homens. Ora, a Ciência já mostrou suficientemente que a inteligência constitui um potencial capaz de se desenvolver com maior ou menor intensidade, dependendo do grau de estimulação que recebe (Saffioti, 1987, p. 14).

Com relação ao desempenho acadêmico das estudantes, apresento análises que foram elaboradas a partir das informações do anexo do relatório, onde constam dados referentes à carga horária matriculada, aprovada, trancada, dentre outros. Nesta pesquisa, optou-se por utilizar a carga horária aprovada, pois enquanto a carga horária matriculada tem a ver com a intencionalidade de aprovação da estudante para aquele semestre, é a carga horária aprovada

¹⁷ Fonte: <https://www.deg.unb.br/cursos-de-licenciatura-da-unb>

que nos permite identificar se houve ou não rendimento em determinado período. No anexo haviam semestres com os seguintes registros: Trancamento Geral de Matrícula (TGM), Trancamento Geral de Matrícula Justificado (TGMJ) e sem registro. Para esses casos, adotei carga horária igual a zero. Por fim, semestres que se referiam ao período de verão não foram considerados, pois a carga horária ofertada aos estudantes neste período é reduzida.

A primeira análise foi realizada considerando apenas as estudantes que tiveram filho durante a graduação, totalizando 36 estudantes, sendo 6 homens e 30 mulheres. Como 4 estudantes tiveram 2 filhos, há 40 situações de análise. Como parâmetro, foi utilizada a carga horária aprovada em três semestres distintos: o semestre de nascimento da criança, o que o antecede e o posterior ao nascimento. A carga horária aprovada nesses semestres foi comparada sempre com o período anterior, buscando identificar se o rendimento se manteve, aumentou ou diminuiu.

No semestre que antecede o nascimento da criança e que coincide com o período gestacional, tem-se os seguintes dados: em 14 situações há aumento da carga horária aprovada; em 12 há redução; em 3 as estudantes permaneceram sem rendimento; em 3 a carga horária aprovada foi mantida; 8 situações não foram mensuradas porque as estudantes não estavam matriculadas na universidade.

No semestre de nascimento da criança, tem-se os seguintes dados: em 14 situações há aumento da carga horária aprovada; em 18 há redução; em 6 as estudantes permaneceram sem rendimento; em 2 a carga horária aprovada foi mantida. No semestre de nascimento, enquanto 16 estudantes aumentaram ou mantiveram a aprovação, 24 apresentaram redução na carga horária aprovada ou mantiveram o rendimento igual a zero.

Comparando o semestre de nascimento com o posterior, tem-se os seguintes dados: em 16 situações há aumento da carga horária aprovada; em 14 há redução; em 7 as estudantes permaneceram sem rendimento; em 2 a carga horária aprovada foi mantida; 1 situação não foi possível mensurar porque ainda não constava no histórico a menção referente ao semestre 1.2024. No semestre posterior ao nascimento, enquanto 18 estudantes aumentaram ou mantiveram a aprovação, 21 apresentaram redução na carga horária aprovada ou mantiveram o rendimento igual a zero.

Os dados dessa primeira análise revelaram que a redução da carga horária aprovada ou o rendimento zero ocorrem em maior número no semestre de nascimento da criança; que tanto homens como mulheres apresentaram alterações; que o rendimento acadêmico pode se manter, aumentar ou diminuir.

Buscando identificar a média de aumento ou de redução da carga horária aprovada após o nascimento do filho, foram analisadas as estudantes que tiveram seu primeiro e único filho durante a graduação, totalizando 26 estudantes. Para cada uma delas, foram realizadas duas médias, sendo uma para os semestres com 0 filhos e outra para os semestres com 1 filho.

Os dados revelaram que as estudantes que apresentaram redução passaram de 239,73 horas por semestre para 131,12 horas, em média. As estudantes que apresentaram aumento passaram de 132,15 horas para 199,93 horas por semestre, em média. Portanto, a diferença de rendimento antes e depois dos filhos das estudantes que apresentam queda de rendimento é mais acentuada, pois enquanto o aumento é de 67,77 horas, a queda é de 108,60.

A terceira análise foi realizada com dois grupos de estudantes: aquelas que ingressam na universidade com pelo menos um filho (grupo 1) e aquelas que tiveram o primeiro filho no decorrer do curso (grupo 2). O grupo 1 é composto por 32 estudantes. Nesse grupo, a média de aprovação por semestre é de 229,04 horas. O grupo 2 é composto por 30 estudantes¹⁸. Nesse grupo, a média de aprovação é de 178,37 créditos. Conclui-se, então, que estudantes que ingressam na universidade com filhos possuem rendimento acadêmico maior do que as demais.

Com relação ao impacto da parentalidade no rendimento acadêmico a partir de um recorte de gênero, a comparação entre homens e mulheres não possibilitou a identificação de um padrão. Além disso, acreditava-se que a redução na carga horária aprovada estaria presente na maior parte dos casos, mas os dados também apontaram situações de aumento ou de rendimento inalterado.

Cabe destacar que, com relação ao Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) das estudantes contempladas com o programa, o Núcleo de Estatística do Decanato de Assuntos Comunitários estabeleceu indicadores de avaliação e monitoramento. Com base no período de junho a setembro/2022, dos 7487 beneficiários assistidos pelas diretorias do DAC, 86% apresentam IRA acima de 3, mas as beneficiárias do auxílio creche com IRA acima de 3 representam 69%. Portanto, enquanto esse dado demonstra que a parentalidade impacta no rendimento acadêmico, as narrativas nos auxiliam na identificação de alguns fatores:

[...] eu sou do noturno [...] e a oferta é muito baixa, não tem a mesma oferta [do diurno]. E assim, pra quem é mãe é muito mais difícil, porque ou você pega aquela disciplina naquele dia, ou você vai ter que pegar no outro semestre (Carla, informação verbal: 2023).

¹⁸ Com relação ao discente 5, foram considerados os dados acadêmicos a partir de 2018 e não do seu primeiro ingresso no ano de 2011, pois há muitos semestres sem registro e fora do período de pandemia.

[Na carta que enviamos à reitoria, pedimos] prioridade na matrícula para pessoas que têm filhos até 5 anos de idade, fora do período escolar, tal qual prováveis formandos. Porque quando a gente escolhe uma turma, a gente provavelmente está escolhendo essa turma porque a gente tem esse horário (Marcela, informação verbal: 2023).

Eu só entendi o que era cansaço depois eu tive um filho, sabe? Eu lembro que eu estava tão cansada, tão cansada, eu acho que não tinha nem seis meses. Lembro que eu capotei... eu adormeci onde eu estava (Andrea, informação verbal: 2023).

Eu entrei em depressão pós-parto. Tentei me matar, só que a UnB, no tempo que eu fazia saúde coletiva ainda, ela me disponibilizou uma psicóloga. Isso foi muito importante (Andrea, informação verbal: 2023).

Pra mim estudar, é de madrugada. Ele dorme ali até umas 11h [da noite] e aí depois que ele dorme eu levanto e tenho que estudar, ler o texto do próximo dia. Tipo hoje, que tem texto e vídeo. Eu tive que fazer isso de madrugada, ou seja, eu já dormi um pouco mais tarde pra acordar mais cedo que ele. É puxado (Thaís, informação verbal: 2023).

Geralmente [eu estudo] à noite, quando a gente consegue colocar as crianças pra dormir né? Mas tem vezes que a gente dorme primeiro que elas. Se a gente for ver, é muito cansativo (Edineide, informação verbal: 2023).

Mas na verdade eu acho que o puerpério ele foi muito difícil pra mim. Eu não imaginei que seria tão difícil. Eu ouvia também as mulheres falando sobre isso e tal, só que eu senti muito, então eu chorava muito [...] eu tinha muito medo, acho que esse era o nome (Bárbara, informação verbal: 2023).

Ele nasceu com 33 semanas porque eu tive pré-eclampsia e falência renal. E aí eu tava quase morrendo, né? [...] Como ele era prematuro eu fiquei um mês no hospital (Marcela, informação verbal: 2023).

Meu filho entrou na escola esse ano. Então, o primeiro ano escolar da criança, é aquele ano sensacional. E aí era isso... uma semana doente e a outra semana também. [...] e parece que as pessoas acham que a gente tá inventando. Teve uma época que eu falava pro professor: é, ele tá doente mesmo, tô falando sério. E ele ficava: não é possível! E eu: é. Sabia que é? Bote teu filho na escola a primeira vez [...] Foram muitas vezes que ele ficou doente e aí eu fui reprovada (Marcela, informação verbal: 2023).

As narrativas apontam para a falta de uma rede de apoio, adoecimento mental, dificuldade de conciliação da maternidade com o horário das disciplinas, puerpério, cansaço extremo, situações de doença ou hospitalização da criança. A partir de seis artigos que abordavam os desafios da maternidade no período acadêmico, Costa *et al* (2023) também identificaram os seguintes aspectos: dificuldades para amamentação, dificuldades econômicas, alteração na saúde física e emocional da estudante, falta de apoio por parte da família e da universidade.

De acordo com Rapoport e Piccinini (2006), o apoio social é importante ao longo da vida, mas em períodos de mudanças e estresse ele adquire maior relevância, como é o caso da maternidade, uma experiência carregada de situações inéditas e potencialmente estressantes. De acordo com os autores, essas situações estão relacionadas principalmente ao cansaço materno, privação do sono, situações de adoecimento da criança e a uma rotina que passa a ser regrada pelas necessidades do bebê.

As estudantes que já ingressam na universidade com filhos precisam aprender a lidar com as exigências e estresses relacionados à vida acadêmica. Aquelas que tem filhos no decorrer do curso, precisam lidar tanto com as situações relacionadas à universidade como à maternidade, ambas potencialmente estressantes e que necessitam de um período de adaptação. Nesse período, a rede de apoio é importante e pode ser definida como a disponibilidade de sistemas e pessoas que auxiliam o indivíduo no enfrentamento à situações de transição e mudança (Rapoport; Piccinini, 2006). Nesses dois casos, o Programa Auxílio Creche se constitui como um benefício que pode auxiliar as estudantes nesse processo de adaptação e conciliação entre a maternidade e a universidade, podendo ser utilizado para o pagamento de serviços educacionais, cuidadoras ou outras necessidades que estejam vinculadas ao exercício da parentalidade.

De acordo com Rapoport e Piccinini (2006), o impacto desse evento depende de como ele é percebido pela pessoa, pois a resposta a essa nova fase depende das características individuais, presença e disponibilidade de uma rede de apoio e habilidade da mãe em solicitar e aceitar apoio. Portanto, o período de adaptação é individual, podendo ser mais breve ou mais longo. Pode ser que a ausência ou a presença dessa rede de apoio, durante a gestação e após o nascimento da criança, seja um dos elementos que nos permitiriam identificar o porquê de algumas estudantes serem impactadas com a redução do rendimento acadêmico e outras não. Todavia, esse ponto só poderia ser avaliado por meio de novas entrevistas, aliando os dados dos históricos acadêmicos com as memórias.

Não tem como dizer especificamente do que cada mãe estudante da UnB precisa, mas é possível afirmar que a disponibilidade e fruição de uma rede de apoio, seja ela ofertada por familiares, cuidadores ou instituições formais, tendem a aumentar a responsividade materna às situações de estresse (Rapoport; Piccinini, 2006), possibilitando que essa mulher encontre formas de conciliação entre os estudos e a maternidade.

3.3. Perfil socioeconômico das participantes do Programa Auxílio Creche e as formas de utilização do recurso

O ingresso das estudantes na universidade pode se dar com a presença ou não de filhos. No caso das estudantes contempladas com o PACreche, 32 ingressaram na UnB com pelo menos um filho e 30 tiveram o primeiro filho durante a graduação. Com relação ao número de filhos, 41 possuem um filho, 13 possuem dois filhos, 3 possuem três filhos e as últimas duas tem 4 e 5 filhos.

Ainda que o imaginário social sobre a família se constitua a partir da composição pai, mãe e filhos numa mesma residência, os dados do DIEESE e do PACreche demonstram que as configurações familiares são diversificadas e que se constituem em formatos diversos à da família nuclear. De acordo com o Boletim Especial do DIEESE¹⁹, 40,2% dos arranjos familiares no Brasil eram formados por casais com filhos em 2022. Quanto às famílias monoparentais, 14,7% eram compostas por mulheres com filhos e 2,3% por homens com filhos. Com relação às estudantes do PACreche, os dados estão detalhados na tabela a seguir:

Tabela 3 – Grupo familiar das beneficiárias do PACreche

| Com quem reside | Homem | Mulher | Outra | Qtde |
|--------------------------------------|----------|-----------|----------|-----------|
| Estudante e filho(s) | 2 | 36 | 1 | 39 |
| Estudante, companheira e filho(s) | 4 | | | 4 |
| Estudante, companheiro e filho(s) | | 10 | | 10 |
| Estudante, mãe e filho(s) | | 1 | | 1 |
| Estudante, mãe, irmão (s) e filho(s) | | 4 | | 4 |
| Estudante, pai e filho(a) | | 1 | | 1 |
| Não reside com a criança | 1 | 2 | | 3 |
| Total | 7 | 54 | 1 | 62 |

Fonte: Aspectos acadêmicos e socioeconômicos dos estudantes vinculados ao Programa Auxílio Creche da Diretoria de Desenvolvimento Social, 2024.

Conforme os dados apresentados, 22,58% dos arranjos familiares do PACreche são formados por casais com filhos. Quanto às famílias monoparentais, 58,06% são compostas por mulheres com filhos. Com relação aos 2 homens que residem com os filhos, há compartilhamento da guarda com a mãe da criança. Com relação à renda familiar *per capita* das 62 estudantes, a média é de R\$ 392,43. Ainda sobre a renda, a tabela a seguir detalha as respostas das estudantes à pergunta²⁰ “Qual a natureza da fonte de renda do(a) principal mantenedor(a) do seu grupo familiar?”:

¹⁹ Fonte: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>

²⁰ Foi solicitado, à DDS, o espectro das respostas dos estudantes ao formulário do SIGAA. A solicitação foi realizada via SEI, processo 23106.043608/2024-21.

Tabela 4 - Principal natureza da fonte de renda das beneficiárias do PACreche

| Natureza da fonte de renda | Qtde | % |
|---|-------------|----------|
| Bolsa da Assistência Estudantil (Moradia, Socioeconômico, Creche) | 22 | 35,5 |
| Benefício da Assistência Social | 12 | 19,4 |
| Não possui renda | 5 | 8,1 |
| Trabalho formal, setor privado | 4 | 6,5 |
| Trabalho autônomo ou informal | 4 | 6,5 |
| Bolsa Acadêmica (PIBIC, PIBID, PIBEX) | 3 | 4,8 |
| Servidor público temporário/comissão | 3 | 4,8 |
| Ajuda de terceiros | 1 | 1,6 |
| Aposentadoria | 1 | 1,6 |
| Benefício do INSS | 1 | 1,6 |
| Microempreendedor | 1 | 1,6 |
| Poupança/economias pessoais | 1 | 1,6 |

Fonte: Espectro de respostas do cadastro único, 2024.

Enquanto os dados do DIEESE apontam para uma diferença significativa na renda das famílias monoparentais que são chefiadas por homens em comparação com as mulheres, no caso no PACreche foi realizado o cálculo por tipo de arranjo familiar e gênero e a diferença não foi significativa. Acredito que isso pode estar relacionado à natureza da fonte de renda das famílias, que não é majoritariamente composta por rendimentos do trabalho. Enquanto o trabalho formal, autônomo ou temporário correspondem a 17,8%, bolsas de assistência estudantil, bolsas acadêmicas e benefícios da política de assistência social correspondem a 59,7%.

Com relação ao recebimento de pensão alimentícia, apenas 5 estudantes usufruem desse direito, como pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 5 - Recebimento de pensão alimentícia

| Identidade de gênero | Recebimento de pensão | | | | | Qtde |
|-----------------------------|------------------------------|----------------------|-----------------------------|-----------------------|------------|-------------|
| | Não | Não se aplica | Guarda compartilhada | Sem informação | Sim | |
| Homem cis | | 5 | 2 | | | 7 |
| Mulher cis | 34 | 12 | | 3 | 5 | 54 |
| Outra | | | | 1 | | 1 |
| Total | 34 | 17 | 2 | 4 | 5 | 62 |

Fonte: Aspectos acadêmicos e socioeconômicos dos estudantes vinculados ao Programa Auxílio Creche da Diretoria de Desenvolvimento Social, 2024.

Os dados apresentados mostram que nenhum homem recebe pensão alimentícia, pois 4 residem com a companheira, 2 compartilham a guarda e um deles não reside com a criança. Com relação às mulheres, apenas 9,25% recebem pensão alimentícia. Esse dado indica que, além dos estudos, essas mulheres precisam prover tanto o cuidado como a renda familiar. Nesse sentido, são os programas de assistência estudantil, as bolsas acadêmicas e a política de assistência social que, em contraposição à conciliação do ensino superior com o trabalho

remunerado, se configuram como os principais meios de sobrevivência e permanência das estudantes da universidade.

Com relação ao desempenho da função de cuidado juntamente com o pagamento de pensão, apenas uma estudante relata que o pai da criança exerce tanto a função de cuidado como de provedor. Quanto à função de cuidado, foram obtidas as seguintes respostas à pergunta “Além da cuidadora ou instituição de ensino, quem te ajuda na rotina com a criança?”: 23 estudantes não recebem ajuda, 12 contam com o apoio de familiares, 6 dividem essa responsabilidade com o pai da criança e 12 não responderam a pergunta. A seguir, apresento as respostas por arranjo familiar:

- Estudante e filho(s): 18 não contam com ajuda, 10 não responderam, 7 contam com a ajuda de familiares, 2 declararam que o pai da criança participa da rotina do filho. Com relação aos dois homens que possuem esse arranjo familiar, ambos compartilham a guarda com a mãe da criança.
- Estudante, companheiro(a) e filho(s): todos os homens referenciaram a mãe da criança. Com relação às mulheres, 1 estudante não respondeu, 4 referenciaram o pai da criança, 4 desempenham essa função sozinha e 1 conta com a ajuda da avó da criança.
- Estudante, filho e familiares: 4 contam com a ajuda da avó da criança, 1 desempenha essa função sozinha e 1 não respondeu.

Observa-se que, com relação às estudantes que residem com o pai ou a mãe da criança, enquanto todos os homens declaram que a mãe participa da rotina, apenas 40% das mulheres referenciam a participação do pai da criança na rotina de cuidado.

Os dados referentes aos arranjos familiares, recebimento de pensão alimentícia e compartilhamento da função de cuidado estão relacionados com as discussões que foram realizadas nos capítulos anteriores. O fato de algumas estudantes compartilharem a função de cuidado com os pais dos seus filhos reitera que esta não é uma função inata às mães, mas que é uma habilidade que se constrói na prática cotidiana, podendo ser realizada por homens e mulheres. Todavia, ainda que novos discursos sobre a paternidade estejam em disputa e que os dados e as narrativas apontem para a participação de alguns pais no cuidado, essa função permanece centralizada nas mulheres.

Essa centralidade tem relação com o imaginário social e os padrões que naturalizam as formas de ser, as características e funções que devemos assumir para sermos legitimados como homens ou mulheres (Scott, 1995). Os dados relacionados à função de cuidado e pagamento de pensão alimentícia mostram que, enquanto o estereótipo de gênero da mulher

cuidadora se mantém, o mesmo não acontece com o homem, pois não assumem o papel de provedor como uma função compulsória. A esquivar-se a estereótipos é difícil, mas no caso das mulheres os discursos de exaltação e naturalização do papel de mãe lhe impõe uma maternidade compulsória, demonstrando o quanto a maternidade ainda é uma questão identitária.

Enquanto a trajetória profissional desses pais sofre pouca ou nenhuma interferência dos aspectos relacionados à parentalidade, a trajetória das estudantes-mães é permeada pelas necessidades familiares e, para se manterem estudando, precisam organizar a dinâmica familiar e as formas de compartilhamento do cuidado. Nesse sentido, a creche é necessária porque o compartilhamento do cuidado com essa instituição pode proporcionar tanto o desenvolvimento e a socialização da criança fora do espaço privado como a inserção e permanência da estudante-mãe na universidade. Diante da insuficiência de vagas em creches públicas e da dificuldade que as estudantes enfrentam na estruturação de uma rede de apoio, a relevância do PACreche está em possibilitar o pagamento de serviços educacionais, cuidadoras e o atendimento de outras necessidades.

Com relação à forma de utilização do auxílio, apresento as respostas por arranjo familiar:

- Estudantes que residem com o filho e familiares: das 5 estudantes que responderam o formulário, todas declararam que o auxílio é utilizado para o pagamento de cuidadora ou instituição de ensino. Portanto, parte das necessidades da criança com relação a alimentação, fralda, dentre outras são supridas pelo grupo familiar.
- Estudantes que residem com o filhos e seus companheiros/as: Das 13 que responderam o formulário, 10 custeiam serviços educacionais ou de cuidado.
- Estudantes que residem com o filho: de um total de 29 estudantes que responderam o formulário, 18 pagam por algum serviço educacional ou de cuidado.

Os dados referentes à utilização do recurso demonstraram que ou o recurso é utilizado para alimentação, fralda e outras necessidades da criança ou é utilizado para pagamento de cuidadora ou instituição de ensino, sendo que, diante dos valores praticados pelo mercado, as escolas particulares são menos representativas que as cuidadoras. Cabe destacar que o número de estudantes com filhos matriculados em instituições públicas de ensino corresponde a apenas 14,28%. Esse dado expressa a insuficiência de vagas na rede pública de ensino, situação que reitera a importância do PACreche e a necessidade de desenvolvimento de outras ações voltadas para a permanência de estudantes com filhos pela universidade.

3.4. Educação infantil no Distrito Federal: critérios de seleção e a experiência de uma estudante com o Cartão Creche

Apesar da regulamentação em torno da educação infantil após a Constituição Federal de 1988, no artigo *Evolução das matrículas no Distrito Federal: O cenário para o período 2016 a 2020*, Cordeiro e Reis (2022) apontam que, ainda que 68% das matrículas tenham sido realizadas na rede pública vinculada à Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), o mesmo não ocorre com a educação infantil. Identifica-se que, tanto no Distrito Federal como nos demais estados, o aumento no número de matrículas nesse segmento se deu predominantemente em instituições privadas, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6 - Evolução do número de matrículas na educação infantil total e na rede pública vinculada à Secretaria de Educação do Distrito Federal

| Matrículas | | | | | | |
|--|--------|--------|---------|---------|---------|-------------------|
| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Varição 2016-2020 |
| Creche | 27.969 | 28.981 | 31.800 | 33.047 | 31.742 | 13,49 |
| Pré-escola | 66.192 | 67.983 | 68.470 | 71.610 | 71.893 | 8,61 |
| Educação infantil | 94.161 | 96.964 | 100.270 | 104.657 | 103.635 | 10,06 |
| Matrículas na EI na Rede Pública Estadual vinculada à SEEDF | | | | | | |
| Creche | 665 | 903 | 880 | 734 | 435 | -34,59 |
| Pré-escola | 38.052 | 40.905 | 42.781 | 45.076 | 46.681 | 22,68 |
| Educação infantil | 38.717 | 41.808 | 43.661 | 45.810 | 47.116 | 21,69 |
| Percentual de matrículas da rede pública vinculada à SEEDF no total | | | | | | |
| Creche | 2,38 | 3,12 | 2,77 | 2,22 | 1,37 | |
| Pré-escola | 57,49 | 60,17 | 62,48 | 62,95 | 64,93 | |
| Educação infantil | 41,12 | 43,12 | 43,54 | 43,77 | 45,46 | |

Fonte: Educacenso - Censo escolar da educação básica. Dados elaborados pela GETED/DINFE. Cordeiro e Reis, 2022.

Apesar da redução em 34,59% no número de matrículas em creches da rede pública entre 2016 e 2020, observa-se que a partir de 2021 há uma ampliação na distribuição de vagas em creches. Isso se dá em decorrência do Plano Distrital de Educação, que tem como uma de suas metas a ampliação da oferta de vagas em creches para atender, no mínimo, 60% das crianças de 0 a 3 anos até 2024. Além das unidades entregues ou em obras, em 2021 houve o lançamento do Programa de Benefício Educacional-Social (PBES) – Cartão Creche. Esse programa tem vigência até 2023 e tem capacidade para atender 5.158 crianças em todas as regiões administrativas do Distrito Federal por meio da oferta de vagas em instituições privadas que oferecem período integral. Mediante comprovação da frequência escolar, o

pagamento da mensalidade é efetuado pelo responsável por meio de um cartão que é abastecido mensalmente com até R\$ 803,57 reais por criança.

Analisar esses dados integrando-a com a história oral possibilita um outro tipo de reflexão por considerar "aspectos não revelados, subjetivos, alternativos aos documentos escritos" (Meihy; Holanda, 2020, p.24). Diferente da maioria dos documentos históricos, as fontes orais são cocriadas pelo historiador. Portanto, elas não estão prontas e não foram encontradas, mas geradas a partir de uma troca dialógica entre o entrevistado e o entrevistador onde, por meio da história oral, busca-se compreender qual o significado do evento na vida dos narradores (Portelli, 2016).

Carla, estudante do curso de pedagogia e mãe da Laura, relatou sua experiência com o Cartão Creche. Ao ser contemplada com uma vaga, foi direcionada pela SEEDF a uma instituição de ensino que, apesar de aceitar o valor do Cartão Creche de R\$ 803,57 como mensalidade, exigia a compra de uniformes escolares e de um livro, considerado desnecessário pela estudante já que tanto as ações de cuidado como as atividades que possibilitam o desenvolvimento motor, social e cognitivo de crianças entre 0 e 3 anos descartam a obrigatoriedade de utilização de livros didáticos. Com renda familiar proveniente dos auxílios da assistência estudantil, do estágio e dos bicos que o companheiro faz, Carla se deparou com condições que impossibilitaram o acesso à creche.

Eu vejo muitas contradições nesse cartão. Eu não sei se é porque eu estou na educação. A gente é muito militante nessas questões de política pública de educação. Assim que a gente conseguiu a vaga a gente foi lá para conhecer, para ver como é que era. A gente precisava custear um livro de 300 e não sei quantos reais. Como que a gente vai custear um livro se a gente não tem nem dinheiro de mensalidade? Pra quem vem de fora a mensalidade é 950 reais e pra quem está no cartão creche, 897. Como que a gente vai colocar 5 crianças que recebem o cartão e 5 que não recebem para as 10 terem as mesmas condições de vida e qualidade de educação? Sendo que essas 5 aqui não vão conseguir comprar o livro que eles nos obrigaram a comprar? Educação infantil não tem escola, não existe escola. É um espaço de convivência porque são crianças, não são alunos. Então eu via muitas controversas. E eu militei muito. Eu falei: mas porque eles precisam de um livro? Eles são da educação infantil, eles estão aqui para explorar, para se descobrir (Carla, informação verbal: 2023).

A narrativa aponta para a interseccionalidade entre as categorias de classe e gênero na constituição da identidade, que também é atravessada pela condição de estudante universitária. Carla, ao se ocupar dessa função parental, a realiza a partir dos discursos da sua época sobre como as mulheres devem criar os filhos e da posição singular de estudante do curso de pedagogia, que é uma área de conhecimento que produz discursos sobre o que deve ser ofertado às crianças, considerando tanto o papel da família como da escola no

desenvolvimento infantil. Percebe-se então que o cuidado é carregado de significados, definidos pelas articulações entre os diferentes espaços que compõem as experiências dos sujeitos e por dimensões sociais e individuais. Dessa forma, a partir do simbólico e da representação, a identidade emerge e o sujeito se constitui, sempre atravessado por outras vozes e pelos sentidos construídos historicamente.

De acordo com Hall (1997), a identidade é constituída de forma dialógica entre o que é representado "pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos as posições de sujeito construídas para nós por alguns dos discursos (Hall, 1997, p.26)". Assim, as experiências vivenciadas no espaço universitário e o conhecimento apreendido tanto em sala de aula como no estágio e nas atividades de extensão que participa, demonstram que o exercício da maternidade é influenciado pelos diferentes espaços que compõem suas experiências. Carla também acredita que a forma como se posiciona e argumenta a faz ser reconhecida como estudante da UnB:

E aí eu acho que ela via que eu era aluna da UnB e aí eles ficavam tentando fazer a todo momento... é... contorcer a situação... só que eu falei: não tem lógica vcs colocarem 10 crianças, 5 que tem condições e 5 que não tem e tentar fazer com que a qualidade da educação seja maravilhosa e não é. Então o que eu queria? Uma creche pública, onde não tivesse tanta desigualdade social. [...] É bom? É pq ajuda as mães, mas é totalmente contra a educação [...] e aí eu não coloquei (Carla, informação verbal: 2023).

A escolha da estudante em não matricular a filha na escola conveniada é influenciada tanto pela sua concepção sobre a educação infantil, construída a partir da sua formação em pedagogia, como pela identidade de classe, em que a classe se configura como um elemento que pode gerar o afastamento ou a aproximação a determinados grupos e lugares. Para que Laura não sinta, cotidianamente e no ambiente escolar, os reflexos das desigualdades por frequentar um espaço onde a maior parte das famílias possuem uma renda maior, Carla avalia que a creche pública seria o espaço mais apropriado. Portanto, enquanto a classe define as possibilidades de compartilhamento do cuidado, o conhecimento que adquiriu na universidade durante a graduação possibilita uma leitura crítica da realidade e do serviço que está sendo ofertado pela SEEDF, influenciando suas escolhas.

Ainda assim, as certezas reverberadas nas falas da estudante flutuam, se alternam, pois em outro momento ela demonstra arrependimento por não ter aceitado a vaga:

Eu pequei muito nessa parte de não aceitar a vaga porque querendo ou não foi uma oportunidade do governo e seria uma creche integral, mas também

a gente precisa pensar nos dois lados porque eu inscrevi ela pra ser de uma instituição pública, não foi para as desigualdades aumentarem, mas pra ela se sentir num lugar de pertencimento dela, com crianças do ambiente social que realmente ela está e não pra aumentar as desigualdades (Carla, informação verbal: 2023).

Apesar de a estudante ter sido direcionada a uma escola que o valor do Cartão Creche cobre integralmente o valor da mensalidade, o baixo número de instituições conveniadas levou a uma alteração na regulamentação do programa: a Lei nº 7.064 estabeleceu que, caso o valor de R\$ 803,57 seja insuficiente para cobrir o custo da mensalidade, as famílias poderão cobrir o valor faltante. Apesar de reduzir a fila de espera, essa modalidade acaba reproduzindo desigualdades, pois ao mesmo tempo em que aumenta o número de crianças atendidas, impossibilita o acesso à creche a uma parcela da população. Portanto, a contradição percebida pela estudante não é infundada, pois ainda que a SEEDF trabalhe com critérios que priorizam as famílias de baixa renda, oferta um serviço numa modalidade que acaba não contemplando essa parcela da população.

Em que pese o dever do Estado na oferta de algumas políticas, a exemplo da educação, é contraditória a convivência entre a universalização e a seletividade, a estatização e a educação enquanto mercadoria e com o suporte do Estado ao setor privado. Nesse sentido, Behring e Boschetti (2006, p. 159) afirmam que essa “privatização gera uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo em que propicia um nicho lucrativo para o capital, em especial para seguimentos do capital nacional que perderam espaços com a abertura comercial”, a exemplo da saúde, previdência complementar, educação superior e pré-escolar.

Com relação à política de educação e seletividade, o *Manual de Procedimentos para Atendimento à Educação Infantil – Creche*²¹ especifica os critérios e as pontuações para ocupação das vagas em Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e em Instituições Educacionais Parceiras²². Com relação aos critérios, especifico a seguir:

- Renda familiar, considerando renda proveniente de trabalho formal, informal, bolsas de graduação, pós-graduação e estágio;
- Criança com mãe trabalhadora, seja trabalho formal, informal ou bolsas acadêmicas;

²¹ Fonte: <https://www.educacao.df.gov.br/secretaria-de-educacao-elabora-novo-manual-das-creches-da-rede-publica-do-df/>

²² O manual especifica que, desde 2011, são celebrados convênios ou termos de fomento e colaboração com essas instituições por meio de chamada pública visando a ampliação da oferta de vagas.

- Família de baixa renda, participante de programas da política de assistência social;
- Criança ou mãe com medida protetiva. No caso da criança, se estiver em acolhimento institucional ou em situação de rua. No caso da mãe, se estiver em situação de violência doméstica;
- Criança em risco nutricional;
- Mãe adolescente.

Os critérios que foram elencados se referem ao manual publicado em 2023. Ao comparar esta publicação com a do ano de 2016, observa-se que há um avanço para as estudantes mães, pois até então pessoas com renda proveniente de bolsas acadêmicas não eram consideradas trabalhadoras. Assim, a partir desses novos critérios, estudantes bolsistas passam a agregar mais uma pontuação na sua classificação.

Observa-se que, historicamente, a vinculação da creche com o trabalho da mãe se mantém, mas que diferente da era Vargas as trabalhadoras informais também são consideradas. Ainda que seja um avanço, cabe destacar que se a maternidade é um fator que interfere na inserção dessa mulher no mercado de trabalho, conceder uma pontuação a mais para quem está trabalhando é desconsiderar que o desemprego feminino também é decorrente da função de cuidado, pois na ausência de rede de apoio e aparatos públicos com serviços voltados para a infância, se manter em casa pode ser uma condição e não uma opção. Nesse sentido, os critérios adotados refletem a relação ainda existente entre o trabalho feminino e a creche, bem como a centralidade que o trabalho produtivo e remunerado adquirem na nossa sociedade, sem reconhecer que cuidado também é trabalho.

3.5. Programa Auxílio Creche e outras práticas institucionais de apoio às estudantes com filhos

Além do Programa Auxílio Creche, que é uma área prevista no Programa Nacional de Assistência Estudantil, outras ações de permanência também devem ser implementadas pela universidade. Partirei do que foi produzido pelo projeto *Parent in Science* para, a partir disso, fazer algumas problematizações dialogando com as narrativas. Diante da ausência de dados e conhecimento sobre o impacto da parentalidade na carreira científica, o *Parent in Science* surgiu com o intuito de levantar a discussão sobre a parentalidade na academia e na ciência. A partir do levantamento de dados e pesquisas sobre o tema, esse grupo produziu artigos, guias,

manuais, manifestos, dentre outros materiais que tratam da temática, contemplando tanto o corpo docente como discente.

Em parceria com o Coletivo de Mães da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi publicado um manual sobre os direitos das mães estudantes, com sugestões práticas de como as universidades podem apoiá-las:

- Oferecimento de moradia estudantil com condições de recebimento de crianças dependentes dos moradores;
- Garantia de acesso e alimentação de dependentes de estudantes nos restaurantes universitários;
- Garantia da licença-maternidade, na graduação e pós-graduação, em regimento, especificando os protocolos para solicitação e implementação;
- Adoção de um protocolo simplificado para cadastro de dependentes de estudantes, bem como para pedidos de abono por faltas por razões relacionadas ao cuidado;
- Oferecimento de orientação acadêmica, garantindo que mães tenham informações claras sobre suas possibilidades e direitos dentro da universidade;
- Treinamento de docentes e demais profissionais da instituição para identificação e combate a preconceitos e discriminação contra estudantes mães;
- Implementação de políticas que visem o combate à cultura de assédio e violência de gênero, garantindo um ambiente seguro;
- Criação de canais e mecanismos efetivos de denúncia e acompanhamento de situações de assédio, discriminação e preconceito, incluindo contra mães;
- Flexibilização de prazos e, dentro dos limites regimentais, oferecimento de opções de atividades remotas ou à distância;
- Oferecimento de espaços para acolhimento de crianças em eventos acadêmicos promovidos na universidade;
- Criação e/ou ampliação dos programas de permanência voltados para mães, com oferecimento de bolsas e auxílios com valor adequado;
- Criação e manutenção de creches universitárias;
- Oferecimento de contraturno escolar;
- Oferecimento de auxílio creche em valor adequado.

Diante da incompatibilidade entre o valor do auxílio creche e as mensalidades das instituições de ensino, eu acreditava que a oferta de um serviço de educação infantil dentro da Universidade seria o melhor para todas as estudantes que são mães e que seria suficiente para

a permanência e conclusão do curso. Todavia, por meio da história oral, tive acesso a narrativas que me fizeram repensar, pois enquanto algumas estudantes sinalizaram que isso facilitaria a dinâmica familiar, outras apontaram que uma instituição de ensino perto de casa seria a melhor opção.

Isso se dá porque, quando as estudantes residem perto da rede de apoio, a proximidade com o domicílio permite que outras pessoas também participem da rotina de cuidado da criança. Além disso, elas relataram que à medida que vão avançando no curso, buscam se organizar de modo a concentrar as disciplinas em alguns dias da semana. Como não residem próximo ao campus, o tempo que economizam de deslocamento pode contribuir para uma melhor conciliação entre o estudo, o trabalho doméstico e o cuidado.

Com relação à proposta do *Parent in Science* de oferecimento de contraturno, Marcela aponta que uma das demandas do coletivo de mães é a oferta de um espaço para deixar a criança. De acordo com ela, “o que historicamente a gente pediu nem foi uma creche. A gente queria um espaço para que a gente pudesse deixar nossos filhos, ir para a aula e voltar. Era simplesmente a UnB criar um espaço e colocar estudantes para olhar uma criança”. Bárbara também sinaliza que um espaço como esse auxiliaria: “Eu acho que a gente poderia ter um espaço. Não pra deixar todo dia, mas pelo menos uma vez, uma emergência, uma coisa assim. Porque, por exemplo, a gente que tem um filho pequeno e deixa com alguém, as vezes a pessoa tem que resolver alguma coisa, tem algum imprevisto”.

O que as narrativas mostram é que essa demanda vem da dificuldade de conciliação das atividades em sala de aula com a função de cuidado, que pode atrapalhar o rendimento acadêmico e a apreensão do conteúdo:

Eu precisei trazer ele até hoje só duas vezes, graças a Deus. E foram bem difíceis, porque ele é criança, né? Não tem muito o que fazer. Criança não dá pra falar: senta aí, fica quieta. Não é assim. Aí tem que sair, distrair ele, trazer coisas pra ele pintar e assim foi... Até que consegui distrair pra passar o tempo da aula. Eu não entendi muita coisa dessa aula, é claro. E foi isso, mas deu... pelo menos falta eu não levei porque eu estava presente (Thais, informação verbal: 2023).

Então eu... eu tentei... eu trouxe lanche pra ele no dia, eu trouxe uns brinquedos que ele gosta, uma massinha, pra ele ficar no cantinho. Aí ele ficou, digamos que uns 20 minutos. Aí depois ele já começou a andar, a correr e descer. Quando eu vi ele já tava correndo mesmo, correndo que ele escorregava e caía. Eu falei: meu Deus (Bárbara, informação verbal: 2023).

Não tinha a mínima condição de eu estar com meu filho naquela sala, [na aula de lógica do departamento de filosofia]. E não era só pela hostilidade... é porque assim, são matérias, matérias e matérias. As matérias

que eu pegava na FE, eu consegui tranquilamente fazer e ir com ele. Assim, era muito cansativo, mas dava pra ir. Aí eu lembro até que teve uma vez que eu precisei apresentar um trabalho e aí eu não tinha com quem deixar, não tinha como deixar ele na sala e eu mandei no grupo: gente, eu preciso apresentar um trabalho agora. Alguém fica com meu filho pra mim? E aí minha amiga falou assim: traz ele, traz ele aqui, eu tô aqui na FE em tal sala (Marcela, informação verbal: 2023).

Com relação à proposta das estudantes e do *Parent in Science*, seja de oferecimento de contraturno ou de um espaço para deixar a criança, cabe problematizar as perspectivas teóricas relacionadas às atividades de extensão. Se a universidade se constitui a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, provavelmente é sobre essa última que a recairá a problematização da oferta desse serviço, visando a permanência das estudantes na universidade.

Jezine (2004) aponta que, nas discussões de caracterização ou não da extensão como uma função da universidade, haviam três concepções teóricas em disputa: assistencialista, mercadológica e acadêmica. A primeira se dá sob o argumento do compromisso social. Nesse sentido, a universidade toma para si a responsabilidade de intervenção em áreas que, muitas vezes, seriam de responsabilidade do Estado, incorporando à prática universitária a prestação de serviços sob a forma de cursos, conferências, serviços técnicos e assistenciais. Esta concepção está presente nas universidades desde a origem da extensão e caracteriza-se “por programas e atividades esporádicas nas comunidades, objetivando a “resolução” imediata e paliativa de problemas sociais, sem discussão prévia dos fatores que provocam desigualdades sociais, nem incentivo a formas de intervenção organizada [...]” (Jezine, 2004, p.4).

Contrária à prestação de serviços e ao desenvolvimento de uma ciência aplicada em torno do atendimento das necessidades sociais emergentes, a perspectiva acadêmica pauta-se pelo princípio educativo e propõe a integração da extensão ao ensino e à pesquisa, “com ênfase na relação teoria-prática, na perspectiva de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, como oportunidade de troca de saberes” (Jezine, 2004, p. 2).

Na perspectiva mercadológica, ao invés de privilegiar o atendimento às classes populares, os aspectos econômicos e as parcerias com outras instituições transformam o conhecimento que é produzido na universidade em mercadoria. Nesse processo, a extensão torna-se uma das principais formas de articulação comercial na busca por financiamentos e pela institucionalização das atividades extensionistas.

Diante da diversidade teórica e da presença dessas três concepções nas práticas de extensão nas universidades, cabe destacar que o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) se posiciona favorável à perspectiva acadêmica. Essa concepção não nega o compromisso social da universidade com as classes populares e nem com a prestação de serviços, mas reafirma que, no processo de produção de conhecimento, a universidade não pode ser passiva e que a relação com a sociedade deve ser de transformação. De acordo com Jezine

Os princípios da integração ensino-pesquisa, teoria e prática que embasam a concepção de extensão como função acadêmica da universidade revelam um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania (Jezine, 2004, p. 3).

A articulação da universidade com as políticas públicas é importante para o fortalecimento da extensão universitária e se dá, de forma indireta, no âmbito da produção do conhecimento e da formação de estudantes que poderão atuar na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Além disso, ela pode se vincular de forma direta em termos de financiamento, cobertura, eficiência e efetividade (FORPROEX, 2012). Na Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada em 2012, foram apresentadas áreas prioritárias de articulação da extensão com as políticas públicas, sendo uma delas a ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica. Nesse caso, o FORPROEX aponta que uma atuação possível seria por meio do fortalecimento dos espaços de participação social, a exemplo dos conselhos e conferências. Por serem espaços de tomada de decisão, a oferta de cursos de capacitação para conselheiros poderia ser uma ação de extensão, por exemplo. De acordo com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras

[...] nesse tipo de articulação, é importante ter claro que a contribuição da Extensão Universitária deve estar pautada não apenas pela competência acadêmica, mas também pelo espírito crítico e pela autonomia. A Universidade não pode substituir as responsabilidades do Estado na garantia dos direitos de cidadania ou na provisão de bens públicos, mas, sim, somar-se aos seus esforços e subsidiá-lo, de forma crítica e autônoma, no desempenho dessas atribuições (FORPROEX, 2012, p. 66).

Percebe-se, então, que a universidade não tem o papel de ofertar um serviço que é de responsabilidade da educação infantil, mas de subsidiar o Estado no desempenho dessa

atribuição para que, com o filho na escola, a estudante possa se dedicar aos estudos. É claro que as ações de extensão podem se voltar para essa temática e para a oferta de um serviço que tenha como público-alvo os filhos das estudantes, desde que ocorra de forma integrada ao ensino e a pesquisa e numa perspectiva de intervenção na realidade e de transformação, mas não sob a justificativa de suprir uma demanda que advém do déficit de vagas nas creches e pré-escolas.

Considerando que, eventualmente, haverá crianças no campus, a UnB pode tornar esse espaço mais acolhedor. Com relação à experiência de trazer a criança para a universidade, as estudantes sinalizaram algumas adaptações: um maior número de banheiros com fraldário e chuveiro quente; espaço na biblioteca para estudantes que estejam com crianças; espaços de acolhimento para mães, a exemplo do que já existe na faculdade de educação e que conta com computador, bebê conforto, carrinho, chiqueirinho e brinquedos. É importante destacar que essas adaptações não possuem o objetivo de reiterar o discurso da centralidade do cuidado na mãe, mas sim de não colocar barreiras à permanência das crianças nesse espaço.

No manual sobre os direitos das mães estudantes, também consta o oferecimento de auxílio em valor adequado. Com relação a isso, os dados do PACreche mostraram que 27 estudantes pagam cuidadora e 8 pagam instituição de ensino. Acredito que o número de estudantes que deixam os filhos com cuidadoras é superior porque os valores de mensalidade praticados em Brasília são, via de regra, superiores ao valor do auxílio (R\$ 485,00). Ainda assim, a maior parte das estudantes que declararam a utilização do benefício para contratação serviços escolares ou de cuidadora pagam valores aproximados ao valor do benefício. Nesse sentido, ao invés do reajuste no valor do auxílio, os dados nos mostram que a ampliação do número de vagas no programa deve ser prioritário.

Com relação à orientação acadêmica para que as mães tenham informações sobre os seus direitos, os dados demonstraram que poucas estudantes solicitaram o trancamento geral justificado de matrícula. Observa-se que, das estudantes que apresentaram rendimento zero no semestre de nascimento da criança, em 10 casos não há registro de trancamento, em 1 há trancamento geral de matrícula e em 1 há trancamento geral justificado. No semestre que antecede o nascimento, em 3 casos há Trancamento Geral Justificado de Saúde e em 7 não há registros de trancamento.

Quando a estudante solicita o Trancamento Geral Justificado por motivo de gestação ou nascimento da criança, o semestre trancado não é contabilizado como tempo de permanência, nem na universidade e nem nos programas de assistência estudantil. Além disso, o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) não é afetado. Todavia, quando a estudante se matricula em disciplinas e apresenta rendimento zero, além do semestre ser contabilizado como tempo de permanência, há uma redução do IRA, que é um índice utilizado em processos de seleção de bolsistas de iniciação científica, por exemplo.

O dado apresentado com relação às estudantes com rendimento zero podem ter duas justificativas: ou a estudante não estava ciente da possibilidade de trancamento ou ela já era participante de algum programa da DDS e, diante disso, optou por não trancar para continuar recebendo os auxílios da assistência estudantil. Cabe destacar que a partir de maio/2023, com a aprovação da Política de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília, estabeleceu-se um novo parâmetro: para permanecer nos programas é preciso ser aprovada em, no mínimo, 50% das disciplinas em que está matriculada. Assim, a partir desse normativo, tanto as estudantes com trancamento como aquelas com aprovação inferior a 50% não receberiam os auxílios da assistência estudantil, sendo que o primeiro gera suspensão do pagamento até a regularização da matrícula e o segundo gera o desligamento.

Uma das formas de evitar o desligamento da assistência estudantil por aprovação inferior a 50% seria por meio dos exercícios domiciliares, uma modalidade que consiste no cumprimento das atividades acadêmicas na própria residência. No formulário aplicado pela DDS, foram obtidas 50 respostas: 28 estudantes desconhecem essa modalidade; 14 sabem do que se trata, mas não solicitaram; 6 solicitaram e tiveram o pedido aceito; 2 solicitaram e tiveram o pedido negado. Portanto, os dados apontam para um desconhecimento das estudantes.

Os exercícios domiciliares são regulamentados pela Lei n 6.202 de 1975, que estabelece que essa modalidade é voltada para mulheres a partir do oitavo mês de gestação e que tem duração de três meses, podendo ser ampliada mediante atestado médico. Como pontua Saffioti (1987, p. 16), a norma é necessária porque, na sua ausência, as solicitações tenderiam a ser julgadas “à luz do sistema de ideias justificador do presente estado de coisas” (Saffioti, 1987, p. 16), abrindo margem a discriminações por parte dos avaliadores. A lei, por si só, não transforma estruturas de dominação, mas ela é importante porque possibilita tanto a continuidade dos estudos quanto o direito de se recorrer à justiça nos casos de não cumprimento.

Cabe destacar que essa é uma lei antiga, voltada para as escolas e que não abarca as especificidades das universidades. Com relação à Universidade de Brasília, acredito que seja necessária a atuação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, juntamente aos decanatos de graduação e pós-graduação, para a normatização dessa modalidade e a especificação das disciplinas que poderiam ser realizadas em domicílio. Com relação ao tempo de duração dos exercícios domiciliares, poderia ser ampliado de três para seis meses, pois de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) este é o período recomendado de amamentação exclusiva. Além disso, poderia abarcar situações de doença ou hospitalização da criança, evitando reprovações em disciplinas que sejam compatíveis com essa modalidade.

Por fim, com relação à oferta e horário das disciplinas, a estudante Marcela, que faz parte do coletivo de mães e do Grupo de Trabalho de mães da UnB²³, apontou para a necessidade das estudantes mães terem prioridade na matrícula, assim como já ocorre com os prováveis formandos. Essa priorização seria uma ação institucional importante porque poderia auxiliar as mães na organização da rotina familiar e acadêmica, possibilitando a matrícula em disciplinas que são ofertadas em horários em que as crianças estejam com cuidadoras ou em instituições de ensino. Para isso, cabe à UnB a estruturação de um banco de dados que possibilite a identificação dessas estudantes. Enquanto a V pesquisa do perfil socioeconômico e cultural constatou que 11,4% dos discentes de graduação das IFES tem filhos e que 85,3% coabitam com a criança, a UnB ainda não possui levantamento que permita a identificação desse grupo para, a partir disso, planejar e executar ações institucionais voltadas para esse público, seja da assistência estudantil ou não.

Nesse sentido, essa pesquisa demonstrou que a conciliação de dados quantitativos com a história oral é capaz de promover a historização para a compreensão das políticas públicas já que “a memória torna-se ato de apropriação da própria história e das palavras como denúncia, escolha e necessidade (Rovai, p. 15, 2013). Assim, a interpretação que as estudantes fazem de si mesmas e dos espaços que ocupam são importantes nessa discussão,

²³ O Coletivo de Mães da Universidade de Brasília (CMUnB) foi fundado em 2016. Em 2020, no primeiro ano da pandemia de covid-19, foram levantadas e apresentadas as principais demandas das mães discentes, docentes e servidoras técnico-administrativas da UnB. Em 2023, após a realização de reuniões entre o Coletivo de Mães e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Reitoria da UnB, foi iniciada a institucionalização do Grupo de Trabalho de Mães da UnB, que tem a seguinte composição: 1 representante da SDH e 1 suplente, 3 representantes discentes da graduação e 1 suplente, 3 representantes discente da pós-graduação e 1 suplente, 3 representantes docentes e 1 suplente, 3 representantes servidoras e 1 suplente e 4 representantes dos campi e 1 suplente. Num primeiro momento, esse GT tem como ação prioritária o levantamento de informações sobre o quantitativo de estudantes que desempenham a função de cuidado e a inclusão dessa informação nos registros da universidade. Outras informações podem ser verificadas na publicação que está no site da UnB: <https://noticias.unb.br/artigos-main/6541-grupo-de-trabalho-de-maes-da-unb>.

sobre o que deve ser lembrado e considerado ao se pensar em ações voltadas para estudantes com filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de construir uma narrativa acerca das experiências das mães no ensino superior, a História Oral adquire centralidade nesta pesquisa e dá visibilidade a um tema pouco visitado pela historiografia: educação, maternidade e os papéis de gênero. A partir das narrativas e dos dados quantitativos, percebe-se que a função de cuidado ainda tem uma evidente demarcação de gênero e que a trajetória acadêmica das estudantes se dá a partir dessa busca pela conciliação entre o ensino superior e a maternidade.

O exercício da maternidade não está restrito à função do cuidado em termos práticos, como dar banho, preparar o alimento, levar para a escola, dar suporte emocional, dentre outros. Como a maior parte das estudantes do Programa Auxílio Creche residem sozinhas com seus filhos e não recebem pensão alimentícia, elas desempenham tanto a função de cuidado como a função econômica. Portanto, ainda que o imaginário social atribua aos homens a função de provedor, as narrativas demonstraram que tanto as estudantes como suas mães desempenham essa função, seja com renda proveniente do trabalho remunerado ou de bolsas acadêmicas, auxílios da assistência estudantil ou da política de assistência social.

Percebe-se também que, mesmo que algumas estudantes experienciem o compartilhamento do cuidado com o pai da criança, a participação dos homens ainda é pouco significativa. Apesar das representações e práticas que apontam para as novas formas de expressão da paternidade, a divisão tradicional de papéis está presente na maior parte dos arranjos familiares. Assim, a função de cuidado ainda está centralizada nas mulheres e, principalmente, nas mães, cuidadoras ou avós. Essas experiências são carregadas de sentido histórico e, dentre os elementos que podem auxiliar na compreensão dessas práticas, destaco o discurso, ao longo do tempo e do espaço, da naturalização da maternidade e do cuidado como inerente às mulheres e a maternidade como uma questão identitária. Diferente do pai que se ausenta, a mãe que não deseja ter o filho ou que, após tê-lo, não se faz presente, precisa lidar com um severo julgamento moral e social.

Como pontua Badinter (1985), os cuidados não se justificam apenas pela existência do amor e do desejo da mãe, mas também pela moral, valores sociais ou religiosos. O amor materno, o interesse e dedicação à criança depende, em grande parte, das convenções sociais, que variam no tempo e no espaço. Portanto, como mostra a historiografia, não existiu em todas as épocas e todas as sociedades. Nesse sentido, simplificar a construção histórica dessa relação humana como algo instintivo e inata às mulheres é simplificar algo que possui grande interferência de aspectos culturais, que é um sentimento e que, portanto, se adquire. Pode

existir ou não, pode ser inconstante, ambivalente e não está inscrito na natureza feminina. Dessa forma, não há uma conduta materna universal e nem toda mãe deseja se ocupar apenas do filho, pois ela pode ter outras aspirações.

Ainda assim, são os discursos de naturalização da maternidade que corroboram com a elaboração de representações e de imaginários sociais que geram práticas de cuidado dentro de uma concepção individualizada. Nesse sentido, o movimento pela institucionalização da creche no Brasil é percebida como um marco histórico importante na politização dessa questão. Apesar dos avanços com relação à creche, os dados mostraram que uma parcela muito pequena dos filhos das estudantes estão matriculados em instituições públicas de ensino. O Programa Auxílio Creche é uma iniciativa importante porque permite o pagamento de cuidadoras e o atendimento de outras necessidades da criança, a exemplo da compra de alimentos, fraldas e remédios. Essa forma de apoio não proporciona apenas alívio financeiro, mas confere um sentimento de autonomia diante das responsabilidades advindas com a maternidade.

Neste programa, é notável a presença de estudantes-mães. Isso se deve à relação histórica da função de cuidado com a mulher, à elaboração de discursos que, inscritos na lógica do sexo biológico, sugerem que há um conjunto de atividades que devem ser realizadas por nós. Portanto, como a coabitação é um pré-requisito e a família monoparental é o principal arranjo familiar, são as mães as principais beneficiárias desse programa.

As narrativas mobilizam uma historiografia que se vincula ao campo de estudos das relações de gênero, se inserindo num discurso histórico mais amplo e no campo das disputas de memória e produção de cultura, com a instituição de outros imaginários sobre as mulheres e os lugares ocupados por elas. Certamente, as experiências dessas estudantes desafiam as expectativas que são estabelecidas para as mulheres-mães: a da priorização da maternidade ao invés dos estudos e de uma carreira profissional. Ao invés da priorização, as narrativas apontam para a busca da conciliação entre a função de cuidado e os estudos, o que não quer dizer que a rotina diária não seja condicionada e organizada de forma a atender as necessidades dos filhos para, depois disso, se dedicar aos estudos, muitas vezes num horário que deveria ser de descanso.

Ainda que os dados tenham mostrado que há estudantes que não apresentam queda de rendimento após o nascimento dos filhos, não foi possível identificar se essas estudantes estão ou não retidas. Todavia, considerando tanto o dado referente ao Índice de Rendimento Acadêmico como a média de horas aprovadas por semestre, acredito que exista. Uma avaliação mais precisa em termos quantitativos pode ser alcançada por meio de outra

pesquisa, mas as narrativas apontaram alguns elementos que podem prolongar o tempo de permanência das estudantes-mães na universidade: falta de uma rede de apoio, adoecimento mental, dificuldade de conciliação da maternidade com o horário das disciplinas, puerpério, cansaço extremo, situações de doença ou hospitalização da criança.

Refletir sobre políticas de permanência voltadas para estudantes com filhos não é simples, mas não fazê-lo é reiterar as práticas sociais que, historicamente, reconduzem as mulheres ao espaço privado e ao desempenho do trabalho reprodutivo não remunerado. Nesse sentido, cabe à universidade a revisão de práticas institucionais que reiteram a desigualdade de gênero para, a partir disso, implementar ações e normativos visando o suporte institucional para essas estudantes, a exemplo dos exercícios domiciliares, priorização na matrícula e adaptação de alguns espaços. Caso contrário, práticas excludentes no interior do sistema de ensino não deixarão de se fazer presentes.

Ainda que eu tenha elencado algumas questões práticas que poderiam ser implementadas pela UnB, cabe destacar que o entendimento sobre o que deve ser ofertado pelas universidades precisa ser construído coletivamente, ouvindo mais mulheres. Além disso, é importante que a universidade estruture um banco de dados para identificar essas estudantes e os principais aspectos institucionais que, juntamente com o exercício da parentalidade, corroboram com a redução do rendimento acadêmico no decorrer do curso, a exemplo das dificuldades de relacionamento com docentes e colegas, incompatibilidade do horário das disciplinas com as demais atividades, baixo nível de motivação com o curso, dentre outros. Com relação à Universidade de Brasília, a existência de um coletivo de mães e a institucionalização de um Grupo de Trabalho são importantes para a politização de uma temática que, apesar dos avanços, ainda não superou a percepção do cuidado como uma função de cunho individual.

Ao conciliar os dados quantitativos e as narrativas das beneficiárias do PACreche com a regulamentação do PNAES e a historiografia da educação infantil, fiquei com a seguinte questão: deveria ser a creche uma das áreas de atuação da assistência estudantil?

Perceba que o Programa Nacional de Assistência Estudantil se insere na política de educação superior e tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação pública federal. Dessa forma, é uma atividade meio que deve atuar em áreas que podem interferir na diplomação e que estão definidas no decreto n 7.234: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Penso que há um equívoco por parte do PNAES com relação ao estabelecimento da creche como uma área de atuação da assistência estudantil. Sabe-se que a responsabilidade com filhos e dependentes é uma das causas de retenção e evasão, mas como o PNAES se configura como uma atividade meio dentro da política de educação superior, não cabe à assistência estudantil o desenvolvimento de ações que são de responsabilidade da educação infantil. O que cabe à assistência estudantil é o desenvolvimento de ações de apoio à parentalidade.

A significação da parentalidade não é neutra, ela foi conceituada pela primeira vez em 1959 por Therese Benedek e ressignificada por outros estudiosos da área. Nesta pesquisa me utilizei da definição de parentalidade que é proposta pelas psicanalistas Daniela Teperman, Thais Garrafa e Vera Iaconelli (2022, p.7), definição esta que "abrange a produção de discursos e as condições oferecidas pela geração anterior para que uma nova geração se constitua subjetivamente em uma determinada época. Isso implica considerar os sujeitos que se incumbem dessa tarefa no plano singular e o campo social que os enlaça".

Ainda que o termo parentalidade pareça óbvio e remeta a parentesco, não se resume às funções que podem ser realizadas por pais, mães e parentes, também "diz respeito aos discursos sobre o cuidado com as próximas gerações e às condições oferecidas para realizá-lo" (Iaconelli, 2023, p. 110). Nesse sentido, interpreto que quando o PNAES prevê a creche como uma de suas áreas, na verdade está se referindo à parentalidade. Na Universidade de Brasília esse eixo é implementado por meio do Programa Auxílio Creche, que define como público-alvo os estudantes de graduação que residem e são responsáveis legais por crianças em idade entre zero e cinco anos incompletos.

Quando a regulamentação desse programa estabelece que o auxílio é voltado para os responsáveis legais, considera que não é apenas a concepção, gestação e parto que tornam alguém pai ou mãe de fato, pois a filiação é um ato simbólico que acontece quando alguém assume esse lugar. Nesse sentido, quem gera a criança não deve ser automaticamente reconhecido como aquele que exerce a função parental, pois a genitoridade está no campo da reprodução e a parentalidade refere-se a, simbolicamente, assumir-se pai ou mãe (Iaconelli, 2023). Penso que, por esse motivo, reconhece-se a coabitação como pré-requisito para recebimento do auxílio, condição que propicia ao estudante assumir as funções de cuidado, que é um dos fatores que impactam na permanência no ensino superior e que justificaria o recebimento do auxílio.

Os dados do Programa Auxílio Creche nos revelaram que o compartilhamento do cuidado é uma prática das estudantes-mães, mas que uma minoria o faz por meio do

pagamento de instituições de ensino. Isso demonstra que, ainda que o PNAES determine a creche como uma das áreas de atuação da assistência estudantil, o programa implementado pela Universidade de Brasília foi resignificado. Nesse sentido, o que se observa é a destinação diversificada do recurso, podendo ser utilizado para a compra de alimentos, fralda, leite e medicação ou para o pagamento de cuidadores.

Esta pesquisa demonstrou que a trajetória da creche não é marcada pela neutralidade, mas por discursos que constroem sentidos, e que, a partir deles, estruturam a oferta desse serviço pela política de educação infantil, demonstrando que se o discurso é fundante e não é neutro, ele pode ser reforçado ou reconduzido por um conjunto de práticas (Foucault, 1996). Nesse sentido, é preciso problematizar a creche enquanto uma das áreas do Programa Nacional de Assistência Estudantil de forma a reconduzi-la à parentalidade. O que cabe à assistência estudantil é o desenvolvimento de ações institucionais voltadas aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que exercem essa função de cuidado, mas sem condicionar a utilização do recurso para o pagamento de uma creche, pois a destinação dada ao auxílio deve prover o acolhimento das diversas necessidades que a estudante possua no exercício dessa função.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES – 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2022.

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do cuidado para com as crianças. In: Maria Amélia de Almeida Teles; Flávio Santiago; Ana Lúcia Goulart de Faria (Org.). **Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade**. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 117-144, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/41585742/Por_que_a_creche_%C3%A9_uma_luta_das_mulheres. Acesso em: 05 jun. 2023.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**, ed. portuguesa, v. 5: Antropos-Homen. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p. 296 – 332, 1985. Disponível em: https://www.academia.edu/8360428/BACZKO_B_Imagina%C3%A7%C3%A3o_social. Acesso em: 05 fev. 2024.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROSO, Eloísa Pereira. Reflexões sobre a velhice: Identidades possíveis no processo de envelhecimento. **História oral**, v. 24, p. 09-27, 2021.

BARUS-MICHEL, Jacqueline. Entre sofrimento e violência: a produção social da adolescência. **Simpósio Internacional do Adolescente**, São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc000000082005000100018&script=sci_arttext. Acesso em: 22 mar. 2024.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A Reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.136, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/8mqpbrrwhLsFpxH8yMWW9KQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04. mai. 2023.

BOTTON, Andressa et al . Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. **Pensando famílias**, v. 19, n. 2, p. 43-56, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200005 . Acesso em: 02 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Planalto, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 23 jun. 2022.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as

diretrizes e bases da educação nacional. Brasil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 09 jul. 2020.

BRÊTAS, José Roberto da Silva; OHARA, Conceição Vieira da Silva; JARDIM, Dulcilene Pereira; AGUIAR JUNIOR, Wagner de; OLIVEIRA, José Rodrigo de. Aspectos da sexualidade na adolescência. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3221-3228, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/frXq7n3jXMmhzSmJqRWPwnL/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Bertrand Brasil, 1993.

CASTELO BRANCO, Uyguaciara Veloso; NAKAMURA, Paulo Hideo; JEZINE, Edineide. Fatores que influenciam na permanência de alunos em instituições de Ensino Superior: um estudo piloto. In: **Anais do XXV Seminário Nacional da Rede Universitárias/Br. Direito à Educação Superior Pública no contexto da crise brasileira**, Brasília: Editora UnB, 2017. v. 1. p. 1-23. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/nepes/contents/documentos/trabalhos-publicados-em-anais/fatores-que-influenciam-na-permanencia-de-alunos-em-instituicoes-superiores-estudo-piloto-na-ufpb.pdf>. Acesso em: 01. jun. 2024.

COELHO, Sintia Said; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina. In: **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, Florianópolis, p. 1-13, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/37012>. Acesso em: 01 mai. 2024.

COLLING, Ana Maria. Rousseau, Condorcet e a questão do cuidado na educação superior. In: **Fazendo Gênero**, p. 01-12, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278293207_ARQUIVO_textofg2010.pdf. Acesso em: 01. jun. 2023.

CORDEIRO, Lucilene Dias; REIS, Vanessa de Paula. Evolução das matrículas no Distrito Federal: O cenário para o período 2016 a 2020. **Revista Com Censo**, vol. 9, n. 1, p. 9-20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/1214/792>. Acesso em: 01 set. 2023.

COSTA, Jenifer Luana dos Santos; WALL, Marilene Loewen; PAIXÃO, Tatiane Taiz da; SILVA, Marcus Vinicius da Rocha Santos. Desafios da maternidade no período acadêmico: revisão integrativa. **Revista família, ciclos de vida e saúde no contexto social**, v. 11, n. 1, 2023. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/6226>. Acesso em: 02. Jun. 2024.

DANIEL, Camila. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. **O social em questão**, n. 25/26, p. 323-344, 2011. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=36&sid=14>. Acesso em 04 jan. 2024.

DIAS, Nayara Cristina Brito. **A Conciliação da Maternidade e da Vida Acadêmica: uma Contribuição da Gestão Pública no Combate à Retenção Universitária**. Mestrado Profissional em Gestão Pública Instituição de Ensino: Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

EVANGELISTA, Marcela Boni. História oral e gênero: possibilidades e desafios teóricos e procedimentais. **Oralidades: revista de história oral**, ano 8, n. 13, 2014, p. 19-36. Disponível em: <https://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/2019-09/oralidades13.pdf> Acesso em: 02 jan. 2024.

FACCHINI, Regina. Feminismos e estudos sobre mulheres e gênero no Brasil: um olhar a partir das articulações presentes na luta por creches. In: Maria Amélia de Almeida Teles; Flávio Santiago; Ana Lúcia Goulart de Faria (Org.). **Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade.** São Carlos: Pedro & João Editores, p. 35-64, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/41585742/Por_que_a_creche_%C3%A9_uma_luta_das_mulheres. Acesso em: 05 jun. 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e ahistoriografia no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338158035004/338158035004.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. A hipótese repressiva. In: **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições graal, 1988.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

_____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista educação e realidade*, n. 22, v. 2, p. 15-46, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em: 08 ago. 2023

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas de reprodução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

JEZINE, Edineide Mesquita. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: **Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte, p. 1-6, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

LAVORATTI, Cleide; PAVOWSKI SILVESTRE, Luciana. O reflexo das relações de gênero no cotidiano da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 6, n. 4, 2013, p. 645-674.

LEANDRO, Stéfanny Honorato. **Organização das creches no Distrito Federal (1970-1980)**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2020.

LEMONS, Carolina Teles; NIEVES, Kátiuska Florencia Serafín. Religião e violência doméstica: a reconstrução do sentido da vida de mulheres vítimas. **Fragments de cultura**, v. 31, n. 2, 2021, p. 224-238. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/8977/5288>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MACEDO, Elina Elias. Os direitos das crianças no centro da luta por creche. In: Daniela Finco, Marcia Aparecida Gobbi, Ana Lúcia Goulart de Faria (Org.). **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas: Fundação Carlos Chagas, p. 79-94, 2015. Disponível em: https://www.fcc.org.br/livros/CRECHE_E_FEMINISMO_Download_pedro_menor.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.

MARCONDES, Mariana Mazzini; CRUZ, Maria do Carmo Meirelles. Políticas de Creches no Brasil: até onde caminhou o compromisso com a Igualdade de Gênero? In: Nathalie Reis

Itaboraí, Arlene Martinez Ricoldi (Org.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais e Fundação Carlos, p. 179-197, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/39485589/Pol%C3%ADtica_de_creches_no_Brasil_at%C3%A9_oude_caminhou_o_compromisso_com_a_igualdade_de_g%C3%AAnero. Acesso em: 22 jun. 2023.

MARQUES, Tereza Cristina Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 667-686, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/nC7nYwNgQRRSJ9c65byvvRx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MARTINS, Suely Aparecida. E. P. Thompson e a educação: a socialização como experiência. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 59, p. 304–317, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640365>. Acesso em: 29 mai. 2024.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae, Periódicos FURG**: Rio Grande/RS, p. 95 – 108, 2011. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/3264>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer como pensar**. São Paulo: Contexto, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: entrevista. **História Agora**, n. 9, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/22496813>. Acesso em: 02 jan. 2024.

_____. Palavras aos jovens oralistas: entrevistas em história oral. **Oralidades: revista de história oral**, ano 2, n. 3, 2008, p. 141-152. Disponível em: <https://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/2019-09/Oralidades%203.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2024.

MENDES, Máira Tavares. Mães na universidade: trabalho reprodutivo e estratégias de permanência. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 149-163, Set/Dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/38982>. Acesso em: 31 mar. 2023.

MOROSINI, Marília Costa; et al. A evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. In: Jesús Arriaga García de Andoaín y otros. (Org.). **ICLABES. Primera Conferencia Latinoamericana sobre el Abandono en la Educación Superior**. Madri: E.U.I.T. de Telecomunicación, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8762>. Acesso em: 30 jun. 2022.

NUNES, Silvia Alexim. Problematizando a gravidez na adolescência. **Revista Epos**, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2010000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 abr. 2024.

_____. Maternidade na adolescência e biopoder. **Revista Epos**, v. 4, n. 1, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2013000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 abr. 2024.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos

feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ,

Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the

challenge of African Epistemologies. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and*

Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Educação em direitos humanos: um discurso. In: Rosa Maria Godoy Silveira et al. (Org.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, p. 295-311, 2008. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/18_cap_2_artigo_10.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.

_____. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Revista Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista-BA, n. 1, p. 9-13, 2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973/829>. Acesso em: 05 ago. 2023.

_____. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

Ozella, Sergio. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, p. 16-24, 2002.

PÁDUA, Liana Costa. Pensão alimentícia para maiores de idade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 8, p. 255-272, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i8.10830>. Acesso em: 25 mai. 2024.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, v.22, n. 2, p. 301 - 315, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00301.pdf>. Acesso em: 05 de mai. 2024.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, v. 2, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

_____. História oral e poder. **Mnemosine**, v.6, n.2, p.2-13, 2010.

_____. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista tempo**, v.1, n.2, 1996.

RAMEIRO, Ana Patrícia Ferreira. Notas sobre aborto numa perspectiva feminista. **Diálogo**, n. 25, 2014. Disponível em:

<https://revistas3.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/download/1315/1051>. Acesso em: 06 abr. 2024.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. Apoio social e experiência da maternidade. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v.16, n.1, p. 85-96, 2006.

RAUPP, Marilena Dandolini. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. **Revista Educação e Sociedade**, Salvador, v. 25, n. 86, p. 197-217, Jan/Abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/38982>. Acesso em: 06 abr. 2023.

ROSA, Miriam Debieux. Passa anel: famílias, transmissão e tradição. In: Daniela Taperman, Thais Garrafa, Vera Iaconelli (Org.). **Parentalidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 23-38, 2022.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos De Pesquisa**, v. 51, p. 73-79, 1984. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1462/1457>. Acesso em: 20 mai. 2023.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Tempo e Argumento**, v. 5, p. 108-132, 2013.

_____. Tradição Oral e patrimônio imaterial: o papel da memória na luta por políticas públicas. **RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 21, p. 7-16, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

_____. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (orgs). **Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder**. São Paulo, 1989, p. 13-21.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Carolina Cassia Batista; ABRANTES, Patrícia Paulino Muniz de; ZONTA, Rafael. O trabalho de equipes multidisciplinares na assistência estudantil: análise de experiência profissional na UnB. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). **O trabalho das equipes multiprofissionais na educação - 10 anos do grupo de pesquisa TEDis**. 1ª edição. Curitiba: CRV, 2017.

SCAVONE, Lucila. Políticas feministas do aborto. **Estudos feministas**, v. 16, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zMtWmSKVWgNMKNtMWS3LV3b/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

_____. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface**, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/NzTkJJrXYGPHDZ3sQRbR9tc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2024.

SILVA, Kathleen dos Santos; LOPES, Zaira de Andrade. Representações sociais sobre a gravidez na adolescência nos estudos da psicologia. **Conhecimento e diversidade**, v. 14, n. 34, 2022. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/9473. Acesso em: 11 abr. 2024.

SOARES, Vera. Movimento feminista: Paradigmas e Desafios. **Estudos Feministas**, v. 2, p. 11-24, 1994. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089/14633>. Acesso em: 11 out. 2023.

SPAZIANNI, Raquel Baptista. As dimensões de gênero na produção da violência sexual contra crianças. **Gênero**, v. 21, n. 1, 2020, p. 265-284. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/46927/26917>. Acesso em: 02 fev. 2024.

TAPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera. Coleção parentalidade e psicanálise. In: Daniela Taperman, Thais Garrafa, Vera Iaconelli (Org.). **Parentalidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 7-10, 2022.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MEDRADO, Maria Aparecida; GRAGNANI, Adriana Maria Carbonell. Creches e berçários em empresas privadas paulistas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 57, p. 39-54, 1986. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15741986000200004&script=sci_abstract. Acesso em: 05 mai. 2023.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches! In: Daniela Finco, Marcia Aparecida Gobbi, Ana Lúcia Goulart de Faria (Org.). **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas: Fundação Carlos Chagas, p. 21-34, 2015. Disponível em: https://www.fcc.org.br/livros/CRECHE_E_FEMINISMO_Download_pedro_menor.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.

_____. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. Mesa, você existe? In: THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 13-17, 1981.

_____. O termo ausente: experiência. In: THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 180-200, 1981.

TOMAZ, Marianna Andrade. **Interpelação, subjetivação e resistência: negociações em torno da vulnerabilidade socioeconômica na política de assistência estudantil na Universidade Federal de Campina Grande**. 226 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2023.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 18, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1590>. Acesso em: 1 jun. 2024.

VENDRAMINI, Célia Regina. (2004). Experiência humana e coletividade em Thompson. **Esboços: Histórias Em Contextos Globais**, n. 12, p. 25-36, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/344>. Acesso em: 05 mai. 2024.

ZANELLO, Valeska Maria. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. In: Zanello, V.; Porto, M. (Org.). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s): desafios para a psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, v. 1, p. 103-122, 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/aborto-e-nao-desejo-de-maternidades-questoes-para-a-psicologia/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ZAGO, Nadir; PAIXÃO, Lea Pinheiro; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. **Educação em Foco**, ano 19, n. 27, p. 145-169, 2016. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1334/953>. Acesso em: 05 mai. 2024.

APÊNDICE A – Entrevista transcrita da estudante Andrea

A sua entrevista é a quarta que eu faço e todas as mães estão me relatando esse tipo de organização da rotina.

Tem que ter. É tipo assim... num primeiro momento eu não me organizei assim, mas depois eu vi que eu precisava não estar aqui todos os dias. Eu engravidei assim que eu entrei na UnB. Eu entrei com 18 aí quando foi em maio, junho, mais ou menos, eu engravidei. Não esperava, eu achava que... sabe? E quando eu ganhei a minha filha, no dia que eu ganhei ela, eu tava no hospital de Santa Maria. De repente eu fui descobrir, veio a notícia que a gente entrou em lockdown. E eu fiz assim: óh! Meu Deus, no dia que eu tô aqui no hospital! Aí eu já fiquei desesperada. Aí eu fui falar com minha tia: tia, socorro, que que eu faço? Aí minha tia: calma, menina, as pessoas com COVID é em outro... Aí ela me explicou, né? Mas eu fiquei: e agora? Gente, eu acabei de ter meu filho. Eu fiquei muito preocupada. Eu tinha 19 anos. Quando eu ganhei ela já estava com 19. E... sei lá, eu fiquei assim: meu Deus, e agora? A UnB? E isso e aquilo? Foi complicado. A gestação, eu passei aqui na UnB mesmo. Eu vinha todo dia e era à noite. Eu lembro que, como era início do semestre, todo dia tinha aula. Aí quando foi no segundo semestre, eu tinha aula, menos na sexta, mas era à noite. Eu fazia saúde coletiva, tudo bonitinho, entrei na pandemia. O primeiro semestre a gente não teve, né? Da pandemia... Foi 2020.1 a gente não teve, 2020.2 também a gente não teve. E eu lembro que mesmo quando não tinha, foi complicado, foi difícil. Psicologicamente falando. E também é ter pessoas, né? No tempo...

Mas quando não teve aula, você estava bem no puerpério mesmo, né?

Sim, bem no puerpério. Tipo... quando entrou o lockdown aí eu tinha ganhado a menina já... tinha ganhado ela e me falaram e eu fiquei assim: E agora? Aí quando foi nesse primeiro ano eu fiquei em casa, né? Estava morando com a minha mãe ainda nesse tempo. Mesmo morando com a minha mãe eu não tinha um apoio emocional, não tinha um apoio, sabe? Eu não sei se era porque eu já era maior de idade, né? Estava morando com a minha mãe e eu já tinha um filho. Ficou uma coisa meio... assim... eu me sentia muito envergonhada, né, por estar nessa situação. É... ah, é muita coisa. Socorro. Deixa eu ver... Depois, com o tempo, aconteceu muita coisa. Tipo, eu entrei em depressão pós-parto. Tentei me matar, só que a UNB, no tempo que eu fazia saúde coletiva ainda, ela me disponibilizou uma psicóloga. Isso foi muito importante.

Da DASU?

Da DASU. Foi muito importante para ... eu chamo ela de Doutora Mariana. A gente ficou... a gente fez... Eu voltei a fazer muita coisa que eu amava fazer mas havia deixado por conta das pessoas... decepção, mentiras pessoais e voltei a fazer... ela até me recomendou um psiquiatra, só que eu fiquei com medo.

Esse “voltei a fazer...” é como parte do tratamento? Que foi a orientação que ela foi te dando para você se reencontrar nesse...

Sim, porque assim... eu amava... antes... eu amava ir para a igreja, eu amava, sabe? Ter esse momento, era meu momento com Deus. Eu acredito no Cristo, acredito em Deus. E aí, um dia eu me afastei porque eu não aguentei. As pessoas... eu acho que eu vou ter a paciência com pessoas em relação a... julgamento, talvez? Não tenho paciência. E era coisa besta. Eu num tempo estudava pra entrar na UNB. O meu sonho era... Nossa, quando eu descobri, que eu morava no Goiás nesse tempo... em Santo Antônio do Descoberto... quando eu descobri que existia alguma faculdade que eu podia entrar sem precisar pagar... nossa! Eu falei assim: ai Deus, chegou a minha hora, chegou a minha vez. Então o meu ensino médio e fundamental

foi todo estudando para o PAS, sabe? Tentando mesmo... e as pessoas da igreja não entendia porque queria que eu fosse, talvez, totalmente devota e eu não podia ser... eu tinha um pai alcoólatra, tenho um pai, na verdade, alcoólatra.... Eu tô falando até demais... se quiser me interromper.

Não, você pode continuar, eu tô só confirmando se ele tá gravando.

Sim... eu tenho um pai alcoólatra, né, infelizmente... foi muito difícil a convivência com ele porque ele roubava as coisas de casa pra vender, ele batia na minha mãe. Eu acho que eu não vou falar muito dessa parte. [começa a lacrimejar]

Tá. Você pode ficar a vontade. Você quer um... [ofereço um lenço]

Eu aceito, aceito. Eu ia recusar, mas eu aceito.

Assim, foi... [pausa para respirar] Foi um tempo muito difícil pra mim, tipo 15 anos, 13, 14, 16, 17. Ter uma família, né, desestruturada, só minha mãe, guerreira, ali na frente, por nós, lutando pelos nossos sonhos. Ela foi a pessoa que pagou o PAS pra mim. Ela, tipo, ela e minha tia, que é a irmã dela, me ajudaram muito, sabe? Apoiaram meus sonhos [se emociona]... e minhas vontades também. [pausa para respirar] Aí eu passava por muita coisa e eu larguei tudo porque eu não aguentava mais. Era muita coisa e eu só guardei e fui indo. Eu acho que eu ainda não estou curada. [pausa]

O “ guardei e fui indo ” que você fala...

Seria a vida, só guardei tudo numa caixinha aqui...

O distanciamento da igreja e a vinda pra UNB? Você está falando desse processo?

Não, o distanciamento da igreja por conta de tudo que estava acontecendo naquele tempo... E por achar que em algum momento Deus não estava olhando para mim.

E o julgamento que você fala, ele tinha a ver tanto com a sua gravidez como com o seu pai?

Não, a gravidez foi com os 18.

Você já não estava na igreja?

Não, quando eu engravidei, não. Meu pai... assim, sempre foi... sempre não, quando eu era mais nova sempre ia pra igreja, tudo. Eu lembro que... Aí, meu Deus, meu óculos...

Se quiser ficar sem óculos, porque vai dando uma embaçada... [por causa do choro... ela tira o óculos]

Eu lembro que... Eu orava pelas pessoas e Deus respondia, mas quando era eu, tipo, pelo meu pai... não acontecia. E eu ficava assim: como assim, Deus? E aí eu já desisti. E só continuei com as poucas forças que me restaram. Aí com 17 anos... Isso foi até meus 17. Tudo aconteceu... Eu afastei... Era uma coisa que eu amava fazer. Tipo, nossa... eu sinto saudades daquela Andrea de antes. Aí depois disso... Eu fui para Santa Maria, minha tia, de novo, me salvou... eu falo que ela me salvou de algo que eu achei que era o meu fim. O fim da Andrea, sabe? Eu ia morrer. Eu sinto que eu ia morrer com tudo que estava acontecendo, que era coisa

mais pesada. Depois disso, eu fui para Santa Maria totalmente... é... lembrando de tudo aquilo, angustiada, depressiva. Tudo que você imaginar de sentimento eu sentia e minha situação estava deplorável. Só que eu fui indo. Aí eu engravidei, continuei minha vida normalmente, ignorando tudo que estava acontecendo dentro de mim. Quando foi no puerpério, que eu não aguentei. Só foi um gatilho e eu quis me matar. Só que eu tive uma experiência, não sei se a senhora acredita, mas eu vou contar porque foi o que aconteceu comigo. No dia que eu tava com um bisturi, eu ia me matar, eu ia cortar meus pulsos. E... Minha filha tava assim, do lado... e naquele momento eu não liguei. Realmente eu não liguei pra ela, eu tava só cansada... eu só queria sumir. E eu senti... Eu não senti... Eu não sei te explicar, mas eu senti mesmo como se fosse o Espírito Santo chorando. E quando eu senti que ele tava chorando, eu me arrependi. Aí eu disse: ai, Deus, me perdoa... eu não aguento... me afastei tanto de ti e estou voltando de novo. E foi quando eu busquei ajuda psicológica. Foi aí, nesse ponto, quando eu vi que realmente se eu não procurasse eu ia me matar uma hora. Aí eu procurei ajuda, conversei com a doutora Mariana. Aí ...Teve... várias coisas a gente tratou. Foi onde eu descobri que eu só tava na área da saúde porque a minha tia era da área da saúde, não porque eu queria. Foi quando eu descobri. Ela me fez, foi tipo uns dois, três meses eu tentando lembrar da Andrea de 15, 14, sabe? Mesmo com as dores e tudo, eu tava tentando lembrar... aí eu lembrei que quando eu tinha 15, 14 anos, eu amava estudar sobre economia, sobre bolsa de valores, sobre essas coisas, eu amava estudar. Eu gostava de entender sobre como funcionava o giro de dinheiro no mundo, sabe? E eu falava assim, pra mim mesma nessa idade: ah, pra que estudar isso sendo que eu vou para a área da saúde? Melhor parar. E eu falava isso pra mim mesma e parava. Quando eu lembrei disso, eu: doutora Mariana, eu lembrei porque eu não estou onde eu quero estar... é porque todo mundo jogou em cima de mim algo... que queria que eu fosse igual a minha tia. E aí eu troquei de curso nesse tempo, fui fazer economia, que eu estou muito feliz em fazer, por mais que seja difícil. Tipo... é totalmente diferente da área da saúde, eu já estava acostumada com a área da saúde, então demora um tempinho para adaptar. E nesse caminho, com a minha filha, eu tive vários altos e baixos. Eu lembro da pandemia... quando voltou, quando voltou às aulas, na pandemia mesmo, eu não conseguia estudar porque era só eu e ela. Mesmo que eu morasse na casa da minha mãe, eu não tinha o apoio, sabe? Eu me sentia um fardo muito pesado pra todo mundo. E assim foi. Eu não conseguia estudar, eu não conseguia... Sabe? Eu me achava uma inútil em todos os aspectos. Porque... Eu não sei explicar. Eu já tava com 19 anos, acho que foi em 2021.1 que voltou, não lembro. Tava com 20 já, ainda morando com a minha mãe, eu não tinha nenhum apoio que você imaginar. Eu ia estudar, era uma gritaria... minha mãe, maranhense. Aí ela grita demais. Nossa, é só assim... minha mãe nunca mudou, até hoje é assim. E eu: nossa, mãe, era horrível tá aqui com a senhora. Aí minha mãe fica: Nossa, era tão ruim? E eu: era, mãe. Hoje em dia a gente ri, mas no tempo eu chorei. Mas assim... a minha mãe nunca mudou, continua o mesmo jeitinho. Meu Deus. Às vezes eu vou pra casa da minha mãe e fico doidinha. Eu: mãe do céu, calma. Mas é que esses meninos que não sei o que não sei o que... e eu: mãe, calma, mãe. A minha filha, ela chegou em mim: Mamãe... não dá, é muito barulho! Eu quero ir embora! E eu: minha filha, calma, a gente já já vai embora. E ela: a vovó não para de falar. [risos] Ai ai.. eu lembro que eu ri tanto. Hoje em dia, ela se acostumou mais. Se a gente ficar muito tempo em casa, eu e ela... Hoje em dia, graças a Deus, eu consegui um lugarzinho pra morar... não é lá essas coisas, mas eu tenho. E aí lá é muito silêncio, sabe? É muito silêncio. E quando a gente vem pra minha mãe, ela se assusta toda vez. E eu: calma, filha, calma, vai passar. E ela fica assim, ó... [imitou a feição da filha] Ela fica brava. Ela faz uma cara de brava. Aí depois quando ela tá em casa, ela... Igual ontem, né? Ela: mamãe, eu quero ir para a vovó, eu quero ver a minha tia, que é minha irmã caçula. E eu: ô minha filha... depois. Porque estava na hora de dormir, do soninho da tarde, né? Aí ela, eu quero a minha tia, eu não quero a senhora mais não. Não quis só por causa do soninho dela. E

eu fiquei: calma, filha, calma, a mamãe está aqui. Não, eu quero a minha tia, que me ama. E eu: mas gente, olha o tamanho dessa menina, ela tem 3 anos agora. E é isso. Ai, deixa eu ver o que mais... É...

Quando você engravidou, você morava com a sua mãe e mais alguém? Ou era só você e sua mãe?

Era eu, minha mãe e os meus irmãos.

Ah, tá. Quantos irmãos você tem?

Três. Eu sou a quarta, somos quatro ao total. Eu sou a mais velha. Por isso que eu me senti tão envergonhada e tão... acho que como um peso e um fardo muito grande.

E esse reconhecimento? Você traz um reconhecimento do papel da sua mãe na sua fala até esse momento da chegada da sua filha, né?

Sim.

Antes disso você tinha uma percepção da sua mãe e isso mudou com a chegada da sua filha?

Ah... Eu sei que não é só o sangue de Jesus... eu falo isso... “só o sangue de Jesus”... mas... é minha mãe, eu amo ela e assim... como ela tá com... tá, bom... vou diminuir a idade dela um pouquinho... Não, tô brincando, senão ela vai brigar comigo se ela imaginar que eu falei a idade dela. Ela tava quase fazendo uns 50. Então eu sei que deve ter sido chato mesmo ter um bebê ali, sabe? Eu acho, não sei. Eu acho que foi complicado pra ela também, tempos de pandemia, muita preocupação, medo de sair porque tinha um bebê. Teve muito isso... e eu mais ainda porque eu era tipo... paranóica. Uma vez eu peguei dengue na pandemia, bem no início... eu peguei dengue e achei que era Covid e fiquei dois dias chorando a minha morte antecipada. Ai meu Deus, eu vou deixar a minha filha aí. E eu: nossa, que desespero, sou muito dramática, eu acho. Mas tudo era pensando na minha filha, porque eu acredito que se um dia acontecer algo comigo, ninguém vai cuidar dela como eu cuidaria. Ninguém vai fazer por ela o que eu sei que eu vou fazer, ainda né? Porque eu quero fazer mais coisa. Eu quero dar o que eu acho que é o melhor: educação, por exemplo, pagar um lugar pra minha filha aprender inglês. Nossa... desde pequena, de agora mesmo, se eu tivesse condição... porque a minha mãe não teve essa condição. Ela também não teve apoio do meu pai. Meu pai não estava nem aí para nós. Esse era o fato. Ele não estava ligando, dando a mínima. Ele só vivia dia após dia bebendo e no que ele queria fazer. E eu quero dar o melhor para a minha filha. Eu quero dar uma educação pra ela, assim, que ela não... no futuro ela... nossa, graças a Deus eu aprendi isso antes. Tipo isso... ai, não sei, eu quero levar ela pra viajar, conhecer outros lugares, eu quero que a gente seja o melhores amigas. Eu tenho muito disso.

Quando você estava com a sua mãe e com seus irmãos, você tinha ajuda de algum de seus irmãos?

Ah, só uma vez que eu lembro. Minha irmã até que me ajudou, só que eu lembro que um dia eu estava tão cansada, tão cansada... Eu não sei o que... Eu só entendi o que era cansaço depois eu tive um filho, sabe? Eu lembro que eu estava tão cansada, tão cansada, eu acho que não tinha nem seis meses. Lembro que eu capotei... eu adormeci onde eu estava. E eu lembro que eu acordei de madrugada, porque eu sempre dava peito pra ela de madrugada, né? E o meu irmão estava com ela, sabe? Quando eu lembro dá vontade de chorar, porque eu me senti

muito apoiada. [choro] Ele estava com ela, colocando pra dormir. Eu lembro só que eu olhei e eu pensei: muito obrigada. Eu tava tão cansada. Sabe... os mínimos detalhes eu me lembro. Quando... a minha filha sempre teve reação a vacinas. Todas as vacinas. Nossa, ela tinha febre... Ela tinha tanta coisa e eu ficava: meu Deus, e agora? Eu me lembro que se juntava: a minha tia, a minha mãe, a minha irmã e a Mariana para me ajudar nessa fase. Ah, dá paracetamol... paracetamol que o médico receitou. Ah, isso aqui. Deixa eu ficar com ela um pouco no colo, vai dormir um pouco.

Então acabava que você tinha um auxílio que não era diário, mas esporádico?

Sim, era tipo... quando ela vacinava, quando ela ficava ruinzinha... às vezes quando eu queria um descanso mesmo, sair um pouco, respirar... tipo uma tarde, aí eu pagava alguém pra eu poder, tipo, ir ali e voltar, sabe? Eu pagava... Não pra... Pra não me sentir um fardo, porque eu me sentia um fardo diariamente. Eu acho que isso que... Não sei, me deixou mais aflita, não sei. Hoje em dia, assim, naquele tempo, eu lembro que eu chorei muito. Nossa, eu tava muito sensível, então tudo eu chorava. E eu chorava e deixava ali junto. Então tem muita coisa que eu mesma quis apagar, sabe? Da minha memória.

Chorava e deixava o quê?

De lado. Tipo, ao ponto de querer apagar, esquecer, como se não tivesse acontecido. Eu tenho muito disso. Eu acho que não só eu, acho que muita gente também deve ter, não sei. Ou eu sou doida. É... Eu lembro também de momentos em que eu tava... Bastante cansada. E ela já estava comendo, ela começou a comer já. E eu tenho três irmãos, né? Aí tem um que sempre foi muito... Sabe? Mais na dele...

Mais distante?

É, muito. E nesse tempo ele também tava namorando, então tinha essa fase do namoro dele. Então eu não senti muito apoio dele nessa parte. Mas hoje em dia ele tem ciúmes da minha filha. Ah, é assim mesmo. Cresce, esquece o titio. Mas antes, tipo, um ano dela mais ou menos. Isso eu tô falando dos seis meses da minha filha. Um ano, o meu irmão já ficava mais com ela. Acho que ele tinha medo, talvez, por ela ser bem... né? Um bebezinho. Eu não sei. Eu nunca sentei pra conversar com ele sobre, aí hoje em dia eles são um amor de pessoas, os dois... fica brincando e tudo.

Só para eu entender um pouquinho essa questão familiar, né? Os seus pais eles são daqui ou eles vieram para Brasília?

Meu pai é de Goiânia e a minha mãe é maranhense. Aí eles vieram acho que em 1900 e alguma coisa.

Já se conheceram aqui?

Sim, se conheceram aqui. Ela veio, trabalhou... Minha mãe tem uma irmã gêmea e tem a tia Rose, que não é a irmã gêmea, é a mais velha delas. Aí elas trabalhavam numa casa de família, ficaram uns três anos mais ou menos morando, né, na casa da pessoa, guardando dinheiro. Aí as três conseguiram comprar um lote no recanto, que no tempo não era muito valorizado como hoje em dia... Aí a minha mãe conseguiu bem no início e aí minha mãe conheceu meu pai... Meu pai já bebia muito, só que minha mãe não... Eu não sei, eu acho que era cega mesmo. Ela fala isso, ela fala assim: ah! Eu era cega porque eu via, mas ignorava. E ela engravidou de mim, aí meu pai fez minha mãe vender, tipo, ficar na casa das minhas tias pra vender o lote, aí venderam e cada um foi pro seu lugar. A irmã gêmea dela, eu lembro só que era a Serra não sei de quê, era no Goiás. Foi basicamente isso.

E qual que é a escolaridade dos seus pais?

Meu pai não teve o ensino fundamental, ele nem chegou assim... Ele falou que nunca gostou muito de estudar, não era muito fã. Minha mãe, ela terminou.

Então ele terminou o fundamental?

Não, ele não terminou.

Você não sabe até que série ele foi?

Não sei. A minha mãe, ela terminou o ensino médio agora. Ela não desistiu. Quando ela estava grávida da minha irmã mais nova, eu lembro perfeitamente da barriga dela. Eu lembro de tudo... Eu lembro que ela chegava da escola com aquelas balinhas de menta... ela ama aquelas balinhas... e ela dava pra mim e para meus irmãos... eu lembro disso. Aí eu que cuidava dos meus meus irmãos quando eram mais novos. Minha mãe estudava e quando tava grávida da minha irmã mais nova terminou... acho que o oitavo só e concluiu depois. Na pandemia começou... e agora ela quer fazer um superior.

E eles trabalham com o que?

O meu pai era servente de pedreiro, só que ele nunca exerceu de verdade a função, ele sempre foi muito mesmo cachaceiro... alcoólatra mesmo. Ele fazia um serviço, mas nunca ficava por causa da bebida. Teve muito disso. Minha mãe ela sempre foi assim... eu não sei nem como se fala... faxineira... não lembro o nome... serviços gerais. Ela trabalhava pras empresas, trabalhou já pro banco BRB aqui perto do conjunto, trabalhava lá...

Ela ainda tá trabalhando?

Não... teve que largar por minha causa porque foi a primeira vez que eu entrei em depressão. Naquele tempo a gente não tinha muito sobre, mas eu lembro que eu fiquei muito depressiva... eu tava no sofá e eu tinha acabado de mudar porque meu pai arrumou uma confusão que ameaçaram matar a gente, aí a minha mãe decidiu vender lá no Itapoã e a gente foi pra Santo Antônio do Descoberto. Lá era só mato, então eu me desesperei porque eu sempre vivi aqui. Aí quando eu fui, de repente, eu sofri bullying na escola por quase todo mundo da sala e aí eu não queria mais ir pra escola. Eu fiquei só dentro do meu quarto e só chorava aí minha mãe pegou e largou.

O bullying da escola era por que motivo?

Meu cabelo.

Você já alisou seu cabelo em algum momento da sua vida?

Já... depois desses bullying. Isso foi no sétimo ano, no oitavo, mais ou menos, aí eu alisei.

Então a depressão veio pela primeira vez quando você tava com uns 13, 14 anos?

Foi.

Foi com essa mudança?

Foi.

Aí sua mãe saiu do trabalho e depois ela retornou?

Não, ela saiu pra cuidar da gente e foi isso.

E como que ela se mantém hoje?

Hoje, né? Hoje em dia o meu irmão ele tá trabalhando, ele é casado. Ele é casado, aí mora com a minha mãe ainda... aí fica minha cunhada, meu irmão, minha mãe e meus outros dois irmãos. Aí a minha mãe eu acho que ela recebe o bolsa família e os dois trabalham... tipo meu irmão e a namorada dele. Aí o meu irmão ele agora fez 18 e ele vai entrar na UnB também... tomara! Vai ser muito bom. Ele fez 18 agora, que ele é de setembro, né? Eu nunca entendo, porque eu sou de janeiro. Aí eu fico assim: mãe, isso tá errado, o menino está atrasado. E a minha mãe fica: tá não, é normal. Aí... eu acho que ele vai entrar na UnB, vai ser um grande orgulho, uma vitória também porque é complicado, sabe? Ele está trabalhando, ele faz bico, ele trabalha de vender frango, disso e aquilo... sempre tem alguma coisa pra fazer, ele nunca fica parado. Eu tenho um carinho muito grande por ele, não sei porque. Ele é um caçula também, sabe? É o terceiro. Ele é... Sei lá. Eu não sei explicar. Ele é cabeça dura, tem seus defeitos, mas ainda assim eu amo... todos eles tem defeitos, mas eu amo eles acima dos defeitos. Não sei explicar mais. Eu tenho duas primas que estudam aqui. Uma por parte de pai e outra por parte de mãe. E eu tenho um primo que o tempo... antes de eu engravidar, né? Ele tinha entrado pra UnB pra engenharia só que ele não queria. Ele queria direito, que não tinha conseguido, eu acho. Aí depois, tipo, em 2019, 2020 ele conseguiu direito 100% numa particular lá no Gama. Tipo, eles moram na Santa [Maria] e aí, sabe? Bem pertinho pra ele. Eu sofri um pouco porque ele já vai se formar agora, agora no que vem lá, e eu ainda tô... e eu fui a primeira a entrar... e eu sofri um pouco de julgamento, só que... Eu não liguei! Eu deixei pra lá porque eu tenho a minha história. Eu tenho um filho, sou mãe.

Você trocou de curso...

Eu troquei de curso... Tipo, uma vez, não sei quem foi que falou alguma coisa... Foi de família... que me falaram que alguém da família falou: Ah, não sei o que... Não, eu não ligo. Eu tô seguindo o que eu quero, não o que as pessoas querem. E eu tenho uma filha ainda, sabe? Eu sou responsável por uma vida. E aí eu sofri isso... meu tio que é o pai deles me julga. Pra ele nada do que eu conquistei é uma conquista, nada. É como se eu fosse um fracasso, sabe? Só que assim... em todo momento eu ignoro. Eu sei ignorar essas coisas. Eu já, tipo, estou com 22 agora, né? É igual eu falo pra todo mundo... não adianta.. sou outra agora... eu concluí assim.. eu quero mais, eu quero aprender mais, eu preciso entrar no mercado de trabalho feliz no que eu quero fazer, não por pressão, que eu tenho que ir... não! Eu quero ser aquela que sabe o que tá fazendo, que está decidida no que quer fazer e tem tudo, sabe? Todo o propósito anotado, descrito, essas coisas assim. Eu quero ser totalmente diferente, porque se eu terminasse, por exemplo, agora, mesmo que, por exemplo, a minha só falta obrigatória, eu tenho muita já optativa, né? Sabe... falta mais, eu quero mais, eu quero... assim... eu sei que é sonhar alto demais, mas eu sempre fui de sonhar alto demais... eu quero conhecer outros países... não só conhecer pra curtir, mas eu quero estudar lá, eu quero aprender mais de economia lá, eu tenho essa sede muito grande de não ficar só aqui, sabe? Eu quero mais... só que eu sei que é difícil porque eu tenho que pensar tudo sobre a minha filha, eu tenho muita coisa pra fazer, muita coisa pra pensar, mas... não sei, não sei explicar... e a UnB ela me disponibiliza intercâmbio, muita coisa do tipo e eu quero tanto. Por exemplo, ano que vem eu tô pensando em... tô pensando nada... eu vou prestar concursos eu vou tentar, porque minha filha vai fazer quatro e eu já quero que com quatro anos ela pelo menos esteja aprendendo inglês. Esse caminho, mesmo que na minha cabeça seja tarde, eu ainda vou tentar. É muita coisa dentro da minha cabeça, mas tudo hoje em dia está mais organizado que antigamente.

Sim... e a terapia ajuda a gente também.

Eu parei de fazer terapia porque... eu acho que eu tenho um grande problema porque eu, na minha cabeça, existem pessoas... assim, quando eu cheguei a uma determinada fase de consultas com a doutora Mariana, eu percebi que tinha pessoas que precisavam mais do que eu, sabe? Que podia estar naquela mesma situação que um dia eu estive. E aí eu parei. Eu falei assim: Doutora Mariana, existem pessoas que precisam mais do que eu. Então, eu tô aqui, eu acho que só ocupando uma vaga. E foi isso. Eu parei, aí ela ficou: - Andrea, mas... - mas eu tô sentindo isso, doutora. E ela: - tá, mas se um dia você quiser voltar, você volta. Aí nunca mais tentei também, porque isso eu acho que tem a ver mais com a minha infância. Tem muita coisa que eu tenho que me curar ainda da minha infância. Eu não sei explicar, por exemplo... Eu não sei me posicionar. É muito fácil as pessoas me machucarem e eu fingir que tá tudo bem, mas na verdade eu vou lembrar daquilo por tipo um ano, mais ou menos, vou chorar por aquilo ainda, sabe? Eu sou muito... Aí eu falo com as pessoas, com as minhas primas mais, né? Com a Mariana. Eu falo mais com elas. Falo tipo, ah... Foi minha infância... eu era obrigada a engolir calada, eu era obrigada a só fazer, eu não tinha que demonstrar nada, só fazer as coisas, sabe? Fui eu que criei meu irmãos, sabe? E ela, assim, de certa forma, elas entende, mas... é isso. Então, tem muita coisa que eu tenho que superar, vencer, ser curada. É mais na minha criança interior. Eu lembro que quando eu tinha 13 anos uma vez o senhor falou pra mim: Andrea, você só tem 13 anos e por que você já se põe como se fosse uma adulta? Por que você não deixa sua criança interior ser viva pra sempre? E eu lembro que quando ele falou isso eu...

Você tinha responsabilidades que não eram de criança, né?

Sim... e eu lembro que eu falei assim: vou mudar, vou brincar mais, rir mais. E eu faço isso até hoje, eu brinco mais porque eu quero que a minha criança viva. Sabe aquela criança que não pôde jogar bola por muito tempo na rua, nem soltar pipa, porque eu era mulher... Eu amava soltar pipa! Sexta a tarde, ela [a mãe] chegava mais cedo... eu não sei se ela trabalhava no BRB ainda. Eu tinha uns 8... Não. Isso foi antes da Talia. Isso foi antes da Talia. Eu tinha uns 8 mesmo... uns 8, 7 anos... aí toda sexta a tarde, geralmente eu já tinha lavado as roupas, batido as roupas, já estava tudo certinho, aí a gente ficava na porta, assim, no portão, que naquele tempo a nossa casa era bem simples mesmo... E ela ficava vendo a gente jogar bola. Como eu tinha 3 irmãos, dava pra jogar bola, e ela ficava vendo e eu lembro que eu ficava muito feliz dela estar ali. Eu não tive meu pai, só vivia no bar, só vivia no bar. Quando não era no bar, as pessoas traziam ele morrendo. Ele teve úlcera, ele fez cirurgia, tanta coisa, mas até hoje... Infelizmente. E eu criei... Hoje em dia, as pessoas falam, eu fui uma pessoa muito julgada também por isso, mas são coisas... atitudes que eu mesma tomei. Ah, mas é seu pai. Tô nem aí... não quero saber, não quero na minha vida, eu não quero que minha filha presencie, sabe? Eu não quero. Aí, tipo, tias por parte de pai que são falsas porque na minha frente é uma coisa e por trás é outra. Assim... como eu tenho uma prima que é minha melhor amiga por parte de pai e uma parte de mãe, então eu acabo que sei de tudo. Aí elas me falam, né? A parte de pai falou que ... essa minha tia... Ah, mas é pai, isso e aquilo... E eu falei assim: não tô nem aí pra ela, porque fui eu que passei, não foi ela. O meu, por exemplo, o meu vô, que não é meu vô, mas eu considero vô, porque criou meu pai, que é o vô da minha prima de verdade, que eu também considero vô.... Ele estuprou essa minha tia. A minha tia não tem contato... e aí? Eu dei esse exemplo pra minha prima... Sabe? Se realmente... Eu não duvido que tenha estuprado. Eu acredito. Sabe? Eu acredito. Eu não duvido. Eu sei que tem irmãos que não acreditam e eu não tô nem aí, eu acredito. Somos mulheres e eu não duvido. E aí eu falei assim: e aí? Porque todo mundo fala e por que ela não? E aí? Criou também. É pai. E aí? Aí eu fico na minha, só que assim... Tipo... esse ano eu vi ela. Minha prima fez 15 anos e ela pediu pra mim, por favor... e eu: ah! Eu só vou por causa de você, porque eu não queria

ir não, porque é ninho de cobra. E aí eu fui e tudo e ela ainda falou que me amava, que não sei o que... não respondi nada... só pedi bença e só.

Você me trouxe que mudou de casa, que em algum momento você estava no DF e aí você foi pra Santo Antônio do Descoberto...

E agora tô no DF de novo.

Desde quando? Que aí foi quando você alugou e mora você e sua filha, não é isso?

Então... eu tô aqui desde 2018, em outubro.

Com a sua mãe, então?

Com a minha mãe. Aí quando foi ano passado, que eu falei assim: aí, não dá mais. Aí eu mudei. Aí eu fui morar de aluguel, só que assim... eu tenho uma amiga que mora aqui, que mora no recanto, que estuda aqui na UnB, que um dia eu fui na casa da mãe dela... mas antes de ir mesmo, há um tempo eu tinha tentado morar lá, que é tipo... o fazendeiro, o fazendeiro morreu, aí as pessoas foram ocupar a terra, aí não tinha nenhum herdeiro... só para você entender... aí não tinha nenhum herdeiro e um monte de gente foi... só que para eu conseguir eu precisava de permissão de uma pessoa que... tem advogado e tudo para ver se a gente conseguia, né? As pessoas de baixa [renda], que morava na rua... essas pessoas que estavam tentando se reconstruir e que conseguisse ficar lá. Eu nunca havia conseguido. Tipo... tempo de pandemia, depois de pandemia, eu ia lá e desisto, desisto, nunca vou conseguir. Era lá na Samambaia. Aí um dia: amiga, vamos? Tenta, você não vai morrer se você não tentar lá. Aí de repente a gente escuta a Geralda falando que ia fechar ainda, que não ia dar mais para as pessoas entrarem e que ainda tinha como entrar. Aí eu corri e minha amiga: vamos Andrea, vamos falar com a Petra, vai que você consegue um lugarzinho... E eu consegui.

Nesse espaço lá?

Nesse espaço.

Aí é o que?

É a área rural. Mas por conta das chácaras... que lá é muito grande, então tem mais chácaras por trás... Aí a parte que eu moro é bem na BR, passa ônibus... assim... não... sabe... não é bonitinho, mas passa... tem ônibus pelo menos e eu consigo vir para a UnB.

Lá tem o que? Umas casinhas?

Lá é construída ainda de madeira. A gente fala que é área rural, mas eles estão vendo se conseguem regularizar lá bonitinho, com água potável, energia pra gente poder pagar normal e poder construir, né? E aí eu tô lá.

E aí lá você paga um aluguel, uma taxa?

Uma taxa para os advogados, essas coisas... tem que ter manutenção das coisas né, aí a gente vai pagando... tipo luz, água... só que lá, infelizmente, não é regularizado, mas a gente tem que tirar do nosso bolso para tentar pelo menos sobreviver. Não é lá essas coisas, não me orgulho, mas foi o que eu consegui, sabe? E é isso... na verdade eu me orgulho sim de estar lá porque foi difícil conseguir né?

Você colocou pra mim que você que criou seus irmãos né? E quem que te criou? Como que foi essa dinâmica? Mãe, tia, pai... quem que tava lá?

Assim, a minha mãe vivia trabalhando porque ela tinha que sustentar a casa. No tempo tinha o pão e leite do Roriz. Você lembra?

Lembro.

A minha mãe recebia oito pão e quatro leite. Quando era na sexta, se eu não me engano, era dezesseis pães e oito leite pra poder passar o fim de semana. Eu lembro que eu que fazia tudo. Eu ia buscar isso e aquilo... tudo era eu. Então, meu pai, ele... Ele me abusou sexualmente. Eu não ia falar, mas é importante, eu acho, deixar isso claro. Hoje em dia eu acho que não dói mais, eu acho que essa parte realmente foi curada, mas como eu tenho uma filha, ele nunca vai chegar perto. É isso que eu falo pra todo mundo: Não quero. Não quero. E todas as pessoas. Por exemplo, o... A mãe... A avó da minha filha... parte de pai, né? O pai dela, que ela considera pai mas é padrasto, estuprou ela. Eu falei pro pai da minha filha: olha, eu nunca vou deixar a minha filha estar no mesmo ambiente que esse cara, porque eu considero ele a mesma coisa que o meu pai. E você pode não entender, você pode não saber que não quero, não quero. Todo mundo é ciente disso e eu vou proteger a minha filha com tudo que eu posso e vou cuidar dela. E pode falar... ah! A Andrea é chata... sou mesmo, sou chata, sou protetora, sou tudo que você quiser. Se minha filha estiver bem e segura, eu sou tudo que você quiser. E é isso.

E você, tipo assim, sua mãe não tinha uma vizinha, uma tia, alguém?

Tinha a irmã Maria. Eu lembro que a única coisa que ela fazia era só ligar pra minha mãe se alguma coisa acontecesse, só. Mas o resto era eu... eu levava os meninos...

Ah, você ficava em casa?

Sim... Eu levava meus irmãos para a creche e para a escola. Quando eu chegava da escola, eu ia buscar eles e ia pra casa com os três. Era mais ou menos isso... aí tinha que buscar o pão e leite na sexta porque senão cortava se faltasse. Eu não lembro de quanto tempo de falta, se dois dias, mas eu lembro que cortava... então todo dia eu buscava. Era isso a minha vida. Isso no Itapoã. Então eu não tive uma pessoa, exatamente, pra me ensinar ou corrigir ou algo do tipo. Minha mãe tentava. Sabe? Ela tentava. Eu lembro dela conversando comigo, conversando assim... fofoca. Eu lembro perfeitamente das fofocas dela. Ai, eu lembro.

E sua trajetória escolar, ela foi sempre em escolas públicas?

Escolas públicas. E eu era uma boa aluna, não tirava nota ruim.

E com relação à gestação, como que foi o seu processo da descoberta, do...

Eu fiquei... num primeiro momento eu fiquei em choque, eu fiquei desesperada. E eu fiquei meu Deus, meu Deus, meu Deus, meu Deus, meu Deus, meu Deus... muito, muito mesmo. E depois eu só aceitei e falei assim: ah! É isso. Eu sempre quis ser mãe nova mesmo, mas não tão nova. Sabe, eu sempre quis.

Você conseguiu contar pra sua mãe de início?

Não. Quando eu fui contar já estava com quase sete meses porque minha barriga não cresceu... minha barriga foi crescer com oito meses. Tipo... eu contei e aí cresceu... foi tipo isso. E eu lembro que... minha mãe suspeitava porque eu tinha enjoo. Ela só suspeitava, mas ela queria que eu mesma falasse... foi isso. Eu tive vergonha também, mas eu ficava assim: ah! Não falar tanta coisa, mas depois eu ignoro, sabe? Eu tive essa fase de vergonha também, mas depois eu ignorei... ah! Que todo mundo se lasque.

E com relação ao pai da criança? Ele esteve com você em algum momento?

Assim, no puerpério, nessa fase, ele estava no exército. A gente tem a mesma idade, eu tenho 22, ele tem 22, eu tinha 18, ele tinha 18. É a mesma coisa. A diferença é que eu sou de janeiro

e ele é de junho, essa é a diferença. E eu lembro que ele estava no exército, então ele não tinha tempo pra nada. No tempo que ele ia ver a nossa filha, era muito rápido. Tipo... era um sábado e já tinha que voltar porque no domingo tinha que trabalhar. O exército foi muito puxado na pandemia, ainda mais na pandemia, porque eles estavam evitando o máximo possível de gente pegar, se contaminar... Era uma loucura. Ficou muito pesado e eu lembro que eu não tinha apoio nenhum. Ok... podia não faltar dinheiro porque ele estava trabalhando, mas... e o apoio? Não teve, sabe? Tanto que a gente conversa, ele fala assim, que foi muito difícil pra ele também, que não sei o quê... E aí a gente conversa, ele fala que... é... ele agradece por eu ter aguentado.

Hoje ele se faz mais presente?

Se faz. Leva pra passear, faz isso e aquilo, paparica, faz comidinha pra ela. Hoje em dia faz. Hoje em dia é bem mais presente.

E vocês moram em casas diferentes?

A gente tem uma convivência boa. Às vezes, né, eu penso até em voltar. Ele é uma ótima pessoa, um ótimo homem, não tenho do que reclamar com ele... só que ele é filho de uma mãe... Tá bom, tô brincando. Mas assim, ele é ótimo, eu tenho sentimentos por ele. Outro ponto... como eu fui abusada pelo meu pai, eu não tenho nenhuma vontade e nenhum pensamento de colocar outro homem dentro de casa, a não ser se for o pai da minha filha, porque o pai da minha filha teve uma trajetória mais triste que a minha. A minha pode ser triste, a dele foi pior. Eu acho que foi por isso que talvez eu me apaixonei por ele. Ele foi abusado sexualmente quando criança por um homem, ele é homem. O pai dele pegou ele pra que tipo, quando os pais dele se separaram, eu acho que até hoje em dia ele não gosta de fazer essas coisas, eu acho que ele ainda tem trauma. Porque uma vez eu fui brincar, porque eu brinco com minhas desgraças, né? Aí eu resolvi brincar e ele deu... eu vi que deu uma ansiedade, uma coisa nele, sabe? Aí eu parei, pedi desculpa na mesma hora... não foi minha intenção. O pai dele pegou ele pra criar só pra poder se vingar da mãe, pra poder distanciar o filho da mãe, sabe? Acabou que quem criou foi a mãe dele, a mãe do pai dele, a avó, né? Aí a avó tinha um lugarzinho de costura e tinha um homem que assim, todo dia abusava dele e a vó dele era uma pessoa muito ruim. Uma vez a gente [a estudante e a mãe do pai da filha da estudante] estava conversando e... Ele falou que tava com desejo de grávida, ela foi comer um feijão preto que ela tinha preparado, que era feito à lenha. Nossa, eu amo comida feita à lenha... e a sogra dela, naquele tempo, esculachou ela, xingou ela, bateu nela. E eu fiquei assim, ó... [boquiaberta] Me falaram muita coisa que eu cheguei à conclusão de que ela era muito ruim. E eu lembro que os abusos continuaram com o pai da minha filha, né? Ele comia carne crua, viveu em situação de rua... Quando a mãe dele descobriu tudo, porque demorou, mas quando descobriu tudo, o pai dele junto com outras pessoas já havia ensinado ele a assaltar... era criança... cinco, seis anos. Levava ele para essas coisas, incentivava ele já a ter uma vida sexual com cinco anos, seis, pequeno, criança. Eu fiquei assim, olha, quando ele me falou... Como assim? Que louco! Fazia sexo com a mulher que ele tava na frente do pai da minha filha, ainda criança... muita coisa ele passou... assim, quando ele fala é sofrido porque foi ele, né? Eu tô falando só o que, assim, resume por cima, mas foi muito triste. Ele falou que não tinha o que vestir, o que comer, tinha dias que não comia nada porque não tinha. Ai... isso me quebra porque, nossa, era só uma criança... e quando a mãe descobriu falaram que ele estava jogado na rua comendo comida do lixo.

E ela conseguiu pegar ele de volta?

Pegou de volta... e aí a avó do pai da minha filha morreu nesse tempo também. Isso é muito triste, cara, é muito triste... como que pode passar por isso? O pai dele foi encarar a mãe dele,

né? Aí ela falou assim: você tem certeza que quer me encarar, quer que eu chame a polícia aqui e conte tudo o que está acontecendo? Aí ele abriu mão. Aí foi quando o pai da minha filha conseguiu ter uma vida mais saudável, estudar... Sabe? Estudar, estar em uma casa limpa... Ah, muita coisa. Eu tenho muito... assim, quando... Não sei, sabe? Foi muito triste. Eu achei muito triste, eu achei bem mais pesado do que a minha. Aí eu fiquei assim... Ai, meu coração, como é que faz isso? Como que... e ele é alcoólatra também. E esse avô paterno da minha filha é outra pessoa que eu não quero que minha filha chegue perto... Porque a gente já conversou, como dois adultos, porque eu me considero adulta [risos] Como dois adultos, a gente já conversou. A gente não quer que meu pai se aproxime e nem o pai dele, porque o pai dele tentou estuprar a própria filha... a mesma coisa do meu pai... a única diferença é que é pais diferentes, mas é a mesma coisa, a mesma situação.

E como que fica a sua rede de apoio? Assim, se a gente for pensar, hoje, em pessoas ou instituições... se tem alguém que você paga, se sua filha conseguiu vaga na creche... como que fica essa sua rede de apoio?

Hoje em dia, ó... O pai da minha filha tem um trabalho que dá pra ele ficar com a nossa filha... dá pra ele ficar com ela e também dá pra trabalhar. Por enquanto, a gente faz assim, por exemplo, semana passada eu tava na casa da minha mãe, aí eu acabava deixando ela lá, mas hoje tá com ele, mas se não tiver com ele tá com a menina que a gente paga. A gente paga uma pessoa pra ficar. E eu fico bem assim ó... observando a pessoa porque eu tenho medo de... E a minha filha conta tudo, eu acredito na minha filha, ela conta tudo.

Ela fica na casa da pessoa ou a pessoa vai na sua casa?

Ela fica na casa da pessoa.

Então sua rede de apoio é sua mãe, ele e essa pessoa que você paga?

Sim.

Quando a gente engravida, a gente projeta muitas coisas. E aí, pensando o que você projetava e o que de fato é, o que está dentro do que você imaginava e o que é totalmente diferente nessa experiência da maternidade?

Ai, quando eu estava grávida eu queria colocar minha filha na nataçao desde nova. Eu queria muita coisa, mas eu não consegui. Sabe... eu não consegui colocar ela na nataçao, eu não consegui desde pequenininha colocar numa escolinha, do jeito que eu queria, eu não consegui. Mas a única coisa que eu tenho certeza que eu consegui e que eu consigo diariamente é a... É o amor. Porque o meu sonho era ter uma filha mulher pra ser melhores amigas e eu sinto que, pelo menos sentimentalmente, eu consegui. Não sou uma mãe perfeita, me martirizo muito porque às vezes eu tô tão cansada da UnB, eu tô fazendo curso de inglês, aí isso e aquilo, não sei o que mais, e ainda aparecem problemas... E eu tô tão cansada que às vezes eu me isolo, eu tenho muito isso de me isolar e acaba que afeta ela e eu converso com ela: ah! A mamãe é doida, né? Desculpa a mamãe.. a gente conversa, mas em relação à amizade eu acho que é a coisa que eu consegui ter. Tanto que ela prefere a mim do que qualquer outra pessoa. A gente pode estar em qualquer lugar. Pode estar eu, o pai dela e ela. E ela vai falar assim: eu quero a mamãe. Ah, eu lembro que... Eu não sei que dia foi. Tava eu, a minha prima por parte de mãe, minha filha, o pai dela também estava, minha mãe também estava... eu não lembro o que era... eu sei que estava um monte de gente... e falava bem assim: mamãe, eu quero ficar contigo, eu não quero ficar com mais ninguém... o tempo todo era só mamãe, mamãe. E aí a Mariana: Nossa! Ela é bem mais apegada ao você mesmo, né? Aí eu: não sei, eu nunca parei pra perceber, pra reparar... e depois desse dia comecei a reparar realmente e aí eu fiquei: Ai, eu consegui, sabe? Eu sei que... assim, a gente conversa muito. Quando eu tô triste, eu falo: ai, a

mamãe tá tão triste. Ela fala: por que mamãe? Você é tão... você é uma “pincesa, não fica assim... Aí eu: ah, tá bom, obrigada pelas palavras, a mamãe tá melhor. Aí ela me fez carinho... Viu, mamãe? Tá tudo bem! Ela é muito fofa. A gente fica conversando... Aí ontem eu tinha muitas coisas pra fazer... Aí ela: mamãe, tô cansada. Aí eu: que foi filha? Eu quero brincar com a senhora, quero assistir com a senhora, fazer algo com a senhora. E eu: ah! A mamãe tá cheia de coisa e isso e aquilo. Mãe, deixa pra depois.

Eu ia até te perguntar... Quais são suas estratégias para você conseguir conciliar a UnB, a maternidade e os afazeres domésticos? Porque a gente não pode esquecer dessa parte. No início da conversa você já chegou a falar que uma das coisas é a questão dos dias, de concentrar atividades em alguns dias. Mas como que você... Quais são suas estratégias para dar conta dessas atividades todas?

Terça e quinta de manhã, inglês, mas ainda assim eu dou atenção para ela. Eu faço atividades pra ela no papel, eu tenho um monte imprimido. Aí eu: aqui, mamãe, faz aqui, bora fazer enquanto a mamãe estuda. Você estuda aí e eu estudo aqui. Aí ela: tá bom. Aí ela agarra nessa ideia de estar estudando junto comigo... quando eu estou estudando, ela segue o mesmo exemplo. Mamãe, eu também quero estudar, o que que eu faço? Ela é desse jeito, ela é muito fofinha, gente. Aí eu: pera aí que eu vou arrumar um dever pra minha filha fazer. Aí ela: tá bom! Aí ela fica esperando... Mamãe, agora eu consegui e o que eu vou fazer...

A sua aula é online?

Não, é só de inglês. Mas, por exemplo, eu vou estudar pra apresentar, eu vou estudar pra uma prova, algo do tipo... aí eu faço isso. É uma estratégia que eu uso, que dá certo. Eu acho que ela se espelha em mim. Então, quando eu estou estudando, ela também quer estudar. Quando eu estou arrumando a casa, ela também quer arrumar. Tudo que eu vou fazer, ela também quer fazer. Se eu for assistir, ela assiste também. Tudo junto, sabe? Então quando eu vou estudar eu já tenho tudo preparado de atividade, em papel mesmo, para ela desenhar, aprender a escrever o alfabeto, tudo. Aí quando eu vou fazer as coisas de casa... Aí eu dou uma vassoura pra ela. Aí ela é feliz com a vassoura dela. Aí eu tô lavando roupa, eu tô fazendo isso e fazendo aquilo e ela tá com a vassoura dela. Quando ela enjoo da vassoura, aí eu: você quer o que, filha, agora? Aí ela: ah, mamãe, eu quero não sei o que, por exemplo... alguma coisa da cozinha ela quer fazer. Geralmente ela gosta de... ela quer... lavar os negócios da geladeira, porque eu lavo geladeira toda semana. Aí ela: mamãe, eu quero lavar os negócios da geladeira, os plásticos. Aí eu dou pra ela: aqui é a água, aqui é o sabão. Você só passa na bucha, tá bom? Você tem que ter cuidado... aí eu explico pra ela, mas ela já sabe. Aí ela fica lá enquanto eu tô fazendo outras coisas. E assim vai... sempre tem alguma coisinha que dá pra encaixar ela. Sempre. Aí por exemplo, é minha hora de descanso, de banhar, aí... de relaxar a cabeça, que eu amo banhar em paz. Em paz, realmente em paz, sozinha, quieta. Aí é a hora que eu falo: mamãe vai banhar, mamãe quer ficar quietinha, sozinha. Ah, mas eu quero banhar com a senhora! Não, é a mamãe agora. Vamos fazer assim... a mamãe banha, relaxa, aí depois a gente brinca, depois você banha pra dormir... aí eu converso com ela... Ela faz o biquinho, mas ela entende perfeitamente, eu acho isso lindo. Aí eu banho, depois eu deixo ela decidir as coisas: Ah mamãe agora eu quero brincar de... tem larva no chão, tem cachorro no chão... essas coisas. Aí a gente vai brincar... aí ela: mamãe, cuidado, tem um bicho na sua perna, ele quer te pegar, levanta. Aí eu entro na brincadeira dela e é isso. Aí depois: mamãe, eu quero assistir desenho. Aí eu: bora assistir, quer assistir o que? Aí a gente fica mó tempão decidindo juntas.

E a sua sexta é livre?

Sexta é. Graças a Deus, sexta-feira é só eu e ela. Aí é a hora, tipo, por exemplo... eu vou na Americanas... é... minha filha ama fruta, ama fruta. Ela prefere fruta do que doce. Eu tive um cuidado na alimentação dela desde novinha. Então... E eu também amo muito fruta. Então, o fim de semana da minha filha é comprar fruta, comer fruta. Banana? Ah... no RU, às vezes, é banana. Aí eu lembro da minha filha na mesma hora... Se não tiver em casa, eu levo pra ela. Aí ela: ai, mamãe, obrigado por ter se lembrado de mim. Eu acho isso muito fofo! Aí a gente... deu sexta-feira, aí eu faço a nossa programação pra sábado e domingo. Aí geralmente eu compro frutas pra nós, né? Ela gosta muito de suco... aí eu compro pra fazer suco. Ela não era muito fã de carne... ela começou a comer carne de um tempo pra cá, mas maio ela não comia carne... maio, junho, agosto, ela não comia nada. O que ela comia era linguíça... mas depois que ela foi pra minha mãe... eu não sei o que minha mãe falou pra ela... sei que ela começou a comer e eu fiquei: que que foi, filha, que você tá comendo? Eu não tô entendendo você... o que aconteceu? Eu acho que foi a minha mãe que falou alguma coisa, alguma coisa maligna. E aí ela voltou a comer carne. Aí... Minha filha quer comer o que? Aí ela fala, a gente faz, a gente come... por exemplo, biscoito de sal. Eu compro muito biscoito de sal. Porque... não sei, eu gosto de biscoito de sal. Eu gosto de comer com leite. Eu tenho essa mania até hoje desde criança. Aí a gente come... biscoito de doce eu também compro, mas eu não sou muito fã. Minha filha vai e come, mas a gente é mais da fruta, do salgado, essas coisinhas... Assim, por exemplo, o Fini, né? Ela descobriu o Fini através da minha irmã. Aí agora ela fica: mamãe, vamos comer Fini? Ai, não filha, que negócio de Fini o que filha? E ela: ai, mãe, eu gostei, a tia Tai me deu e tava tão bom. Aí a gente fica conversando e geralmente sexta-feira é o dia que eu arrumo o nosso fim de semana e dou geral na casa... é o dia que eu lavo a geladeira, faço tudo. Aí é bem corrido... aí quando é sábado e domingo a gente relaxa... aí quando é domingo à noite aí ela: mãe, amanhã é que dia? Amanhã é segunda, filha. A senhora não vai estar aqui não, né? Leva eu com a senhora? Leva. Não me deixa não, eu quero estar com a senhora.

E você já trouxe ela alguma vez aqui para a UnB?

Já, assim que voltou, no tempo da pandemia. Eu tenho até foto dela aqui. Ela era um bebê muito... Oh, meu Deus, tão pequenininha. Eu lembro que estava eu, minha irmã e Mariana... Não tem um bebedouro? Ela viu o bebedouro e se apaixonou. Não queria sair do bebedouro.

O elétrico?

É... o elétrico. Não queria sair de perto, se apaixonou e fez um escândalo por causa desse bebedouro... até hoje quando eu e as meninas lembra a gente fica rindo... meu Deus, que vergonha que a gente passou.

E você já trouxe ela aqui algumas vezes, né?

Algumas vezes.

E como que foi essa experiência? Pensando nos colegas de turma, nos professores, no espaço físico...

Às vezes tem que sair, né, porque incomoda, tem gente que faz cara feia, tem gente que revira os olhos. Tem de tudo, tem de tudo. Tem gente que fica... aaai... eu sou do tipo de pessoa que quando vejo bebê: ai, quer ajuda? Quer que eu segure? Quer isso e aquilo? Mas tem de tudo, mas assim... Tem preconceito, né? Já aconteceu muito de eu estar em conversas com pessoas que não me conheciam, aqui na UnB, e julgarem: ah! Quem é o louco que tem filho cedo? E eu assim... mais na minha... bem calada e plena.. Aí depois que as pessoas descobrem: ah! Andrea, que não sei o que. E eu: não, tudo bem, cada um tem sua opinião.

E professor também foi tranquilo, então?

Professora também... eu tinha uma professora, Cláudia, que ela foi um amor de pessoa comigo. Eu estava em saúde coletiva ainda. Eu lembro que toda rede de apoio que eu precisasse, qualquer coisa, ela estava lá.

Você que saiu de um curso, que é um curso voltado para o cuidado, e você foi para a economia... você sente uma diferença?

É muuuuita diferença, muita. O povo de saúde coletiva é bem mais acolhedores, o cuidado é maior. O povo de economia e os professores é mais bruto, mais... sabe? Eu nem sei a palavra correta pra poder descrever isso. Assim... tem uma professora que eu acho que ela é a mais de boa, que é a professora Valquíria... e eu acho ela muito bonita, muito inteligente, e eu acho que ela é a mais boa... ela super compreende, ela entende, ela não é que nem os outros professores que “ah! É desse jeito ou não é”. Ela não é assim... eu acho que ela é mais flexível pra mães. Já aconteceu muito... muito professor babaca, muito, muito Socorro, Deus, me tira daqui, acaba logo. Já aconteceu. Deixa eu ver o que mais... É, de professor é isso.

Você chegou a usufruir daqueles exercícios domiciliares? Que você pode fazer a solicitação no pós-parto ou em alguma situação específica?

Não, como assim? É porque eu ganhei ela bem no ano, assim, 2020. Nossa, eu não sabia.

E você chegou a tentar matricular sua filha na creche pública?

Tentei, não consegui.

Não conseguiu? Tá lá na fila?

Tipo, isso mesmo. Na fila... eu não consegui. Eu, inclusive, eu tava conversando com o pai dela... falei pra ele todos os meus planos de vida, sabe? Porque eu não quero carregar o fardo sozinha. Se tem um pai, é isso. E se ele quer ser diferente do pai dele, é de agora, não é depois não. Aí a gente conversa... eu falei pra ele: ó, eu quero que a nossa filha aprenda inglês desde nova e eu quero ter uma condição melhor pra levar ela pra passear, se você puder levar ela pra viajar, leve, com cuidado... ele sabe que eu sou muito chata já. Aí a gente conversa sobre, eu falo que eu quero que ela estude numa escola particular. A gente conversa, mas aí a gente tem várias opções. Aí a gente conversou e ele falou que a gente podia colocar ela na escola pública por agora e pagar só o inglês. E futuramente, tipo, no sexto, sétimo [ano] colocar numa privada, onde os estudos, né, ele acha que é mais importante. Eu acho que é importante desde agora, né? Mas tá bom. A gente tá conversando. Agora nas férias eu tinha planos para estudar para concurso. Eu conversei com o Mateus e falei para ele que nas férias eu ia ficar sem dinheiro porque eu ia precisar pagar... investir em mim mesma para tentar conseguir algo melhor. Eu ia pagar um cursinho particular para concursos porque eu quero muito. Não sei explicar... colocar a minha filha em algo melhor, sabe? E também melhorar minha vida financeira. Conseguir, por exemplo... eu não tenho carro e nem habilitação. Eu quero tirar a habilitação e comprar um carro porque... assim... minha filha não é de passar mal, nada do tipo, mas se acontecer um dia, e a? Não tem ninguém... vai ser eu por eu. Obviamente vai ter o pai, minha mãe, a avó materna, mas eu acho que eu não gosto de depender de ninguém.

Lá onde você mora, tem Uber? Chega lá?

Chega, chega, chega. Por incrível que pareça, chega.

E com relação ao auxílio aqui da UnB, como que o programa auxílio creche te ajuda?

A poder pagar a pessoa para ficar com ela enquanto eu tenho que ficar na UnB. Esse semestre, pra matar logo as optativas, eu peguei e coloquei matéria de manhã... agora, por

exemplo, tem matéria de manhã, a tarde e a noite. Então segunda e quarta é o dia e a noite. Aí terça, quinta e sexta eu fico com a minha filha e terça e quinta de manhã, inglês. Pelo UnB idiomas. Então, tem me ajudado bastante.

O pai da sua filha, ele tem dias específicos com ela ou não?

Geralmente fim de semana. Mas, por exemplo, como ele trabalha home office, né? Hoje em dia... nossa... eu sempre tentei emprego home office e eu nunca consegui. Vamos ver, vou tentar.

Ele não está mais no exército, então?

Não, não está. Ele quis sair porque eu acho que ele estava entrando em... Não lembro... ansiedade, estava tendo muita crise de ansiedade por conta do exército, aí ele saiu. Aí ele trabalha home office... talvez, eu não sei, ele vai ter que trabalhar presencialmente... não sei quando vai ser, mas quando acontecer ele vai me falar. Mas até lá a gente vai dividindo os dias.

Aí hoje ele consegue ficar com ela algum dia durante a semana?

Hoje ele tá... tipo, hoje ele tá agora de manhã com ela. Aí eu vou ver até com ele, depois vou mandar mensagem pra ver se à tarde ele vai deixar na menina ou vai...

Ele mora perto de você?

Mora, porque assim... eu moro na Samambaia na parte rural, que é perto de Águas Quentes, que acabou de virar um R.A. novo... e depois de Águas Quentes tem Santo Antônio... então a mãe dele mora lá e tudo.

Ele mora em Santo Antônio, então?

Uhum... mas ele está querendo alugar lá na Samambaia, mais perto por causa da nossa filha... ele está sempre falando comigo: ai, o que você acha de eu mudar para Samambaia? Aí você levava ela, ficava lá um pouco, lá é mais perto de ônibus para você também... já deu umas ideias assim... aí eu: ah! você que sabe, mas eu prefiro ficar aqui mesmo.

Pensando a UnB... o que você acha que a UnB poderia fazer de diferente pensando nas estudantes que tem filhos?

Meu sonho... quando estava grávida falavam que iria abrir uma creche aqui. Meu sonho era essa creche porque eu ia poder me trazer minha filha, deixar ela aqui na creche e depois pegá-la de volta. Mas não tem... Nossa, se tivesse uma creche... Mas assim, eu acho bastante importante. Não sei, tem gente que apoia e tem gente que não apoia, mas eu amaria a minha filha na creche, poder trazer ela.

Para algumas mães, elas acham melhor a creche quando é perto de casa. Nessas conversas eu estou vendo que umas dizem: não, perto de casa é melhor. Outra diz: não, aqui dentro é melhor. Então vai muito também da dinâmica, né? De quantas disciplinas aquela pessoa tem na semana...

Eu acho que seria melhor aqui. Posso ser doida, mas acho que seria melhor. Eu acho que eu passaria mais tempo com ela, porque tem o tempo de ônibus para chegar e para voltar. Eu passaria mais tempo. E... tá na UnB... Eu acho que tá bem mais seguro do que colocar em outra creche. Essa é minha visão. Essa é minha visão e perspectiva.

Mulher, acho que passamos por tudo. Você gostaria de colocar mais alguma coisa?

Eu acho que já falei tudo, eu não sei. Deixa eu ver... sobre uma coisa nada a ver, mas eu vou falar. A minha filha já tá na fase, né? E meu irmãozinho? Eu quero um irmãozinho. E eu digo: como assim, filha? Ela: um aqui na sua barriga... e aponta. E eu: não, a mamãe tem que cuidar de você. Não, mas a senhora consegue cuidar de mim e de outro irmãozinho. Mas você quer um irmãozinho menino ou menina? Menina, porque menino é chato. Não gosto de menino não, mamãe. Quero menina pra gente brincar. Menina é bem mais divertido.

E o que que você pensa sobre um segundo filho?

Ah, eu não tenho como. Mas assim, eu falo com ela: se a mamãe tivesse condições, não que a mãe não tenha... também não, mas se a gente tivesse condições melhores onde eu pudesse pagar outra pessoa pra poder me ajudar, a mãe teria. Não sei como, mas eu teria, mas a mãe não tem como. A mãe não tá estável em relacionamento... aí a gente conversa. Aí ela fica assim, ó... Vamos falar com os titios pra ver se eles te dão um priminho? Mas eu não quero priminho, eu quero irmão! Aí eu fico assim: ai, minha filha, para com isso. Aí depois o pai dela me fala: ela tá falando que quer irmão, que não sei o que. Aí eu: Pois é, né? Ela tá nessa fase. E a gente fica: Hm... é isso.

Então eu vou interromper a gravação, tá? Muito obrigada.

Ai, eu que agradeço.

APÊNDICE B - Entrevista transcrita da estudante Bárbara

As minhas questões elas são sobre você, sobre a sua experiência com a maternidade e tudo mais. E aí, o que você não se sentir a vontade, pode colocar! Então... pra eu poder entender um pouco da história sua e da sua família... seus pais são daqui de Brasília, eles são de outra cidade, de onde eles são?

Então... A minha mãe é maranhense. Ela sempre fala que ela veio pra cá muito nova, que ela podia até se perder, não sei o quê. Ela é uma graça. Mas a minha mãe ela é maranhense, ela veio pra cá muito nova. Ela veio pra cá com 16 anos.

Acompanhando os pais dela?

Não, sozinha. Ela veio pra cá pra morar com uma tia que era irmã da mãe dela. Uma mais nova, que já morava aqui em Brasília e que já tinha uma casa e tal. Ela veio morar de favor na casa dessa minha tia, dessa tia dela. E o meu pai é até mais confuso. A minha vó, mãe do meu pai, ela é do Piauí. Só que eles foram para São Paulo, aí eu tenho uns tios que nasceram no Piauí, meu pai nasceu em São Paulo e quando meu pai tinha uns cinco anos eles vieram pra cá, pra Brasília também. O meu pai ele é policial, né? E aí o meu pai também casou muito novo. Nossa, se eu for te contar, mulher... O meu pai ele casou muito novo, ele casou com 18 anos.

Com a sua mãe?

Não, com outra mulher. Com essa mulher, o meu pai teve dois filhos: uma filha mais velha e um filho mais velho, um homem. Aí quando essa minha irmã mais velha estava com um ano, ela faleceu. Foi bem no dia dos mamonas assassinos. Ela faleceu e aí o meu pai, acabou que ele separou da primeira esposa dele, foi morar na casa da minha avó, a mãe dele. E aí o meu pai, como ele era militar, ele fazia uns bicos de segurança no mercado, onde a minha mãe era caixa. Aí assim eles se conheceram. Então assim, meus pais, eles nunca foram casados. Eu nunca morei com o meu pai e a minha mãe junto, na mesma casa. Nunca. E aí a minha mãe acabou se envolvendo com meu pai, engravidou dele, né? Só que meu pai, ele tinha acabado de se divorciar, né? Tava morando na casa da mãe dele, aí ele acabou também que ele conheceu outra mulher, engravidou ela também. Aí eu tenho um irmão que ele nasceu no mesmo ano que eu, inclusive ele faz aniversário agora, é dia 9 de dezembro. E eu sou de janeiro, a gente tem meses, né, de diferença. Aí minha mãe foi expulsa da casa dessa tia dela, que ela morava antes.

Ela foi expulsa porque ela engravidou?

Isso. Aí ela foi morar de favor na casa da minha avó, mãe do meu pai. Depois disso tudo, e de meu pai já ter engravidado a outra também, ele voltou pra primeira esposa dele. E aí eles tiveram outra filha, que é a minha irmã mais nova por parte de pai. E aí meu pai também fez vasectomia, eu acho, né? Enfim, não teve mais filho. Mas aí eu tenho esse tanto de irmão por parte de pai e é tipo... Cada um de uma mãe, o meu mais velho, o meu irmão mais velho é irmão da mesma mãe da mais nova, porque meu pai acabou que voltou, né? E tudo... mas nisso tudo, meu pai sempre... Eu cresci com a minha mãe, né? Depois ela saiu, começou a trabalhar... Minha mãe sempre trabalhou muito e ela me criou. Meu pai também sempre foi muito presente. Ele sempre me pegava final de semana, sempre pagou pensão direitinho. Ele foi um bom pai, meu pai. Ele só não era um bom marido. Mas ele era um bom pai. E a gente foi crescendo, todo mundo. Meu pai me pegava e eu ia lá para os meus irmãos.

Por parte de mãe você é a única?

Não. Quando eu tinha 8 anos... isso, eu já era grande, tinha uns 8 anos... a minha mãe conheceu um outro rapaz, aí ela se envolveu com esse rapaz, engravidou também e casou com ele. Aí eu tenho uma irmã de 15 anos por parte de mãe... aí acabou que a minha mãe divorciou dele, desse rapaz, só que ele tiver um *remember* e aí eles tiveram outro filho, que é o meu irmão... eu tenho um irmão de 6 anos e ele é autista. Aí foi e teve o Noah e depois eles se separaram mesmo. Aí ele foi embora também, ele não ajuda em relação nem à minha irmã de 15 anos que dá trabalho que só... Meu Deus do céu. Nem ao meu irmão de 6 anos. Meu irmão acho que se ver ele nem conhece, sabe? E aí, assim... no que a minha mãe acertou no meu pai, ela errou no pai deles. Que ele é, assim... enfim, não dá nem pra chamar de pai.

E quem te criou acabou que foi sua mãe e seu pai?

Isso.

Com relação a você, ela não ficou sozinha?

Não... é... minha mãe... tanto que tipo, qualquer coisa que eu fazia, ela falava: eu vou ligar para o seu pai. Então, meu pai sempre teve ali presente.

Quando sua mãe veio pra cá, ela veio para trabalhar ou não?

Não, foi pra trabalhar. Ela veio pra trabalhar. Ela veio falando que ela veio trabalhar, que ela veio nova, que se ela quisesse se perder, né? E aí... É... o que eu ia falar? Eu perdi aqui no raciocínio. Aí é isso... o meu pai sempre ajudou e depois de um tempo ele separou de novo da mãe dos meus irmãos e tal, aí hoje em dia ele é casado com outra mulher com quem ele não tem filho nem nada. Ela tem os filhos dela lá também, que ela tem dois filhos, mas eles não têm filho juntos... e a minha mãe também atualmente é solteira, ela cria os meus dois irmãos né, que é a Madu e o Noah, e eu digo que eu sou o pai deles, né, que eu que tô lá, né?

Você mora na mesma casa que a sua mãe e os seus irmãos?

Eu morava na mesma casa que a minha mãe e os meus irmãos... só que aí quando eu estava na universidade eu quis criar... quando eu fiz 18 anos eu arrumei um emprego e eu quis criar asas, não sei o que e saí de casa... e aí, nisso que eu saí de casa, em 3 meses do emprego eles me mandaram embora e eu já tava grávida... e aí, foi assim, um caos... e eu não quis voltar pra casa da minha mãe, né? Porque eu falei: meu Deus, voltar com mais um peso assim, né? Já não dava... então eu não voltei pra casa. Hoje em dia eu moro na casa da minha avó, a mãe do meu pai. Ela faleceu quando eu estava grávida. Aí acabou que eu moro lá, que é cedido, né? Eu não pago o aluguel e tal, mas eu moro lá com o Gael. Porque lá na casa da minha mãe também não ia dar...

Por espaço?

Por espaço e porque tem o meu irmão também, questão de zoadá, né? E tal, muitas pessoas... aí não ia dar certo, mas o meu filho, eu deixo ele com a minha mãe, por exemplo, ela que fica com ele, né, pra olhar. Ano passado eu tinha solicitado o auxílio creche emergencial e aí foram seis meses... só que eles nem pagavam no dia certo, atrasavam muito. Só que o meu filho, ele tava com atraso na fala, ele tinha um ano e dez meses e ele não falava, não formava frase. E como eu já tinha um sinal de autismo na família e é genético, eu fiquei preocupada e por isso que eu pedi o emergencial, pra eu poder pagar uma creche, porque eu não tinha conseguido na rede pública, né? Porque parece que eles priorizam quem trabalha... Enfim... não deu certo. Aí eu não consegui, aí quando eu vi o anúncio da bolsa eu me inscrevi para poder pagar uma creche. Aí deu tudo certo, consegui a bolsa, comecei a pagar uma creche que era lá perto da casa da minha mãe, então ela levava e foi assim... Em dois meses ele já estava falando, ele falava até sobre sentimentos. Então foi muito bom o auxílio, né? Só

que o meu era emergencial. Então... e foi ano passado, né? Então quando eu pedi também, acabou em dezembro. Aí a creche, como era uma creche particular, eles já estavam me cobrando matrícula do outro ano, né? Que era de janeiro. Aí eu tive que tirar ele da creche porque eu não ia ter como pagar já a coisa de janeiro. Aí, enfim. Aí isso foi muito bom, porque aí ajudou muito ele a desenvolver a fala, né? Hoje em dia ele forma frase já, ele fala tudo. Pois é... a mãe da minha mãe ela mora lá no Maranhão, inclusive minha mãe vai viajar pra lá agora, dia 12.

De janeiro?

Não, de dezembro. De dezembro.

E volta quando?

Dia 8.

De?

De janeiro.

E aí, pelo menos vai estar de férias aqui, mas e o seu estágio?

Não, eu não vou estar de férias. Porque aqui só acaba dia 22, não é?

E aí como é que você vai...

Aí ele vai.

Ah, ele vai com a sua mãe?

Eu tô assim... eu estava até falando ali para as meninas da secretaria que eu estou sofrendo muito, que eu nunca fiquei tanto tempo longe dele... Vai ser assim um baque, eu acho que eu vou chorar noite e dia. Eu estou aqui pensando...

A sua mãe, ela trabalha fora?

Não. A minha mãe, quando eu era criança, minha mãe trabalhava muito fora. Eu quase não tenho lembrança dela ir numa escola, por exemplo, porque ela estava sempre trabalhando. Aí depois que ela teve a minha irmã... a minha irmã ela nasceu com um problema de refluxo, essa de 15 anos, então ela gofava muito, aí tinha aquele negócio de sucção e minha mãe ficava com medo dela morrer... e aí a minha mãe acabou que não confiava ela a ninguém, né? Então ela deixou de trabalhar e desde então minha mãe não trabalha, tem uns 15 anos.

Sim... e aí depois ganhou seu irmão mais novo...

É, então ela não trabalha assim, né? Fora. Porque doméstica, meu Deus! Trabalha que só. Aí vem o meu irmão também... o meu irmão é nível de suporte 3, então ele realmente precisa de auxílio pra comer, pra tomar banho, pra tudo... então ela tá o tempo todo cuidando dele, né?

Então seu filho foi para a escola, você tentou inscrição na escola pública, mas ainda está na lista de espera. Nunca foi contemplada?

Nunca.

E aí, se não tem essa instituição como rede de apoio, sua rede de apoio hoje é sua mãe?

É, minha mãe, ela que fica com ele pra mim, né? E aí eu tento ajudar com o que eu posso, né? Porque, na verdade, ela arca com quase tudo... porque ele passa o dia lá, ele come lá, toma banho, né? Eu levo algumas coisas por mês, mas nada que dure o mês todo. Então ela é a minha maior rede de apoio até então.

E você falou que seu pai é policial militar, né?

Isso, só que meu pai também tem 500 filhos, né?

E a sua mãe, qual que é a escolaridade deles? Seu pai é superior?

O meu pai, eu acho que ele fez superior esses anos agora. Porque parece que a PM deu a oportunidade dele fazer um curso de TI, não sei, foi uma coisa assim. Agora a minha mãe eu acho que ela tem até o fundamental. Ela fala que ela não terminou tudo não. Então eu acho que ela não fez o ensino médio.

E você sempre morou aqui em Brasília?

Isso. Aí, como a minha mãe sempre me criou sozinha, teve uma época que ela me mandou para o Maranhão também, que é pra onde ela está indo. Então eu morei ... acho que foi dois ou três anos com a minha avó materna também lá no Maranhão.

É... O motivo era o trabalho?

Isso, porque a minha mãe... é assim, a minha mãe primeiro ela comprou uma casa lá no recanto das emas, aí ela ficava lá comigo, era uma invasão e aí tinha gente pra ajudar, olhar enquanto ela ia trabalhar. Eu tenho umas lembranças também de quando eu ficava sozinha em casa e aí o vizinho ia lá dar uma olhada. Só que a gente foi e mudou pra Santa Maria e naquela época a Santa Maria tava começando ainda, então ela tinha medo de me deixar lá sozinha, né? Então ela optou por me mandar pra minha avó, enquanto ela arrumava lá as coisas e tal. Aí eu fui... acho que eu fiquei uns dois ou três anos lá... que eu estudei também lá na escola.

Aí quando você voltou, você já voltou pra morar com ela em Santa Maria?

Foi. Aí quando eu voltei, eu já voltei pra morar com a minha mãe lá na Santa Maria. Ela tinha arrumado tudo... o meu quarto e tal.

E a sua trajetória escolar, ela foi sempre em escola pública?

Sim. Eu sempre estudei em escola pública, né? Eu sou de janeiro, então eu sou um pouco adiantada. Eu era um ano, né, adiantada... mas eu sempre estudei. E eu acho que o fato de eu ter estudado no Maranhão também, acho que me deixou um pouco adiantada em alguma série. Porque eu terminei o ensino médio, eu tinha 16 anos. Então, foi cedo. Mas eu sempre estudei aqui em escolas públicas.

Como que foi essa descoberta da gestação? Quando você percebeu... eita, estou grávida?

Nossa, foi um caos.

Quantos anos você tinha?

Eu tinha 20.

Você já estava aqui na UNB?

Já. Já estava. Por isso que eu fiquei assim: meu Deus. Não, na época assim eu... Eu já tinha saído da casa da minha mãe, né? Só que eu não tava, tipo, pronta pra isso. Então foi um baque muito pesado. E quando eu descobri, já tava meio tarde também. Eu descobri que eu tava grávida, eu tava de 16 semanas já. Deu pra ver até o sexo. Então ele já tava bem grande. Então, pra mim, eu falei: meu Deus, como assim? Aí eu tive que correr. Eu fiquei preocupada também, porque como... como já tava há bastante tempo, 16 semanas, quatro meses, eu fiquei com medo porque eu ficava pensando: meu Deus, eu bebi né, saí, não me cuidei também... aí ficava preocupada com a saúde da criança também né? Mas assim... foi bem difícil porque eu não tinha condição... eu lembrei que onde eu morava era um lugar que era dois cômodos... então era cozinha e quarto e um banheiro, só. Então era um lugar bem insalubre pra se ter uma

criança. Foi um caos. Minha mãe também ficou muito nervosa na época... até ela aceitar foi muito difícil.

E sua avó paterna, que foi quem te acolheu depois na casa?

Minha avó ficou muito feliz... minha avó, meu pai, eles ficaram bem felizes assim, acolheram bem e tal...

Sua mãe que ficou mais preocupada?

É, minha mãe que ficou mais...

E com relação ao pai da criança? Qual que foi a participação dele quando você ficou sabendo que estava grávida e qual que é a participação hoje na educação do seu filho?

Não... ele não tem muito contato assim, né? Não se veem muito e a gente ainda está vendo o negócio de guarda para legalizar visitas, essas coisas, mas na época assim a gente até que tava meio junto ainda, ele ajudou. Depois que a criança nasceu que foi mais difícil. Então ele ajudou e tal, foi numas ultrassons e tudo...

Vocês não estavam morando junto, mas se viam com frequência?

Isso. A gente era namoradinho né?

Entendi... e hoje, com a criança, qual que é a participação dele? Ainda não está regularizada a guarda, mas ele participa de alguma forma?

Não.

Quando a gente engravida, a gente começa a pensar em várias coisas, a gente projeta e tal. O que você projetou? Pensando no que você projetava quando você estava grávida, o que de fato aconteceu e o que foi totalmente diferente do que você imaginaria que seria a questão da maternidade? Como você pensou que seria essa experiência e como de fato ela é?

Ai, eu não sei, essa pergunta é muito difícil. Eu sou uma pessoa muito ansiosa, sabe? Então, quando eu descobri que eu ia ser mãe, né? Eu comecei a entrar em um monte de grupo de Facebook, pesquisar bastante. Então, primeiro eu pesquisava mais em relação à gravidez mesmo. Então, eu comprei uma pomada pra passar no bico do peito porque eu vi que amamentar doía e não sei o que.... passei óleo na barriga porque eu vi que dava estria, né? Não adiantou nada. Mas enfim... Em relação a isso eu não sei, porque quando os meus irmãos nasceram eu já era grandinha assim, né? Quando a Madu nasceu eu tinha 8, eu ainda era criança assim, mas quando Noah nasceu eu tinha 18. Então eu ajudei muito, né? Então eu passei noites, ainda mais que o meu irmão é uma criança TEA, né? Hoje em dia faz total sentido. A gente passou muitas noites em claro, com ele chorando muito. Então assim... essas coisas eu já estava esperando... até que meu filho foi uma criança muito tranquila, sabe? Eu estava esperando assim, uma coisa de outro mundo e não foi.

Você teve uma experiência anterior de cuidado, né?

Isso. Então assim, eu não passei, tipo... dizer que eu fiquei várias noites sem dormir. Não, só quando ele tinha uma cólica, alguma coisa assim... ele era uma criança muito tranquila. Ele teve icterícia quando nasceu. Mas na verdade eu acho que o puerpério ele foi muito difícil pra mim... eu não imaginei que seria tão difícil. Eu ouvia também as mulheres falando sobre isso e tal, só que eu senti muito, então eu chorava muito, eu me sentia muito, eu tinha muito medo, acho que esse era o nome, que eu olhava pra ele e via ele tão pequenininho, e ficava: meu Deus, o mundo é cheio de coisas e se eu não der conta? E se isso acontecer? E foi bem na

pandemia também e eu falei: meu Deus, o mundo tá acabando... então foi um momento de muito desespero pra mim. Eu acho que essa parte eu não esperava que seria tão assim. Então foi bem dolorido, eu chorei bastante. Eu acho que eu tive sorte também, porque na época tinha uma colega minha, colega mesmo, a gente nunca foi amiga assim, próximo... era uma pessoa que tinha estudado na mesma escola que eu e a gente se conhecia de vista e ela tinha sido mãe há uns dois meses antes que eu, mais ou menos, a gente ficou grávida em um período junto, assim. E aí ela tinha passado por isso antes de mim... então ela conversava bastante comigo, ela me mandou vários áudios e aí eu acho que isso me ajudou a não, não recair mesmo, de ficar muito triste, né? Então eu sinto que essa parceria dessa pessoa me ajudou muito... e não é uma pessoa... hoje em dia, por exemplo, a gente não se fala, mas naquele momento ela foi muito importante pra mim, pra passar por aquilo.

E quem te ajudou? Hoje você tem sua mãe, né? Mas e quando ele era pequenininho? Quando ele nasceu sua avó já tinha falecido?

Sim, a minha vó ela faleceu eu estava de sete meses, então ela não chegou a conhecer um neném.

E quem te auxiliou? Ou você ficou sozinha?

Não, a minha mãe ela me ajudou, ela mandava a minha irmã ir também, né? Porque eu tenho irmã de 15 anos né... então na época ela tinha 13, 12, não sei... mas minha mãe ela me ajudava, ela ia lá em casa limpava... que eu tive cesárea também, né? Não foi normal... Então tinha os pontos e tudo. Então ela dava banho nele.... Só de noite mesmo que eu ficava sozinha. Mas aí de dia ela sempre ia lá. Ela ia geralmente de manhã e levava o almoço.

A sua casa é na Santa Maria também?

É.

É na Santa Maria?

É ali próximo.

Você já precisou trazer seu filho pra UNB? Pra sala de aula?

Eu trouxe uma vez, só que meu Deus, nunca mais. [risos]

Como foi essa experiência?

Porque assim, né, eu faço psicologia, né, eu sei de algumas coisas... só que assim, por mais que a gente se antecipe e falhe é muito estressante. Não digo por ele, eu digo por eu mesma, porque que eu esperasse que ele ficasse sentado? Uma criança? Não tem como. Eu acho que eu mesmo que falhei. E aí é ruim porque a gente acaba se estressando e eu odeio me estressar com ele porque eu fico me sentindo culpada. Então eu... eu tentei... eu trouxe lanche pra ele no dia, eu trouxe uns brinquedos que ele gosta, uma massinha, pra ele ficar no cantinho. Aí ele ficou, digamos que uns 20 minutos. Aí depois ele já começou a andar, a correr e descer. Quando eu vi ele já tava correndo mesmo, correndo que ele escorregava e caía. Eu falei: meu Deus.

E com relação aos professores e aos colegas de turma, você sentiu alguma coisa diferente?

Não, não senti não... até que foi meio tranquilo assim. Eu sentia mais quando eu tava grávida, na verdade, porque quando o Gael nasceu em fevereiro... aí era o segundo semestre do ano né? Então eu vim grávida ainda, no mês de dezembro, novembro, eu tava com o maior barrigão e era muito estranho porque todo mundo olhava, era muito assim, eu ficava: meu

Deus. E depois eu parei para reparar e realmente não tem muita grávida andando aqui no campus, né? Então eu sentia muitos olhares quando eu estava gestante. E eu também só trouxe ele uma vez, né? Então... não teve muito tempo [pra avaliar]. Eu percebo que tem muita gente que não gosta de criança mesmo, né? Então, não sei. Acho que não demoraria muito para...

Você fala com relação a professores ou com relação a alunos?

Todos.

Você chegou a usufruir daqueles exercícios domiciliares? Você pediu depois que nasceu ou não?

Não, porque o Gael nasceu, aí uma semana depois teve o lockdown. Aí tipo assim, eu sabia dos meus direitos. Quando eu saí eu sabia que eu poderia, né, é... ficar de licença, receber as atividades e tal. Só que acaba que como teve o lockdown, a universidade também meio que começou a ficar online, né? E aí eu preferi trancar, inclusive. Então meio que atrasou super a minha graduação, eu me arrependo muito. Só que ao mesmo tempo eu acho que eu não ia conseguir cuidar do meu recém-nascido e fazer alguma coisa da faculdade. Aí eu preferi trancar. Só que acabou que eu tranquei dois anos, quatro semestres. Tranquei na pandemia, né? Que aí depois quando o Gael fez um ano, literalmente, eu lembro... no dia que ele fez um ano eu fui fazer uma entrevista de emprego para a telemarketing, né? Porque eu estava precisando muito trabalhar e eu fui trabalhar... aí eu lembro que nesse telemarketing eu fiquei também um ano, até ele fazer dois anos... e aí eu saí e fiquei desempregada de novo, mas foi bom porque realmente eu precisei trabalhar, comprar umas coisas né?

Aí depois do trancamento você voltou pra cá sem vínculo de trabalho?

Isso, sem vínculo de trabalho... e já fui pegando tudo que... eu estou tentando formar no semestre que vem, né? Aí eu tentei pegar o máximo de coisas, de estágio, de matéria que falta.

E aí, como que você... O que você faz para conseguir conciliar UNB, atividades domésticas e maternidade? Quais são suas estratégias? Vou dar alguns exemplos, porque eu já ouvi nas entrevistas... algumas estudantes depois de um tempo começaram a concentrar as aulas em determinados dias da semana para não precisar vir todos os dias... com relação a fazeres domésticos, tem o dia certinho para fazer... e por aí vai pra conseguir dar conta de tudo.

Sim. Por exemplo... terça-feira é um dia que eu não tô aqui na UNB... terça, quarta-feira também não. Então... Eu fiz exatamente isso. Semestre passado eu montei a minha grade também. Peguei só matéria... ou então só matéria num horário, sabe? Semestre passado eu peguei só matéria à tarde. Aí eu tinha a manhã livre. Aí eu ficava amanhã com ele, arrumava as coisas. Depois eu deixava ele na casa da minha mãe pra vir pra cá à tarde. E aí esse semestre eu fiz diferente. Eu tô pegando, por exemplo... hoje eu passei o dia aqui. Aí almoço, atendo os pacientes. Quinta-feira eu também tenho dois pacientes, que é o dia que eu venho. Aí sexta-feira eu tenho supervisão de estágio, tenho reunião de pesquisa. Então eu tentei concentrar tudo nesses três dias, né? Eu venho para a UNB segunda, quinta e sexta. Mas também é o dia [inteiro] aqui.

E por exemplo... você deixa seu filho com a sua mãe para você vir e fazer coisas da UNB e tudo mais. E para outras coisas que não são relacionadas ao estudo, ao seu estágio, você também se sente a vontade de deixar ele com a sua mãe?

Aí eu não me sinto a vontade porque eu já acho que é demais, né? Ela também já tem o meu irmão... Então todo final de semana eu tô com o Gael, no dia que eu não... por exemplo, eu saio daqui e vou pegar ele, aí amanhã ele não vai porque ele vai ficar comigo.

E quando ele está em casa, como é que você administra o tempo? Porque é isso, você está aqui na UNB, mas em casa você também tem coisas para fazer da UNB. Você consegue fazer com ele ali ou ele tem que dormir?

Ele tem que dormir. Ele é uma criança muito, muito saudável, graças a Deus. Então ele gosta muito de atenção, então quando a gente está ali brincando, tem que ser brincando mesmo, olhando para o rostinho dele, interagindo... mas ele também sempre dorme à tarde. Então eu aproveito esse momento... ele dorme uma, duas horas a tarde, então eu já aproveito pra fazer alguma coisa que eu tenho pra fazer no computador, por exemplo. É impossível fazer coisas no computador em casa... até dá... Eu boto ele pra, por exemplo, pra eu fazer uma comida... eu boto ele pra sentar, assistir um desenho. Aí ele vem ali em mim... mas é uma coisa que tem como eu parar e olhar, né? Às vezes, em reunião online, às vezes não dá. Então eu prefiro botar ele pra dormir. Mas ele assim, ele tá bem esperto. Agora ele tá com 3 anos, né? Então ele é bem funcionalzinho. Quando eu converso com ele direitinho, ele sabe que tem que esperar. Já está melhorando essas questões assim, né?

Hoje, o que você recebe de auxílio da universidade? Você participa de algum programa da DDS, por exemplo?

Eu tenho o alimentação, né, que é para eu poder almoçar no RU. Aí todos os dias que eu venho pra cá eu almoço. Tem dias que eu janto também, mas às vezes eu prefiro até ir embora porque demora. Aí às vezes eu prefiro até ir embora mesmo. E eu recebo o socioeconômico. Aí tinha o creche, só que o creche eu nunca consegui ele. Eu só consigo ele nos emergenciais. Aí ano passado abriu, né? Aí eu consegui, ele ficou lá, acho que foi cinco meses, na escola. Foi muito bom. E aí esse ano eu consegui de novo. Só que foi esse mês agora de novembro que eu pedi o emergencial e entrou, só que foi o valor todo. Aí o Gael vai fazer 4 anos em fevereiro, então automaticamente ele vai entrar pra escola, né? Então eu vou aproveitar pra comprar material escolar, bolsa, umas roupas, um tênis pra ele poder ficar indo pra escola. Porque eu acredito que ano que vem ele tem que estar obrigatoriamente lá, né? Aí eu vou em janeiro... eu já fui na escola, eles falaram que eu tenho que ir dia 3 de janeiro lá. Pra ver, né? Aí eu vou lá de novo.

O seu vai ser a escola pública ou vai ser aquele cartão creche que eles estão trabalhando, você sabe?

Não sei.

Não? Porque eles têm uma modalidade também que é a modalidade do cartão creche, que é com instituições privadas conveniadas com a Secretaria de Educação. Mas aí eles marcaram com você na Secretaria de Educação ou na escola?

Na escola.

Ah tá, então você deve ter conseguido a vaga.

Pois é... eu queria uma perto da casa da minha mãe também, porque querendo ou não, no semestre que vem ainda, até o meio do ano, ainda vou estar correndo com as coisas aqui da universidade, né? Ainda mais no semestre que vem... aí que eu vou correr mesmo, que eu preciso formar, vou fazer as obrigatórias que faltam e mais um estágio pra fechar. Aí eu acho que eu formo no meio do ano que vem.

E o auxílio socioeconômico, por exemplo, ele te ajuda com relação a essa questão do dia a dia? De alimentação? De questões da universidade mesmo?

É mais em relação a alimentação mesmo, porque por mais que eu almoce aqui, não é todo dia e aí também eu, por exemplo, vou fazer compras, né? Ele entra no início do mês esse dinheiro, então geralmente eu vou, faço uma compra no mercado, compro umas frutas, levo um pacote de arroz pra minha mãe, sempre tento ajudar... porque às vezes realmente não tem como eu ajudar tanto, né? Compro produto de limpeza, geralmente, lá pra casa... é o que eu mais compro porque geralmente ele acaba comendo lá, né? E eu também acabo comendo na rua. E o Gael eu desfraldei ele tem uns três meses, mais ou menos. De vez em quando ele ainda dá um mole ainda, mas diminuiu muito o gasto. Aí eu compro só lenço ainda porque eu ainda não consegui desapegar pra migrar... aí eu compro só lenço pra ele e eu desconfiava que ele era intolerante a lactose. Aí eu comecei a comprar tudo zero lactose. Só que depois eu fiz um exame nele e ele não tem intolerância a lactose, aí voltei a comprar as coisas normal. Aí eu compro uma caixa de leite... ele bebe leite de manhã e de noite né, porque ele gosta de mingau ainda. Mas é mais isso assim... por exemplo, ele está com diarreia hoje, ele está ruim da barriga, aí eu tenho que comprar remédio. Então geralmente é com esse dinheiro, né?

E assim, se você for pensar em você como mãe, mas em outras mães também, né? O que você acha que falta por parte da UNB? O que a UNB poderia fazer? Tem alguma coisa que você, como mãe, pensa: poxa, se tivesse tal coisa na UNB seria bem melhor pra gente. Ou não? Você acha que a UNB já tá fazendo o que é possível?

Eu sou muito grata, a UnB me ajuda muito com esses auxílios... eu acho que se não tivesse eu já tinha desistido e ido trabalhar de marketing... meu Deus, é horrível. Mas eu acho que a gente poderia ter um espaço... não pra deixar todo dia, mas pelo menos uma vez, uma emergência, uma coisa. Porque, por exemplo, a gente que tem um filho pequeno e deixa com alguém, as vezes a pessoa tem que resolver alguma coisa, tem algum imprevisto né? Seria interessante.

A psicologia não tem nenhuma iniciativa?

Eu lembro que uma época quando eu tava grávida, vieram até falar comigo sobre isso, que iam fazer uma creche aqui dentro. Aí eu falei assim, gente será? Só que eu nunca vi pra falar a verdade. Onde é que é isso?

Tem o posto de gasolina, aí tem a maloca. Depois tem o PIJ, que é o Programa Infante Juvenil. É uma escolinha para crianças, só que lá é pago. Entre a Maloca e o PIJ estão construindo a creche pública. Já está a obra lá. Mas assim... não consegui ainda ter acesso ao documento, sabe? Mas imagino eu, pelo que eu já tenho lido sobre creches dentro de universidades, que vai ser no estilo... como se fosse... igual tem hospital-escola, como se fosse uma creche-escola, para desenvolvimento de pesquisa também. Então... é ensino, pesquisa e extensão juntos nesse espaço.

Ah, isso é interessante. Todo mundo ganha.

E aí tá tendo essa construção, acho que no que vem deve ficar pronto.

Bem no ano que eu vou sair.

Bem no ano que você vai sair, exatamente. [risos] Mas eram essas as minhas questões...

Nossa, eu já fiquei assim: meu Deus, não é possível. E, às vezes, dá até um sentimento de culpa, sabe? Por exemplo, que nem eu falei... o meu curso está bem atrasado. A maioria das

peessoas que entraram junto comigo já estão formadas, todo mundo atuando. E eu fico: meu Deus, eu me atrasei muito. Só que agora eu já estou me respeitando mais, vendo a minha trajetória e tudo bem. Estou aprendendo a lidar mais com isso, sabe? Porque no início eu tava sofrendo muito, eu me sentia muito fracassada.

Você acha que o seu curso te ajuda com isso?

Ah, sim. Eu acho que a psicologia é muito boa em relação a isso, é muito humana. Depois que eu voltei também, eu peguei umas matérias, né? Eu peguei uma matéria sobre maternidade e paternidade. Então é bom até pra essas questões mesmo de entendimento, de como funciona.

E o que te fez escolher esse curso?

Então, eu sempre gostei da psicologia. Eu lembro que quando eu era adolescente também, acho que eu tinha uns 15 anos, não sei, o meu pai me levou no Adolescentro, daqui da asa norte. E aí eu lembro que eu fui lá e comecei a conversar com uma mulher e tal, e eu achei ela legal e fiquei pensando: nossa, eu quero ser assim também, quero ajudar os adolescentes, não sei o quê. Hoje em dia eu fujo de adolescentes, na verdade.

Sim, você prefere a faixa etária de criança?

É, eu prefiro criança. Mas eu atendo adolescente também, mas criança é bem mais... Me sinto mais segura. Mas é muito bom. Acredito que trabalhar com criança também me ajude muito na maternidade. Eu fiz um estágio também com crianças autistas, então muito do manejo que eu via eu ficava pensando: nossa, toda criança devia ser tratada assim, tipo, com respeito. Por exemplo, vou limpar seu nariz, vou limpar seu nariz, avisar, né? Essa questão mesmo. Então acredito que isso tenha me ajudado muito também com a maternidade.... O pessoal fala agora que tem a maternidade positiva, né? Eu não entendo nada disso. Eu sei que eu não agrido, né, meu filho. Tento muito conversar com ele, mas... Também não julgo, porque é muito difícil. Às vezes é... Agora ele está naquela fase de se jogar no chão, sabe? Fazendo bastante birra. Então... Mas aí eu percebo que é uma coisa que eu que tenho que trabalhar porque ele já tá na frustração dele... Se eu ficar frustrada também, a gente não sai dali, é um ciclo eterno. Então é isso, né? Todo dia... E também, depois que eu fui mãe também, eu entendo muito a minha mãe. A gente fala isso... é um clichê, né? Mas realmente, eu entendo muito a minha mãe. Por exemplo, ela fica falando que filho é ingrato, não sei o quê, que não sei o quê. Que os filhos dela é tudo ingrato, ela fala. Aí agora ela vai viajar e vai levar o meu filho. E eu estou sofrendo muito. E ele olha pra mim e fala: ai mãe, eu vou ficar com saudade, mas eu ligo. Ele não tá nem aí. E depois disso eu fiquei também pensando, né, sobre isso de maternidade, porque a criança que eu fui mãe pela primeira vez era um recém-nascido. É diferente da criança que eu sou mãe agora e ele é diferente e eu sou diferente. Então, eu tô, eu tô sempre me... tentando não ficar me cobrando tanto porque é a primeira vez que eu sou mãe do Gael com três anos. E vai ser a primeira vez que eu vou ser mãe dele aos quatro anos, então é...

E as fases vão mudando e a gente vai aprendendo junto a lidar com esse ser que está em formação.

E quando ele está berrando, eu sempre falo: é muito fácil eu amar ele quando ele está fofinho, me obedecendo, é muito fácil, mas eu tenho que amar ele em todos os momentos... e eu amo né? Quando ele está nervoso... e ele é muito engraçado. Ele dá o chique dele, se joga no chão, aí bate... Aí depois ele fala bem assim: mãe, eu tô mais calmo agora. Então ele mesmo identifica que ele estava nervoso. Então ele também está aprendendo, né? Às vezes eu falo: ai filho, eu si... eu também às vezes eu tenho vontade de fazer isso bem aí, de me jogar no chão e espernear. Então é muito isso, né?

Mas é isso, mulher. Mais alguma coisa que você gostaria de colocar?

Acho que só isso mesmo.

Muito obrigada.

APÊNDICE C - Entrevista transcrita da estudante Carla

Como que foi a descoberta da sua gestação?

Então, a descoberta da minha gestação foi um período muito difícil pra mim, porque eu tava no meu terceiro ano de ensino médio quando descobri minha gravidez. E eu me envolvi com uma pessoa na qual eu tentava superar essa pessoa a todos os custos. Então, eu fui me envolver com outras pessoas pra tentar esquecer uma pessoa do meu passado. E foi nessa que eu engravidei. Eu engravidei na primeira vez que eu o vi. Hoje ele é meu marido, mas ele era um menino, ele tinha 16 anos e eu tinha 17 anos na época. E aí foi uma coisa muito conturbada, porque eu sempre fui uma menina muito centrada. Meus pais não me viam como uma pessoa de sair, de beber, de... eles achavam que eu era virgem. E aí foi muito difícil pra mim e no momento eu não aceitei. Foi o primeiro teste de gravidez que eu fiz e já deu positivo assim, de cara, na minha primeira relação com uma pessoa que eu nem conhecia. E assim, realmente foi muito difícil, eu passei por situações assim que é tanto que quem contou pra minha mãe não foi eu, foi a psicóloga por que eu tentei suicídio. Eu fui parar no hospital. Eu pesquisava todo momento aborto, CITOTEC porque a gente quando tá num momento fragilizado, a gente procura todos os recursos que tem. E aí eu fazia várias pesquisas na internet sobre onde comprar, sobre onde encontrar, só que eu não encontrava nada. E aí não tinha pessoas que também poderiam me proporcionar um remédio, nada. E aí eu falei, eu só preciso abortar essa criança ou eu preciso morrer porque eu não vou ter mais vida.

Isso antes de contar ou depois?

Antes de contar... E aí eu ficava com aquilo na minha cabeça... logo agora... eu não estudava com frequência pro PAS, pro ENEM, não estudava com frequência. Mas assim, logo na época que eu engravidei eu fazia uns cursinhos que eles ofertavam na rede pública. Eu sempre estudei na rede pública e aí todos os sábados existia um programa chamado Emancipa. E aí eu ia pra esses cursinhos, só que eu fui dois, três sábados e aí logo eu descobri minha gravidez. Então foi a tona pra mim. E aí eu peguei um dia, assim, no auge mesmo, desesperada, tomei vários remédios, só que assim que eu tomei os remédios, eu não sei, acho que me bateu um arrependimento, alguma coisa muito forte e aí eu cheguei chorando, era de noite, cheguei chorando pra minha mãe e meus pais que são casados ainda ... morava eu, minha mãe, meu pai e meu irmão... e aí eu cheguei desesperada falando que eu tinha tomado um bocado de remédio que eu tava tentando me matar. E aí assim que eles descobriram, já me levaram diretamente pro hospital, já fui entrando naquela UTI de emergência e aí eu fiquei lá sozinha porque não podia ficar ninguém comigo porque era uma UTI... e aí quando chegou lá eu lembro que uma pessoa, acho que fazia residência, era um estagiário, fazia residência de medicina veio me perguntar o que tinha acontecido ... Enfim, fez várias perguntas e aí eu não sabia nem responder. Em momento nenhum falei que eu estava grávida. E assim, foi muito difícil. Aí até que pelo fato de ter sido uma ocorrência de suicídio, eles chamaram a psicóloga para conversar comigo, marcar um atendimento na rede pública mesmo. E aí chegou uma psicóloga e conversou comigo, perguntou porque eu tinha feito e assim eu sou uma pessoa que eu não me abro muito com as pessoas... é tanto que esse é um assunto que realmente poucas pessoas sabem... só realmente as pessoas que estão muito próximas a mim porque não é um assunto que eu gosto de falar até porque hoje eu não me arrependo da minha filha em hipótese alguma e eu jamais teria feito isso ... então assim é um assunto muito delicado, mas aí eu contei e eu não sei porque eu tive essa abertura com essa psicóloga... e eu sempre tive uma trava muito grande de poder contar minhas coisas para as pessoas... é tanto que hoje eu sei que eu preciso de terapia para tentar superar as coisas que eu já passei e que eu passo atualmente, mas eu não consigo ter uma abertura e eu nem consegui marcar um psicólogo. E aí eu peguei, conversei com essa moça, com essa psicóloga, e aí falei que eu tinha

engravado, mas que eu não queria ter essa criança porque eu achava que minha vida ia acabar, eu tava no meu último ano de ensino médio, minha mãe trabalhava na escola que eu estudava, era dos serviços gerais... mas assim... pra mim seria uma... acabou minha vida porque eu gostava de outra pessoa. Eu realmente fiquei com uma pessoa só pra tentar esquecer outra e já engravidei. E aí foi muito difícil... é tanto que ela falou: olha, você não precisa pensar dessa forma porque todas as pessoas acham que precisam se formar no ensino médio, entrar na faculdade, casar, ter filhos e a vida não é assim. Tudo tem que ser um tempo. Não é porque você engravidou que você não vai fazer uma faculdade. Não é porque você engravidou que você não vai ter um futuro. Então você não precisa pensar dessa forma. Ela me deu um norte muito grande e aí ela perguntou se eu queria contar para os meus pais. Eu falei que eu não me sentia à vontade porque realmente não tinha norte. E aí ela mesma falou: eu posso contar então? Eu falei, tudo bem. Aí ela chamou eu e minha mãe para conversar na sala e aí foi quando ela contou. Só que meus pais meio que já sabiam porque o meu irmão descobriu a senha do meu celular e foi nas pesquisas da internet. Nas pesquisas da internet, estava tudo lá: Citotec, como fazer, como fazer um aborto, tudo. Então, eles descobriram dessa forma. Então, eu creio que eles aceitaram mais a minha gravidez pelo momento frágil que eu estive... por ter tentado um suicídio, por estar num momento fragilizado. Então, eu creio que a aceitação deles foi mais tranquila por esse fato, de eu já estar fragilizada. Eu tive outro atendimento com o psicólogo. Só que, desde então, eu nem lembro o que aconteceu que eles iam marcar um retorno e aí nunca mais fui em nenhum psicólogo. Essa foi a única psicóloga que eu conversei nesse dia. Então a minha gravidez foi muito conturbada nesse sentido e aí eu não fiquei com o pai da minha filha a princípio... nós éramos muito novos. E assim, ele queria curtir, ele queria essa vida de adolescente, de curtidão, de festa e eu já... já tinha um... um olhar diferente. Eu já tinha meio que um olhar de mãe mesmo, de querer proteger a minha filha, de querer ficar só com a minha filha, de querer crescer, estudar e poder ter um futuro, né? E aí, assim, a minha vida foi muito conturbada nesse sentido porque eu realmente estava, assim, desacreditada de PAS, de ENEM. Eu falei, gente, isso aqui pra mim não vale de nada, porque eu sei que eu não vou entrar. É um lugar que eu tenho certeza que eu não consigo entrar. E aí eu inclusive entrei e eu lembro que eu fui fazer minha prova do PAS e eu não pedi nem atendimento especial. Era a última prova do PAS, eu tava de 8 meses, eu fiz ela lá na UNB do Gama. E aí, inclusive, eu tinha discutido com meu irmão dentro do carro, esqueci minha garrafinha de água. Aí eu fui no lixo, peguei uma garrafinha de água que tinha transparente lá, lavei e levei. Não tinha pedido atendimento especial. E assim, as pessoas estavam me olhando com aquele barrigão, sabe aquele olhar de julgamento? Você sabe que é um julgamento... Mas foi tranquilo... eu falei: ah! eu fazer minha prova, pronto, acabou. Se eu não passar tudo bem, eu já sei que eu não vou passar, o não eu já tenho e eu tô tentando conquistar o sim, né? E aí, quando saiu o resultado do PAS, eu fiz assim... Eu tava de 7 pra 8 meses. Quando saiu eu ainda não tinha ganhado neném... saiu uma semana antes de eu ganhar neném o resultado do PAS de 2020. E aí, assim que saiu o resultado, eu fiquei... Gente, eu acho que... Não, eu não passei... porque eu não vi lista. Eu só coloquei meu nome e tava lá: convocado pra primeira seleção. Só que eu não sabia. Eu não tinha norte. Eu mandei mensagem pra amiga minha, que inclusive essa amiga minha entrou depois na universidade e passou pela mesma coisa que eu praticamente. É mãe hoje da universidade. E ela inclusive tava no grupo. E assim, ela foi o meu norte, realmente. A gente se conhece desde a educação básica e eu fico assim vendo o tanto que minha história também reverberou nela depois que ela entrou na universidade porque ela engravidou aqui dentro. Então assim, foi muito conturbado também. E aí eu mandei mensagem pra ela: Ketelin, me ajuda. Será que eu passei lá? E ela: você passou. E eu falei: como que eu passei? Não tem como eu ter passado. E aí eu ficava... gente, e agora? Como é que eu vou ter uma filha agora? E eu já tenho que, no mês que vem, estar estudando... vou entrar com a licença maternidade. Aí fui, fiz tudo certinho,

peguei a licença maternidade, mas assim... Quando a nossa vida é pra se construir parece que Deus... Eu acredito muito em Deus, então eu acho que a minha vida foi totalmente construída por Ele e tudo aconteceu porque realmente tinha que acontecer. Porque assim que eu ganhei ela... eu ganhei ela em fevereiro e as aulas começavam na primeira semana de março. Aí a FE ficou uma semana fechada, lá na Faculdade de Educação, porque eles estavam em manutenção. Então ficou uma semana fechada. E logo quando fechou, veio a pandemia. Então decretaram o fechamento de tudo. Não precisei entrar com a licença maternidade. Eu falei, já que eu não vou precisar entrar com a licença maternidade, eu vou tocando o semestre e no próximo semestre eu continuo. Porque eu ainda tinha uma rede de apoio porque eu morava com os meus pais. Então, minha mãe sempre me apoiou muito a estudar, mesmo não estando com o pai da minha filha. A gente não tinha mais relações, a gente não tinha mais contato nenhum. A gente realmente... eu só engraidei e a gente não ficou junto em momento algum. E aí, assim que eu entrei, veio a pandemia. Aí quando minha filha tinha 5 pra 6 meses, veio o remoto. Eu fiquei 2 anos no remoto. Ou seja, eu curti a infância da... Não a infância, mas os primeiros passinhos dela tudo em casa porque eu estudava em casa, era difícil, muito difícil, porque era na pandemia. E assim... querendo ou não eu tinha uma rede de apoio que era minha mãe, mas eu tinha que amamentar e as vezes a minha filha queria... Eles não pedem assim, ah! Eu quero mamar daqui duas horas. Não, é na hora deles... Então eu precisava parar pra poder amamentar ela. Inclusive, eu entrei com ela recém-nascida, então com cinco meses que eu comecei as aulas. Toda a minha turma que entrou junto comigo viu minha filha crescer. Tanto que quando eu trouxe ela para o presencial o povo ficava assim: gente, não é possível. Tão grande assim, não dá pra acreditar... porque teve um trabalho que eu fui apresentar online. E aí, eu apresentando, e nisso eu já tinha voltado a morar com o pai dela. Porque é o seguinte... quando minha filha fez um ano, ele tinha amadurecido mais e a gente se gostava, acho que a gente foi criando um afeto, né, depois que a gente teve filho. E aí quando ela fez um ano, na festinha dela de um ano, deu um ano e um mês, a gente começou a conversar. E aí a gente quis reatar o nosso romance que a gente nem tinha tido, né? Não tínhamos a oportunidade de ter esse romance, mas a gente começou, a gente voltou. Meu pai era super contra ele, não gostava realmente desse tipo de coisa... por causa que ele realmente tinha outras visões, visões de festas, visões de... outras visões totalmente diferentes. E eu não sei o que foi que ele mudou assim, da água pra vinho.

E nesse primeiro ano, ele se fazia presente ou não?

Não era presente. Assim, ele acompanhava em alguns momentos. Vamos supor... às vezes ia lá em casa, via ela. Mas assim, não dava suporte algum, nada. Tanto que eu não queria nada dele. Eu nunca pedi pensão, porque eu falava, eu não quero que você pague pensão eu quero que você seja o pai. E assim, eu não quero dinheiro da sua família, eu não quero dinheiro de nada porque ele também não vem de uma família muito bem estruturada, ele foi criado com os avós. Então já não é uma família muito estruturada... como é que eu vou querer cobrar algo dele sendo que nem ele tem? Então eu falava: eu não quero dinheiro, eu não quero nada, mas eu quero que você seja pai. E no momento ele não estava sendo pai, e aí quando minha filha que fez uns 5, 6 meses eu falei: olha, você está proibido de ver ela, você não vai mais ver porque você não tem responsabilidade, você quer uma vida que infelizmente a gente não quer. E enquanto você não mudar, você não vai ver ela. E se você continuar dessa forma, eu sinto muito, mas eu vou entrar na justiça e vou pedir a pensão porque se você não faz o mínimo, eu preciso pelo menos de algum custo pra me ajudar a custear as coisas dela. Porque até a ecografia foi tudo os meus pais que pagaram. Ele nunca arcou com nada, nada, nada. E como eu tava no ensino médio, eu nunca tinha trabalhado. Já fui jovem aprendiz aqui no CEBRASPE, mas assim, um pouco período.

E você não conseguiu fazer o pré-natal na rede pública?

Fiz. Só as ecografias que eu não conseguia, porque demorava muito o sistema do SUS, né? E aí eles pediam encaminhamento pra daqui uma semana, duas semanas, então todas as ultrassonografias foram todas particulares. Inclusive, teve uns exames aqueles de glicemia que eu não fiz, porque eu não tinha como custear. E aquela... tinha uma ultrassom também que acho que era 3D... a morfológica não fiz também porque era muito cara e eu não tinha como custear... e quando eu comecei na universidade eu acho que eu perdi muito porque eu comecei no remoto. Eu não sabia que existia auxílio, eu não sabia que existia projeto de extensão, eu não sabia que a gente que pedia nossas disciplinas. Então eu entrei bem leiga. Eu fui começar a descobrir que existia até uma DDS depois de dois anos, que foi quando eu comecei o presencial. É tanto que a minha solicitação só foi deferida no meu quarto semestre. Foi quarto semestre ou foi sexto? Foi no ano passado, no final do ano porque eu nunca tinha, não tinha um norte de como fazia, de como pedia, não sabia que tinha assistência pra gente. Então assim, eu entrei muito leiga. É tanto que no período remoto a única coisa que eu consegui foi, acho que o auxílio digital, que eu não tinha notebook. E o auxílio emergencial, mas eu não sabia que tinha auxílio creche e nem outro tipo de auxílio. Esse auxílio emergencial eu achava que era justamente por conta da pandemia, pra poder ajudar a gente. E ele eu consegui por seis meses, né? Mas até então eu não sabia e eu vim saber mesmo quando eu entrei na UnB. E aí depois desse um ano que eu fiquei com o pai da minha filha, a gente pegou e... A gente começou em março, quando foi em setembro, a gente... O vô dele cedeu uma kitnet pra gente morar. E aí a gente começou a morar junto. Só que desde então eu já tinha começado... Já tinha começado? Não. Eu ia começar o presencial já no próximo semestre. Só que ele não tinha trabalho fichado. Ele é uma pessoa muito nova, ele tava tentando entrar no exército e todas as portas foram fechadas no exército. Ele foi até a última etapa e assim, chegou no último dia, só podia peixada e aí a gente perdeu muito porque a gente tava tentando fazer com que ele entrasse no exército, então ele perdeu várias oportunidades de emprego e aí não conseguiu e aí ele já tinha feito 18 anos, não conseguia mais emprego e ele ficava fazendo bico de lava jato, entre um lugar e outro. E aí eu sei que a gente pegou e foi morar nessa kitnet, a gente ficou lá até mês passado, mês passado que a gente se mudou, que a gente conseguiu.

Quantos anos tem sua filha agora?

Três anos. O primeiro ano dela foi só eu e meus pais.

Com que idade que ela estava quando você foi morar junto com o pai dela?

Ela estava com um ano e três meses. Agora que ele já está mais familiarizado com ela, porque aqui já tem dois anos que nós estamos juntos, mas a gente só foi se reestabelecer mesmo agora, de levantar mesmo, de ter uma ajuda, alguma coisa assim agora. Eu era CLT quando eu entrei. Assim que eu entrei na UNB, eu arrumei um serviço de recepcionista e aí eu era CLT. E aí eu trabalhava, só que eu pagava alguém pra ficar com a minha filha, porque não tinha creche, ela ainda era muito nova pra conseguir creche.

E realmente, mesmo sendo mãe, eles... Tipo assim, eles veem tudo. Se você mora com a sua família, se você não mora, se você trabalha fichado, se você não trabalha pra você poder conseguir, quantidade de filhos.

Sua mãe trabalhava? Como que ela conseguiu te ajudar na pandemia?

Na pandemia ela ficou em casa porque ela trabalha em escola, de serviços gerais em escola. Então ela não ia... ela ficava, na verdade, meio período. E eu trabalhava na academia de recepcionista só meio período também. Então no período que eu não estava, ela ficava. Só que quando voltou às aulas e passou o período da pandemia, ela teve que voltar a trabalhar e eu tinha que deixar minha filha com alguém. E assim o pai dela ficava fazendo os bicos dele e a gente ainda não tava junto. E aí eu pagava uma amiga minha pra ficar com ela.

Na sua casa ou aqui na UNB?

Na casa dela.

Ela morava perto de você?

Isso, numa quadra abaixo.

Você estava falando agora a pouco do PIJ. Eu sei que cada uma vai ter uma visão, mas pra sua dinâmica, o que você acha que é melhor? Um espaço que a criança pode ficar perto da sua casa ou dentro da universidade, como é o caso do PIJ ou da creche que está sendo construída? Então, no meu caso, eu vejo eu como mãe e hoje como trabalhadora também, porque só com os auxílios não é possível a gente se sustentar, a gente sabe disso. Para você cuidar de uma criança hoje em dia, uma pessoa cobra no mínimo 50 reais. E assim... eu precisava de outro emprego porque eu comecei a morar só.

É 50,00 por turno?

Por turno. Então eu precisava pagar, mas as vezes eu fechava os pacotes. Tipo assim, essa minha amiga, ela não estava trabalhando, então ela me cobrou um valor alto, só que eu falei, olha, esse valor eu não consigo te pagar, eu consigo te pagar 350, pode ser? Pra você ficar com ela só de manhã e quando der uma hora eu vou buscar ela... ela falou: ótimo. Eu pagava 350 na época para a Bia ficar. E aí, assim, como trabalhadora, eu prefiro que seja uma instituição perto da minha casa, porque eu preciso trabalhar, e assim... para mim poder descer e subir, porque eu trabalho aqui perto da UnB, nessa creche Cabo Frio. Só que assim, em questão de locomoção não é viável, mas olhando para as outras mães, eu creio que o PIJ seja um local adequado porque tem muitas mães que realmente não querem também deixar os seus filhos em creches, né? Mas que precisam estudar e que também tem aquele... aquele... aquele pé atrás de deixar com pessoas desconhecidas. Eu acho que um local aqui dentro da UNB adequaria. Por quê? Porque elas estão aqui... não são todos os dias. A gente tem uma grade muito diversificada. Então, igual eu, tenho só dois dias de disciplinas. Então eu só traria ela dois dias, os outros três dias seria pra ficar com ela, porque a gente precisa dar uma atenção. Então eu creio que pensando em todas as mães, o local ideal seria realmente o PIJ porque todas as disciplinas são muito diversificadas, os cursos também. Tem gente que pega matéria de noite, tem gente que pega de manhã, de manhã e de tarde. Então eu creio que o PIJ seria a melhor alternativa ou uma creche aqui mesmo para as mães.

Desde que você começou a morar junto com o pai da sua filha, como que tem sido essa questão de rede de apoio? Porque você me falou no primeiro momento da sua mãe, aí você me falou da pessoa que você paga para ficar com ela... mas como que é essa questão da rede de apoio para você dar conta da criança, da faculdade, dos afazeres domésticos, de todas essas funções?

É muito complicado porque eu como mãe, inclusive ontem eu postei uma postagem que, meu Deus, eu fiquei... E por incrível que pareça, todas as pessoas que comentaram essa postagem eram mães. Porque eu saio às 5 horas da manhã e aí eu tento pegar disciplinas o dia todo porque eu já adiantei todo o meu curso e era para me formar agora, um 146º semestre antes. Só que eu não quero atrapalhar as coisas, eu quero deixar a minha grade no tempo certinho e também poder desfrutar de outras coisas da universidade, por exemplo, a residência pedagógica que surgiu agora no campo da pedagogia. E assim, eu vejo que eu destinei muito tempo de toda a minha graduação para trabalhar e sustentar minha filha. Ou seja, depois desses dois anos de pandemia, eu não consegui dar atenção para ela. Porque eu tentava focar o máximo na universidade, me cobrava demais, me cobro até hoje. É tanto que eu consegui umas horas de optativas no projeto de extensão que eu faço parte que eu nem sabia que isso iria covalidar... tanto que eu nem sabia que eu poderia me formar nesse 146º semestre.

Você sentia culpa?

Muita!

Sua postagem é sobre isso?

É justamente sobre isso, porque eu saio às 5 horas da manhã e o que eu tento fazer para tentar dar uma atenção maior para a minha filha? Pegar a disciplina o dia todo, para eu poder ter três dias livres para poder ficar com ela. Então eu tento fazer o meu estágio de manhã, só que eu estou justamente tentando entrar na residência pedagógica, porque na residência a gente vai trabalhar duas vezes e ganhar bolsa de estudante de 700 reais. Porém, vai ser na Santa Maria, que é onde eu moro, vai ser também só dois dias, ou seja, dois turninhos. Aqui eu trabalho todos os dias. Eu não consigo dar uma atenção muito grande pra ela porque querendo eu não sair de casa cinco horas e volto pra casa e lá pelas 3, 4 horas. É uma atenção? É, mas não é muita atenção que eu consigo dar. Então... na segunda-feira eu tenho aula o dia todo. Ontem eu saí 5 horas da manhã, cheguei 11, vi minha filha dormindo, cheguei e vi ela dormindo e não consegui nem dar um abraço, um beijo, nem ouvir a voz dela. Então, isso pra mim é muito doloroso, sabe? A gente não conseguir nem ver nosso filho, falar um oi, porque chega e já tá dormindo. E a rede de apoio mesmo que eu tenho, por enquanto é o meu companheiro... agora que tô vendo se ele vai arrumar um emprego fichado, com fé em Deus. Mas assim, nos momentos que ele não tá fazendo bico, ele fica com ela geralmente à noite... e aí quando ele não pode ficar, quando ele tem algum bico pra fazer, a minha mãe é a minha rede de apoio para eu poder estudar porque o meu curso é noturno. Então para eu conseguir alguém para olhar minha filha no noturno é muito difícil.

Então essa pessoa que você paga não é para ficar com ela de noite?

Não. Porque ela não tem... Ela não... Acho que ela... Não sei nem se ela estuda de noite, a Bia, mas enfim, não, você não encontra. Ainda mais por esse valor, porque de noite eles veem que o trabalho é dobrado, então quem me ajuda de noite é minha mãe, porque a minha mãe está em casa. Então graças a Deus eu tenho essa rede de apoio. E a família do pai dela, às vezes. Eu também não gosto de deixar muito lá, por umas questões pessoais também porque eles mexem com coisas que eu não gosto, então a gente tenta evitar o máximo, então a gente só deixa lá realmente quando a gente não tem outra alternativa. Mas também tem a madrinha da minha filha que é uma amiga minha, que às vezes ela fica, mas assim, rede de apoio mesmo assim, pra falar que eu tenho é a minha mãe, porque ela me ajuda realmente em todos os momentos. Eu tô fazendo parte de um projeto de extensão aqui da UnB, então todos os domingos eu preciso estar em trilhas e assim não posso levar criança porque essa trilha tem muitas, muitas subidas... enfim, então eles aconselham a não levar. E aí o meu companheiro precisa ir comigo porque ele precisa dirigir, e aí com quem que a gente deixa ela? Então minha mãe sempre está ali pra me ajudar. Às vezes ela viaja, aí eu tento achar essa outra alternativa, que seja com a Madrinha ou que seja com alguma outra pessoa. Mas é muito difícil, assim, eu fico pensando pra quem não tem, né? Porque graças a Deus eu tenho a minha mãe que me ajuda, sim, horrores. E eu não sei se é porque a primeira neta também... eles são muito apegados, né? Porque eles ficaram um ano com a minha filha, ela viveu ali. Então, assim, graças a Deus a minha rede de apoio é maravilhosa em questão da minha mãe... e do meu pai também. Mas assim, pra quem não tem rede de apoio, às vezes eu olho aquele grupo e eu fico quase querendo chorar por umas mães que não conseguem... querem estar aqui, enquanto tem gente que tá aqui dentro e não querem nada, não querem estudar, não querem crescer, não querem nada, só querem ficar em C.A. e nessas festas, enquanto tem gente que só tá querendo uma oportunidade pra poder se formar e criar algo pro seu futuro, pro futuro do seu filho, né? Tem gente que não consegue porque realmente não tem uma rede de apoio. E assim... eu fico muito triste com isso, né? Muito, muito triste. Às vezes eu chego assim, gente, mas eu fico assim olhando, às vezes passando no ICC, porque eu quase não ando aqui, né? A minha faculdade é lá... E eu fico, nossa, mas são tantas pessoas assim que perdem tanto, né? Perdem a vida aqui... eu conheço uma vizinha minha que ela veio do Piauí cursar engenharia, aí engravidou na UNB e aí desistiu do curso. O filho hoje vive com os avós lá pro Piauí, tem unb dez anos, nunca viveu com ela e agora ela... Como não conseguiu terminar a

faculdade dela, foi jubilada. E agora voltou em outro curso e eu fico, gente, mas perder dez anos nessa vida, será que compensa? Por uma coisa assim que, né? Querendo ou não, ela tinha meios de apoio, ela tinha como se sustentar aqui dentro da universidade. E simplesmente deixou passar enquanto tem pessoas que realmente querem estar aqui dentro, mas não têm condições.

E você conseguiu viver isso aqui, né? Estágio, extensão...

Nossa, eu tô vivendo. É por isso que eu me cobro demais, porque às vezes eu quero tentar fazer tudo da universidade porque eu não fiz no remoto, eu não conhecia nada, então eu tento buscar o máximo de oportunidades, de abraçar todas as oportunidades, tanto que essa residência eu vou tentar fazê-la, eu vou conseguir, com fé em Deus... hoje foi a entrevista da residência... e até pra mim dar mais atenção, porque eu pegando a residência só dois dias eu vou poder ficar o dia todo com ela, dar uma atenção maior pra ela. Agora eu tô em fase de TCC já também, então assim, eu sei que vai ser mais puxado, mas... Se eu ficar no estágio remunerado eu tenho certeza que eu não vou dar conta, não vou conseguir porque eu não vou ter tempo para cuidar dela, porque tem trabalho das outras disciplinas, tem TCC, tem casa, tem tudo, e assim... é inviável, inviável, tanto que eu já tô tentando procurar outra coisa para eu não ficar tão prejudicada com esse dinheiro que eu vou perder, porque eu tento fazer esse dinheiro justamente para tentar me custear também, porque querendo ou não só o dinheiro dos auxílios, eu recebo os dois auxílios da UNB, eu recebo o socioeconômico e recebo o auxílio creche. Assim, se eu ficar só com eles, dá para mim sobreviver? Dá. Mas não dá para mim pagar tudo que eu tenho e ainda dar um luxo que eu posso dizer, comprar uma coisa para a minha filha, comprar uma roupa, porque a gente vai no shopping, a gente vê uma coisa e a gente fica, meu Deus, eu quero levar isso para o meu filho... a gente como mãe... e a gente não poder comprar? Às vezes o seu filho te pedia uma coisinha, uma balinha e você não ter dinheiro pra comprar. Isso é doloroso, isso me dói. Então eu tento buscar outros meios de não só sobreviver com o dinheiro, mas de poder, além de sobreviver, poder usufruir também. Poder comprar uma roupa pra mim, poder comprar um sapato. Estou com uma necessidade de medicamentos. Nossa, eu sofri demais com isso, porque eu não tinha dinheiro, eu não tinha trabalho, eu não tinha ninguém. Eu só tinha meus pais. Então, até um remédio de cólica eu tinha que pedir para os meus pais. Um remédio para mim, um anticoncepcional, eu tinha que pedir para os meus pais. E assim, é tão constrangedor a gente ter que pedir para os nossos pais uma coisa que, assim... é nosso filho e a gente que tem que custear. Por que eu tenho que pedir? É tanto que meu pai me ajudava até um tempo atrás, porque eu mesma falei: pai, não preciso mais de ajuda, porque agora eu comecei a receber o auxílio da UNB, então não preciso mais que o senhor me ajude. Porque ele me ajudava até com um ticket de alimentação porque eu realmente não tinha de onde custear. Só que isso me doia muito porque, cara, meu pai trabalha tanto, já fez tanto por mim a vida toda e agora eu ainda... não tirar dele, mas querendo ou não, usufruir de algo que é pra ele usar, é pra ele ter, é... desfrutar agora que ele já tá tipo, na idade de aposentar, agora que ele precisa viver uma vida tranquila, eu tô ainda pegando, pegando o dinheiro dele, né? Então quando eu comecei a receber o auxílio eu falei: pai, não precisa mais me dar o ticket que o senhor me ajudava, ajudava com 100 reais para a minha filha para poder comprar fralda, essas coisas, porque ela ainda usava fralda. Tanto que quando eu me mudei, a primeira coisa que eu pensei foi o desfralde. Porque a minha mãe, assim, eles se envolvem muito na vida dos nossos filhos... e eu falei, gente, não tem lógica eu ficar gastando 150 reais com fralda todo mês. Eu falei, vou desfraldar. E foi, graças a Deus, foi um alívio, assim. Mas, assim, graças a Deus, minha rede de apoio é muito grande. Então, assim, me ajudou muito, né? Muito muito.

E a creche pública? Você já tentou se inscrever?

Então, já. Ela foi contemplada uma vez pra aquela creche... aquele cartãozinho. Cartão creche. Só que assim, eu vejo muitas contradições nesse cartão creche. Por quê? Eu não sei se é porque eu tô na área da educação, então assim, a gente é muito militante nessas questões de políticas públicas da educação. E assim... Pra você entrar lá, assim que a gente conseguiu a vaga, a gente foi lá pra conhecer, ver como é que era. A gente precisava custear um livro de 300 e não sei quantos reais. Como que a gente vai custear um livro se a gente não tem nem dinheiro de mensalidade? Uniforme, você tem que pagar...

Esse valor daria conta da mensalidade da escola?

Total. Só que assim... Eu fiz assim, eu pesquisei sobre essa creche sendo beneficiária do cartão... e pesquisei ela como não sendo beneficiária, como vindo de fora, particular mesmo. Para quem vem de fora, a mensalidade é R\$ 950,00 e para quem está no cartão creche R\$ 897,00. Só que eu fiquei pensando... a gente milita muito nessa parte da educação... como que a gente vai colocar cinco crianças que recebem o cartão creche, cinco que não recebem, para as dez terem as mesmas condições de vida e qualidade de educação? Esses cinco aqui não vão conseguir comprar um livro que eles obrigaram a gente comprar. Era 300 e pouco livro obrigado. Só que assim... Educação Infantil não tem isso. Educação Infantil não tem escola. Não existe escola para Educação Infantil. É um espaço de convivência, porque são crianças, não são alunos. Então eu via muitas controvérsias. E aí eu ficava... Gente, e eu militei muito... Eu falei: mas porque eles precisam de um livro? Eles são da educação infantil, eles estão aqui pra explorar, eles estão aqui pra se descobrir. E aí, eu acho que ela via que eu era aluna da UNB, né? E aí eles ficavam tentando fazer a todo momento, é... Contorcer a situação, né? Só que eu falei, gente, não tem lógica de vocês colocarem dez crianças, cinco de... cinco que têm condições e cinco que não têm, e tentar fazer com que a qualidade de educação seja maravilhosa. E não é. Então o que que eu queria? Eu queria realmente uma creche pública onde não tivesse tanta desigualdade social. Porque não tem lógica você colocar... é tanto que a gente na pedagogia a gente acha isso um horror, porque realmente... é bom? É porque ajuda as mães, só que é totalmente, é totalmente contra a educação. Por quê? Porque que eles estão pagando? Eles gastam milhões por mês pra pagar uma instituição parceira. Porque eles não criam instituições? Que o valor é muito menos, muito menos que eles vão gastar. Eles vão gastar com o que? Com professor, vão gastar com cuidados básicos... e querendo ou não a etapa da educação infantil é que mais gasta do PDDL, do PDAF porque são cuidados básicos, então precisa de alimentação para o dia todo, geralmente todas as instituições são de ensino integral, então o custo é totalmente maior porque as crianças têm que banhar, as crianças têm hora de sono, têm rotina, têm tudo, então gasta mais do que o ensino médio, gasta mais que a educação básica. Eu via essas coisas e eu ficava muito... gente, mas não tem lógica, não tem lógica, não tem lógica. E aí, enfim, eu falei não, não dá. Aí não coloquei.

Eu fui ter conhecimento do cartão creche quando eu comecei a pesquisar...

Eu também não sabia que existia, eu fui saber que existia quando eles me chamaram, porque eu falava, gente, eu não sabia que existia essa parceria com o governo.

Aí que eu fui ver que é temporário. No que eu estava pesquisando, dizem eles que vai ser até o final desse ano que eles vão construir até 40 creches, até 2024...

É o que eles sempre colocam nessas políticas e nunca levam adiante, né? E isso também é um jogo muito de política, eu percebi muito isso.

Você já trouxe sua filha pra cá? Como foi essa experiência pensando nos colegas, professores e outros servidores, RU, biblioteca...

Que é o que a gente mais discute naquele grupo e eu fico assim, abismada, porque eu tive palestras lá na faculdade de educação e eu realmente coloquei isso em pauta. Porque eu vejo, não sei se é porque é uma faculdade de educação e a gente lida muito com educação infantil, com crianças, ou por ser um curso de pedagogia, a gente, basicamente, crianças... eles

abraçam muito. A maioria dos professores. Eu tenho uma professora, a Patrícia Pederiva, que é tanto que eu indiquei ela lá milhares de vezes... Porque? A Gleica, que eu acho que você conhece, ela é do grupo também. Ela tinha uma neném que ela... Ela é do curso noturno e ela levava no semestre passado a nenenzinha dela todos os dias. É tanto que a gente contou parabéns pra filha dela na aula e a professora levou o bolo. Só que a professora falou: não precisa vir. Você não precisa vir. Não vou te dar falta, não vou te dar nada... você é mãe, você precisa cuidar do seu filho. Então ela realmente abraça essas causas. A Patrícia Pederiva é um amor. Só que são professores e professores. Tem professores que cobravam... Teve um professor meu que cobrou saídas de campo. E eu ficava: só que eu preciso levar minha filha. Como é que a gente vai fazer? Ah, mas você consegue levar ela. A gente tem que só que pagar a entrada. Eu falei: tá, mas no momento eu não tenho dinheiro pra pagar a entrada. Como é que a gente faz? Ah, mas aí a gente se vira lá na hora. Tá bom. Ele depois começou a vir com uns papos de que não dava pra levar criança, inventando mil dificuldades. Eu falei, tá, se não dá pra levar minha filha, eu também não vou, porque eu não tenho com quem deixar ela. Era um sábado que minha mãe não estava, minha mãe estava viajando, não tinha o pai dela porque ele estava fazendo bico... enfim, não tinha ninguém pra ficar com ela. Eu falei, eu não vou. Mas nem por isso ele tirou a minha nota do trabalho que eu não fui. Eu ganhei SS da mesma forma no final dos campos. Mas assim, lá em questão de mães eu vou falar, a Faculdade de Educação, ela abraça. Eles criaram um projeto agora, o projeto LEIA. Ele ainda está em fase de construção. Que a gente trabalha ele dentro da biblioteca da FE. A gente tem uma biblioteca dentro da Faculdade de Educação. E o que vai consistir nesse projeto? Está em fase de construção porque estamos procurando ainda pessoas para trabalharem dentro desse projeto. Que é poder deixar os filhos das mães da faculdade lá dentro, não só da faculdade de educação... a princípio é a faculdade de educação, mas toda a rede.

Depois pode ampliar?

Exatamente. A partir de quatro anos, que é um projeto LEIA, que é desenvolvendo literatura com as crianças enquanto as mães estão estudando. Tem os estudantes extensionistas que estão lá para acolher as crianças naquele espaço enquanto as mães estão em aula. Também, não sei se você sabe, mas lá tem um espaço de acolhimento das mães na FE. Todas as mães que são universitárias tem um cantinho, uma biblioteca só pra você ficar lá. Tem um computador pra você poder estudar, tem bebê conforto, tem um chiqueirinho, tem vários brinquedos...

Eu vou ter que ir lá tirar foto...

Você vai... lá e é maravilhoso, você vai ver. E é sala de acolhimento. Então, em questão da faculdade eu não vejo que seja um leque. As pessoas, não sei se por ser curso de pedagogia também, a Gleica quando ia para as aulas eu passava as vezes e via com a nenenzinha nas outras salas. Todos os alunos se levantavam e ficavam revezando com ela e com os demais para olhar a criança. Ela estava apresentando o trabalho, os alunos se revezavam... então assim, eles abraçam muito, muito, muito, muito as questões. Embora também tenha pessoas que, né, fiquem assim... com um pé atrás e tal, mas assim, nunca trouxe assim, muitas vezes. Eu acho que eu trouxe ela umas 4, 3, 4 vezes porque eu moro muito longe, eu tenho 3 ônibus pra vir, 3 pra ir e meu curso é noturno, ou seja, eu venho com ela só que às vezes...

No horário que ela deveria estar dormindo você vai estar em trajeto.

Justo... e a friagem também. Ela tem uma imunidade muito baixa... então a questão do frio é assim, é o pior pra mim... porque eu saio 10 horas... então pra eu pegar ônibus, 3 ônibus que eu tenho que pegar até chegar na minha cidade, assim, demora muito. Então hoje ela já é pesada, com 3 anos, então meu Deus, eu nem consigo colocar ela no meu abraço. Então ela já vai dormindo, então dói muito o braço. Então assim, as vezes que eu trouxe ela foi maravilhoso. Todo mundo abraçou ela, assim, abraçou mesmo, assim, de uma causa tipo, nossa, que bom que ela tá aqui, que bom que você trouxe. Todo mundo ficava encantado com

ela, tanto os alunos como os professores... levei ela pra aula da Patrícia Pederiva, porque ela fez uma aula que pode trazer todo mundo que vocês quiserem, traz filhos, traz papagaio, traz todo mundo porque é uma oficina de música... então assim, ela ficou encantada, todo mundo ficou encantado com ela, então assim, enquanto eu puder trazer ela em momentos, igual a esse, muito enriquecedor, eu vou trazer, mas assim, na faculdade de educação eu nunca tive nada. Eu vejo as meninas falando sobre o RU... nunca levei a minha filha para o RU... então assim, não tenho experiência de como seja, só que eu também acho um absurdo eles cobrarem por um coisa que assim... a criança às vezes nem come, você coloca assim no prato, só para ela experimentar. A minha filha mesmo... eu nunca levo ela no RU porque eu sei que ela não vai comer. Ela é muito ruim para comer. Então se eu levar eu sei que eu vou pagar por uma coisa que ela nem vai usufruir.

E o RU te auxilia na dinâmica do dia a dia? RU, biblioteca, sei lá, de você ter um silêncio para estudar ou de você ter uma comida e não precisar se preocupar para trazer?

Sim... nessa questão com certeza. A biblioteca não porque é muito longe da FE, então pra mim poder chegar na biblioteca e voltar pra FE é muito longe. Então a gente já tem uma biblioteca na FE. Então eu estudo lá, mas a questão do RU é o que me ajuda demais, porque eu não faço comida. Meu marido... ele tá fazendo bico, mas eu não consigo fazer nem marmita. Ontem eu cheguei em casa, era meia-noite. Como que eu iria fazer comida ainda pra ele poder levar? Então eu me cobro muito também nisso, porque eu vejo que às vezes eu deixo muito desejar nisso, porque eu realmente não consigo, não tenho como.

E ele também não consegue cozinhar?

Não consegue porque ele já chega tarde. A noite ele está no EJA.

E a alimentação da sua filha é como?

Depende, também são dias. Ele não vai todos os dias para o EJA. Não vai ser dois dias para ele. São só duas disciplinas que ficou faltando. Até então, eu nunca... eu não tinha esse contato, porque quando ela começou a introdução alimentar eu comecei a trabalhar, então assim, nunca tive um... Um olhar muito focado na alimentação dela. Mas aí eu começava a ver que em casa ela não queria comer nada, e na creche ela comia tudo... e aí eu questionei a professor... olha, mas ela... ela tá comendo tudo, e aí...

A creche ou a sua amiga que fica com ela?

É porque lá é como se fosse uma Crechezinha. Entendeu? É na casa dela. Aí eu falo: Bia, mas eu não entendi... por que que em casa vocês colocam que ela come aqui, né, porque a gente manda a agendinha pra ela, mas em casa ela não quer comer. E aí ela, olha... Aqui ela come super bem, eu não sei se pode ser por conta que ela vê os amigos comendo.. Só que lá era assim... a gente que tinha que mandar as coisas. Porque assim, ela fez esse preço também, só que eles não fornecem nada. Ela tá lá só pra olhar as crianças e ela meio que criou um espaçozinho, lúdico, né? E aí a gente tem que mandar as coisas... e aí eu mandava, só que aí eu falava: Olha, em casa ela não quer comer, mas aí ela come o arroz, o feijão, porque ela já comia essas coisas... E a Bia: come! E aí eu falava: não, mas em casa ela não quer comer. Ela, às vezes, olha, pode ser que seja por conta da... Que ela vê as outras crianças comendo. E eu ainda não tinha contato com a educação infantil. Nunca tinha trabalhado. Eu estava no CLT ainda. E aí eu... Mas você tem certeza, Bia? Aí ela... Sim, às vezes ela pode ver as outras crianças comendo e aí comer. E aí eu fiz um teste com ela. Eu peguei uma outra criança e aí eu dei um tomate. Assim, a criança comeu o tomate todo. E aí ela... Eu quero tomate, mamãe. Nunca tinha comido. Comeu o tomate todinho... hoje em dia ela ainda é ruinzinha pra comer. A Bia me fala. Falo: Bia! Comeu bem? E aí ela fala que comeu, só que assim, tem dias que... E são coisas que ela come e são coisas que não come. Então, assim, tipo uma verdurinha, às vezes ela deixa de lado. Só que elas sempre anotam como se ela tivesse comido tudo. Por isso que às vezes eu fico assim... gente, mas não tem lógica, dela comer tudo lá e não comer em casa.

E é você que manda, então, a alimentação dela?

É tudo eu que tenho que mandar.

Você tira um dia para fazer as marmitas da sua filha?

Eu tento no domingo... Só que assim, eu tenho que fazer as do meu marido também, só que eu não consigo dar conta de tudo. Por isso eu vejo que eu peço muito nisso, entendeu? Então, às vezes até a Bia mesmo, tipo assim, às vezes eu não consegui mandar. A Bia vai lá e faz a comida na casa dela e aí serve, entendeu? E aí eu... Tá, Bia. Obrigada. A Bia é como se fosse uma luz para mim. Ela também me ajuda muito nessa questão.

E a rotina do seu esposo é tão puxada como a sua?

É. Justamente por conta que ele faz esses bicos também... não são todos os dias, são alguns dias que ele tem bico, mas ele também tem o EJA. É tipo uma vida conturbada, porque eu tenho disciplinas tais dias, ele tem aulas tais dias... ele não está na faculdade ainda, mas mesmo no EJA tem só alguns dias que ele tem aula. Por quê? Porque ele só tem algumas disciplinas. Então a gente nunca sabe se a gente vai poder ficar com ela no dia... então a gente vai, assim, porque é muito... É corrido esse negócio dos bicos dele, porque não é em dias específicos. Ele precisa estar correndo atrás desse bico. Às vezes ele faz eventos nos finais de semana, às vezes ele faz bico em obra, que é geralmente na semana. Então assim, tem semana que ele tem obra todos os dias, mas tem semana que ele não tem nada. Então assim, varia muito. Tanto que, tipo assim, não é todo dia que ela vai pra crechezinha, né? É tipo assim, dias. Por isso que também ela faz esse valor. Não faz um valor muito igual às outras crianças... as outras crianças é como se fosse... Não é nem R\$600,00, mas ela cobra o valor normal, de R\$50,00 a diária por turno. Já da minha filha não... não sei se é porque eu já conheço ela também, né? Eu conheci ela antes dela ter essa crechezinha. E eu também consigo ajudar ela também a construir coisas lá dentro dessa crechezinha, porque ela também faz pedagogia, só que ela tá construindo ainda, né? Tá num processo. E aí eu sempre tento ajudar ela, esses cursos que tem, seminários de extensão... Então eu acho que é uma via de mão dupla. Eu ajudo ela e ela também me ajuda nesse quesito.

Exercícios domiciliares você não pediu porque veio a pandemia?

Foi.

Como que você se sente nesse espaço acadêmico? Em questão de pertencimento?

Eu vejo que tem muita desigualdade. Algumas partes, né? Por conta que tem gente que tem... Assim, são vidas totalmente diferentes. Uma pessoa que é mãe de uma pessoa que não é mãe. Então é aquilo que eu te falei. Tem pessoas que estão aqui e não querem nada, enquanto tem pessoas aqui que só querem um futuro, realmente. Então, assim, mas em questão de não pertencimento, eu não me vejo assim. Eu creio que todo mundo da faculdade me abraça, abraça as causas das mães e tentam sempre estar auxiliando. Essa questão de não pertencimento eu não vejo assim.

E com relação à universidade enquanto instituição, né? Você falou que lá na FE tem esses espaços, né? Tem aqui a questão do auxílio... mas o que mais você acha que falta da UNB enquanto instituição para as mães?

Pra mim o que falta mesmo é aumentar esse auxílio porque é um auxílio que não tem como... se eu tivesse só auxílio creche eu não conseguiria custear a minha filha, até porque é impossível... você vê ó... eu pesquisei a creche que ela faria parte e assim a mensalidade é 900 reais.

A creche era na santa maria?

Era na santa maria mesmo... eles pegam o seu endereço e aí faz na sua região... e assim 900 reais. Se eu fosse pagar um valor integral para a Bia, se eu for colocar na ponta do lápis, 50 reais por turno, assim, tem dias que eu pego disciplina de tarde e de noite. Então, ela fica todos os dias de manhã, porque todos os dias de manhã eu preciso trabalhar e a minha mãe também tá trabalhando. Ela fica na crechezinha de manhã todos os dias e de tarde são só

alguns dias, que no caso varia do semestre, porque tem semestre que... teve semestre que eu peguei todos os dias aula a tarde. Teve semestre que foram só dois dias. Então, assim, se fosse pra eu pagar o valor integral para a Bia, ia dar o que? Ia dar uns...

Daria 250 por semana, né? Se for meio período.

Mil reais é o valor da creche conveniada do governo, assim. Então assim, eu vejo que também... Eu pequei muito nessa parte de não aceitar a vaga porque querendo ou não foi uma oportunidade de governo e assim, é creche integral, mas também a gente precisa pensar nos dois lados, né? Porque assim, eu coloquei ela, eu inscrevi ela foi numa pra ser de uma instituição pública, não foi pra as desigualdades aumentarem, mas assim, pra ela se sentir num lugar de pertencimento dela, assim, com crianças do ambiente social realmente que ela tá, e não pra aumentar as desigualdades, então assim, varia muito disso também. Então se eu fosse pagar um valor normal pra Bia, pra essa crechzinha seria mil reais. Então assim, é impossível... a gente só com o auxílio creche poder se sustentar aqui dentro. Mas assim, eu criaria alguma forma, justamente uma creche pra poder acolher as mães. E só as mães. Por que só as mães estudantes? Porque as mães professoras, as mães... Tem condições aqui. São mães universitárias. Então assim, é outro poder aquisitivo. São mães praticamente da asa norte. Tem diversas crianças no PIJ que moram na asa norte, não tem vincula nenhum com a UNB, não são professores, não são docentes. E assim... eu fico... tem que ser uma creche que deve ser criada, ou um espaço, enfim, qualquer... alguma coisa que tem um intuito, até esse projeto de extensão mesmo, mas que possa realmente acolher todas as mães. E que a gente possa trazer, independente do horário que seja, se você tem um curso noturno. Porque, cara, eu sou do noturno e assim eu fico abismada porque os cursos do noturno são totalmente diferentes dos diurnos... não diferentes, mas a oferta é muito baixa, não tem a mesma oferta e assim, pra quem é mãe é muito mais difícil, porque ou você pega aquela disciplina naquele dia, ou você vai ter que pegar no outro semestre.

O projeto Leia pega noturno também, ou é só a tarde?

Não o noturno, não vai pegar o noturno, só até as seis.

E essa ação que você fala pras mães, você fala dentro dessa faixa etária de 0 a 3, ou você acha que ia pegar crianças maiores também?

Porque a gente sabe que quando a criança já tá ali a partir dos seus quatro anos, ela não tá mais em creche. Pela legislação ela já tem que estar na educação básica. E todas as escolas, pelo menos a maioria das escolas do Distrito Federal, não são de ensino integral. São de ensino regular, são meio período. Então assim, tudo bem. Eu tenho que estar aqui oito horas para a aula. Eu saio da aula 11h40. A minha filha tem que estar na escola a partir de sete e meia e eu tenho que buscar ela meio dia e meia. É inviável sair daqui 11h40 para estar na minha cidade meio dia e meia. Então como é que eu vou fazer? E se eu tiver aula a tarde, com quem que eu vou deixar a minha filha? Então assim, eu acho que deveria ser um local onde abrangesse as diferentes idades, até uns 10, 12 anos, né? Ou então, até ver mesmo a relação das mães, assim, fazer o que você realmente está fazendo, assim, de... Você consegue ter uma rede de apoio? Você não tem essa rede de apoio? Se for uma criança maior, que tiver que ficar, entendeu? Então, se a gente puder acolher todas as mães de diferentes idades das crianças e em todos os períodos, porque tem gente que precisa se formar, precisa pegar dois períodos de aula, mas não tem com quem deixar a criança. E só o auxílio creche não consegue sustentar a criança, tipo pagar alguém para deixar, porque esse auxílio é basicamente destinado só para pagar alguém para deixar a criança. E é inviável, realmente não tem como, se você pegar esse dinheiro para pagar uma pessoa, o dinheiro não vai dar.

E a última pergunta. Tanto pela sua experiência como pelo que você observa, você percebe alguma diferença nesse lidar com a criança, com os afazeres... Você percebe alguma diferença de gênero mesmo, da forma como você conduz e a forma como o seu companheiro conduz? Você acha que tem mais leveza e menos culpa da parte dele, por

exemplo, quando ele precisa se ausentar? Você acha que tem uma diferença nessa cobrança com relação ao exercício da maternidade e dos cuidados com a casa?

Com certeza, com certeza. Porque assim, mesmo que ele não tenha horários específicos de trabalho, enfim, dias específicos, ele tem mais tempo de poder ficar com a Minha filha. Eu me cobro muito. Porque assim, a infância assim é um... Meu Deus, a gente como mãe, você é mãe, você sabe, passa muito rápido, passa muito rápido. E assim, eu fico gente, mas ela já tem 3 anos, eu nem lembro quando que ela deu o primeiro passinho dela. E assim, eu me cobro. E aí eu me cobro demais por às vezes, tipo agora, tem que focar no TCC. Mas nossa... me cobrar, com certeza.

Você percebe essa diferença?

Demais, demais, demais, demais. As vezes até a forma dele tratar ela assim porque ele passa mais tempo com ela. Então... ele não era nada apegado com ela porque ele não a via. Então ela via o pai como pessoa qualquer. Ela não dava a mínima atenção pra ele, ele era uma pessoa qualquer e ele se sentia muito culpado com isso. Por que? Porque ele via que ele não fez o papel de pai dele e por isso que ela não gostava dele. Ela realmente não gostava dele porque ela não via ele como um pai, ela via ele como uma pessoa qualquer e depois que a gente começou a morar junto, ela ainda ficava com aquilo, de não ter aquele chamego com ele. E aí eu tinha que ir para a faculdade e aí ele tinha que ficar com ela de noite porque assim quando a gente ficou junto, geralmente minhas aulas eram só no período noturno. Eu ainda não tinha auxílio creche, não tinha nada para me auxiliar a pagar a creche da Bia. Então assim, era muito difícil. Então eu pegava a aula de noite e aí ele ficava com ela à noite. Então, eu acho que ele ficando com ela à noite, ele começou a criar mais vínculo. E eu não tinha contato com ela porque eu saía muito cedo e voltava muito tarde. E era raramente. Era tipo assim, às vezes de tarde eu tinha contato com ela, mas não era o contato do dia todo. E às vezes o pai dela conseguia ter o contato com ela o dia todo. E aí ela começou a criar um afeto. É tanto que hoje ela é mais apegada ao pai do que a mim. E eu me culpo muito por isso, porque eu não tenho tempo, não consigo realmente dar atenção. As vezes eu tô estudando pra concurso, eu tô tentando estudar pra faculdade e ela chega e fica... Mamãe... Querendo atenção... a gente sabe que quer atenção... Deixa eu estudar com você. Aí ela senta no meu colo, aí eu fico lá estudando, aí eu... Minha filha, minha filha não tem como estudar com você aqui. Tem como você brincar? Daí ela vai, brinca dois minutinhos e volta: Mamãe, você já terminou? Só que assim, eu não consigo dar conta de tudo, porque ou eu arrumo a casa, ou eu faço meus trabalhos, ou eu cuido dela. Tudo ao mesmo tempo pesa. Então assim, o Filipe tá ali pra me ajudar e eu falo, realmente eu falo, olha, hoje eu vou fazer trabalho e eu não consigo olhar ela... eu coloco um desenho pra ela e eu pequei muito nisso também, porque tudo que eu tinha que fazer, eu tinha que distrair ela. E sempre a minha distração era celular e era uma coisa que eu temia, da minha filha ser viciada em celular e hoje um desenho pra ela é tudo. Se você colocar um desenho, enterte ela. Só que eu pequei muito nisso, porque eu não queria que ela fosse uma criança assim, eu queria que ela brincasse e hoje ela não explora tanto o brincar quanto ela explora um desenho. Mas porque realmente eu não tinha tempo, eu não tinha como dar atenção pra ela e poder estudar, entendeu? Então, são momentos. E assim, eu não deixo ela na crechinha da Bia, vamos supor, de tarde... mesmo que eu não tenha aula, hoje eu deixei pra fazer a entrevista, mas vamos supor, amanhã eu tenho um trabalho pra fazer ou tenho que começar meu TCC... Eu não vou deixar ela lá, porque eu me cobro muito disso, de saber que ela não tem esse envolvimento que ela tinha antes comigo, igual ela tem com o pai. Então eu fico me sentindo muito culpada de não poder dar a atenção que ela merece. E aí mesmo que eu não consiga dar aquela total atenção, eu pego ela, coloco o desenho, tento distrair, vou conversando com ela ali e fazendo meu trabalho. Mas eu não deixo. Enquanto eu puder ficar com ela, eu fico. Acho que foi semana passada ou retrasada... eu peguei impingem das minhas crianças e aí era contagioso, só que assim, ou eu mandava a minha filha

pra ela não pegar ou então eu deixava ela em casa pra pegar impingem junto comigo. Naquela situação ela não pegou impingem, mas ficou comigo porque eu falei gente, essa semana eu preciso dar atenção pra ela porque eu nunca fiquei com a minha filha de manhã, nunca, nunca. Porque? Porque eu trabalhava CLT de manhã, depois fui para o estágio remunerado, nunca via de manhã. Não sei se ela come ou se ela toma café da manhã, não sei se ela brinca, não sei se ela tem rotina de sono de manhã, tudo que me fala é a Bia. E aí eu fico assim, meu Deus, meu Deus, meu Deus, o que eu faço? E aí, eu, eu, mas assim, todas as vezes que eu tento deixar ela em casa, que eu preciso deixar ela em outro lugar, eu tento deixar ela em casa, então são momentos... mas assim, eu só deixo mesmo quando realmente não é viável, quando realmente não dá, quando não tem como deixar com a minha mãe. Mas só isso mesmo. É puxado, mas assim... dá certo. Eu tento não reverberar minha vida em outras mães porque eu sei que são realidades distintas, tem gente que tem rede de apoio, tem gente que não tem, mas assim...

E tem gente que tem, mas não sabe usar.

Exatamente. É muito... Eu conheço uma pessoa assim, na faculdade de educação. Que entrou junto comigo, tem um filho, tem toda rede de apoio, mas não usufrui.

E você sabe que muita gente não usufrui porque acha que no imaginário dela ela vai estar sendo menos mãe porque ela deveria dar conta de tudo.

De tudo. Justamente. Só que sim, eu me cobro muito, mas eu vejo que eu dou conta. Cara, se eu te mostrar o meu histórico, você fica assim, abismada. Abismada, porque nem eu sei, assim, é muito gratificante. Todo dia eu fico vendo aqueles vídeos de TikTok da criança entrando de jaleco junto com a mãe na formatura e eu preciso conversar com os professores para que a minha filha entre desse jeito, porque todo dia eu choro com um vídeo desse. Porque pra quem quer, eu vou te falar, não tem empecilho. Tem empecilho, assim, de desigualdade? Tem, porque se você não tiver uma rede de apoio... igual eu tive, você não vai conseguir. Mas se você tiver uma rede de apoio, se você tiver força de vontade de querer tá ali de poder se inserir naqueles projetos de extensão, de se inserir na universidade. E assim, podendo ter com quem deixar seu filho, podendo fazer parte daquilo, você consegue. Porque eu vejo que a minha vida foi baixo e alto. Por quê? Porque eu comecei só morando com a minha mãe e a minha filha. Depois eu fui morar com o pai da minha filha... então eu virei dona de casa na marra, então eu tive que aprender, querendo ou não, mas eu nunca deixei reverberar na minha vida acadêmica. Eu nunca deixei que a minha vida acadêmica fosse por água abaixo. Então, as minhas notas são... Eu tenho só duas notas MS, o resto do meu histórico é todo SS, meu quatro ponto noventa e... não sei... enfim... e eu tento fazer o máximo para não perder nada na universidade, tento fazer todos os meus trabalhos mesmo que seja conturbado com a ela. É conturbado? É, mas eu nunca deixo de fazer um trabalho que seja, porque assim, eu me cobro muito e eu acho que às vezes isso também pesa um pouco pra mim, né? Só que assim, eu não vou deixar de abraçar tudo que eu tenho pra não dar valor, igual eu tenho uma rede de apoio, eu tenho o auxílio que me ajuda, querendo ou não, eu tenho a Bia que assim, foi um anjo literalmente na minha vida, é tanto que, a Bia só começou a fazer pedagogia por causa de mim. Ela não fazia pedagogia. Ela tinha um cantinho dela, cuidava de crianças, mas ela não fazia pedagogia. Não fazia. E aí eu fui ajudando ela, ela foi me ajudar nessa questão do cuidado com a minha filha, e aí eu falei: Pronto, pra mim você já é uma professor... tanto que eu chamo ela de prof Bia. E aí ela começou a fazer pedagogia. Ajudei ela também, mas assim, cara, enquanto eu puder ajudar as pessoas, eu não vou deixar de ajudar e não vou deixar de abraçar tudo que eu tenho, porque graças a Deus eu tenho uma rede de apoio, eu tenho essas coisas de auxílio aí que me ajuda, tenho meu emprego... assim, não é uma coisa definitiva, não é, porque é um estágio, eu posso sair a qualquer momento, assim, e não consigo dar uma atenção muito grande pra minha filha. E isso me pesa muito, só

que assim, eu tô fazendo isso pra poder colher isso no futuro. Então se eu tô passando por tudo isso agora, eu sei que um dia eu vou ser, é... como eu posso dizer, remunerada não, é...

Recompensada.

Isso, essa é a palavra. Eu sei que um dia vou ser recompensada. É difícil agora? É. Mas assim, eu nem acredito que já passaram 4 anos. Que eu já tô assim, no último projeto da faculdade... era pra eu estar me informando agora. Não vou me formar porque eu realmente não quero. Quero fazer parte da residência ainda. Mas assim, cara, foram 4 anos, foram difíceis, mas eu consegui. Então assim, eu espero que todas as mães também consigam, assim como eu consegui, né? Eu sei que são realidades diferentes. Tem pessoas que o filho não é nem registrado pelo pai. Então são situações e situações. Mas assim, para as mães que têm rede de apoio, que conseguem, sabe? Eu sei que conseguem, mas que não fazem por onde, isso me dói muito, porque também... não sei se você já ouviu aquele ditado: tem gente que nasceu pra ser mãe, mas tem gente que não nasceu pra ser mãe. E assim, eu vejo muitas pessoas também que realmente não nasceram pra ser mãe. Eu conheço pessoas que estão aqui dentro dessa universidade, que são mães, mas que não estão nem aí para os seus filhos. Querem saber de ficar o tempo inteiro no CA, e o seu filho pouco importa, tem a avó pra cuidar, eu fico... gente, mas assim... Meu Deus, é mãe. Será que é mãe mesmo? Porque eu creio que você sabe o sentimento de mãe. Eu jamais quero deixar a minha filha em casa... a todo o momento que eu puder ficar com ela, eu estou. É tanto que a minha grade eu monto pensando na minha filha, se eu vou conseguir dar uma atenção pra ela. Os projetos de extensão eu só pego sabendo se eu vou dar conta ou não. O projeto de extensão que eu peguei é totalmente online. Eu só vou aos domingos e alguns domingos é intercalado pra realmente eu conseguir dar atenção. Porque se eu tivesse num projeto que eu tivesse que estar aqui 15 horas semanais na universidade, eu não conseguiria. Então se eu penso muito na minha filha, e em todo o momento que eu puder estar em casa com ela eu vou estar... porque eu já vejo que eu falho muito nisso, por estar aqui, né? Então todo o momento que eu puder ficar com ela, pra mim vai ser assim uma maravilha e eu vejo que tem mães que não são assim. E isso me dói muito, me dói pela criança também, né? Porque ela não mereceu passar por aquilo, né? Então assim, é difícil, mas assim, no final é compensado. Com fé em Deus é recompensado. Tem mais alguma?

Não, é isso, só agradecer mesmo.

Ai, obrigada, eu que agradeço.

APÊNDICE D - Entrevista transcrita da estudante Edineide

Antes da gente começar especificamente a questão da maternidade, eu queria que você me falasse um pouquinho sobre a sua história, sobre a sua família, então assim, onde que seus pais moram, se são vivos, se não são, qual que é a escolaridade dos seus pais, com o que eles trabalham, quem que te criou, se foram os pais, se foram outras pessoas...

Eu sou da comunidade Kalunga Vão das Almas no município de Cavalcante. Eu fui criada pelos meus pais. Hoje meu pai já é falecido. Sempre a gente morou na comunidade. É... A escolaridade dele... como ele não teve oportunidade de estudos, a minha mãe conseguiu estudar até a quarta série depois que abriu uma escola próxima, ela era merendeira e ali ela estudava. Ela fazia merenda na escola e conseguiu matricular e estudar até a quarta série. E meu pai, ele é não alfabetizado, mas assim, ele conseguia escrever o nome dele, né? Assinar... Mas ele não teve estudo e já é falecido. E ele trabalhava com o que? Ele trabalhava como lavrador na roça.

Subsistência? Para consumo próprio?

Para consumo.

Você estudou em escolas públicas?

Sim, estudei na escola pública bem próximo da minha casa até a quarta série. A minha tia era professora... aí depois não tinha mais para fazer o quinto ano e a gente teve que ir para casa da minha tia em outra comunidade. Aí sempre no final de semana a gente voltava pra casa e na segunda-feira a gente ia pra casa da minha tia. E aí a gente ficou lá eu e meus dois irmãos durante uns três anos. Aí depois que a gente estudou e meu pai conseguiu um lote né, ganhou, era um lote na cidade... aí ele conseguiu colocar a gente já na cidade de Cavalcante. Eu e meus irmãos pra estudar.

Essa ida pra casa da sua tia foi porque não tinha escola depois do quarto ano?

Não tinha próximo lá de casa. Aí a gente tinha que ficar na casa de um parente.

E o que te fez escolher o curso que você faz hoje aqui na UNB?

Meus irmãos, minha tia, todos já tinham participado, né? E aí a gente sempre via falar muito do curso, que era bom. Aí a gente, quando ia terminando a gente já pensava em fazer a prova do vestibular pra gente passar também e ingressar. Eu tenho dois irmãos já formados e eu e minhas duas irmãs também agora estão aqui.

E como que foi a descoberta da sua gestação? Quando você se descobriu grávida?

Então... minha gestação foi um pouquinho complicada. Eu tive a primeira gestação que eu não sabia. Foi assim... descobri de repente... E aí eu tive a gestação com seis meses... é difícil um pouco falar. Eu estava no sexto mês da gestação, aí eu perdi porque eu não sabia que eu tinha a insuficiência istmocervical no colo do útero, né? E assim... a gente tem que passar por uma cirurgia. Quando eu perdi, eu já estava no curso, já estava perto pra entrar no curso. Aí eu perdi essa criança e depois dessa primeira eu falava sempre assim: eu não quero engravidar agora, eu quero estudar... Mas depois que eu tive esse primeiro, que eu passei aquele momento de mãe e tal, aí quando eu perdi eu já tive aquela vontade de engravidar de novo. Eu já queria já. Foi assim, bem conturbadora porque eu já sabia que eu ia ter que ter repouso, meus nove meses foi de cama mesmo, não podia vir pra aula. O primeiro semestre, eu que vim só o primeiro semestre, o segundo eu tive que entrar com RED. Eu tinha feito a cirurgia, né, no colo. Aí o outro, eu lembro quando a minha turma veio, eles vieram no dia 5, eu ganhei

no dia 12 de outubro, dia das crianças. Aí eu pedi pra entrar com a licença maternidade... aí tipo assim, minhas atividades foi mais remota mesmo.

Nesse início do curso, né?

Sim, no início do curso.

Então a primeira gestação não foi de um desejo, mas a segunda já foi?

Sim, a segunda já foi mais planejada. Eu pensava assim... ah! Eu que sempre cuidei do meu sobrinho, mas eu pensava assim... ai, ser mãe... Mas aí depois que eu tive o primeiro, que eu perdi, aí eu revi aquela vontade... ah não, eu quero de novo, quero engravidar de novo.

E você engravidou rápido?

Engravidou rápido, depois disso foi para 5 meses que eu perdi aí eu engravidou de novo.

E... então a sua filha nasceu quando você já estava matriculada aqui?

Sim.

E com quem que você mora? Como que é a sua configuração familiar?

Mora mais eu e minha filha, né? E às vezes, como minha mãe mora perto, a gente sempre vai pra casa da mãe, tem um almoço, às vezes a gente vai pra dormir já. Aí tem os outros primos também, mas assim, é só eu e minha filha e tipo minha mãe que mora próximo.

E a outra pergunta, acho que você já meio que respondeu, mas pode ser que apareçam outras pessoas. Quem te ajuda com a sua filha?

Quem me ajuda, acho que mais minha mãe, né? Mas às vezes assim, tem um parente, a gente tem um tio, uma sobrinha, que quando eu preciso se eu pedir, sempre fica. Minhas irmãs também, na hora que eu preciso, aí a gente...

E você se sente mal em pedir essa ajuda? Ou não, pra você é tranquilo?

Não, eu não sinto mal, porque às vezes assim, eu falo até com a minha sobrinha, né? Porque a gente... teve uma que foi criada com a minha mãe até os 10 anos. Aí às vezes eu falo pra elas: me ajuda a cuidar da minha filha, porque assim, eu praticamente ajudei a cuidar delas até os 10 anos, né? Eu como era pequena eu sempre tinha minhas obrigações com elas. Aí sempre eu peço. E minha filha também, ela é muito apegada assim... tipo ela conhece a pessoa, vê minha sobrinha, ela já corre e abraça, ela já te cria aquela intimidade com a pessoa, e tipo assim, eu deixo ela com qualquer pessoa que é de boa. Não precisa ficar chorando, é legal.

Com relação à maternidade, o que você projetava e o que foi diferente?

Eu pensava sempre assim, quando eu tivesse um filho, eu poderia dar mais oportunidade, ter mais tempo pra ele, porque eu fui daquela geração que eu não tive um brinquedo, mas era tipo... crescendo, a gente já ia pra roça, meus pais eu já ajudava, né? Então eu pensava assim... que pra minha filha eu queria dar algo diferente, poder ter um brinquedo, poder levar ela em algum lugar, assim, uma cidade, um parque, um parquinho pra brincar, que eu nem conhecia muito isso. E hoje eu não posso dar muito, mas eu tento dar o meu melhor às vezes... ter um brinquedinho, comprar um... algo que pede sempre a criança. Gosta das coisas, né? Mas eu pensava que eu podia dar mais. Mas aí com a realidade que vem os gastos, vem muita coisa que você vai ver... Tem hora que você vê a criança: mãe, eu quero isso. Minha filha, eu não posso, não tem dinheiro. Mas às vezes ela entende bem, né? Mas eu pensava bem totalmente diferente.

E você como mãe, nessa responsabilidade de ter tempo para alguém, você imaginava que a questão física e emocional, que seria isso mesmo ou foi mais difícil do que você imaginou?

Foi um pouquinho mais difícil do que eu esperava.

E por que que foi mais difícil?

Essa questão de a gente pensar muito no... no psicológico da gente, a gente pensa uma coisa geralmente é outra...pode fazer a pergunta de novo?

Posso. Nessa questão física e emocional, estava dentro do que você esperava que te demandaria de esforço para educar uma criança? Ou você acha que foi mais difícil do que você pensava? Porque você já teve a experiência de cuidar de outras crianças, né? A experiência de cuidar da sua filha, ela te demanda mais ou ela te demanda menos do que você imaginava?

Na verdade demanda mais porque, por exemplo, quando você vai cuidar de uma criança de um parente, uma irmã, você não deposita aquele... você tem que saber educar... mas você deixa mais aquela parte da educação pra os pais, né? E quando é nossa, a gente busca querer deixar mais certinho na questão da educação. Como a gente lá da comunidade, tem muita questão de respeitar os mais velhos, aí tem a... sempre bença, chamar de senhor, tio, então a gente pega mais com isso. E quando é de outras pessoas mesmo, a gente vai deixando para os pais, né? Fazer a partezinha deles.

A sua filha ela já está na escola?

Não.

E você já tentou matricular ela em alguma escola?

Eu tô... Esse ano eu tô querendo já achar uma escola pra mim colocar ela. Mas assim, na comunidade as crianças começam a estudar com sete anos. Mas assim, na cidade eu tô querendo ver se eu consigo colocar ela pra ir estudar com quatro, pra ela não ficar um pouquinho atrasada.

Tem uma escola na comunidade?

Sim.

E aí é a partir dos sete?

É, é a partir dos sete.

E até os sete? Como ficam essas crianças?

Fica em casa mesmo com a gente.

E aí você chega a trazer ela aqui pra... Ela sempre vem com você nas aulas?

Sim, eu trago. Às vezes quando tem ciranda lá embaixo, deixa na ciranda, né? Aí quando não, eu levo comigo.

A ciranda é um projeto daqui, voltado pros filhos?

Sim. Um projeto da Eliete, né? Pra deixar as mães estudarem mais tranquilas.

A criança fica lá só no horário da aula?

Na hora da aula.

Em que hora você estuda? Porque não é só na hora da aula né? A gente precisa de mais tempo pra poder dar conta.

Ah! Geralmente à noite quando as crianças, quando a gente consegue colocar as crianças pra dormir né? Mas tem vezes que a gente dorme primeiro que elas se a gente for ver, é muito cansativo. Mas aí no horário de almoço a gente tem que pegar... deixar ela 8 horas, né? No meio dia a gente pega pra almoço, devolve as duas na ciranda, né? E seis horas a gente pega e fica sempre com a gente também. Aí a noite é o tempinho de estudar, mas agora nem tá tendo a ciranda porque precisa de voluntários e tá tendo muita pouca gente para ajudar. Aí as mães estão levando pra sala.

Exercício domiciliar você já usou, né?

Uhum.

O que você faz para conseguir conciliar a UNB, maternidade e os afazeres domésticos? Porque ainda tem isso, né?

Tem. A gente tenta fazer um pouquinho de cada, porque tem que ter tempo para filho, tempo para estudo. Ainda tem a parte de... exercícios que a gente faz em casa. Aí a gente sempre tenta manter uma horinha pra estudo, um momentinho ali pra ficar mais com os filhos. E também pra casa.

Essas idas pra casa da sua mãe te ajudam com isso?

Sim. Enquanto ela tá com ela, eu consigo mais concentrar pra me estudar.

E também às vezes não ter que pensar na comida...

Sim.

O pai da sua filha, ele é presente?

Sim, até que ele é presente. Quando eu preciso também de pensão financeira, às vezes, né? Tipo assim, não paga uma pensão, um valor de certo, mas sempre me ajuda no que ele puder, o que ele puder dar e se eu pedir ele ajuda.

Mas a principal pessoa, assim, do cuidado... você sente que você divide com ele a responsabilidade ou não?

Não. A responsabilidade mais é minha mesmo.

Quando você engravidou, vocês estavam morando juntos?

Sim.

Então a separação veio depois?

A separação veio depois.

Como que você se sente nesse espaço da universidade com relação aos professores, com relação às pessoas que trabalham aqui... você acredita que você é vista de forma diferente por estar com uma criança, alguma coisa, ou você se vê igual aos outros estudantes?

Nessa parte é assim... como os professores, as pessoas são sempre bem acolhedoras, se ajudam, né, quando a gente conversa, então eu acho legal, tranquilo, não vejo tanta diferença.

E nunca passou por nenhuma experiência, também, ruim?

Não.

Como que o programa que você recebe, o auxílio creche, como que ele é utilizado? Ele te ajuda em que?

Eu uso ele pra comprar comida, né? As coisinhas que eu preciso dar, lanche. E as vezes, tipo assim, também como fica assim, fica com minha mãe, minha sobrinha, as vezes falta alguma coisinha...Eu ajudo também, né? Ela não vai pra lá só com... Eu levei minha criança e deixei na casa da avó, só porque tá na avó, né? Sempre levo lanchinho, às vezes a minha mãe também ela não tem renda então às vezes quando eu posso ajudo ela a comprar alguma coisinha pra ela...

Sua mãe não trabalha mais na escola?

Não, minha mãe é... a escola fechou já tem uns três anos e há muito tempo eles trocaram de merendeira... então minha mãe também é lavradora né? Ela veve do que ela planta.

Ela não tem idade ainda para conseguir nenhum auxílio do governo?

Ela já deu entrada para fazer a aposentadoria. Mas aí sempre... mesmo assim, que ela tenha o dinheirinho dela, eu sinto mal de chegar e só deixar lá... porque a avó é cuidar. Porque é nossa responsabilidade de mãe cuidar. Aí sempre tem uma gratificaçãozinha, a gente dá. Não é questão assim... não, eu peguei e paguei fulano para ficar com minha filha. Mas é para a gente também ajudar porque a gente vê que precisa.

Pensando na sua experiência e na de outras mães que você vê aqui também, o que você acha que a UNB poderia fazer de diferente, de oferecer?

Eu acho que deveria oferecer mais vagas para o auxílio creche porque tem muitas mães que precisam, que tem criança e não consegue. Às vezes... igual eu mesmo comecei a receber o auxílio creche ano passado.

Nossa, a sua filha tava com uns três anos então, né?

Sim, então se tivesse mais vagas para dar mais oportunidades para as mães participarem, acho que seria legal.

E mais alguma coisa além da auxílio que você acha que ajudaria?

A ciranda! A ciranda é importantíssimo para as mães, que ajuda muito. E sem a ajuda de voluntários, é... que não temos bolsista na ciranda... então sempre é um colega que vai de manhã outra fica a tarde.

E aí a última perguntinha que eu fiquei com uma dúvida. Quando você fica aqui no alojamento, os meses que você fica aqui ela está com você aqui todos os dias?

Todos os dias.

Então nesses meses é um mês que você conta com o auxílio das outras mães que estão por aqui?

Sim, e com as primas, sobrinhas, sempre eu tenho esse apoio.

E que são pessoas que estão estudando aqui também?

Sim. Agora mesmo eu deixei com as minhas sobrinhas e minha irmã que ficou lá. A gente conta muito com a ajuda de parente, uma ajuda a outra.

E o pessoal da sua família que se formou, eles estão trabalhando também na área?

Sim, meu irmão... só um está trabalhando na área e minha cunhada também, ela está na área.

Mulher, era isso! Está mais tranquila agora?

Sim, sim.

Mas era isso, muito obrigada.

Eu fiquei pensando, meu Deus, como vai ser essa entrevista, será que eu vou conseguir?

Vai, é sobre você, sua vida, sua experiência, que é única, né? Eu vou entrevistar várias e cada uma vai ser de um jeito, né?

É, essa experiência é diferente. E às vezes as pessoas que querem ensinar a gente ser mães, nem é mãe e não sabem o que a gente passa. Às vezes vê uma criança ali chorando, ó, criança birrenta, criança... Às vezes...eu deixo muito minha filha usar o telefone, né? Eu já passei de tá ali com ela, né, passei a noite em claro, com ela sem dormir, doente, não quer comer aí eu dou o telefone... aí eu lembro que eu tava lá na minha mãe aí chegou meu primo e falou: criança não pode ficar no telefone pra comer. Aí ele tomou o telefone e eu fui lá de volta e falei: eu que sei o que eu passei durante a noite e tô tentando dar a ela comida porque ela não comeu nada. E eu peguei e devolvi o telefone pra ela. Porque assim, às vezes a gente fala: ah! tem que ser assim, mas nunca passou... às vezes tem filho, mas não ajuda a cuidar dele pra saber o que a gente passa. Às vezes a gente ouve muito também assim: Ah se fosse meu filho.. quando é a vez dele às vezes reage até pior do que a gente.

Sim, sim, mas é isso... e a gente vai crescendo junto, amadurecendo junto, os filhos ensinam. Vou te levar até a porta.

Olha, tomara que eu tenha respondido as perguntas que você precisava.

Foi ótimo.

APÊNDICE E - Entrevista transcrita da estudante Marcela

Só para eu entender um pouquinho da sua história, da sua família... seus pais são daqui de Brasília ou de outro lugar?

Minha família é toda de Minas Gerais, mas minha mãe, minha avó já moravam aqui. Eu fui criada por minha mãe e por minhas avós, assim como a maioria das pessoas que nascem. Mas depois, curiosamente, depois que eu tive meu filho, meu pai... a gente começou a conversar também, mas meu pai mora em Florianópolis. Então... e aí hoje mesmo eu moro com a minha mãe e com a minha irmã, com a minha tia que tem deficiência. Minha família é basicamente essa.

Antes seu pai morava aqui?

Morava, mas a gente nunca teve muito convívio, a gente nunca se bateu muito desde quando eu era pequena.

Quando você nasceu, ele e sua mãe moravam na mesma casa?

Não, eles nunca moraram juntos. Minha mãe sempre morou com a minha avó materna e meu pai sempre com a minha avó paterna, né? Até ele casar de novo e mudar com a outra esposa dele.

E ele foi um pai ausente ou não?

Foi, foi, porque é aquele negócio assim... eu em detrimento de outras pessoas tive o privilégio de pelo menos saber quem é o meu pai, de conhecê-lo e de ter uma certa convivência com ele, porque a minha convivência com a minha avó paterna é sensacional. As minhas avós me criaram, tanto a materna quanto a paterna. Mas com o meu pai não, porque ele sempre foi aquela pessoa que achou que o dinheiro, que ele pagava 150 reais de pensão pra minha mãe e era muita coisa. Que ele podia me pegar um final de semana... eu lembro do meu pai falar que ia me pegar e eu fiquei pronta esperando o dia inteiro e meu pai não apareceu. Então assim... ele estava ali, eu conhecia meu pai, porque muita gente nem tem isso, né? Mas ele era ausente, né? Porque a ausência se faz muito mais do que o contato, você ver a pessoa, né?

E qual que é a escolaridade dos seus pais e com o que eles trabalham?

Meu pai, ele é... Os dois tem ensino médio completo, né? Eles não fizeram superior. Meu pai, eu... Eu acho que ele é agente penitenciário. Eu acho. Mas é tanto assim... porque eu realmente não tenho contato com meu pai. Não... Lembro de pedir coisas básicas pro meu pai e ele me negar. Então assim, eu sempre falo: não, gente, eu não tenho pai. Então... mas ele trabalha, eu acho que ele é, se eu não me engano, ele é agente penitenciário, porque se eu não me engano ele era aqui. E minha mãe ela é vendedora, ela vende polpas. Ela trabalha numa loja de venda de polpas.

E aí você já disse que quem te criou foram suas avós e sua mãe, né? E a sua trajetória escolar, foi escola pública ou escola particular?

Pública... a vida inteira pública e os últimos anos de ensino médio... no segundo ano de ensino médio... eu tenho problemas visuais, eu tenho deficiência visual, eu tenho baixa visão. Então... é... e eu descobri isso depois de um tempo, inclusive, depois que entrei na UNB porque assim... eu sempre soube que eu tinha problema de vista, que eu tenho grau muito forte, só que eu não sabia que eu tinha baixa visão. E aí a gente descobriu, enfim. E eu tinha muita dificuldade em aprender... hoje eu sou professora, meu sonho sempre foi fazer isso, mas eu tinha muita dificuldade em aprender no ensino médio regular da forma que era... pra mim não ia. E aí no segundo ano, eu reprovei duas vezes no segundo ano. Na terceira vez eu falei:

não, eu vou parar. E aí eu parei de estudar o ensino médio regularmente, só que eu estudava em casa. E aí nesse ano que eu reprovei a segunda vez, eu estudava em casa e eu já não morava com a minha mãe. Eu morava com a minha mãe... fiquei um tempo sem morar com a minha mãe também. E aí eu parei de estudar no ensino médio regular e comecei a estudar por mim. Aí eu passei no ENCCEJA, eu fiz o ENCCEJA no mesmo ano que fiz a UNB também, o ENEM e o Vestibular. Eu prestei, né, pros dois e aí eu passei no ENCCEJA, que foi o mesmo ano que eu entrei na UNB, que coincidentemente foi o mesmo ano que eu engravidei. Entrei na UNB gestante. Eu fiz o Vestibular já grávida e eu entrei na UNB gestante, mas a trajetória escolar foi sempre em escola pública.

Você chegou a fazer alguma cirurgia, você faz uso de lente?

Não, eu uso lente. Eu uso lente.

Como que foi essa descoberta da sua gestação? Contexto, sentimentos...

Na época eu estava com o pai do meu filho.

Foi nesse período que você estava estudando em casa?

Sim. Eu morava... Porque, nesse meio tempo, eu e minha mãe tivemos várias desavenças e eu saí de casa. E aí eu fiquei em situação de rua um mês e conheci o meu ex-companheiro, que é o pai do meu filho. E aí, a gente começou a morar junto... morava eu, ele e minha sogra. Daí um tempo depois eu descobri que eu tava grávida... A gente percebeu, né? Atrasou a menstruação... E a gente ficou muito assustado. Eu entrei num processo pra... Porque eu tinha 18 anos. Eu entrei num processo pra entender que aquilo tava acontecendo. Porque eu tava estudando pra começar a faculdade. Porque na minha cabeça sempre foi muito claro que eu tinha que estudar. Sempre foi uma coisa que eu valorizei muito desde pequena. Porque minha família sendo interior, a maioria das mulheres da minha casa passou por muitos problemas pela falta do conhecimento. Então eu sempre vi que uma saída possível para que a gente mudasse de vida fosse os estudos. E aí eu sempre estudei. Então quando eu descobri que eu estava grávida, o primeiro ponto para mim foi esse: minha vida acadêmica, os meus estudos. Eu sou uma pessoa negra, sou uma pessoa negra jovem que eu vou ter um filho e eu vou ter que tentar tudo isso com um filho. Na época eu falava: não, o pai dele está aqui comigo. E aí quando eu entrei... e aí o negócio é esse... porque a gente se programa para várias coisas, só que muita coisa acontece, né? Como eu disse, eu entrei na UNB gestante, e quando eu entrei, eu já conversava com os meus professores... eu falei: olha, eu estou grávida, eu vou ter o bebê no final do semestre, pela data prevista do parto. Só que o meu filho nasceu prematuro. Então... ele nasceu com 33 semanas porque eu tive pré-eclampsia e falência renal. E aí eu tava quase morrendo, né? O meu filho tava bem... ele parou de crescer, na verdade. Nasceu pequeno, mas nasceu bem informado, nasceu bem... ficou no hospital pra pegar peso. E aí foi nessa época que eu até... eu lembro de estar até fazendo a... a avaliação socioeconômica aqui na DDS e aí marcaram uma entrevista comigo e eu falei: moça, eu não posso ir, eu tô na UTI com meu filho, eu tô na UTI com meu filho, eu não posso sair daqui... tem como a gente remarcar? Aí eu lembro que ela remarcou e aí na data que ela tinha remarcado eu ainda tava lá com ele e eu falei: gente, essa mulher não vai acreditar que tô aqui todo esse tempo. Aí ela mandava em outros 15 dias e eu: moça, eu tô aqui, eu tô aqui ainda, eu juro. E aí quando ele saiu do hospital uma das primeiras coisas que a gente fez foi vir com ele... e ele era um pacotinho, porque como prematuro ele teve alta com 1,8kg. E aí... alta. Ele saiu de 1,8kg e eu falei: vou em casa, vou dormir... eu lembro certinho... dormi e no dia seguinte eu tava aqui com ele, pequenininho. E o pai dele nessa época ainda tava comigo. E aí houve várias questões e a gente se separou. E aí eu voltei a morar com a minha avó, com a minha avó não, minha avó só cedeu a casa na verdade, né? E aí eu voltei a morar com a minha tia, com a

minha irmã e com a minha mãe lá na Samambaia. E aí a parte boa foi de que tem uma rede de apoio... é meio louca, porque lá em casa todo mundo é meio doido assim. Porque são muitas mulheres, é muita coisa acontecendo ao mesmo tempo. Mas é um apoio essencial, principalmente quando a gente fala sobre essa trajetória. Então, elas foram muito importantes para eu aceitar a minha gestação também, porque eu acho que, como toda mulher, a gente pensa num aborto, a gente tenta fazer isso porque... hoje eu não consigo sentir cheiro de canela, porque eu tomei muito chá de canela com cachaça para tentar tirar a criança. Eu só pensava nisso no início da gestação, bem no início. E aí eu vi que eu não ia conseguir. E aí, foi até engraçado... eu comecei a ter um sangramento e eu falei... aí eu tinha pesquisado remédios na época... e aí eu comecei a ter um sangramento e eu falei, olha, vamos no hospital porque pode ser que tenha dado certo e a gente não vai precisar gastar dinheiro com remédio, porque é uma coisa muito cara e a gente não tinha dinheiro. E aí a gente foi no hospital e eu fiz o ultrassom, foi a primeira ultrassom. E tava só o coraçãozinho... tu tu tu tu tu tu tu tu... super bem, como se nada tivesse acontecido. E aí eu e meu companheiro, a gente ouviu o coração dele pela primeira vez. Aí a gente saiu, pegou o ultrassom e ficou tipo... E agora? E ao mesmo tempo a gente tava falando de uma tristeza e tava meio alegre. Isso que foi muito engraçado dessa época. Porque a gente tava tipo, poxa, não deu certo. Mas a gente tava também, olha, nosso filhinho aqui. E aí depois disso, conversando com todo mundo, eu lembro que a mãe dele perguntou pra mim... quando a gente contou pra ela, ela falou: O que você quer fazer? Você quer tirar ou você quer ter? E aí quando ela me perguntou isso... porque eu tava fazendo tudo isso escondido até então... quando ela me perguntou isso eu falei: cara, olha só, pra mim isso é uma coisa muito forte. Principalmente quando a gente fala no país que a gente tem. Então quando uma mulher, que inclusive teve, ela teve né, o filho dela, pai do meu filho, com 16 anos de idade... então isso pra gente também foi um peso porque a gente tá falando: poxa, a gente tem um exemplo aqui de como que é isso, e a gente foi lá e vacilou. Então, eram muitas coisas... só que aí em nenhum momento ela brigou, ela só ficou tipo... Sério, gente? Sério? E aí ela, depois que ela parou do sério, ela falou: o que que você... Ela nem perguntou “vocês”, ela perguntou pra mim, ela falou comigo. O que que você quer? Você quer ter esse filho ou você não quer ter? E aí eu vi que eu tinha... se ela tava perguntando se eu queria ou não ter, é porque eu teria também auxílio dessas pessoas, né? E aí eu falei: não, quero ter. Tanto que hoje o pai do meu filho não me paga pensão, a avó dele também não, mas quando eu preciso deixar, eu deixo ele com o pai. Então, assim, eu realmente não tenho pensão porque eu sei que ele dá um duro para trabalhar, sustentar o filho dele, assim como eu e a minha família também. Então a gente conseguiu, e aí é uma coisa muito boa, chegar num termo muito bom em relação à criação dele. E aí temos problemas só que é isso... não tenho a renda do pai dele e aí eu tenho que correr atrás para o meu filho ter as coisas porque ninguém lá em casa tem emprego também.

E quando você engravidou você já não estava mais morando na casa da sua mãe.

Não.

Mas quando você se descobriu grávida você teve esse apoio dela, da sua avó durante a sua gestação?

Todo momento.

Então você saiu de casa, mas ainda tinha algo...

Não... então. Isso foi assim. Eu saí de casa e fiquei praticamente dois anos sem conversar com a minha mãe, minha avó e ninguém. Não conversava com elas. E aí... um tempo antes de ficar grávida, a gente começou a ter um contato. E quando eu fiquei grávida, a gente já tava meio conversando. Sabe, eu não morava, eu não tinha voltado a morar com elas, e a gente tava

conversando. E aí eu contei, e aí minha mãe ficou chorando, e não sei o quê. Minha avó também, a minha avó paterna também, então todas elas... Isso que é muito interessante pra mim, porque assim, em nenhum momento eu tive aquela pressão da culpa por ter engravidado, que eu acho que é uma coisa muito forte quando a gente fala em maternidade é justamente essa culpa que a gente tem, que a gente carrega por fatores externos que impõem a gente. Não necessariamente essa culpa é minha, mas porque a sociedade tem uma valorização da maternidade, da vida, do feto e da criança, que a gente não tem esse mesmo cuidado quando a gente fala da mãe, principalmente quando essa criança nasce. Porque a gente vê essa valorização de: olha, você está grávida, você vai ter que levar essa gravidez até o final. Mas depois que a criança nasce não é mais problema meu. Esse criança pode estar vendendo balinha no sinal, essa criança pode estar morrendo e eu tive muita essa sensação nítida quando eu tava na fila do Hospital de Santa Maria porque ele ia nascer prematuro. Então, eram várias mulheres, que muitas delas eu tinha certeza que jamais gostariam de ter um filho e engravidaram assim como eu, no susto, e que estavam todas ali agora clamando pela vida de um filho enquanto a rede pública não sustentava aquela demanda. Então a gente tem um problema da base, né? Como da filosofia, eu sempre gosto de pegar muito essa questão de base, do fundamento disso. Isso tem fundamento. E o fundamento é justamente toda essa questão imposta pra gente do machismo e do racismo, que estão estruturalmente na nossa sociedade, porque eles impõem isso à mulher. E quando eu descobri que eu estava grávida, depois eu tive que passar por outros processos. Por exemplo, saber que enquanto mulher negra eu tinha 40% mais de chance de sofrer uma violência obstétrica. Porque enquanto pessoas negras a gente tem que ouvir que a gente sustentou chicotada. Não é possível que a gente não sustente parir sem tomar uma anestesia maior. Ou quando a mulher não quer tomar ocitocina sintética, ela também tem esse direito. E a minha gestação... eu sempre gostei muito de conhecer tudo em todas as fases, tanto que hoje eu sou doula e eu me formei muito nessa parte da minha gestação. De começar a entender, ver o que eu tinha de direito, ver o que eu não tinha de direito e buscar isso a fundo para que eu não passasse coisas que eu sei que as minhas avós passaram.

Você passou por alguma coisa?

Não, isso que foi muito interessante. Porque eu acho que quando a gente está munida de conhecimento e que a gente sabe o que é nosso direito, que a gente se impõe, é... Claro que não é culpa da mulher de forma alguma, se ela não tem culpa ou se ela não quer falar naquele momento, porque é o momento que a gente está vulnerável. Só que é uma característica minha. Desde sempre eu fui criada por mulheres fortes e me tornei uma mulher forte. Então, se eu tô parindo eu vou ficar parecendo uma onça, logicamente. E aí... eu fui internada no dia 6 de setembro. No dia 8 ele nasceu, dia 9 de setembro é meu aniversário. E aí, do dia 6 ao dia 8, eu conversava com todas as enfermeiras, eu conversava, ajudei a fazer parto. E eu fiquei lá, e o povo: menina, você não vai embora? E eu: mulher, eu tô tentando, meu aniversário é já já. Me libera, eu preciso ir embora. Tanto que no dia que... e aí a gente... eu internei por pré-eclampsia, né? Depois evoluiu pra eclampsia de fato. E é uma cena muito caótica quando você é uma gestante de alto risco e seu filho vai nascer de uma cesárea de emergência e é PIG, que é o caso do meu filho... ele era pequeno para a idade gestacional. Então foi uma cena muito de caos, caos total. Porque quando a gente descobriu que eu ia ter que fazer a cirurgia, várias pessoas vieram do hospital, as enfermeiras que estavam me acompanhando. Porque igual eu falei, teve um parto que a gente fez. Porque a moça falou: não vou sair daqui enquanto eu não comer. E a enfermeira falou: então tá bom, não vou brigar com você não. Só que ela não conseguiu comer, o menino veio e a gente tava lá... Eita, já tá trabalhando aqui né? E eu: pois é... já pode me dar meu diploma e eu ficava brincando o tempo inteiro. No dia que a gente descobriu que eu teria que fazer porque a minha curva de pressão tava muito alta

e o meu rim tinha parado, todo mundo veio conversar comigo... E aí a sala de parto, como eu estava falando, é muito caótica. Porque infelizmente há fatores externos. Eu, por exemplo, pari amarrada. Eu estava com as minhas pernas, os meus braços e essa parte amarrada.

Na cintura aqui? Acima da barriga?

Não, aqui não, aqui era só o negócio... só os braços e as pernas amarradas porque eu estava de eclampsia, então o risco de convulsionar é muito alto. E aí eu estava tomando um anticonvulsivo na veia, estava tomando corticóide, fiquei três dias tomando corticóide para amadurecer o pulmão dele. É... e aí eu entrei na sala e eu lembro muito claro que todos eles me explicaram muito bem o que estava acontecendo o tempo inteiro. Eles falaram: olha, a gente vai te amarrar, tá? Desculpa, não é o ideal, não era o que a gente queria, mas a gente vai precisar fazer isso pra sua segurança, pra segurança pro bebê porque se você convulsionar e a gente está com bisturi perto da sua barriga, a gente não sabe o que vai acontecer. Então... e aí eu falei: beleza, tranquilo... É... acompanhante... o Ícaro sempre esteve lá comigo. Ele não pôde ficar internado, né? Do dia 6 ao dia 8 ele não pôde ficar lá porque não ia ter o filho. E a gente sabe que a lei de gestação só permite que você tenha um acompanhante a partir do momento que você vai ganhar o seu filho. Antes disso você tá internado, em uma maternidade não vai ficar homem. Mas aí quando eu descobri que eu ia ter eu falei: ó, o meu filho vai nascer... a gente não tinha nada, não tinha banheira, não tinha nada. Não era pra ter nascido aquela hora... Mas aí depois ... assim, na sala de parto também foi tudo muito explicado, por mais caótico que fosse. Tinha uns 20 médicos em cima de mim. Eu lembro que eu passei muito mal com a anestesia, muito mal com a anestesia. E eu falei: gente, eu tô passando mal, como tá? E eu lembro dele pegando minha cabeça, botando, então foi muito tranquilo. Só uma coisa que eu lembro que ficou assim... que foi... Depois eu descobri também. Tinha uma enfermeira falando com o Ícaro, perguntando se ele estava preparado para cuidar do nosso filho sozinho porque eu não ia aguentar a cirurgia. Ela saiu da sala e falou: ó... vocês vão ter que ser fortes, ela não vai resistir a cirurgia, a pressão dela estava...

E você, ouvindo isso?

Não, não estava ouvindo. Ele me contou depois. Porque ele estava muito assustado também... eu lembro que quando eu acordei, ele ficou: você está aqui... enfim... Porque eu entrei em coma. Porque eu estava com a pressão 18 quando entrei na mesa de cirurgia e minha pressão foi para 6. E aí eu choquei. E aí todo mundo saiu, começou o negócio. Aí a pessoa estava lá, estava rolando tudo isso na sala e ele estava numa distância muito pouca. Era como se eu estivesse aqui, ele estivesse na ponta da sala de lá, ainda com vidro. Ele não podia entrar na sala de parto. Ele via por um vidro que tinha. E aí ele via e tal, e aí... Isso foi um choque, assim, depois que ele me contou, porque eu imagino... eu me coloquei muito no lugar dele... vendo isso tudo acontecer e a pessoa que tava dentro da sala de parto vai sair e falar: olha, tá pronto pra cuidar do seu filho sozinho? Porque a sua mulher não vai resistir, ela não vai. E aí ouvindo só o piii das maquininhas... assim, não tinha como. E eu lembro de uma outra moça que falou: ó, essa daí tá com pré-eclampsia, o rim já parou, só o ó do borogodó. E essa foi na sala de parto junto comigo... mas essa mulher tava sendo ignorante já tinha tempo, então não esperava muita coisa dela também não. Mas foram os únicos dois momentos que tiveram desconfortos, mas perto de tudo que eu poderia ter passado... Então, perto de tudo que eu poderia ter passado e levando em conta como eu estava, eu achei muito incrível. Porque a calma deles me explicarem que eles estavam me amarrando, que estavam ouvindo... E eu lembro das enfermeiras que estavam comigo o tempo inteiro... quando meu filho respirou assim e elas já sabiam o nome dele, é um nome muito marcante. Desde quando eu estava no hospital todo mundo sabia o nome que ele ia ter. E quando ele saiu, eu lembro só da Katia falando olha, ele é lindo e não sei o que. Demorou um pouquinho para ter o apgar e quando

ele veio... ah! Ele é lindo, só que eu não pude vê-lo porque eu estava... Eu não sabia nem onde eu estava, só lembro das vozes, elas conversando comigo e aí eu lembro dele fazendo o apagar. Quando ele fez um barulho eu capotei. Eu lembro só disso, eu lembro dela falando que ele era lindo, ele fez um barulho e eu apaguei. Aí depois só acordei muito depois, um dia depois, no meu aniversário já, no final do dia e aí me deram ele no colo e eu não achei que fosse ele... Eu peguei assim, fiquei olhando, e ele era muito pequenininho assim, e eu fiquei olhando pra ele assim, e... Eu achei muito estranho. E é isso... como eu tinha estudado eu fiquei pensando: será que eu estou com depressão pós-parto? Aí tava na minha cabeça aquilo... e eu: não, pode ser outra coisa... eu fiz a psicóloga... Aí eu: não, não é isso, é só porque eu... depois eu pensei que assim, era um tempo de processar que o meu filho não tava mais na minha barriga porque a meu barriga tava inchada... Eu tava com gases e pra mim quando ele se mexia era a mesma coisa da de gases. Então, às vezes, depois que ele nasceu eu sentia isso e tava com ele aqui e eu: oxe! Pra mim foi uma coisa muito estranha e eu: meu Deus do céu, eu quis tanto esse menino ... e quando eu peguei a primeira vez eu fiquei esperando, sabe, aquele amor, mas não veio, não veio, não veio naquele momento. E a vida é assim, depois eu entendi e eu fiquei assim: oxe! Cadê, gente? Eu juro, eu fiquei assim... que era tão bonita no filme, né?

E aí hoje... você já me disse com quem que você mora. A rede de apoio são essas pessoas que moram com você, o Ícaro, a mãe dele... tem mais alguém?

Não.

E com relação à instituição, o seu filho já vai para alguma creche, alguma coisa assim ou não?

Hoje ele já frequenta, porque ele já tem 5 anos, né? Então, obrigatoriamente, ele vai para a escolinha.

Você só inscreveu ele a partir dos 4?

Então, eu inscrevi antes. Eu inscrevi ele antes, só que houveram vários desencontros de informações da regional de ensino. Eu liguei no 156 e falaram assim: olha, você vai mandar por e-mail esses documentos: comprovante de residência, minha identidade e a certidão de nascimento dele. Eu mandei por e-mail e fiquei esperando pra sempre. E eu tentava entrar na lista, na coisa da lista pra ver os lugares e eu nunca vi o nome dele. E aí entrou a pandemia... Eu até parei de tentar ver isso e depois eu descobri que os documentos nunca tinham chegado na regional porque tinha que ter ido lá entregar.

Ah, não era por e-mail?

Não era por e-mail, tinha que ter ido lá entregar, então desconsideraram e não fizeram. Mas assim... é isso né, como entrou a pandemia e ninguém tava indo pra escola mesmo, foi esse tempo.

E aí depois ele entrou na faixa da obrigatoriedade, né?

Exatamente, exatamente. Tanto que na época do... da pandemia, quando a UNB voltou eu solicitei o auxílio creche, o emergencial que teve, porque eu já tinha tentado solicitar o auxílio creche regular, nunca consegui. E eu tentei o auxílio creche na pandemia e consegui, porque quando eu voltei para a UNB o meu filho ainda não estava na creche e eu precisava pagar uma pessoa para ficar com ele porque dia de semana tá todo mundo trabalhando e não tinha com quem deixá-lo. Então eu peguei o auxílio creche.... Tanto que eu lembro que quando eu consegui, eu liguei doida aqui: gente, preciso colocar isso em creche e tenho que comprovar que isso está sendo usado numa creche ou eu posso comprovar que está sendo por cuidado e aí, não sei, né? A gente fazia a prestação de contas. E aí a sorte é que eles falaram que

poderia, que podia ser sim para outros cuidados porque nem haveria prestação de contas. Mas para mim foi um alívio, porque é isso. Quando a gente pensa... nesses apoios... Por exemplo, tem um caso agora no grupo de mães bem complicado. Mudou agora a política, né? Em vez de a gente precisar pegar o mínimo, agora a gente tem que ser aprovado [em 50% das disciplinas matriculadas].... Pois é, e a bichinha simplesmente não conseguiu ser aprovada. E aí é muito problemático quando a gente pensa numa política de assistência que pense em regras e não em exceções necessariamente, porque as mulheres mães são uma exceção dentro da universidade que nunca são pensadas para além do auxílio creche. Quando, na verdade, não é só um auxílio creche, a gente precisa permanecer na universidade. Mesmo que o nosso filho esteja na creche, muitas coisas advém disso. Meu filho, em seu primeiro ano, ele ficou, inclusive, fui reprovada numa matéria porque o professor não aceitou o meu atestado de acompanhante. Ele me deu um SR.

Você chegou a pedir exercício domiciliar em algum momento?

No início. Só que é isso. Ele era prematuro e eu fiquei um mês no hospital. Eu estava um mês do lado do meu filho tentando estudar pelo telefone. Porque eu tive que pedir... Isso é engraçado, né? Porque mães não estudam. Porque lá no hospital... eu tive ele na Santa Maria... eles não deixaram entrar com o notebook no hospital. Eu tive que pedir permissão quase que pro Ibaneis pra conseguir entrar com o notebook. Pra que que você quer um notebook? Pra eu estudar, senhor. Mas pra que que tu vai estudar? Você tem que cuidar do seu filho... E eu: meu filho tá numa incubadora, eu tô recém-parida e eu preciso estudar, porque diferente de vocês que têm um contrato, eu não posso parar quando eu parir. Eu posso pedir estudos domiciliares, eu tenho que estudar. Aí eu consegui entrar e eu estava aqui na incubadora e aqui no computador. E foi assim, foi o caos, né?

E essa reprovação foi antes dos...

Não, foi semestre passado. Porque ele entrou na escola esse ano. Então, o primeiro ano escolar da criança, é aquele ano sensacional. E aí era isso... uma semana doente ou essa semana também. Uma semana doente e a outra semana também. Gente... porque é muito engraçado porque parece que as pessoas acham que a gente tá inventando. Teve uma época que eu falava pro professor: é, ele tá doente mesmo, tô falando sério. E ele ficava: não é possível! E eu: é. Sabia que é? Bote teu filho na escola a primeira vez... Aí eu descobri agora o que ele tem... Possivelmente a gente vai ter que tirar as amígdalas dele. Porque toda vez que ele ficava doente, era garganta inflamada. Todas as vezes. E aí eu fiquei assim... Aí agora a gente descobriu que já tem um fator, mas assim... Foram muitas vezes que ele ficou doente e aí eu fui reprovada. Então, pensar numa política... principalmente quando a gente tá falando numa política de permanência, a gente precisa pensar na permanência. Existe uma permanência de pessoas que não têm dependentes e existe uma permanência de pessoas que têm dependentes. Então... eu vou culpar essa mãe por não ter conseguido ser aprovada quando quem mais sofre com essa reprovação é ela, porque ela vai ter que ficar mais um semestre, ela que possivelmente vai perder uma bolsa, que muitas vezes é o que garante que essa criança vai comer. Então... como é problemático uma situação assim. Muito legal que reformulou... eu gostei muito mais, inclusive de você ser aprovado pelo menos na metade do que você pega do que tem que pegar o mínimo de crédito porque, por exemplo, na filosofia o mínimo são 14... eu tinha que pegar cinco matérias e não tem condição. Então agora eu posso pegar 3, 4... sendo aprovado em duas, ok. Mas tem gente que também não consegue. E aí eu vou culpar? Acho que a gente precisa tentar pensar num sentido de que... dê mais uma chance. Porque eu acho que é muito punitivo quando a gente fala assim: olha você não foi aprovado, a gente vai tirar a sua bolsa. Quando essas pessoas que estão reprovando, possivelmente tem um

problema que fazem muito mais com que elas precisem desse auxílio, dessa bolsa. Acho que isso é bem problemático, mas assim... né?

Quando a gente fica grávida, a gente projeta muita coisa, né? O que você projetava e o que de fato é a maternidade para você? O que supriu suas projeções e o que foi totalmente diferente?

Engraçado... eu gosto muito de pensar no que pode dar errado, porque para mim é muito mais fácil me acostumar depois com algo que deu errado do que com algo que eu pensei que ia dar muito certo e não passei. E eu tenho ansiedade, eu tenho ansiedade e pânico... por muito tempo eu tive que tratar isso assim, então eu desenvolvi esse mecanismo na minha cabeça. Eu não vou sofrer por antecedência e também não vou planejar as coisas. Quando eu engravidei, o meu medo era esse, de não conseguir... era o meu maior medo. Porque eu já... vindo de família de interior, que tem muito filho... eu já criei vários primos, já criei vários... parentalidade é muito legal, né? Já criei várias pessoas. Então ser mãe foi uma coisa diferente no sentido de que eu era a pessoa... que era a pessoa dona daquela criança, naquele momento em questão de maternidade, mas o cuidado em si nunca foi um medo para mim. O problema era esse, assim... a gente vai ter dinheiro para cuidar? Como é que a gente vai fazer? Porque eu preciso estudar. Eu posso agora deixar de estudar e trabalhar numa loja e ficar para sempre presa nisso.... E para mim é foda porque eu sempre tive esse exemplo dentro de casa. E não é porque a minha mãe e minha avó não quiseram estudar, é porque elas não puderam estudar. Era elas estudarem e a gente ficar com fome. Tanto que eu e minha prima fomos as primeiras a entrarem na universidade da nossa família. E isso foram coisas que me fizeram muito querer ser professora e ter a minha profissão. Então, não ver uma possibilidade de realizar um sonho que eu sempre tive desde criança foi um dos meus maiores medos quando eu estava grávida. E a falta de liberdade, que eu achei que eu nunca mais teria... eu tive com 18 anos, gente, pelo amor de Deus. Mas também eu falo que se eu tivesse dois anos a mais eu não conseguiria correr atrás do meu filho... porque não tem condição. Mas assim, eu sempre tive essa questão. E pra mim isso que foi muito legal, porque inicialmente foi muito difícil. Os dois primeiros anos dele foram surreais porque como um prematuro, ele tinha milhares de demandas diferentes das outras crianças. Então ele era muito pequeno, não era todo mundo que conseguia segurar, teve muita coisa pra eu conseguir de fato usar minha rede de apoio, deixar ele. Porque eu desenvolvi uma super proteção por ele também. Porque era eu e ele no hospital o tempo inteiro. O pai dele não podia dormir no hospital. Então era eu e ele o tempo inteiro. Se não fosse eu, ele não ia, não ficava e tal. E eu não conseguia mesmo deixar eles. Eu só consegui usar minha rede de apoio quando o meu filho tinha uns 3 anos. E aí foi pandemia e aí ele ficou em casa com a gente de novo.

E nesse tempo, como é que você fazia com a UnB?

Na pandemia? Nesse tempo que ele estava muito próximo. Então... ele vinha comigo.

E como que era essa experiência trazendo ele pra cá?

Ah! Caótica, era muito caótica. Só que também foram coisas muito interessantes, porque foi na época que eu conheci o grupo de mães e que a gente começou a desenvolver o coletivo e que eu conheci pessoas muito boas aqui na UNB também. Nessa época eu morava no Gama, né? Então tinha ainda o intercampi da FGA pra cá. E aí o que eu fazia? O Ícaro me deixava na FGA e eu vinha de ônibus com o meu filho. Até um dia que quiseram me proibir de vir com ele porque, segundo a empresa de ônibus, eles não tinham contrato pra levar crianças fora da cadeirinha. Só que eu fiz um escândalo e aí eu sempre vim com ele. E aí eu vinha com ele, o intercampi saía 6h30, lá da FGA pra gente chegar aqui 8h da manhã, né? E aí eu pegava o intercampi, 6h30, e aí chegava que na UNB umas 8h... eu lembro que como eram os primeiros

semestres eu pegava uma matéria na FE e inclusive teve dias que eu peguei uma matéria na FE que terminava 10 e peguei uma matéria no BSA Norte que começava 10. E aí eu botava o meu filho no Sling e atravessava da FE, passava pelo IDA, pela música e chegava aqui na aula. Só que a aula era lógica, uma das matérias do meu departamento. Não tinha a mínima condição de eu estar com ele naquela sala. E não era só pela hostilidade... é porque assim, são matérias, matérias, matérias. As matérias que eu pegava na FE... tanto que eu consegui tranquilamente fazer e ir com o meu filho. Assim, era muito cansativo. Mas... Era isso, era isso. Era cansativo, mas dava pra ir. Aí eu lembro até que teve uma vez que eu precisei apresentar um trabalho e aí eu não tinha com quem deixar o ele, não tinha como deixar ele na sala e eu mandei no grupo: gente, eu preciso apresentar um trabalho agora. Alguém fica com o meu filho pra mim? E aí minha amiga falou assim: traz ele, traz ele aqui, eu tô aqui na FE em tal sala. Eu cheguei lá pra dar o meu filho pra ela, pitoquinho... ela estava com outras duas crianças, os filhos dela. Estava com o Bento, que também é pequeno. Estava com os dois filhos dela e o meu. E eu: amiga, tu já está com dois. Não, não, deixa aqui. Vai lá, vai lá. Eu não tinha nem como falar muita coisa que eu precisava, realmente. E eu deixei o meu filho com ela, fui e apresentei o trabalho e eu falei: professora eu vou lá buscar ele, viu? Aí ela: beleza, vai lá. Aí eu peguei ele... quando eu fui buscar ele estava dormindo, pleno... a filha dela estava tocando xilofone assim do lado dele, ele capotado e eu: oi, amiga. E lá na FE tem um gramado, não sei se você conhece... tem um gramado no meio das salas.

Ela estendeu uma esteira lá e o meu filho tava dormindo no meio do gramado, na esteirinha, super tranquilo e a Manu tocando o xilofone pra ele. E ela: olha, tia, a música que eu fiz. Isso que é muito interessante na maternidade, porque a gente só vê essa empatia em movimentos assim... eu nunca pensei que eu ia ficar... Porque eu nunca quis ter filho, pra mim... ô misericórdia... Eu tenho um... não quero ter filho, ainda, na minha cabeça. Mas assim... porque é isso... Eu sempre pensei pra mim uma perspectiva diferente das que as mulheres da minha família tiveram, sempre. Eu nunca quis ter uma vida parecida com a delas. Não porque eu... admiro, admiro muito. Mas eu acho que a linha entre a admiração e a romantização de coisas que não devem ser romantizadas é muito tênue. Então eu acho que eu posso muito bem admirar e sonhar com uma coisa diferente. E para elas também sempre foi muito essa pegada, assim... ó, a gente passou por isso e isso e isso, você está aí e viva por causa disso. Mas não necessariamente você precisa ser assim. E não é uma desvalorização também.

Essa sua consciência, ela vem com a sua entrada aqui na UNB, no curso de filosofia ou ela vem antes e por este motivo você chega na filosofia? Como que foi essa escolha do curso?

Eu sempre fui muito... Eu não sei. Eu sempre fui muito... minha mãe fala cricri. Porque eu desde pequena assim, eu sempre fui uma criança muito oral. Sempre fui muito faladora. A minha mãe brigava comigo e eu fazia um discurso do porquê que a minha mãe estava errada. Só que assim, minha mãe é mineira, era aqui, ó, chinelada. Toda vez que eu falava era chinelada. E aí... só que ao mesmo tempo, depois que eu fui crescendo, minha mãe sempre me incentivou politicamente. Ela sempre falou assim: ó, a gente é pobre, viu? Pobre. Tem que pensar. Isso aqui é certo, isso aqui não é. Você é pobre, você tem que valorizar isso aqui, isso aqui. Então... E outras pessoas na minha família que tinham uma condição de vida melhor, já não tinham tanta cabeça. E isso sempre me irritou muito. Desde pequena eu sempre sofri muito com pessoas sofrendo perto de mim. Destratar pessoas, sempre... Nossa, pra mim quando eu era criança era terrível. Eu lembro tanto que eu lembro da primeira vez que eu vi uma pessoa em situação de rua, eu chorava. E isso era terrível. Então eu sempre fui muito assim... no ensino médio eu fui presidente de grêmio. Eu já fazia uns movimentos. Minha mãe me levava em manifestação... eu lembro em 2013 que eu fui na primeira manifestação, mas minha mãe sempre foi... eu lembro da minha mãe contando dos caras pintadas, da época dela.

Só que era isso. Elas sempre foram muito politizadas. Só que empiricamente, aquela política que você faz vivendo ela e não necessariamente teorizando. Porque elas nunca tiveram acesso a esse conhecimento para se teorizar uma política, como se faz política. E aí quando eu entrei no ensino médio... Eu já... eu tive uma época do movimento punk, que eu sempre gostei muito, minha mãe também curtia muito a vibes. E a galera começou a falar muita coisa, eu comecei a achar legal e eu sempre gostei de ler. E aí eu lia umas coisas assim... não entendia muito, porque eu lia coisa muito difícil, jovem tem muito isso. Não entendi nada, mas pega para ler. Aí eu peguei e tal, mas aí eu sempre fui muito assim, é muito uma característica minha, assim, de sempre ter gostado muito de aprender. Pra mim, é uma das coisas mais bonitas do universo, é o conhecimento. E de me colocar também, porque eu percebi que muito foi tirado da gente. E a minha família materna, e é uma coisa diferente, são todas pessoas brancas. Todas pessoas brancas. Muito brancas. E... tanto que eu só me entendi quanto mulher negra, quando minha mãe foi viajar e eu fui também e aí no aeroporto minha mãe passou e falaram: Ei, abre sua bolsa aqui, linda. Eu tinha 13 anos de idade. Eu falei: ué, alguma coisa tá diferente. E aí eu comecei a entender e aí conheci mais. Então sempre foi... E aí quando eu prestei vestibular pra Unb, eu queria história porque pra mim... eu sempre gostei muito de filosofia... só que pra mim a história ainda era uma parte que me permitia demonstrar o que eu era. Porque em filosofia a gente não tem uma representatividade, a gente vê pessoas brancas falando pra pessoas brancas. Na história também, sim, mas a gente tem... E pelo menos na história a gente já fala que escravidão foi errado, né? Na filosofia ainda tem gente que defende. Então, sempre foi assim, então... E eu sempre gostei dessa questão exata. Sempre gostei muito de história, porque eu lia muito história. Eu nunca... Só que quando eu fiz o vestibular, e antes disso, eu comecei a pensar muito em muitas coisas. O Ícaro, ele fez sociologia e antropologia aqui na UnB. Então quando a gente começou a namorar eu achava o máximo, eu ficava conversando com ele assim e eu: meu Deus, que legal. E eu sempre li muito, sempre tinha teoria e ele ficava: parece que você já tá se formando na universidade. Eu converso com gente que não sabe metade do que você sabe. E é um bagagem assim que eu fui por mim mesma atrás. E aí quando eu prestei o vestibular eu falei: Olha, acho muito legal a história e eu teria mais com o que trabalhar do que a filosofia, só que eu gostei muito quando eu comecei a ver outras coisas. E aí eu botei filosofia e história e eu falei: gente, qualquer coisa que for ruim eu faço a prova de novo. Qualquer coisa se for ruim eu faço a prova de novo e é bala. Pronto. Tanto que eu fui muito melhor em exatas do que humanas na prova do vestibular. Aí eu peguei e escolhi filosofia, tinha passado, passei no Enem para ciências sociais. No PAS eu ia passar para direito. Só que eu não concluí o PAS porque eu parei no segundo ano, então eu não concluí o PAS. Só que a minha primeira nota foi 60, eu lembro que foi muito alta, né? Eu fiquei muito feliz. E aí, só que no fim foi a Filosofia. E pra mim fez muito sentido, porque é isso, né? Às vezes as coisas acontecem porque tem que acontecer. Pra mim é um curso que me abriu muito as portas, e sou eu, assim. Hoje eu vou concluir minha graduação e quero tentar um mestrado na FE... meu tema de pesquisa, inclusive, é filosofia africana e educação. Então eu quero tentar submeter para a FE, mas a filosofia em si é um curso que eu acho sensacional para mim. Porque eu sempre gostei muito de falar, eu sempre gostei muito de conhecer e eu quero muito ser professora. E eu acho que não há outro campo que me permita fazer tudo isso e ainda assim ter um conhecimento. E aí foi quando eu comecei a pensar que assim, se a gente só vê a filosofia dessa perspectiva da pessoa branca, passando conhecimentos brancos, nunca vai mudar porque a gente não vai ter alguém se representando naquele meio que possa mudar essa situação. E aí depois disso eu comecei a gostar muito do curso, eu gosto muito do curso. Mas é um curso que força muita gente, é um curso que dá uma pauleira na gente. Por exemplo, eu não concluí o ensino médio, então eu entrei no INB, eu falava o inglês mais ou menos. O português, porque eu sempre li muito, então a leitura me ajudou muito. Só que... quando eu entrei, eu lembro do professor falando,

esse texto aqui é para amanhã, viu? É em francês. Tem esse daqui que é em espanhol, tem esse... Hoje eu consigo ler, hoje eu leio em alemão, hoje eu leio em grego clássico, hoje eu tenho um domínio básico de latim. Então tem coisas... alemão...

Foi aprendendo sozinha?

Sim, porque a gente tem muito texto, né? E aí é legal porque a gente pega muita coisa da Grécia, assim, então eu não leio, mas eu entendo palavras, porque as traduções a gente perde muito isso, né? A gente perde muito o cerne da palavra. E os professores usam muito, tipo, a gente pega um texto em alemão, aí tem uma palavra no alemão que significa três em português. E aí essas coisas assim... alemão eu já entendo mais do que o grego e latim, mas eu também consigo ler... espanhol, é tranquilo, inglês também, então hoje a gente... Eu já tive um domínio maior, mas sempre foi isso, ah, o que é isso? Não sei. Pesquisar, eu fico lá... Quase que um hiperfoco, assim, aí eu fico lá e tal e depois eu saio. E sempre foi assim, assim, é... Tanto que eu acho que isso foi muito bom quando eu decidi: não, não vou mais fazer o ensino médio não... Porque eu já tinha meio que, que isso em mim, assim... não, eu vou estudar.

Você acreditava na sua capacidade, né?

É... é possível, é possível, é possível. Deu certo.

E aí, pensando nessa questão de conciliar a UNB, maternidade, afazeres domésticos, quais são as suas estratégias? Porque assim, vou dar um exemplo. Eu fui percebendo que as estudantes começam a concentrar atividades em dias da semana para virem menos. Então... como é que você faz para conseguir dar conta de tudo isso?

Sim, uma coisa que você falou foi muito boa. É isso, eu concentro em dias da semana... desde sempre, né? Meu sonho é pegar a semana inteira, eu não faço. Eu pego terça e quinta. Semestre passado eu tava segunda, quarta e sexta. Semestre estou terça, quinta e sexta. Só que no meu curso é muito bom que a gente não tenha aula nas sextas geralmente, porque são aulas para leitura. Eles passam muito texto durante a semana, então sexta eles geralmente deixam pra leitura ou reposição de aula. Então segunda e quarta ou terça e quinta. E aí eu faço isso, eu tento montar a minha grade nessa de encaixar porque se eu preciso deixar ele com a minha mãe, com a minha avó, com a avó dele, a gente faz isso... agora ele está na escola, então eu marco a hora de estudar a tarde... eu tenho aula... hoje mesmo, eu cheguei 9 e pouco e eu tinha aula 10, vim pra aula às 10 e ele estava com a avó dele a avó dele vai deixar ele na escola meio dia e quarenta e vai, vai trabalhar.

E aí você busca ele agora... 5 e pouco, né? Perto das 6...

Sim, aí minha mãe vai passar e pegar ele.

E aí, por exemplo, com relação a fazeres domésticos lá na sua casa, vocês fazem divisão?

A gente faz... É isso, porque eu tô geralmente em casa nos outros dias que eu não tô aqui. Então, aí a gente divide, assim. A parte dos fazeres domésticos geralmente é... é relativamente boa lá em casa, porque somos 4 mulheres, então a gente faz rapidinho quando tem que fazer a gente bota a noite uma roupa pra bater, lavar a casa num dia, pega um final de semana e dá uma geralzona. A gente consegue conciliar bem porque a gente sabe que todo mundo está ocupado. Então, quando a gente tem um tempo, a gente vai, faz tudo, porque depois é mais tranquilo. E aí, agora, como meu filho tá na escola, é muito mais tranquilo.

A escola é perto da UNB ou da sua casa?

Da minha casa.

E como que você se sente nesse espaço aqui, né? Com relação aos professores, com relação aos outros estudantes... você que teve muito essa experiência de estar aqui com uma criança, primeiro grávida e depois com uma criança...

Eu tive poucas experiências com professores ruins, na verdade nenhuma. Eu tenho inclusive uma foto das primeiras vezes que o meu filho veio comigo para a UNB, que foi com a professora Andrea, que eu converso com ela até hoje, que para mim é uma rainha. Ele estava agoniado no carrinho, era aula de OED e ele estava agoniado no carrinho e aí eu peguei e ela: me dá ele aqui. E aí ela pegou e ficou dando aula com o meu filho. A aula todinha com ele aqui e ele dando gargalhada... E essa turma, especificamente, sempre me abraçou muito, foi uma turma muito legal. E a professora, toda vez que eu precisava levar o meu filho, ela ficava passeando na sala, subindo nas... Mas em outros lugares a gente tem... a gente sabe e vai ver um olhar estranho, que é o que eu sempre falo, né? Como eu sou do coletivo, eu recebo muita coisa, a gente recebe muita demanda de mães e estudantes, né? Então a gente tem desde assistente social chegando no CASESO perguntando sobre uma mãe que foi denunciada... o serviço social chegou lá já querendo pegar as crianças...

Aquela do Conselho Tutelar?

É, a Yasmin, né? Tanto que eu trabalho com a Hayesca, né? Eu faço parte do GMATER também... E aí a Hayesca também compõe com a gente o GT de maternidade e o coletivo de mães também. E eu falando com ela sobre esse caso... Como é que pode? E depois tivemos outro caso lá no CASESO também, de pessoas falando que não era lugar de criança. Então assim, comigo... E aí eu acho que é um livramento, sabe? Porque eu acho que eu sou muito estressada já. Ninguém tem coragem, ninguém tem coragem. Às vezes Deus pega assim, ele faz uma barreira e quem vier encher meu saco não me vê. Porque se um dia um professor olhasse torto pra mim, menina, eu ia jogar uma cadeira.

No RU você teve alguma experiência?

Eu nunca levei o meu filho no RU. Até porque eu só comecei aí no RU quando eu consegui a assistência. Porque minha mãe trabalha, nossa renda deve ser... Hoje eu tenho uma renda maior porque eu recebo socioeconômico e PIBEX, né? Tanto que eu queria muito o saúde mental, só que eu nem consegui pegar os documentos de novo. Mas assim, já é muita coisa. Então quando eu submeti, a renda exclusiva da casa era da minha mãe, que é no máximo R\$2.000,00, quando é bom. Então hoje tem mais um pouquinho, mil e pouquinho que eu recebo e aí eu coloco em casa. Então eu não tinha como pagar RU, não tinha como. Eu ficava sem comer, eu trazia comida de casa. E a sorte é que era leite, né? Então o leite eu tinha no peito, então ele não precisava. Aí eu não ia no RU. Ou eu ficava com fome ou eu trazia comida de casa. Pra ele eu dava no peito mesmo, até uns 6 meses assim. Aí quando ele começou a comer eu trazia sempre uma frutinha, umas coisinhas pra ele comer. E comidinha também, quando eu ia ficar mais tempo com ele, né? Mas eu não ia no RU, mas assim também há um relato geral, né? Como que uma criança vai pagar 15 reais de uma refeição sendo que ela não come, nem metade disso? Não faz muito sentido.

Você consegue ver muitas coisas, né? Porque você está no coletivo, participa do grupo... Então, com esse olhar que você tem, o que você acha que falta a UnB fazer?

Pois é... Primeiro, né? Quando a gente... A gente tem o GT agora. Tem, mais ou menos. Porque a UNB é muito engraçada. O GT foi uma demanda que a gente teve de continuidade, justamente por causa disso. O coletivo, como a gente conhece hoje, surge em 2018, de fato. Mas ele apareceu antes em 2016. Só que a gente está falando de mães universitárias. Então, assim, nós somos mães, nós estudamos, a maioria trabalha e ainda tem que ter tempo pra fazer política porque as pessoas não vão pensar política pra gente, né? Então, em 2016, de 2016 até

2018, ficou parado mesmo. Era só o grupo. E aí, em 2018, a gente começou a tirar ele do papel de novo e o que a gente percebia eram várias falhas, desde a base. A primeira falha é que a gente não tem um quantitativo. A gente não sabe quantas pessoas têm filho na UNB. Assim como a gente não sabe quantas pessoas com deficiência a gente tem na UNB. E como é que a gente faz política pública para um grupo que a gente não sabe? É inexistente. Isso você sabe melhor que eu... Se a gente não tem um quantitativo essa pessoa não existe, logo não existem políticas públicas para essas pessoas ou quando existem vão ser insuficientes... Assim... 10 vagas no auxílio creche? Então... o primeiro problema do coletivo, e aí a gente precisou fazer isso, a gente precisou centralizar isso tudo de alguma forma, por isso que a gente criou o coletivo, porque no grupo ficava tudo muito perdido e então no coletivo a gente começou a sistematizar isso e colocar pra tentar andar. E aí...

Quando o coletivo foi criado, já tinha professor também envolvido, que é o caso da Hayesca?

Tinhamos a Tati... temos a Tati, ainda... que ela é a adjunta do ICS, das ciências sociais. E aí ela também dava, é docente, daqui já é formada e tal, mas aí vieram entrando outras professoras depois, mas no grupo geral sempre tiveram professoras. Lembro que tinha uma professora do IDA, já tinham pessoas que não eram estudantes e muitas eram professoras e estudantes. Já aconteceu também de a gente ter isso. Então a gente... quando a gente começou a pensar nisso, a gente falou: então vamos sistematizar. A primeira questão que a gente viu era justamente essa necessidade de quantitativo pra gente ver o que a gente vai fazer. 10 bolsas são insuficientes, por quê? A gente tem mais de 10 mães, olha aqui no Instagram. A gente não pode fazer isso, a gente precisa de uma pesquisa institucional da UNB pra que esses quantitativos sejam válidos e trazidos pra DDS, por exemplo... que é o local onde vai distribuir essa política pública. E aí, primeiro ponto. E aí depois a gente viu que essas demandas, da mesma forma e com a mesma espontaneidade que elas surgiam, elas desapareciam porque a gente não tinha uma continuidade no cuidado e pra ver o que elas... se elas estavam andando ou não. E aí a gente viu um outro ponto... então além de quantificar a gente vai precisar de algo que nos permita visualizar se essas coisas estão sendo cumpridas. Depois a gente viu uma outra demanda, a gente não tem espaço. Eu troco o meu filho aqui e a minha amiga troca a filha dela no meio do ICC porque a gente não tem nem um fraldário, a gente não tem um espaço para essas pessoas. O único lugar que tinha era na FE e tinha uma sala linda, que inclusive o carrinho que ele ficava era de lá. Não tinha condições de trazer um carrinho de bebê do gama. E aí a sorte é que tinha essa sala que tinha um carrinho. Então a gente viu também essa questão dos fraldários que foram inaugurados depois, depois que a gente teve essa primeira reunião com a reitora, ainda na época da pandemia, pouco depois de nós sermos todos vacinados e tal, a gente conseguiu... a gente enviou uma carta com várias demandas e aí a gente conseguiu uma reunião. Tava a Márcia, tava o Ileno, tava o Paulo... Tinha um pessoal. Só que coincidentemente foi no dia que [não compreendi nome] morreu. E aí ela também tinha que ir ao velório, enfim, né? Mas a gente conseguiu conversar e os fraldários vão surgir depois dessa conversa. Mesmo que de forma insuficiente, né? Porque é uma pedra gelada. Só que eu lembro que no dia da inauguração, a reitora chegou e falou pro Valdeci: Valdeci, pedra gelada não dá, você vai providenciar a almofada. Aí o Valdeci: não, mas é porque vão roubar... Aí ela bateu assim [no ombro do Valdeci] e disse: eu tenho certeza que seus seguranças vão cuidar disso. Só que assim... nunca mais a gente teve notícias de isso. Estão lá, as pedras frias. E é isso. Mas assim... eu quando eu tava com o meu filho eu andava sempre com um trocadorzinho, que eu dobrava, fofinho... Se tem um espaço, pelo menos é mais fácil do que não ter nada. E aí... então eu acho que agora a universidade... e aí a gente criou o GT pensando nessa segunda questão que é de continuidade, de tentar ver e a gente teve uma outra reunião com a professora Débora, que é da Secretaria de Direitos Humanos,

com a professora Roberta Cantarela, que na época estava na Secretaria da Mulher. O Paulo foi também, que foi de onde saiu o GT, que aí saiu o ato de convocação do grupo de trabalho e a gente colocou representantes discentes da pós e da graduação, botamos representantes docentes e técnicas administrativas... terceirizados eu não tenho certeza, acho que terceirizado a gente não colocou no GT, mas a princípio era pra ser pra estudantes. Porque? A gente entende, né? Mãe, só que assim... a falta de assistência, prioritariamente, é na graduação. Nem na pós... A Diana, ela faz concomitante, a graduação e a pós. E aí, ela tava falando: olha amiga, na pós eu consigo todas as informações que eu quero, os professores entendem, na graduação eu não consegui nem isso... porque ela teve a bebê dela, a última bebê dela, na graduação e na pós... E aí ela precisou pedir estudos domiciliares para ambos. Ela falou: ó, na pós eu consegui pedir, mas na graduação eu não estou conseguindo. Está uma dificuldade absurda. E aí é um desencontro de informação e tudo. E aí a partir do GT a gente vai observar o que está acontecendo e a gente vai lançar, que é o que a gente está trabalhando atualmente, um censo, o que a gente chama de Censo Materno, que a gente vai tentar... já conversou, vai pedir para o pessoal da UnB colocar lá na página inicial do SIGAA para o pessoal... porque a gente tentou pedir para o Paulo ver com o pessoal que faz esse sistema, que é da Federal do Rio Grande do Norte... Porque a nossa ideia era o que? Quando a gente vai responder a questão do socioeconômico, a gente colocar se você tem filho. E lá tem, se eu não me engano. Eu fui responder a desse ano, né? E lá tem. Mas que isso entrasse no sistema pra gente conseguir quantificar. Porque lá aparece: você tem? E aí, eu acho que vocês, né, que mexem com a assistência social, devem olhar o nosso cadastro e ver... aqui tem filho. Mas não existe uma base que jogue todos esses dados de quem tem e coloque num lugar pra gente. E para a gente, a discussão que a gente ficou semanas foi essa. Porque a gente descobriu, né? A gente não sabia que o SIGAA era o pessoal da UFRN que fazia. Descobrimos. Porque tem uma das mães, a Carol, que trabalha inclusive na PRF, e é o mesmo sistema. E ela falou, gente, eu acho que o SIGAA tem um contrato igual a gente tem aqui com a Federal do Rio Grande do Norte. E aí quando a gente chegou na reunião a gente perguntou e ele falou: é isso. E aí a questão seria também: porque a gente não quer saber só quantas mães tem na assistência. A gente quer saber quantas mães tem no campus. Porque muitas mães, graças a Deus, não precisam da assistência. Existe essa porcentagem de pessoas que não precisam, mas elas precisam ser contadas enquanto mães para a gente saber quantas somos. Então, a gente pensou nessa questão, igual a gente coloca lá na DDS, só que foi isso que a gente falou: ó, a gente precisa expandir isso para todo mundo. A partir do momento que fez a matrícula, se já tiver um filho coloca, se não tem que abrir um local onde essa pessoa possa inserir.

Não, e é igual quando eu estava pesquisando aqui, eu fui olhar o anuário estatístico da UNB. Não aparece hora nenhuma... Eu ficava, gente, onde estão essas informações?

Não tem nada. Tanto que eu respondo muita gente, faço muita entrevista e as pessoas dizem: você sabe quantas mães, você tem uma ideia, o que está acontecendo? Porque eu pesquisei e eu não achei. Eu falei: é, você não vai achar.

E nessa carta que vocês enviaram, teve a questão do fraldário que foi atendido... Teve mais alguma questão que foi nessa carta e que foi dado ao retorno?

Não. Porque a gente pedia, por exemplo, prioridade na matrícula para pessoas que têm filhos até 5 anos de idade, fora do período escolar, tal qual, prováveis formandos. Porque quando a gente escolhe uma turma, a gente provavelmente está escolhendo essa turma porque a gente tem esse horário. E a gente não tem... o negócio é que assim, aí tem um provável formando ou, não sei, aí essa pessoa vai pegar a vaga e eu não vou conseguir pegar porque eu não tenho prioridade nenhuma. Então a gente colocou solicitando prioridade matrícula. Só que a gente também não conseguiu resolver ainda, porque a gente tem que reunir com um DEG, pra

conversar com o DEG, esperar o DEG. Outro ponto, a questão do RU. E aí é uma outra labuta porque falar com o DAC e falar com o cão parece que é a mesma coisa. Que eles não... Não, não, não. Muito difícil. Porque pra gente conseguir... quando a gente começou a pensar nessa questão do RU, a gente falou: não, é fácil, é só não cobrar. Aí depois vem lá a Carol, com conhecimento administrativo e falou: gente, não, a gente vai precisar de um estudo de quanto de dinheiro o restaurante perderia, de quanto de dinheiro seria somado ao final pra gente saber do contrato. E aí Carol ficou lá um tempão explicando pra gente. E a gente viu lá... tá, a gente vai ter que fazer isso. Só que a gente ia ter que se reunir com o DAC pra gente ver tudo isso que a gente precisava fazer pra que a gente fizesse antes do período de férias escolares, né? Que foi agora no meio do ano... só que também não deu certo. Então, da carta, a gente só conseguiu a reunião e um diálogo. Hoje o coletivo consegue dialogar com as instâncias da UNB, quando necessário, o GT, que querendo ou não foi uma questão, e só.

A escola chegou a ser problematizada?

Então, sim. A gente colocou... Só que o Centro de Estudos em Primeira Infância não foi na carta. Porque o que acontece é isso, né? Aqui na UNB a gente não pode ter creche. A UNB não permite creche pela estrutura. Não é o fim da UNB. É uma atividade fim que a UNB não pode realizar. E aí, tanto que a gente achou essa brecha. Não é uma creche, é um centro de estudos em primeira infância. Porque o PIJ existe, mas o PIJ não é uma escola, o PIJ não alfabetiza e ele está aqui muito antes dessa lei baixar, então não teria problema. Só que a questão dali foi a gestão, porque a UNB cedeu o espaço. Só que a responsável pela instituição é a Secretaria de Educação. E a premissa máxima da Secretaria de Educação é que a gente não pode fazer reserva de vaga e nem negar vaga para as pessoas. Então a partir do momento que a gente constrói esse Centro de Primeira Infância aqui e passa para eles a gestão, a gente sabe que a comunidade da universidade vai continuar não sendo atendida, majoritariamente.

Vai seguir toda aquela questão da pontuação que a secretaria de educação já aplica?

Sim. Então quem mora aqui perto pode pegar uma vaga, os professores da colina podem botar os seus filhinhos. O pessoal da Asa sul e da Asa norte pode colocar os seus filhinhos porque querendo ou não a pontuação é muito... trabalho ou casa, né? Então agora a gente está tentando entender como é que vai funcionar isso sendo que o que historicamente a gente pediu nem foi uma creche. A gente queria um espaço para que a gente pudesse deixar nossos filhos, ir para a aula e voltar. Era simplesmente a UNB criar um espaço, colocar estudantes para olhar uma criança. Só que aí tem uma outra questão legal... que a partir do momento que a gente deixa o nosso filho com um estudante, a UNB é responsável legal por ele... e a UNB sendo a responsável legal por ele e acontece qualquer coisa com esse estudante, ela não quer responder. Então é mais fácil a gente criar esse centro de primeira infância, pra dizer que a gente está tentando sim fazer uma política de permanência, mas que essa política continua não afetando e não chegando em quem tem que chegar. Então, assim, é muito importante que... Porque querendo ou não é melhor que nada, eu acho que algumas pessoas que estudam aqui vão conseguir. Mas que é engraçado... eu estava pedindo isso quando o ele estava na incubadora e hoje o meu filho tá na escola e ele nunca vai estudar aqui. E a maioria das mães que estão no coletivo estão nessa vibe. As crianças estão todas grandes, nenhuma vai estudar aqui. E aí... como é que a gente vai fazer? Porque o problema vai continuar aqui. Não vai cessar agora.

Mulher, é isso. Muito obrigada!

De nada! Prazer! Precisando só avisar!

APÊNDICE F - Entrevista transcrita da estudante Thaís

Então vamos lá. Me conta um pouquinho da sua história mesmo, da sua família, se a sua família é daqui, se veio de outra região, como que você veio parar aqui na Universidade de Brasília, né? Então me conta um pouquinho assim, bem do seu jeito, como você quiser...

Bom, meu pai é da Bahia, minha mãe do Maranhão. Se conheceram aqui em Brasília, isso foi em mil novecentos e tanto, se juntaram, tiveram a minha irmã e depois eu. Porém eu tenho outra irmã por parte de mãe também, que sempre morou com a gente, só que é só parte de mãe. Aí eu tive meu filho já em 2020, eu engravidei em 2019 e tive ele em 2020. Eu já estava na universidade, passei na universidade em 2019. Aí eu fiz cursinho pré-vestibular pra passar, consegui entrar, graças a Deus. Estou aqui nessa luta diária, meu bebê está com 3 anos, é muito difícil conciliar tudo, mas aberta que vai.

Você entrou grávida ou você engravidou depois que entrou na UNB?

Graças a Deus, Deus é tão bom que eu engravidei na pandemia. Aí eu não estava frequentando e também a gente teve o trancamento de aula, essas coisas. E acabou que deu até certo.

Então você passou primeiro no Vestibular e aí depois que você engravidou?

Engravidei no começo de 2020, em janeiro.

E qual que é a escolaridade dos seus pais? E com o que eles trabalham?

Minha mãe, no momento, ela já terminou o médio e está fazendo um curso técnico de enfermagem, lá na escola técnica do Guará. Meu pai ele é pedreiro e ele parou na quarta série.

Você sempre morou aqui em Brasília então né?

Sempre. Nascida e criada.

E quem que te criou?

Minha mãe. Às vezes um vizinho que olhava a gente... minha vizinha. Aí depois escola, depois passou mais responsabilidade para a minha irmã mais velha. É triste isso, mas... Aí depois a gente já estava um pouquinho mais velho, a gente ficava só depois da escola.

E aí sempre sua mãe nessa função mais de cuidado?

É, exatamente.

E o seu pai?

Trabalho.

E a sua mãe quando delegava, quando compartilhava esse cuidado era porque ela precisava trabalhar?

Exatamente

Você estudou em que tipo de escola?

Escola pública, a vida inteira.

E o que te fez escolher o curso que você faz hoje na UNB?

Eu escolhi o curso de museologia porque ele tinha uma nota boa pra mim e eu me identifiquei também com coisas que a gente iria estudar. E eu acho que foi assim, o que mais me reconheci, porque os outros, não.

E você gosta do curso? É uma escolha acertada?

Acertei. Depois, né, de um tempo que eu vim estudando... Eu já tô aqui no quarto semestre. Aí eu consigo sim me perceber dentro do curso, mas é isso, deu certo.

E como que foi pra você a descoberta da sua gestação? Como você se sentiu?

Bom, eu já tava um pouco sentindo assim, porque menstruação sempre foi bem certo, tudo bem regular. Aí, do nada, cortou a menstruação, eu tive escape, os meus seios começaram a ficar maiores... o que que é isso? Aí a gente foi fazer o teste e deu lá positivo. O primeiro momento foi um impacto. Fiquei, meu Deus, e agora? Aí eu tava com o pai do meu filho e... A gente foi conversar até que a gente contou pros nossos pais. E assim, fomos tentar aceitar, né? Foi o começo da aceitação.

E na época você morava com quem?

Com a minha mãe e meu pai.

E você ainda mora com eles?

Só com a minha mãe. Meus pais se separaram.

Hoje você mora com a sua mãe... e as suas irmãs?

Eu moro com a minha mãe e a minha outra irmã que faz medicina veterinária aqui. Aí a minha outra irmã ela já é casada e mora um pouco perto da minha casa, só que não é na minha casa, é na mesma rua. E aí ela tem uma filha, Sofia, minha sobrinha.

E quem que é a sua rede de apoio? Contando tanto pessoas como instituições...

Hoje mesmo... eu passei, deixei meu filho na creche e pude vir pra cá. Aí pra voltar eu tenho que voltar bem rápido também por conta do horário. A creche fecha às cinco e meia. Aí cinco e meia eu já tenho que estar lá pra buscar ele. Ou então eu ligo pra a avó paterna dele, aí ela pode me dar essa ajuda também de ir buscar ele, por conta que ela chega cedo um pouco do trabalho.

A escolinha dele é perto da sua casa?

Não.

Onde é que você mora e aonde que é a escola?

Eu moro no Sol Nascente e a escola dele é no P Norte. É bem longe.

E essa escola dele é uma escola pública que você conseguiu vaga ou você está pagando?

Eu tô pagando com o dinheiro da bolsa. Aí junta o meu e o dele e eu pago a creche.

O dele que você fala?

É o auxílio creche, 485. Então eu ajudo com a parte do meu que eu recebo, né, pra fazer o financiamento das coisas da universidade. Acaba que eu ainda tenho que cobrir um pouco.

Quanto que é a mensalidade lá?

A mensalidade é R\$600.

E aí esse a mais, você usa... Como que você consegue complementar?

Tirando dos meus R\$500, porque eu recebo a bolsa também.

A bolsa que você fala é qual?

Tem a auxílio creche e auxílio socioeconômico. Aí eu recebo as duas. Aí eu complemento a dele com a minha pra conseguir pagar a creche.

E o pai da criança?

Ah, está desempregado.

Ele ajuda nos cuidados?

Cuidados, sim. Às vezes também quando ele está mais em casa, não está saindo para procurar trabalho, aí ele também que se responsabiliza por buscar. Tipo, toda quarta-feira eu tenho aula aqui até... dez e meia. Aí é por conta dele as quarta-feira. Quarta e sexta.

Mas a criança mora com você?

Comigo.

Seu filho tem algum dia com o pai? Certo assim?

Quarta e sexta.

Aí ele dorme lá quando ele busca seu filho na creche?

Tem que dormir porque é impossível passar pra buscar.

Sim, então quarta e sexta ele fica com o pai?

Exatamente.

A sua mãe e a sua irmã conseguem te auxiliar de alguma forma?

Não muito. Minha mãe ela... tá tentando entrar em trabalho, fazer faxina, essas coisas e também ela tem o curso técnico dela, que ela está estudando e é na parte da noite. Aí durante o dia ela tenta trabalhar. Minha irmã de medicina veterinária é muito puxada a grade, o dia todo praticamente.

Sua irmã conseguiu os auxílios também?

Ela têm o mesmo que eu, o socioeconômico.

Quando a gente está grávida, a gente imagina um monte de coisa. Como vai ser, o que vou fazer, como vou me organizar. E aí quando a maternidade vem, né? Então, assim... o que você projetava e o que de fato é a maternidade? O que se materializou e o que para você foi totalmente diferente?

Bom, que eu projetasse que eu teria mais ajuda... que a gente conseguiu realizar bastante coisa sobre o quatinho, coisas que eu queria ter dele, adaptação dele, porém na parte ali de ter mais ajuda é o que eu mais imaginei e não aconteceu nada.

E essa ajuda você imaginava vindo de quem?

Dos avós, até mais ainda do pai, né? E também das minhas irmãs, ainda mais num período de férias que elas poderiam me ajudar, mas não acontece.

Você sente que é muito...

É muita cobrança.

Você já tentou matricular seu filho na escola pública ou você não chegou a fazer inscrição?

Eu liguei no 156, fizeram e botaram ele numa lista, ele estava em lista de espera. Isso foi feito em 2020, até hoje nada.

E você chegou a tentar acompanhar?

Eu acompanho todo mês, tem a lista e tipo ele sempre está abaixo dos 50 e precisaria de mais pontuação para subir.

Quando que ele faz 4 anos?

Ixi... Só em outubro do ano que vem. Esse ano que vem, todinho, ainda é creche-escola. É isso.

Você já trouxe alguma vez ele pra cá pra sala de aula? Já precisou?

Já.

Como foi essa experiência? Pensando assim, outros alunos, professores, você em duas funções ao mesmo tempo...

Eu precisei trazer ele até hoje só duas vezes, graças a Deus. E foram bem difíceis, porque ele é criança, né? Não tem muito o que fazer. Criança não dá pra falar: senta aí, fica quieta. Não é assim. Aí tem que sair, distrair ele, trazer coisas pra ele pintar e assim foi... Até que consegui distrair pra passar o tempo da aula. Eu não entendi muita coisa dessa aula, é claro. E foi isso, mas deu... pelo menos falta eu não levei porque eu estava presente.

Você já usufruiu daqueles exercícios domiciliares? Que é aquele que você solicita para coordenação do curso, para fazer determinada disciplina em casa...

Não.

Você já trancou?

Não bem tranquei, foi durante a pandemia... eu só não estava conseguindo assistir as aulas mesmo e acabou que não teve trancamento.

Mas exercícios domiciliares você nunca pediu?

Não.

Quais são as estratégias que você usa para conseguir conciliar maternidade, universidade e os afazeres domésticos? Como que fica essa questão também dos afazeres domésticos? Porque você está residindo numa casa com outras mulheres, né? Então, como que fica?

Eu vou contar o meu dia, porque assim você vai entender mais. O meu dia que é mais puxado, que é terça e quinta. Aí normalmente eu acordo umas seis e meia, sete horas... eu consigo treinar, né, fazer uma academia, porque, pelo amor de Deus... aí depois eu já volto pra casa... nesse tempo meu filho tá dormindo. Minha irmã às vezes tá em casa até as 9 horas, por isso que eu confio. No momento ela tá viajando, aí hoje eu já não fui, porque Deus me livre deixar uma criança só. Minha mãe, nesse horário, já foi trabalhar. Aí quando eu volto, eu já faço café da manhã e dou um geral na cozinha. Aí eu já tento ver se eu preciso fazer almoço, se eu vou deixar o meu filho na creche mais cedo para ele poder almoçar, eu vejo isso. No caso de hoje eu deixei ele mais cedo para almoçar e eu vim almoçar aqui. Aí eu tô um pouquinho mais

descansada, eu não precisei trabalhar na parte da manhã para fazer alimentação pra gente. Aí eu acordo ele umas 10 horas no máximo, aí faço a atividade se tiver da escolinha e depois disso a gente já sobe pra escola dele. Aí lá ele toma banho, almoça e de tarde ele fica na escolinha da creche. Aí eu já vou estar aqui, no caso, já vou ter chegado aqui, almoço aqui, tenho aula das duas às quatro e depois eu volto correndo pra pegar ele. Aí à noite eu chego, eu faço janta. No caso de hoje eu vou ter que fazer janta, porque eu não fiz almoço e não tem nada lá. A casa já tá limpa. Graças a Deus. E basicamente é isso. Depois da janta, a gente ainda lancha caso ele queira alguma coisa. E aí sim, aí eu consigo arrumar a bolsa dele já para o outro dia e a gente dorme no máximo as 10h30, 11h. Pra mim estudar, é de madrugada. Ele dorme ali até umas 11h aí depois que ele dorme eu levanto e tenho que estudar... tipo ler texto do próximo dia... tipo hoje... tem texto e vídeo. Eu tive que fazer isso de madrugada, ou seja, eu já dormi um pouco mais tarde pra acordar mais cedo que ele... é puxado.

E esses afazeres domésticos, você não tem uma ajuda também da sua mãe e da sua irmã?

Tenho. Normalmente lá em casa é assim... eu faço de segunda a quarta e minha irmã de quinta a sábado. Aí domingo todo mundo se ajuda, porém, no momento, minha irmã tá viajando, ela foi pra um seminário que teve, só que não é aqui no DF... Florianópolis, aí tá sendo tudo meu no momento, mas quando ela chegar volta ao normal. Segunda a quarta eu tenho que fazer tudo e ela de quinta a sábado.

Entendi, aí sua mãe não entra nessa divisão de dias?

Não. No máximo minha mãe ali no domingo faz a comida... aí a casa sempre tá por conta minha e da minha irmã, fora roupa, essas coisas de lavar. Aí assim... pra mim poder me organizar melhor também o que eu fiz esse semestre foi deixar um dia livre. Aí toda segunda-feira minha é livre. Eu não tenho que vir pra universidade. Aí é quando eu consigo lavar, se eu tiver que lavar casa, banheiro, lavar roupa ... Eu faço tudo na segunda. Ler texto, né? Quando meu filho tá fora, fazer um trabalho, apresentar projeto aqui... E é isso. Aí é o dia que eu tirei pra me organizar melhor. Tive que fazer.

Porque certamente nos semestres que você não tinha, você devia sentir bem mais cansada, né?

Sim. É... todo dia, todo dia tendo que vir é matador, gente.

Quanto tempo que você gasta, por exemplo, pra chegar aqui?

Até aqui, no máximo, ali, duas horas. Eu saí hoje o quê? 11h20 de casa. Cheguei aqui uma hora. Ainda agorinha... é por isso que eu me atrasei, por conta que eu tive que almoçar.

Se você for pensar assim... colegas de turma, professores, outros trabalhadores da universidade, como que você se sente nesse espaço? Você se sente bem aqui? Você sente que você pertence a esse lugar? Ou a universidade te traz um outro tipo de sentimento? Pensando você enquanto mulher, enquanto mãe... como que você se sente nesse lugar?

Bom, enquanto pessoa e mulher eu me sinto bem, num bom local... Só que enquanto mãe... é... aí ali fica na corda-bamba. Porém, eu me reconheço assim aqui, só não como mãe. Mãe aqui não existe.

E você sente isso porque? Você percebe algum comportamento diferente por parte de professores, por parte de outros alunos, por talvez imaginarem que você possa ter menos tempo para fazer alguma coisa, alguma atividade. Você já passou por alguma experiência assim?

Já, isso eu já tive esse sentimento. Mas eu não sinto mais por conta de professores e nem muito alunos. É mais porque... Só de observar mesmo a gente vê que não é bom estar trazendo nossos filhos para essa universidade. Meu Deus, o pessoal fumando, achando a coisa mais normal. O pessoal fala muito palavrão. Nossa... uma sujeira às vezes, Deus me livre.

A questão da estrutura da universidade?

Também, não tem um local adequado ali. No dia mesmo que eu tive que trazer ele, foi semana retrasada a última vez que eu tive que trazer ele pra cá. Porque criança gosta de almoçar... ele almoçou e depois eu dou um banho nele porque normalmente ele usa o banheiro e eu gosto dele tomar esse banhozinho porque ele fica mais relaxado e acaba dormindo. A gente foi e saí pra procurar banheiro com chuveiro... nossa, foi um sacrifício pra achar. Achamos lá no BSA Sul, ao lado do BSA Sul no amarelinho que tem lá. Os outros tava tudo com chuveiro... água desligada. Aí a gente teve que dar banho nele lá, eu e uma amiga e aí sim nós retornamos para a FCI pra ter aula. Triste.

E como que esse programa que você recebe, o auxílio creche, como que ele te ajuda? Porque você já falou que você usa ele pro pagamento da creche, né? Então acaba que como o valor é superior, você acaba não utilizando ele pra... outras finalidades né?

Exatamente. O que eu ainda consigo usar para fazer uma outra coisa é o meu, no caso o auxílio socioeconômico porque o creche só dá pra creche.

E o auxílio socioeconômico, você acha que ele te ajuda como?

Ele me ajuda bastante, ainda mais em relação a complementar a creche. E também com ele eu gosto de comprar lanche para o meu filho, às vezes levo ele para fazer alguma coisa diferente. Porque lá em casa eu não pago conta, fica pra minha mãe. O que eu faço é ajudar, às vezes, ali com a internet, mas energia e água... Mercado também é ela. Ai, é mais isso mesmo. O meu é mais pra gastar com o meu filho.

E esse auxílio socioeconômico, ele te ajuda também com alguma coisa da universidade? Tipo algum livro que não tenha na biblioteca ou uma xérox? Você acha que ele te ajuda com isso também?

Sim, eu faço várias impressões porque é necessário. Também material eu compro com esse dinheiro sempre que é início do semestre. Aí eu recebo a bolsa, eu já vou lá e compro. Bolsa, caderno... E uma coisa que eu mais compro assim também, que eu vejo necessidade, ainda mais na universidade, tá sendo pasta. Tive que comprar uma tipo portfólio, meu Deus... é cara.

Mas isso como um pedido de algum professor ou como organização sua?

Organização porque ficou bem melhor para ler os textos e me organizar sobre as matérias e atividades. Aí caneta eu normalmente compro material com esse dinheiro, livro eu costumo ler pdf ou imprimo e boto na pasta. E basicamente só. Roupas não sou de comprar. Quando tem... tipo agora... fazer uma saída de campo, eu tive que comprar colchonete e uma tenda porque eu não tinha.

Sim, e aí você fez essa saída de campo?

Eu vou fazer ainda. Sexta-feira agora até domingo.

É bom que é o dia que ele tá com o pai, né?

É ... o pai. Só vejo só no domingo, meu bichinho.

Pensando em você e nas outras mães que estão aqui na Universidade... O que você acha que a UNB poderia fazer de diferente, além do que a gente sabe que está sendo feito? O que você sabe que existe e o que você acha que falta?

Eu sei que existe pouquíssimas coisas. O negócio da cadeirinha no RU eu achei bem legal. As coisas que eu gostei, porque ajuda. Criança bem pequenininha, aí bota na cadeira e fica melhor pra dar alimentação. E... Ai muito difícil saber de coisas destinadas às crianças.

Do que você sente falta? O que te ajudaria?

Quando ele usava fraldas, senti falta de um berçário... Um lugarzinho ali melhor pra trocar ele. Porque eu cheguei no banheiro e falou que tinha fraldário e quando eu fui ver e era uma pedra. Meu Deus! Que terror! Aí também um vasilho... Agora que ele já tirou a fralda, um vasilho mais destinado assim pra o tamanho deles, mesmo que seja só no RU... não sei, mas uma coisinha... é isso.

No RU, quando você foi você conseguiu entrar sem pagar a refeição dele?

Sim, ele não pagou a refeição.

Você usa a estratégia que o pessoal no grupo das mães fala? De ir num refeitório específico, onde se deixa entrar com a criança sem cobrar? Ou você chega e entra sem dificuldades?

Eu só entrei normalmente mesmo e não me perguntaram nada sobre ele, nem data de nascimento, nem pediu RG. A outra coisa que eu acabei de pensar e que me faz falta também é alguma coisa relacionada à criança na BCE... tinha que ter um espacinho lá dentro destinado às crianças porque tem mãe que vai lá para tentar estudar, só que é barrada, não dá para entrar na... também faz sentido, né? Na biblioteca universitária com uma criança sendo que não tem um espaço certo pra deixar essa criança ali brincando e você do lado tentando ler. Esse espaço deveria existir.

Esse espaço que você falou seria um...

Uma salinha, um quartinho pra mãe ficar ali no mesmo espaço que a criança. Sabe... tentar terminar o texto de uma aula... a criança tá ali, você consegue ver. Tá brincando, tá tudo certo.

Você consegue, em casa, fazer esse tipo de dinâmica?

Em casa eu consigo.

Então ele é uma criança que brinca só?

Brinca. E eu tenho minha sobrinha também, que ela tem 10 anos, tá um pouquinho crescido, mas se eu pedir ajuda pra ela, ela ajuda. Que eu não gosto dele com telas, ou seja, eu não deixo ver televisão. É mais brinquedo mesmo. Brinquedo lá em casa tem que só uma maravilha. E também tem as atividades dele da creche. Normalmente eu deixo ele fazendo do meu ladinho, aí eu vou falando e lendo meu texto... e é desse jeito que vai fazer para conciliar ... é puxado mas...

É mulher, foi ótimo. Muito obrigada... as perguntas que eu tinha eram essas. Você tem alguma dúvida, alguma coisa que você queira acrescentar?

Não. Concordo, foi ótimo.